



JULIANO DE CASTRO GUEDES

**O LETRAMENTO RACIAL COMO CHAVE PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA COLETIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

CANOAS, 2026

JULIANO DE CASTRO GUEDES

**O LETRAMENTO RACIAL COMO CHAVE PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA COLETIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais – Linha de pesquisa em Memória, Cultura e Gestão.

Orientação: Prof(a). Dr(a). Maria de Lourdes Borges

CANOAS, 2026

:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G924l Guedes, Juliano de Castro.

O letramento racial como chave para a (re)construção da memória coletiva no contexto brasileiro [manuscrito] / Juliano de Castro Guedes. – 2026.
219 f. : il.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2026.

“Orientação: Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges”.

1. Memória social. 2. Letramento racial. 3. Racismo estrutural. 4. Identidade racial - Negros. I. Borges, Maria de Lourdes. II. Título.

CDU: 316.482.5

Bibliotecária responsável: Joana Pereira Bortoluzzi - CRB 10/2959

JULIANO DE CASTRO GUEDES

**O LETRAMENTO RACIAL COMO CHAVE PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA COLETIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Dissertação **aprovada** para obtenção do título de
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
Memória Social e Bens Culturais da Universidade
La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Clarice Beatriz da Costa Söhngen
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira
Universidade Federal de Santa Maria

Prof.^a Dr.^a Lúcia Regina Lucas da Rosa
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Borges
Orientadora e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais

Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 2 de julho de 2026.

À minha mãe, Rosirene de Castro Guedes, in memoriam.
Por ter sido minha primeira referência de orgulho negro,
dignidade, amor e humanidade.

Sua presença permanece viva em cada desafio, em cada
conquista, em cada sonho realizado e em cada passo que
dou buscando honrar nossa ancestralidade, valorizando
nossa negritude e lutando por um mundo mais justo para
o nosso povo e comprometido com igualdade racial.

Onde quer que esteja, sigo inspirado por sua força, seus
ensinamentos e seu amor incondicional.

Te amo.

Sempre amei. Sempre amarei.

Hoje, ao concluir esta jornada, recordo uma frase que me
ensinaste ainda na infância e que me acompanha em
cada desafio da vida:

“Deus e eu formamos uma dupla invencível.”

Talvez tenha sido essa certeza que me trouxe até aqui.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa muito mais do que o encerramento de um ciclo. Ela simboliza a realização de um sonho construído ao longo de uma vida marcada por desafios, aprendizados, resistências e encontros que deram sentido à minha caminhada.

Agradeço ao meu pai, Jairo Guedes, meu pai amigo, incentivador e presença constante em todos os momentos da minha vida. Obrigado sempre por sua preocupação, cuidado, apoio e por nunca medir esforços para estar ao meu lado nas alegrias e nas dificuldades. Sabes muito bem que sua trajetória sempre foi uma inspiração para mim. Contigo aprendi valores que carrego para a vida, especialmente a dignidade, ensinamento recebido pelo seu pai e transmitido às gerações seguintes. Aprendi que a dignidade também é uma forma de resistência, pai. Levo comigo, ainda, o mantra que sempre orientou sua caminhada e que tantas vezes compartilhou comigo e com meu irmão: fé, esperança e paciência.

À minha esposa, Andréa Farias, minha companheira, amiga, parceira e amor da minha vida. Sua presença foi essencial em cada etapa desta caminhada. Obrigado por compartilhar comigo os sonhos, os desafios, as incertezas e as conquistas. Nos momentos de segurança e também nos momentos de dúvida, inclusive diante das incertezas profissionais e financeiras que acompanharam parte desta trajetória, estiveste ao meu lado, acreditando em mim e nos nossos projetos. Obrigado pelo amor, pela compreensão, pela parceria, pela lealdade e pela confiança inabalável. Nenhuma das conquistas desta jornada teria sido possível sem você. Esta conquista também é sua. Te amo.

À minha Mariana, razão do meu viver e uma das maiores inspirações da minha existência. Sua alegria, seu amor, sua leveza e seu carinho iluminam meus dias e dão sentido a tudo o que faço. Que este trabalho possa também representar um exemplo e um legado para tua caminhada, minha filha. Demonstrando a importância de honrar nossas origens, valorizar nossa ancestralidade e lutar por uma sociedade mais justa, comprometida com a igualdade racial.

À minha psicóloga e amiga Claudine Prisco, pela escuta, acolhimento, sensibilidade e apoio em momentos cruciais. Sua presença é fundamental para que eu pudesse atravessar desafios, fortalecer minha confiança e seguir acreditando em mim mesmo.

À Professora Doutora Maria de Lourdes Borges, minha orientadora, minha profunda gratidão pela confiança, incentivo, acolhimento, generosidade e comprometimento ao longo desta caminhada. Obrigado por acreditar nesta pesquisa desde o início, por compreender os desafios do percurso e por conduzir este processo com sensibilidade, rigor acadêmico e muito entusiasmo.

À Professora Doutora Lúcia Rosa, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, minha admiração e gratidão. Ao longo desta trajetória, encontrei em suas aulas algumas das experiências intelectuais mais marcantes da minha vida acadêmica. Obrigado pelos ensinamentos, pelo exemplo docente e pela contribuição efetiva para a qualidade e identidade deste programa.

Aos meus queridos colegas de mestrado, que compartilharam comigo um dos períodos mais felizes da minha vida. As trocas, os debates, os aprendizados e os momentos de convivência tornaram esta jornada mais leve, significativa e inesquecível. Em especial, à querida colega Jéssica Rocha, que me acolheu desde minha chegada à universidade e foi fundamental para meu fortalecimento ao longo dessa caminhada. Sua amizade, apoio, incentivo e generosidade fizeram toda a diferença. Estendo também minha profunda gratidão à Professora Maria Geraldina Venâncio e à saudosa Professora Judite Sanson, que reconheceram meu potencial, acreditaram em minha capacidade e foram decisivas para incentivar meu ingresso no mestrado.

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, pelos ensinamentos, provocações intelectuais, diálogos e contribuições que marcaram profundamente minha formação acadêmica e humana.

À Universidade La Salle e ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, pela oportunidade de aprendizado, crescimento acadêmico e desenvolvimento pessoal proporcionados ao longo desta trajetória.

A todos os alunos e alunas que participaram da Formação em Letramento Racial JG ao longo de suas diferentes edições. Cada encontro, cada diálogo, cada experiência compartilhada contribuiu para a construção deste trabalho e para o fortalecimento de um projeto coletivo de educação, consciência crítica e transformação social. De maneira muito especial, agradeço aos participantes desta pesquisa, que compartilharam generosamente suas percepções, reflexões e

experiências. Suas vozes constituem o coração deste estudo e foram fundamentais para demonstrar a relevância do letramento racial como instrumento de ampliação da consciência crítica, reconstrução da memória social e fortalecimento das práticas antirracistas.

À minha família e aos amigos verdadeiros que, de diferentes formas, estiveram presentes ao longo desta caminhada, oferecendo apoio, incentivo, escuta e afeto, meu sincero agradecimento.

Aos professores que compõem a banca examinadora, agradeço pela disponibilidade, pela leitura atenta deste trabalho e pelas contribuições que certamente colaborarão para seu aprimoramento.

Por fim, agradeço à população negra brasileira, às gerações que resistiram e às que continuam resistindo. Este trabalho nasce das memórias, das ancestralidades, das lutas, dos silenciamentos e das resistências construídas ao longo da história. Que esta pesquisa possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com a equidade racial.

Meu muito obrigado.

“Encontrei minhas origens, encontrei-as, enfim. Me encontrei.”

Oliveira Silveira

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle, vinculada à linha de pesquisa Memória, Cultura e Gestão. Insere-se no campo dos estudos da Memória Social e das Relações Raciais, partindo da compreensão de que a memória coletiva brasileira é atravessada por processos de silenciamento e apagamento das experiências da população negra, permanentemente tensionados por práticas de resistência e reconstrução da memória. A pesquisa teve como objetivo investigar como o letramento racial pode contribuir para a reconstrução da memória coletiva no contexto brasileiro, a partir da experiência da Formação em Letramento Racial JG. Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, combinando análises quantitativas (estatística descritiva) e qualitativas (análise de conteúdo), realizada por meio de um instrumento disponibilizado em formulário eletrônico (Google Forms) e encaminhado a egressos das nove turmas da Formação, realizadas entre 2024 e 2026. Responderam ao instrumento 64 participantes, correspondentes a 36,2% dos egressos. Os resultados evidenciaram a ampliação da consciência crítica dos participantes, favorecendo a compreensão das desigualdades raciais em suas dimensões históricas, estruturais e institucionais, bem como a incorporação de referências relacionadas à ancestralidade, à resistência negra, à identidade, ao pertencimento e ao protagonismo da população negra. Esse processo contribui para o enfrentamento da dupla morte, compreendida como a eliminação física de sujeitos negros acompanhada pelo apagamento social de suas memórias, trajetórias e contribuições. Os achados demonstraram que o letramento racial ultrapassa a dimensão conceitual, configurando-se como um processo de revisão, ampliação e reconstrução das referências mobilizadas pelos sujeitos para compreender a realidade social e, conseqüentemente, como um dispositivo de reconstrução da memória coletiva. Assim, pode favorecer a reinscrição de experiências negras historicamente marginalizadas e a construção de uma memória coletiva mais plural, democrática e inclusiva.

Palavras-chave: memória social; letramento racial; racismo estrutural; ancestralidade negra; reconstrução da memória coletiva.

ABSTRACT

This study was conducted within the Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage (PPGMSBC) at Universidade La Salle and is affiliated with the research line Memory, Culture, and Management. It is situated within the fields of Social Memory and Race Relations studies, based on the understanding that Brazilian collective memory is shaped by processes of silencing and erasure of Black people's experiences, which are continually challenged by practices of resistance and memory reconstruction. The study aimed to investigate how racial literacy can contribute to the reconstruction of collective memory in the Brazilian context, based on the experience of the JG Racial Literacy Training Program. This mixed-methods study combined quantitative analysis (descriptive statistics) and qualitative analysis (content analysis). Data were collected through an electronic questionnaire (Google Forms) sent to former participants of the nine cohorts of the Training Program held between 2024 and 2026. A total of 64 participants completed the questionnaire, representing 36.2% of all former participants. The results indicated an expansion of participants' critical awareness, fostering an understanding of racial inequalities in their historical, structural, and institutional dimensions, as well as the incorporation of references related to ancestry, Black resistance, identity, belonging, and Black agency. This process contributes to confronting double death, understood as the physical elimination of Black individuals accompanied by the social erasure of their memories, trajectories, and contributions. The findings demonstrated that racial literacy goes beyond the conceptual dimension, constituting a process of reviewing, broadening, and reconstructing the references mobilized by individuals to understand social reality and, consequently, functioning as a mechanism for reconstructing collective memory. Thus, it can foster the reinscription of historically marginalized Black experiences and the construction of a more pluralistic, democratic, and inclusive collective memory.

Keywords: social memory; racial literacy; structural racism; Black ancestry; collective memory reconstruction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Natureza da Pesquisa	71
Figura 2	– Estrutura Geral do Instrumento de Pesquisa	79
Gráfico 1	– Avaliação antes da formação	101
Gráfico 2	– Categoria: Visão de Mundo	109
Gráfico 3	– Categoria: Racismo	119
Gráfico 4	– Categoria: História e Sociedade	130
Gráfico 5	– Categoria: Conceitos	140
Gráfico 6	– Categoria: Prática	153
Gráfico 7	– Categoria: Impacto da Formação em Letramento Racial JG	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Indicadores estatísticos das percepções anteriores à formação	102
Tabela 2	– Indicadores estatísticos da Categoria “Visão de Mundo”	114
Tabela 3	– Indicadores estatísticos da Categoria “Racismo”	123
Tabela 4	– Indicadores estatísticos da Categoria “História e Sociedade” ..	133
Tabela 5	– Indicadores estatísticos da Categoria “Conceitos”	146
Tabela 6	– Indicadores estatísticos da Categoria “Práticas”	157
Tabela 7	– Indicadores estatísticos da Categoria “Impacto da Formação em Letramento Racia JG”	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Síntese das Etapas da Pesquisa	69
Quadro 2	– Estrutura do Instrumento de Pesquisa	80
Quadro 3	– Estrutura Analítica da Pesquisa	83
Quadro 4	– Estrutura da Formação em Letramento Racial JG	94
Quadro 5	– Excertos representativos sobre percepções anteriores à formação	103
Quadro 6	– Excertos representativos a categoria Visão de Mundo	115
Quadro 7	– Excertos representativos a categoria Racismo	125
Quadro 8	– Excertos representativos a categoria História e Sociedade	135
Quadro 9	– Excertos representativos a categoria Conceitos	148
Quadro 10	– Excertos representativos a categoria Práticas	158
Quadro 11	– Excertos representativos a categoria “Impacto da Formação em Letramento Racial JG”	168
Quadro 12	– Excertos representativos da categoria “Reconstrução da memória e percepção histórica”	173
Quadro 13	– Excertos representativos a categoria “Fechamento”	179

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. CONTEXTO	21
1.1.1. <i>Questão de Pesquisa</i>	24
1.1.2. <i>Objetivos</i>	24
1.1.3. <i>Justificativa</i>	25
2. MEMORIAL	28
2.1. Trajetória Profissional	37
3. BASES CONCEITUAIS	39
3.1. Memória Social	39
3.2. Memória Social Negra no Brasil: Silenciamentos, Apagamentos e Resistências	43
3.3. Letramento Racial como Dispositivo Crítico e Político	52
3.4. A trajetória da autora Twine e a pesquisa no Brasil	58
3.5. A Experiência no Campo e o Desvelamento do Mito da Democracia Racial: Uma Reflexão Crítica a partir de France Winddance Twine	62
3.6. Epistemicídio	65
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	69
4.1. Delineamento da Pesquisa	69
4.2. Uso de ferramentas de inteligência artificial como apoio técnico à pesquisa	73
4.3. Campo Empírico	74
4.4. Participantes, Critérios de Inclusão e Recrutamento	76
4.5. Instrumento de Coleta de Dados	77
4.6. Procedimentos Gerais de Análise dos Dados	83
4.7. Procedimentos de Análise Quantitativa	85
4.8. Procedimentos de Análise Qualitativa	86
4.9. Aspectos Éticos da Pesquisa	89
4.10. Limitações da Pesquisa	90
5. ANÁLISE DOS DADOS	91
5.1. Contextualizando a Formação em Letramento Racial JG	91
5.2. Perfil dos participantes	97
5.3. Tema: Percepções anteriores à Formação (fase pré-formação)	101
5.4. Tema: Percepções posteriores à Formação (fase pós-formação)	108
5.4.1. <i>Categoria: Visão de Mundo</i>	108
5.4.1.1. <i>Subcategoria: Percepções sobre desigualdades raciais na sociedade</i>	109
5.4.1.2. <i>Subcategoria: Relacionar problemas atuais a processos históricos</i>	110
5.4.1.3. <i>Subcategoria: Perceber que desigualdades não são apenas individuais</i>	110
5.4.1.4. <i>Subcategoria: Perceber como a raça influencia oportunidades</i>	111
5.4.1.5. <i>Subcategoria: Compreender a formação da sociedade brasileira</i>	111
5.4.1.6. <i>Análise Quantitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria Visão de Mundo</i>	112

5.4.1.7. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Visão de Mundo	114
5.4.2. Categoria: Racismo	118
5.4.2.1. Subcategoria: Identificar situações de racismo	119
5.4.2.2. Subcategoria: Perceber formas indiretas de racismo	120
5.4.2.3. Subcategoria: Compreender o racismo para além de atitudes individuais	120
5.4.2.4. Subcategoria: Reconhecer desigualdades raciais em instituições ...	121
5.4.2.5. Subcategoria: Compreender o racismo na sociedade	121
5.4.2.6. Consolidação dos dados quantitativos	122
5.4.2.7. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Racismo	124
5.4.3. Categoria: História e Sociedade	129
5.4.3.1. Subcategoria: História da população negra no Brasil	130
5.4.3.2. Subcategoria: Percepção de apagamentos históricos	131
5.4.3.3. Subcategoria: Compreensão da resistência negra	131
5.4.3.4. Subcategoria: Reconhecimento da contribuição da população negra	132
5.4.3.5. Análise Quantitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria História e Sociedade	132
5.4.3.6. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria História e Sociedade	135
5.4.4. Categoria: Conceitos	139
5.4.4.1. Subcategoria: Fundamentos do letramento racial	140
5.4.4.2. Subcategoria: Racismo estrutural e tipos de racismo	141
5.4.4.3. Subcategoria: Branquitude e relações de poder e privilégio	141
5.4.4.4. Subcategoria: Mito da democracia racial	141
5.4.4.5. Subcategoria: Colonialidade e decolonialidade	142
5.4.4.6. Subcategoria: Ações afirmativas públicas e privadas	142
5.4.4.7. Subcategoria: Dispositivos de poder e contrato racial	143
5.4.4.8. Subcategoria: Black money e afroempreendedorismo	143
5.4.4.9. Subcategoria: Ancestralidade	144
5.4.4.10. Análise Quantitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria Conceitos	144
5.4.4.11. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Conceitos	148
5.4.5. Categoria: Práticas	152
5.4.5.1. Subcategoria: Refletir sobre questões raciais	153
5.4.5.2. Subcategoria: Conversar e desenvolver argumentos sobre racismo	154
5.4.5.3. Subcategoria: Ser antirracista na prática e agir diante de desigualdades	154
5.4.5.4. Subcategoria: Reconhecer seu compromisso antirracista	155
5.4.5.5. Análise Quantitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria Práticas	156
5.4.5.6. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Práticas	158
5.4.6. Categoria: Impacto da formação em Letramento Racial JG	162
5.4.6.1. Subcategoria: “Minha forma de ver a sociedade”	164
5.4.5.2. Subcategoria: “Minha forma de compreender a história”	164
5.4.5.3. Subcategoria: “Minha percepção sobre a população negra”	165

5.4.5.4. Subcategoria: “Minha compreensão sobre o racismo”	165
5.4.6.5. Subcategoria: “Meu posicionamento”	166
5.4.6.6. Análise Qualitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria Impacto da Formação em Letramento Racial JG	166
5.4.6.7. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Impacto da Formação em Letramento Racial JG	168
5.5. Reconstrução da memória e percepção histórica	172
5.6. Fechamento	179
5.7. Consolidação final dos resultados do instrumento de pesquisa	184
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	207
ANEXO A – Instrumento de Pesquisa Disponibilizado Por Meio da Plataforma Google Forms	208

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto se situa na Linha de Pesquisa Memória, Cultura e Gestão, do Mestrado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais, da Universidade La Salle. A pesquisa tem como objetivo investigar como o letramento racial, a partir da experiência formativa de participantes da Formação em Letramento Racial JG, pode contribuir para a reconstrução da memória coletiva no contexto brasileiro.

Para melhor compreender este projeto, inicia-se com a observação de que o Brasil é marcado por profundas desigualdades raciais que atravessam sua história, desde o período colonial até os dias atuais. Mesmo após a abolição formal da escravidão, em 1888, “as estruturas que sustentaram esse sistema opressor foram mantidas e adaptadas, perpetuando um modelo de sociedade racialmente hierarquizado” (Almeida, 2019). Este fenômeno, conceituado por Silvio Almeida (2019) como racismo estrutural, não se configura como um desvio, uma exceção ou uma falha social, mas como um componente central e organizador das relações sociais, econômicas, culturais e institucionais.

Ao longo das gerações, as práticas de exclusão e subalternização da população negra foram sendo naturalizadas, muitas vezes passando despercebidas até mesmo pelos sujeitos que as vivenciam. Isso ocorre, em grande parte, pela forma como a memória coletiva foi historicamente construída no Brasil, baseada na valorização das narrativas dos grupos dominantes e no apagamento sistemático das trajetórias, lutas e conquistas da população negra (Mariosa, 2016). Como aponta Halbwachs (2006), a memória coletiva não é neutra; ela reflete escolhas, interesses e disputas, privilegiando aquilo que é funcional à ordem social vigente.

Nesse contexto, o letramento racial surge como uma chave analítica e política fundamental. Trata-se da capacidade crítica de reconhecer, nomear e interpretar as dinâmicas raciais, suas manifestações e impactos no cotidiano (Twine, 2006). Portanto, indivíduos letrados racialmente conseguem identificar situações de racismo, seja ele estrutural, institucional, interpessoal ou simbólico, enquanto indivíduos não letrados podem não perceber ou até mesmo naturalizar práticas discriminatórias, reproduzindo, muitas vezes de forma inconsciente, o ciclo de silenciamentos e apagamentos (Moraes, 2022). Segundo Twine (2004), o letramento racial é um conjunto de práticas sociais que permite aos sujeitos identificar,

interpretar e agir frente às dinâmicas de racialização que estruturam a vida social. Essa habilidade crítica, ao promover o reconhecimento e a nomeação do racismo vivenciado, possibilita a ressignificação das experiências e contribui para que memórias silenciadas sejam narradas, valorizadas e incorporadas ao repertório coletivo. Afinal, como bem define Pollak (1989), existem memórias subterrâneas, marginalizadas e silenciadas que resistem à memória oficial e que, quando acessadas e ressignificadas, têm o poder de transformar tanto as narrativas históricas quanto as práticas sociais contemporâneas (Pollak, 1989).

Parte-se do pressuposto de que as dinâmicas raciais e as práticas de letramento racial atuam como dispositivos centrais para a (re)construção de uma memória coletiva mais justa, plural e antirracista. Nesse sentido, a perspectiva da memória coletiva, inserida no campo dos estudos da Memória Social, é fundamental para a compreensão do problema. Halbwachs destaca em sua obra de referência que

a história que quiser tratar dos detalhes dos fatos torna-se erudita e a erudição é condição de apenas uma minoria. Se ela se limita, ao contrário, a conservar a imagem do passado que possa ainda ter seu lugar na memória coletiva de hoje, ela apenas retém dela aquilo que ainda interessa às nossas sociedades, isto é, em resumo, bem pouca coisa. (Halbwachs, 2006, p. 55)

Observa-se, nessa citação, uma evidência de que as lembranças legitimadas são aquelas que atendem aos interesses da sociedade dominante e da ordem vigente.

Sob essa perspectiva, a memória coletiva assume papel fundamental para compreender como os processos de silenciamento, apagamento e reconstrução das narrativas negras estão diretamente ligados às disputas por legitimidade no campo da memória social. Trata-se de compreender o letramento racial enquanto instrumento crítico para revisitar a memória 'oficial'. Além disso, busca-se reinscrever experiências negras historicamente marginalizadas nos registros da memória social brasileira. Halbwachs (2006) ainda reforça que a memória coletiva não é a simples soma das memórias individuais, mas resulta de um processo de negociação, no qual é preciso que os sujeitos compartilhem bases comuns e legitimadas para que suas lembranças sejam reconhecidas pelo grupo.

Essa disputa em torno do que é lembrado e do que é historicamente esquecido também se manifesta nos próprios arquivos que registram a história nacional. Um

dos episódios mais emblemáticos nesse sentido ocorreu quando Rui Barbosa determinou a destruição de documentos relacionados à escravidão no Brasil, comprometendo registros fundamentais sobre a experiência histórica da população negra no país. Ao analisarem esse acontecimento, Santos et al. (2023) destacam que a queima desses arquivos representou uma perda significativa para a memória social brasileira, ao atingir documentos que poderiam preservar vestígios da escravidão, trajetórias de vida, vínculos e experiências da população negra. Segundo os autores, esse episódio contribuiu diretamente para a perda parcial da memória nacional e para o enfraquecimento das possibilidades de acesso e reconstrução histórica sobre esse período. Mais do que a destruição de documentos, tratou-se também do comprometimento de referências históricas fundamentais à preservação da memória negra no Brasil, cujos efeitos repercutem ainda hoje nos processos de reconhecimento, pertencimento e reparação histórica.

Já Pollak é mais enfático quando apresenta o conceito de “memória subterrânea” e como

ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional. (Pollak, 1989, p. 2)

Esse apagamento histórico, cultural e identitário atua como barreira estrutural, contribuindo para a persistência do racismo e para a manutenção das desigualdades sócio-raciais.

A articulação entre memória social, dinâmicas raciais e letramento racial permite construir uma análise densa, sensível e comprometida com a luta antirracista, contribuindo tanto para o campo acadêmico quanto para os debates sociais mais amplos sobre enfrentamento ao racismo, políticas afirmativas e justiça social.

Destaca-se a contribuição de France Winddance Twine, socióloga norte-americana que pesquisou relações raciais no Brasil, oferecendo importantes contribuições para a compreensão das dinâmicas do racismo estrutural, das hierarquias epistêmicas e das barreiras institucionais enfrentadas por pesquisadoras racializadas. Seu relato não é apenas autobiográfico, mas constitui uma poderosa análise crítica sobre como o racismo opera nas esferas pública, privada e acadêmica, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

As reações à premiação de Toni Morrison com o Prêmio Pulitzer, frequentemente deslegitimadas por parte da opinião pública sob a alegação de que teria sido contemplada “apenas por ser negra”, ilustram como o racismo estrutural se manifesta na desqualificação de conquistas que rompem com os papéis historicamente atribuídos aos corpos negros. Esse episódio exemplifica o que Silvio Almeida (2019) define como racismo estrutural: um sistema de desigualdades que atravessa e sustenta as instituições sociais. Também nesse contexto, o mito da democracia racial, conforme analisado por autores como Munanga (1999) e o próprio Almeida (2019), surge como um dispositivo ideológico e afetivo que, ao negar a existência do racismo, dificulta sua superação. Trata-se de uma narrativa amplamente difundida no imaginário brasileiro, que projeta uma ideia de convivência harmônica entre os grupos raciais, mascarando as desigualdades históricas e estruturais.

A ideia de raça, historicamente utilizada para classificar seres humanos, revela muito mais sobre os interesses políticos e ideológicos das sociedades do que sobre qualquer realidade biológica. Embora amplamente desacreditada pela ciência, a noção de raça ainda persiste como uma ferramenta social poderosa, usada para justificar desigualdades, marginalizações e estruturas de dominação. Almeida (2008) destaca que o conceito de “raça” é marcado por grande controvérsia e que, embora tenha sido historicamente associado a uma suposta base biológica, trata-se, na verdade, de uma construção social. O autor explica que o termo surgiu na modernidade, a partir do século XVI, como instrumento para classificar e hierarquizar grupos humanos, legitimando práticas de dominação.

Munanga (2023), uma das principais referências nos estudos de raça no Brasil, problematiza esse conceito nas relações brasileiras, comenta que

parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. (Munanga, 2023).

Twine (2006) observa que muitos sujeitos negros e mestiços acabam internalizando essa ideologia como mecanismo de autoestima nacional, mesmo quando isso implica o silenciamento de violências raciais. Para a autora, essa

negação compromete não apenas a visibilidade dessas experiências, mas a construção de uma consciência crítica capaz de questionar as bases histórico-sociais que sustentam o racismo no Brasil.

1.1. Contexto

A formação da sociedade brasileira é profundamente marcada por desigualdades raciais que atravessam as estruturas sociais, políticas e culturais desde o período colonial. O racismo estrutural, como define Silvio Almeida (2019), constitui o alicerce das relações sociais no país, organizando práticas, discursos e instituições de maneira a perpetuar a exclusão e a desigualdade. Essas dinâmicas se refletem não apenas nas desigualdades materiais, mas, sobretudo, na construção de uma memória coletiva seletiva, na qual as trajetórias, saberes e resistências da população negra foram sistematicamente silenciadas e apagadas.

Isso pode evidenciar um processo de apagamento da memória negra associado ao mito da democracia racial, como discutem os estudiosos Florestan Fernandes e Abdias do Nascimento, ao afirmarem que, no Brasil, ele está institucionalizado de forma tão eficaz nos níveis oficiais, em todas as esferas, como também difundido e profundamente enraizado em todo o tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade (Nascimento, 2016). O autor defende que o conceito deve ser entendido como uma ideologia que dissimula o racismo estrutural ao difundir a falsa ideia de convivência harmônica entre brancos e negros. Para o autor, essa narrativa funciona como um mecanismo de reprodução da ordem racial herdada da escravidão, adaptada às exigências da sociedade de classes, bloqueando o reconhecimento das relações raciais como formas de dominação social e impedindo a formulação de políticas públicas efetivas voltadas à equidade racial (Fernandes, 2008). Esse mito mascara a realidade das desigualdades e dificulta o reconhecimento do racismo em suas múltiplas manifestações. Como consequência, muitos sujeitos, negros e não negros, carecem de ferramentas críticas para identificar, nomear e enfrentar as práticas discriminatórias que os atravessam no cotidiano. Segundo Fernandes (1964), não se pode esquecer que a democracia racial foi sempre uma “democracia” de fachada, apenas formalmente proclamada e informalmente negada pelas práticas sociais vigentes. Fernandes (1964) demonstrou, por meio de suas pesquisas, que o racismo no Brasil é estrutural

e institucionalizado, “perpetuando a exclusão social e econômica dos negros”. Gonzalez (1984) também contribui para compreender as relações raciais brasileiras a partir das dimensões culturais, linguísticas e cotidianas do racismo. Ao problematizar os processos de invisibilização da cultura negra e a naturalização das desigualdades nas relações sociais, a autora evidencia como o racismo opera também na produção das subjetividades, identidades e formas de pertencimento social da população negra.

É justamente nesse cenário que o letramento racial emerge como uma chave essencial: ele oferece instrumentos teóricos e práticos para a leitura crítica das dinâmicas raciais (Twine, 2004) e para a reconstrução de memórias que foram marginalizadas (Pollak, 1989).

O letramento racial, enquanto prática social e política, contribui para a visibilização de experiências históricas silenciadas, permitindo que memórias subterrâneas (Pollak, 1989) sejam reintegradas e incorporadas às narrativas coletivas. Dessa forma, pode se tornar um dispositivo fundamental para a (re)construção de uma memória coletiva mais justa, plural e antirracista. Conforme Twine (2004), o letramento racial busca desenvolver a capacidade de entender, refletir e agir sobre questões raciais de maneira consciente, identificar o racismo em suas diversas formas, compreender suas raízes históricas e reconhecer como as estruturas de poder afetam a sociedade até hoje. É um processo que amplia nossa visão sobre as dinâmicas raciais, provocando uma reflexão profunda sobre o racismo e suas consequências. Twine (2004) associa o letramento racial ainda a um conjunto de práticas que permite que pessoas racializadas tanto como brancas quanto como não brancas passem a perceber a racialização e suas consequências na sociedade. A pesquisa parte da compreensão de que o letramento racial não se restringe ao nível individual, mas constitui um processo coletivo, situado no tempo e no espaço, e profundamente enraizado nas disputas por reconhecimento, representação e justiça social, contribuindo para o enfrentamento do epistemicídio (Carneiro, 2005) e para o fortalecimento de práticas sociais comprometidas com a equidade racial.

Nesse sentido, embora o racismo estrutural se configure como uma realidade histórica e sistêmica que atravessa e organiza as relações sociais em diferentes esferas, observa-se que o reconhecimento e a percepção desse fenômeno não se dão de forma homogênea entre os sujeitos, variando conforme o nível de letramento

racial. Tal aspecto evidencia que a forma como as memórias relacionadas às discriminações raciais são construídas e compartilhadas — seja de maneira explícita, subterrânea ou silenciada — pode impactar diretamente na capacidade de compreender, resistir e transformar as desigualdades raciais.

Essa compreensão do racismo como fenômeno estrutural, associado às relações de poder e capaz de persistir mesmo diante da igualdade formal, encontra também um importante campo de elaboração na Teoria Crítica da Raça (Critical Race Theory). Desenvolvida nos Estados Unidos, entre as décadas de 1970 e 1980, inicialmente no campo dos estudos jurídicos, essa abordagem está associada às contribuições de intelectuais como Derrick Bell, Kimberlé Crenshaw, Richard Delgado e Mari Matsuda. Sua emergência decorreu da constatação de que os avanços jurídicos conquistados pelo movimento dos direitos civis não haviam sido suficientes para eliminar as desigualdades raciais existentes na sociedade norte-americana. Seus formuladores passaram, assim, a questionar a capacidade das normas formalmente universais e das concepções liberais de igualdade para enfrentar um racismo profundamente integrado às instituições e às relações sociais (Delgado; Stefancic, 2021).

A Teoria Crítica da Raça compreende o racismo não como acontecimento excepcional ou restrito a atitudes individuais, mas como fenômeno persistente e estrutural, capaz de operar por meio das leis, das instituições, dos discursos e de práticas aparentemente neutras. Essa perspectiva também atribui centralidade às experiências e aos conhecimentos produzidos por pessoas racializadas, reconhecendo as narrativas e contranarrativas como instrumentos para revelar dimensões do racismo frequentemente ignoradas pelas interpretações dominantes. Embora formulada a partir das particularidades históricas dos Estados Unidos, oferece categorias relevantes para compreender como a igualdade jurídica formal pode coexistir com a reprodução concreta das desigualdades raciais, desde que sua mobilização considere as especificidades históricas e sociais do contexto brasileiro (Delgado; Stefancic, 2021).

Com base nesse contexto, a presente pesquisa toma como campo empírico a Formação em Letramento Racial JG, desenvolvida ao longo de diferentes turmas, constituindo-se como um espaço formativo no qual são mobilizados conteúdos históricos, conceitos analíticos e práticas voltadas à compreensão das relações raciais no Brasil. A partir da participação de sujeitos nesses processos formativos,

busca-se analisar de que maneira o letramento racial contribui para a ampliação da consciência sobre as relações sócio-raciais e para a reconstrução da memória coletiva acerca da história e das experiências da população negra no contexto brasileiro.

1.1.1 *Questão de Pesquisa*

A partir do que foi colocado anteriormente, torna-se possível considerar para este projeto que, embora o racismo estrutural seja uma realidade histórica e sistêmica que estrutura as relações sociais em todas as esferas, o reconhecimento e a percepção desse fenômeno variam conforme o nível de letramento racial dos sujeitos. Portanto, entende-se que a forma como as memórias das discriminações raciais são construídas e compartilhadas — seja de maneira explícita, subterrânea ou silenciada — pode impactar diretamente a capacidade de resistir e transformar as desigualdades raciais.

Assim, o problema central desta pesquisa é: Como o letramento racial pode contribuir para o reconhecimento e a ressignificação de memórias negras historicamente silenciadas e para a reconstrução da memória coletiva no contexto brasileiro, marcado pelo racismo estrutural?

1.1.2 *Objetivos*

Objetivo Geral

Investigar como o letramento racial pode contribuir para a reconstrução da memória coletiva no contexto brasileiro, a partir da experiência na Formação em Letramento Racial JG.

Objetivos Específicos

- a) Analisar, à luz do letramento racial, as dinâmicas raciais e racializadas que atravessam a construção da memória coletiva vinculada à população negra brasileira, considerando as percepções dos participantes da formação;

- b) Compreender de que maneira a experiência formativa em letramento racial impacta e transforma a visão de mundo dos participantes, especialmente no que se refere à identificação das desigualdades sócio-raciais e à forma como interpretam a história e a memória coletiva da população negra no Brasil;
- c) Investigar a existência de processos de revisão, ampliação e reconstrução das referências mobilizadas pelos participantes, especialmente no que se refere à memória coletiva e à percepção histórica da população negra brasileira.

1.1.3. Justificativa

Esta pesquisa se justifica pelos efeitos que o racismo produz na produção, circulação e apagamento das memórias sociais. Além disso, o letramento racial pode se apresentar como uma ferramenta fundamental para o reconhecimento, a ressignificação e a reconstrução dessas memórias. Vivemos em uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades raciais, em que as práticas discriminatórias não são fruto de ações isoladas ou desvios individuais, mas, sim, de uma lógica estruturante, histórica e sistemática que organiza as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e institucionais no Brasil, como bem analisa Silvio Almeida (2019) ao tratar do conceito de racismo estrutural.

Apesar dos avanços proporcionados por políticas afirmativas e por movimentos sociais negros, ainda há uma profunda dificuldade, tanto em nível social quanto institucional, de reconhecer as marcas do racismo, especialmente nas sutilezas que se escondem em práticas cotidianas, discursos, políticas internas e na própria construção da memória coletiva (Almeida, 2019). Isso se agrava quando se percebe que grande parte da sociedade brasileira, tanto pessoas negras quanto não negras, não possuem o letramento racial necessário para nomear, identificar e compreender as experiências de discriminação, às quais estão submetidas ou das quais são, consciente ou inconscientemente, agentes reprodutores.

Nesse sentido, o letramento racial, conceito que envolve a capacidade crítica de identificar, compreender e enfrentar as manifestações do racismo em suas múltiplas dimensões (Twine, 2004), torna-se central para o fortalecimento de processos de memória, que rompam com o silenciamento histórico das experiências

negras. Como aponta Pollak (1989), muitas dessas memórias se mantêm em esferas subterrâneas, distantes das narrativas oficiais, o que contribui para a reprodução da exclusão e da negação de trajetórias, saberes e experiências negras no espaço social.

Ainda segundo Twine (2004), a ausência ou fragilidade do letramento racial não apenas compromete a capacidade dos sujeitos de reconhecerem o racismo, mas também perpetua formas sutis e naturalizadas de opressão, dificultando processos de resistência e transformação social, na medida em que esse conceito abrange a habilidade de identificar e questionar os privilégios raciais e as opressões que influenciam as interações sociais, as estruturas institucionais e as práticas culturais. Da mesma forma, as instituições, sejam elas educacionais, culturais ou organizacionais, quando não se posicionam de maneira crítica frente às dinâmicas raciais, acabam funcionando como agentes de reprodução do racismo estrutural, seja pelo silêncio, pela omissão ou pela neutralidade aparente.

Do ponto de vista social, este estudo também se justifica por sua capacidade de contribuir teórica, metodológica e politicamente com o fortalecimento de práticas antirracistas no campo acadêmico, além de fomentar discussões que possam subsidiar políticas públicas, práticas pedagógicas e estratégias comprometidas com a equidade racial.

Sob a perspectiva teórica, os avanços dos estudos podem aprofundar a articulação entre os campos do letramento racial, da memória social e do epistemicídio, propondo uma chave analítica que evidencie como as práticas de letramento podem operar na (re)construção das memórias negras silenciadas em contestação à memória oficial.

Em termos metodológicos, a pesquisa contribui ao propor a análise de dados produzidos a partir de um instrumento estruturado aplicado aos participantes da Formação em Letramento Racial JG, desenvolvida ao longo de nove turmas, constituindo o campo empírico deste estudo. Os sujeitos da pesquisa são os alunos que participaram da formação e que, a partir desse processo, passaram a refletir sobre suas percepções, compreensões e experiências relacionadas às relações raciais no Brasil. O instrumento foi organizado em blocos temáticos, que buscam captar diferentes dimensões desse processo formativo. Entre eles, destacam-se a visão de mundo, a compreensão sobre o racismo, a relação entre história e sociedade, a assimilação de conceitos, as práticas e posicionamentos, o impacto da

formação e a reconstrução da memória e percepção histórica. Cada um desses blocos objetiva compreender de que maneira o letramento racial contribui para a ampliação da consciência crítica, para a revisão de percepções anteriormente naturalizadas e a incorporação de novas referências na leitura da realidade social. Nesse sentido, a estratégia metodológica permite observar como os participantes elaboram, interpretam e ressignificam suas experiências, especialmente no que se refere à identificação das dinâmicas raciais, à compreensão das desigualdades e à reconstrução da memória coletiva acerca da história e das experiências da população negra.

Soma-se a isso uma pesquisa bibliográfica aprofundada, composta por autores clássicos e contemporâneos, negros e não negros, nacionais e internacionais. A interlocução com pensadores como Maurice Halbwachs, Michel Foucault, Michael Pollak, France Winddance Twine, Sueli Carneiro, Silvio Almeida, Kabengele Munanga, Lia Vainer Schucman, Charles Mills, Djamila Ribeiro, Cida Bento, Patricia Hill Collins, Joel Candau, entre outros, confere à investigação um embasamento teórico consistente e interdisciplinar. Essa base bibliográfica não apenas estrutura o referencial teórico, mas orienta a análise crítica dos dados, permitindo interpretar as percepções e narrativas dos participantes de forma fundamentada.

Dentre outros avanços para a sociedade, no âmbito político, pode-se fortalecer os debates em torno da justiça racial, procurando oferecer subsídios teóricos e empíricos para a formulação de práticas pedagógicas, políticas públicas e ações institucionais que visem combater o epistemicídio e promover a valorização das experiências negras. Ao evidenciar os efeitos da ausência de letramento racial na construção das memórias sociais, a pesquisa reforça a importância de políticas de formação crítica voltadas tanto à população negra quanto à não negra, como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural e promoção da equidade.

Por fim, ao articular os campos da memória social e dos estudos sobre racismo estrutural, esta pesquisa assume um compromisso ético e político de colaborar para a construção de uma sociedade que reconheça as múltiplas formas de opressão, mas que, sobretudo, seja capaz de construir alternativas coletivas baseadas no reconhecimento, na reparação e na justiça racial. Os resultados desse projeto podem ajudar a ajustar a postura da sociedade, capacitando-a a agir de forma mais consciente e ativa na luta antirracista.

A seguir, o memorial do autor do projeto.

2. MEMORIAL

Escrever este memorial descritivo constitui, antes de tudo, um exercício de revisitação da minha própria trajetória, buscando compreender como experiências pessoais, profissionais e acadêmicas se articulam com a construção do objeto de pesquisa. Nesse sentido, este texto não se limita a um relato cronológico, mas se apresenta como uma reflexão situada, atravessada por vivências que dialogam diretamente com a temática do letramento racial e da memória social.

Minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica se mistura com a pauta racial desde a infância, sendo marcas da minha formação, do processo de amadurecimento e da vida adulta. Só quem é negro sabe o quanto isso afeta nossa alma, nosso corpo e nosso comportamento, fazendo com que tenhamos que adotar estratégias de sobrevivência para lidar com esse estado de coisas.

Ao elaborar inicialmente meu memorial, cometi o equívoco de restringi-lo a minha trajetória profissional, buscando atender a uma expectativa acadêmica de validação. Talvez essa tenha sido mais uma estratégia de provação de meu valor, algo que guia minha história e a de muitos negros, o que pode até causar estranhamento para não-negros, que não vivem a mesma realidade racial opressiva, mesmo que silenciosa e travestida de uma harmonia racial meritocrática, em que o lema “somos todos iguais” mascara a necessidade de enfrentamento da maior chaga brasileira, quiçá mundial.

O fato é que chego ao ponto alto de minha vida acadêmica, pessoal e profissional hoje, pois me vejo absorvido e lidando com o tema de maior ruminação de minha vida em todas essas esferas, e atualmente dedico a minha vida a isso. Sim, o meu propósito de vida alcançado e conectado.

Venho de uma família estruturada. Não tive muitas das dificuldades tradicionais das comunidades negras periféricas, mesmo tendo convivido intimamente com elas, quer por interações familiares, vínculos de amizade ou afetivos. No entanto, minha família teve de lutar muito e foi vítima de opressão racial direta ou indireta. Essas marcas, que desencadeiam medos, inseguranças ou a necessidade de segurança, negação de dores e traumas relacionados ao racismo também expressam orgulho e resistência.

Minha mãe foi um grande expoente nesse sentido, ao transmitir-me o orgulho que tinha de nossa negritude e como grande incentivadora que era da valorização da identidade negra. Meu pai era peculiar pela habilidade de inserção em vínculos sociais não-negros, pela superação, pelo respeito e dignidade herdados do meu avô. Ainda assim, para nós, o racismo conseguia permear essas interações; e a necessidade de “saber conviver com isso” sempre me trouxe inquietação.

Meu pai, Jairo, tornou-se bancário, após aceitar uma oportunidade ofertada por meu avô, deixando para trás uma promissora carreira no futebol para ocupar uma vaga de servente no Banco do Brasil. A história bem poderia ser a de um roteiro de filme: aposentou-se em uma das poucas posições de liderança que um negro ocupou em instituições como essas e ainda teve de lutar uma vida inteira para, só recentemente, ao final da vida, ser reconhecido judicialmente, como gerente. Sua trajetória evidencia tanto a possibilidade de ascensão quanto as barreiras impostas pelo racismo institucional.

Minha mãe, Rosirene, professora pública municipal de Literatura e Português, uma entusiasta da vida e amiga incrível que tive, já tinha em si um ideal de exaltação da negritude. E, dentro de suas possibilidades, fez de tudo para transmiti-lo a seus filhos. Meu irmão, Jairo Júnior, seguiu os passos do meu pai, buscando estabilidade através do serviço público e, infelizmente, enfrentando desafios semelhantes aos que meu pai enfrentou na carreira profissional.

Já eu, Juliano, desgarei-me dos caminhos profissionais pré-estabelecidos. Ao ouvir os relatos trazidos pelos familiares sobre as agruras dessas trajetórias, mesmo que a razão das dificuldades não fosse explicitada, já que o racismo é e sempre foi mais velado, optei por escrever uma história própria e diferenciada, acreditando que, no setor privado, talvez pudesse trilhar um caminho genuíno e, quem sabe, de menos preconceito e maior chance de ascensão e reconhecimento.

Tive muitas dúvidas sobre o que queria ser ou cursar. Queria ser publicitário, por me julgar criativo e inovador, diferente do pragmatismo vigente. Também pensei em cursar psicologia, por ter forte relacionamento interpessoal, por me sobressair em grupos, gostar de ajudar as pessoas, de conversar, de ser afetivo, etc. No entanto, a recomendação familiar e de outros vínculos, era a de crescer através de concurso público e em formações mais tradicionais que pudessem gerar mais renda ou estabilidade.

Optei, então, por Administração de Empresas e passei na PUCRS, através do vestibular. Foi quando começou um período desafiador em minha vida, de enfrentamento, de depressão — mesmo não identificada — e desafios profissionais que me fizeram encarar uma carreira dissociada de quem sou, mas que cumpria a necessidade de trabalho e sustento.

Fui aluno de escola pública no antigo primeiro grau, hoje ensino fundamental; e aluno de escola particular no antigo segundo grau, hoje ensino médio. Tive amigos majoritariamente não negros em boa parte da infância e adolescência. As diferenças começaram por aí e o estranhamento: por que os pais brancos desses amigos ocupavam posições profissionais naturalmente e pais de crianças negras não? E, mesmo que ocupassem, eram poucos e chegavam até um limite de ascensão, pois a maioria era alijada disso.

São ruminações que começam cedo para pessoas negras que seguem suas trajetórias com muita superação, muitas vezes contando com a sorte, com boas intenções limitantes de pessoas “aliadas”. É um sofrimento diferente do que sentem pessoas não-negras mesmo em situação similar.

E, como para toda criança negra, há fatos marcantes em nossa infância que nos revelam a face sórdida do racismo. Lembro de uma situação que marcou minha infância de forma muito forte. Recordo-me de um episódio em um campeonato de futebol de salão na AABB, clube tradicional de funcionários do Banco do Brasil, patrocinado pela antiga Loja Arapuã. Todas as crianças que disputavam o torneio foram dispostas sentadas no salão para apresentação da mascote e do palhaço que representavam a patrocinadora. Em uma das suas “brincadeiras”, chamou um menino negro que estava ao meu lado e o colocou ao lado de um cartaz onde havia um macaco, provocando um constrangimento cruel ao menino e aos demais negros, em meio a risadas de toda uma arquibancada. Nisso, vi meu pai descendo as escadarias das arquibancadas e indo em direção ao palhaço para repreendê-lo. Saímos do local, com meu pai me amparando. Depois, levou-me ao jogo do Internacional para tentar me divertir. Era um misto de dor e inconformidade. Aquela situação marcou profundamente minha compreensão sobre o racismo e suas consequências. Eis a primeira e inesquecível experiência, memória e lembrança, marcada pelo racismo. Meu pai ficou sozinho naquele protesto no ginásio, com poucos apoios, segurando como poucos aquela tristeza — algo que ocorre todos os dias com pais e mães negros e negras. Essas experiências não são isoladas. Como

aponta Clóvis Moura, o racismo no Brasil não é um fenômeno episódico, mas estrutural, estando diretamente ligado à formação social e histórica do país (Moura, 1988).

Mais tarde, outras situações surgiram: constrangimentos velados ou explícitos, necessidade de provações maiores, ainda que não entendêssemos completamente à época como tudo isso se associava. A percepção de nossa negritude sempre foi um processo doloroso. E não falo de orgulho da raça, mas sim da construção social imposta em um país racializado que destina historicamente privilégios para brancos e desvantagens sociais a negros e grupos minorizados. Neusa Santos já tratara desse processo em sua grande obra “Tornar-se Negro”, essa percepção dura e cruel da realidade e toda a subjetividade que envolve os aspectos comportamentais do negro em um país que nega sua humanidade, apaga suas referências e fere sua existência. A autora aponta que o processo de ‘tornar-se negro’ envolve dor, conflito e tomada de consciência das marcas do racismo na própria trajetória (Souza, 1983).

O que se desenhou, nesse sentido, na infância, potencializou-se na formação da adolescência e da vida adulta. No ensino médio, já em escola particular, eu e mais alguns poucos éramos “negros únicos”, minimamente conscientes racialmente, ainda que com o entendimento forjado por nossos pais. Reféns da indiferença e do despreparo das instituições de ensino, o que perdura até hoje, a superação racial era muito particular e quase nunca identificada nas situações às quais éramos submetidos.

O negro “bom” era aquele que era mais permissivo, não combativo, bem relacionado, recreativo, mas pouco posicionado. Tinha poucos vínculos afetivos e, ainda assim, eram discretos. Não tinha maturidade para olhar por esse prisma, tampouco amigos negros com essa capacidade. E ainda que sentíssemos, não tínhamos espaço para um longo debate a respeito, senão por vínculos familiares que faziam com que, por vezes, nos encontrássemos em círculos sociais específicos, como clubes sociais negros, estabelecimentos culturais da negritude, rodas de samba, futebol, etc. Esses eram lugares onde nos sentíamos mais livres, à vontade para sermos quem somos, com pessoas iguais, com autoestima e beleza peculiares. Eram, mesmo que não soubéssemos, típicos aquilombamentos, espaços de amparo para pessoas como nós.

Quando ingressei na universidade, a percepção racial se asseverou. Além de sermos minoria (não existia nenhum sistema de cotas, por exemplo), prevalecia a

lógica colonial, imposta irrevogavelmente, sem abertura para o debate. Também por haver um certo orgulho deste status quo erudito. Como aponta Silvio Almeida (2019), o racismo está presente nas instituições e nas práticas sociais, operando de forma muitas vezes invisível. Foi lá, na faculdade, que me deparei com a exclusão, o desdém de professores e colegas e raríssimas oportunidades de protagonizar, salvo em formas preestabelecidas, nas quais o padrão branco deveria ser seguido, mesmo que isso não fosse dito explicitamente. Desse período, poucas amizades restaram. Não à toa: era preterido em grupos para realização de trabalhos e, quando aceito, tinha pouco espaço de fala, a menos que eu mesmo elaborasse o trabalho sozinho. Muitos professores eram inertes nessas situações. Logo, eu não podia contar com amparo. De tanto sentir-me apartado daquele ambiente, daquela linha de pensamento, daqueles padrões, entrei em depressão sem sequer identificar a razão do adoecimento. Adicionei mais dois aos cinco anos indicados para a formação como administrador. Hoje, compreendo que essas experiências não eram individuais, mas estruturais. Como destaca Silvio Almeida, o racismo estrutural não se limita a atitudes individuais, mas organiza a própria forma como a sociedade se estrutura e se reproduz (Almeida, 2019).

Fiquei desempregado nesse período, com uma série de indefinições na vida, até que consegui trabalho em uma instituição que tinha um programa de destinação de bolsas acadêmicas de 80% para projetos que atendessem a critérios inovadores. Para minha alegria, fui o primeiro lugar e ganhei o benefício, que exigia a formação em determinado período, o que me fez prosseguir com o curso e terminá-lo de vez, mesmo com mais transpiração do que inspiração. Enfim, me formei em agosto de 2003 como bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Minha trajetória profissional sempre esteve vinculada à gestão administrativa. Mais tarde, ingressei no campo do desenvolvimento humano, da educação profissional. No entanto, foi a partir de determinadas experiências que a questão racial passou a se apresentar não apenas como tema de interesse, mas como uma inquietação central, mesmo que não soubesse ao certo como trabalhar isso, viver disso, adotar uma postura antirracista de fato, e assumir os riscos inerentes. O mundo corporativo que habitei e o mundo do trabalho em geral não permitem esses debates, anulam essas inquietações, destilam o discurso do mérito considerando

uma igualdade que não existe. E velam qualquer insurgência, mesmo que em discursos socialmente aceitáveis e nas práticas corporativas que adotam.

Em muitas situações de trabalho, mesmo sendo o mais qualificado, o mais preparado, com mais experiência até, não era guindado a cargos de maior projeção. E o pior, a estrutura racista dessas corporações sempre nos faz acreditar que a insuficiência é nossa. Talvez por isso, eu tenha adicionado à formação em Administração três pós-graduações: um MBA em Gestão de Pessoas, Estratégias e Negócios; uma pós em Gestão da Qualidade e Produtividade; e outra em Educação Profissional, o que mais tarde me permitiu ingressar na área da docência profissional em instituições de porte técnico, faculdades e universidades. Ainda me especializei na área da Qualidade, em programas de excelência em gestão. Fui auditor-líder, examinador de prêmios da Qualidade e Produtividade, integrei comitês nesse sentido, etc. Seguia acreditando que o estudo poderia fazer com que me sobressaísse. Mas sempre havia uma prova a mais, uma cobrança a mais, um mérito a mais a atingir, mesmo demonstrando competência, fazendo entregas adequadas. Nunca era o suficiente.

Aos poucos, mais maduro, fui compreendendo a situação pelo viés inconsciente do racismo: os automatismos nas percepções, os olhares, as desconfianças, as dificuldades impostas. Um exemplo: como coordenador nacional do curso Técnico em Qualidade pela instituição educacional profissional de referência, houve a implantação de uma filial no Japão, com esse curso, e quem foi enviado àquele país para o repasse da metodologia foi um colega que geria outro curso, sem maiores explicações. Nesse sentido, as contribuições de Clóvis Moura (1988) ajudam a compreender como a exclusão da população negra não é acidental, mas parte de um processo histórico de organização da sociedade brasileira.

São situações que podem não ser percebidas diretamente como racismo nessas organizações, que se abraçam em inúmeras justificativas, mas que hoje vejo claramente nas intencionalidades do ponto de vista racial. Eu tive meu desempenho bem avaliado, conhecimento técnico, formações, resultados... O que faltava então? Após cerca de 7 anos, ao ser dispensado da instituição, pensei seriamente sobre a que propósito a vida me destinaria? A inspiração veio com o nascimento do maior amor da minha vida: a minha filha, Mariana, e a família que formei. Queria, e ainda quero muito, que ela tenha liberdade e certeza de suas escolhas; orgulho de si mesma, de sua cor, de sua história, de sua ancestralidade; autoestima, que muitos

negros e negras, como eu, demoram a encontrar. Foi então que comecei a trabalhar com desenvolvimento humano e comportamental, com formação de lideranças, com a descoberta do propósito profissional a partir de mentorias de carreira e propósito. Apesar de não ter claramente minha “causa”, tinha a habilidade de ajudar a descobrir as causas dos outros. Virei especialista em propósito, em gestão comportamental, em formação de lideranças, inclusive, formando-me analista comportamental pela Universidade Internacional de Ciências Comportamentais, especialista em Inteligência Emocional e em Eneagrama. A partir daí, constituí a empresa Juliano Guedes Mentorias e Treinamentos, trabalhando essas competências em profissionais e empresas de médio porte a partir de mentorias, capacitações, palestras técnicas, consultorias etc. Esse encontro de carreira já me trazia certo conforto, mas ainda faltava algo.

A maioria esmagadora das pessoas que mentorei e treinei, das empresas que capacitei, dos líderes que instruí era composta por pessoas não negras, o que aumentou ainda mais a minha inquietação racial. Essa falta de compreensão mais apurada desse passivo, esse estranhamento sobre a prevalência de apenas um grupo hegemônico, geralmente masculino e branco, ocupando postos de comando, me incentivava a pensar algo direcionado aos irmãos negros e negras.

Nesse período, não houve um ambiente em que tenha sido naturalmente recebido, mesmo diante da minha facilidade em “quebrar esse gelo” e sair com sucesso em todas as minhas formações. Ministrei aulas em instituições privadas para cursos técnicos, tecnólogos, graduações em Administração e, inclusive, pós-graduações. E não foram poucas as situações em que houve dúvidas sobre se eu era mesmo o professor. Lembro de uma vez em que entrei em sala de aula, chamei os alunos, e eles não entravam. Mais tarde, confessaram-me que não acreditavam que eu era o professor. Essas situações nos forjam, nos fortalecem, mas também revoltam, inquietam e nos instigam a transformá-las. Mas o racismo institucionalizado é tão mais forte que mesmo de forma coletiva, não temos ainda a força necessária para mudá-las, ao menos sem que haja uma consciência forte e a absorção de uma real e consistente postura antirracista. Essa ruminação fez com que aprofundasse leituras de autores antirracistas, buscasse mais conhecimento da história negra, me aproximasse de grupos de intelectuais negros, de coletivos e passasse a falar abertamente sobre o assunto.

Estava eu, com minha família, na maior capital negra do Brasil, Salvador, quando recebi o convite para integrar a direção em um dos departamentos da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Ocupei o cargo por aproximadamente 7 meses, numa experiência um tanto caótica, que me apresentou um panorama da administração de uma instituição de Estado com inúmeros problemas estruturais. Lá, me deparei com o conhecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais, com profissionais que imprimiam muito esforço para ampliar minimamente uma pauta tão relevante e central. Então, pude ver o racismo estrutural exposto pelo percentual irrelevante de lideranças negras; e pela subjugação, a partir da observação de muitas iniciativas e esforços individuais em contraposição a um ambiente ainda moldado no discurso da meritocracia, sem um preparo consistente para a mudança de realidades.

Todavia, tive acesso a um Programa Nacional de Formação de Lideranças Negras do setor público, promovido pelo Instituto Vetor (mais tarde, tornou-se Motriz, a partir da união com o Instituto Gesto), que promovia um movimento formativo intensivo, destinado a cem lideranças negras do setor público do país, envolvendo intenso processo de letramento e educação racial, práticas de gestão antirracista, liderança, planejamento, gestão técnica e comportamental, etc. Foram mais de 1500 inscritos para integrar o programa, com um processo seletivo exigente, que analisava projetos encaminhados, entrevistas, currículos, entre uma série de requisitos. Fui um dos selecionados e compus a turma intitulada Abdias do Nascimento, naquele grande movimento de conexão, de encontro com minhas origens e, enfim, com o meu propósito. Durante a imersão, ampliei consistentemente as leituras, participei ativamente de projetos e iniciativas, tive as certezas que sempre quis ter. Ao final, apresentei projeto sob o título “A sub-representação de negros e negras em espaços de poder e decisão – um desafio para governo do Estado do Rio Grande do Sul”, baseado em autores históricos e consagrados, análises de mercado, estatísticas e em todo um arcabouço de conhecimentos obtidos para além do programa imersivo, o que mereceu destaque na premiação final.

Após minha passagem pela secretaria de governo do Estado, formei minha empresa, chamada inicialmente PNE – Projetos e Negócios Étnico-raciais, destinada a desenvolver projetos antirracistas para a população negra junto às esferas públicas e privadas, além de capacitações antirracistas sobre diversas temáticas

racializadas. Esse trabalho me permitiu conhecer o ecossistema antirracista, as organizações existentes nesse sentido, estabelecer vínculos com órgãos oficiais, aproximar-me ainda mais da comunidade negra, da periferia, das religiões de matriz africana, afro-brasileiras e afro-gaúchas; entender suas carências, necessidades, as problemáticas oriundas da estrutura racista, as formas de empoderamento e os expoentes históricos ligados ao tema. Entre essas organizações, destaca-se o Centro de Integração Paulo Paim.

Visitei secretarias de igualdade racial, conheci o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, comitês públicos e privados associados ao tema, multipliquei leituras, participei ativamente de conferências e debates, agregando conhecimento específico à capacitação, gestão e desenvolvimento humanos que eu já dominava, o que resultou naturalmente numa nova concepção de empresa: a JG Consultoria, Treinamento e Soluções para Promoção da Igualdade Racial. Com essa abordagem, ministrei a palestra “Qual seu compromisso antirracista?” e promovi diversas formações em Letramento Racial, além da prestação de serviços de consultoria a órgãos de igualdade racial, programas antirracistas públicos e privados. Venho, desde então, especializando-me cada vez mais na educação das relações étnico-raciais, especificamente no Letramento Racial, como um grande processo de expansão de consciência e ferramenta de memória e história negras brasileiras, tão apagadas, silenciadas e sustentadas por movimentos corajosos de resistência ao longo dos anos.

Dentre essas e outras atividades, este autor promove a Formação em Letramento Racial JG, que está na nona turma e é campo empírico deste trabalho. O objetivo é formar agentes multiplicadores da igualdade racial, para disseminar os conceitos em suas relações, comunidades, coletivos, organizações públicas ou privadas e exercer posturas antirracistas de fato, com o conhecimento absorvido. A formação consiste em 36 horas de aprendizado mútuo, nas quais os participantes têm a oportunidade de aprofundarem-se em temas que envolvem o contexto histórico, as dinâmicas raciais e as estruturas de poder que sustentam o racismo no Brasil. Ao longo dos encontros, são trabalhados assuntos como a história do racismo, a construção de identidades raciais, a branquitude, o privilégio racial, além de práticas antirracistas aplicáveis ao cotidiano pessoal e profissional. É a partir desse contexto formativo que se estrutura o presente estudo, tomando a Formação em Letramento Racial JG como espaço de investigação empírica. Nesse sentido,

busca-se compreender de que maneira a participação nesses processos formativos contribui para a ampliação da consciência sobre as relações raciais no Brasil e para a reconstrução da memória social acerca da história e das experiências da população negra.

Inspirado em Oliveira Silveira, importante intelectual negro gaúcho e referência na construção da consciência negra no Brasil, especialmente pela proposição do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, reconheço: “Encontrei minhas origens, encontrei-as, enfim. Me encontrei.” (Silveira, 2003). Enfim, o meu propósito foi encontrado.

Esta trajetória representa não apenas um percurso acadêmico, mas um reencontro com minha própria história e com o propósito que orienta minha atuação.

2.1. Trajetória Profissional

Durante minha trajetória acadêmica, busquei constantemente expandir meus horizontes e aprimorar meus conhecimentos, capacitando-me para enfrentar os desafios do mundo profissional com excelência e comprometimento. Essa busca pelo aperfeiçoamento se entrelaça com minha formação teórica e prática, alicerçando minha atuação profissional e, mais recentemente, minha escolha pelo mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais.

Iniciei minha jornada acadêmica em 1995, ao ingressar no curso de Graduação em Administração de Empresas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde tive a oportunidade de mergulhar no universo da gestão empresarial. Durante esse período, atuei como estagiário no Banco do Brasil S.A., buscando experiências práticas no mundo do trabalho. Posteriormente, passei pelo Sebrae/RS (Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul) e pelo CIEE-RS (Centro de Integração Empresa-Escola do Rio Grande do Sul), experiências que consolidaram minha compreensão sobre os desafios da inserção profissional e a articulação entre educação e mercado de trabalho.

Minha monografia, intitulada "Proposta de um Plano de Ações Estratégicas para o Centro de Integração Empresa Escola", desenvolvida sob orientação do professor Bruno José Ely, representou um marco nessa formação, consolidando meus conhecimentos em administração estratégica.

Compreendendo a importância da educação continuada, busquei ampliar minha formação por meio de cursos de pós-graduação, incluindo MBA. Em 2007, concluí o MBA em Gestão de Pessoas, Estratégias e Negócios pela Fundação dos Administradores do Rio Grande do Sul (FARS), em parceria com o Instituto Eckart, aprofundando minha compreensão sobre a intersecção entre gestão organizacional e estratégia. Em 2011, especializei-me em Gestão da Qualidade pelo Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios (IBGEN), dedicando-me ao estudo e à aplicação de sistemas de qualidade e melhoria contínua nas organizações.

Atuando como coordenador de cursos técnicos e profissionalizantes no Senac/RS e como docente em cursos superiores e de pós-graduação, identifiquei a necessidade de aprofundar minha compreensão sobre educação profissional. Entre 2015 e 2016, realizei a pós-graduação em Educação Profissional no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), onde posteriormente atuei como tutor externo. Essa formação ampliou minha compreensão sobre as práticas e tendências da educação profissional e tecnológica, fortalecendo minha trajetória como educador.

Meu histórico profissional é marcado pelo compromisso com o desenvolvimento humano, a excelência organizacional e a formação de lideranças. Atuei como administrador de empresas, professor, consultor e gestor, sempre buscando articular teoria e prática na condução de processos formativos e organizacionais. Como profissional da área de Desenvolvimento Humano e Comportamental, sou certificado como analista comportamental pela Universidade Internacional de Ciências Comportamentais e tenho me dedicado a treinamentos e mentorias voltadas ao fortalecimento de lideranças.

Ministrei aulas em cursos técnicos, tecnólogos, de graduação e pós-graduação, além de coordenar cursos técnicos em uma instituição de grande porte na área educacional. Minha experiência no Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade e na Fundação Nacional da Qualidade, por mais de uma década, permitiu-me aprofundar minha compreensão sobre modelos de gestão e avaliação organizacional. Como líder de processos de avaliação e examinador de prêmios, contribuí para a implementação de boas práticas organizacionais.

Ao longo dessa trajetória, minha atuação foi gradualmente se aproximando das pautas étnico-raciais, movimento que se intensificou a partir da compreensão das desigualdades estruturais presentes nos espaços organizacionais e educacionais.

Passei a me envolver ativamente em coletivos, associações de afroempreendedorismo, conselhos e comissões, assumindo papéis de liderança voltados à promoção da equidade racial.

Como uma das cem lideranças negras formadas pelo Programa UBUNTU do Instituto Vetor Brasil, fortaleço meu compromisso com a promoção da diversidade nos setores público e privado. Atualmente, como diretor da JG Consultoria, Treinamento e Soluções para Promoção da Igualdade Racial, atuo diretamente na implementação de programas de letramento racial, equidade e desenvolvimento de lideranças negras.

Dentre essas iniciativas, destaco a Formação em Letramento Racial JG, que atualmente se encontra em sua décima turma e constitui o campo empírico deste trabalho, articulando minha trajetória profissional com o desenvolvimento desta pesquisa.

Dessa forma, minha trajetória acadêmica e profissional fundamenta minha escolha pelo mestrado no PPG em Memória Social e Bens Culturais, ao mesmo tempo em que sustenta o interesse em investigar os processos de construção, apagamento e reconstrução das memórias sociais, especialmente no que se refere à população negra.

3. BASES CONCEITUAIS

3.1. Memória Social e Memória Coletiva

Esta pesquisa inscreve-se no campo da Memória Social, compreendida como um campo de estudo interdisciplinar que se ocupa da relação entre memória, cultura e sociedade, cuja base epistemológica parte da compreensão de que as lembranças são socialmente construídas, seletivas e situadas no tempo e no espaço. Parte-se do pressuposto de que a memória não é neutra, tampouco um repositório fiel do passado, mas uma construção social, seletiva e dinâmica (Pollak, 1989). Este estudo busca compreender de que forma determinadas narrativas e silenciamentos históricos contribuíram e ainda contribuem para a sub-representação de pessoas negras em espaços de poder e decisão no Brasil.

Nesse campo, a memória não é entendida como uma simples evocação de experiências individuais, mas como um fenômeno coletivo que expressa disputas

por significação, pertencimento e poder. Dessa forma, investigar as barreiras à presença de lideranças negras em espaços de decisão implica compreender como o esquecimento e o silenciamento de suas trajetórias também são construções históricas, legitimadas por processos sociais, políticos e culturais.

Halbwachs (2006), autor seminal nesse campo, argumenta que as memórias individuais são sempre moldadas por "quadros sociais", isto é, por referenciais simbólicos compartilhados coletivamente. Para o autor, a memória coletiva opera por meio de seleções e omissões que atendem às necessidades de coesão e identidade dos grupos. Em suas palavras, "a história que quiser tratar dos detalhes dos fatos torna-se erudita, e a erudição é condição de apenas uma minoria" (Halbwachs, 2006, p. 55). Ou seja, aquilo que se conserva na memória coletiva tende a refletir os interesses da sociedade dominante, enquanto memórias que destoam desses padrões são marginalizadas ou excluídas. No Brasil, isso se evidencia na forma como as contribuições da população negra foram historicamente apagadas dos registros oficiais, favorecendo uma narrativa nacional que naturaliza a ausência de pessoas negras nos espaços de poder.

A perspectiva da memória coletiva, conforme propõe Maurice Halbwachs (2006), parte do entendimento de que nossas lembranças são construídas coletivamente, ou seja, a memória individual só existe na medida em que se ancora em quadros sociais da memória (Halbwachs, 2006). O autor evidencia que a memória é atravessada por interesses coletivos, sendo constantemente moldada por grupos sociais hegemônicos que definem o que deve ser lembrado e o que será relegado ao esquecimento. No caso brasileiro, tal dinâmica foi historicamente responsável por apagar ou distorcer o protagonismo negro na construção do país, favorecendo uma memória oficial excludente, alicerçada na valorização de feitos eurocêntricos e na marginalização das contribuições afrodescendentes (Fernandes; Souza, 2016).

Esse caráter seletivo da memória coletiva ajuda a compreender como determinados acontecimentos, sujeitos e trajetórias ganham centralidade nas narrativas sociais, enquanto outros permanecem invisibilizados ou pouco reconhecidos historicamente. Tal seletividade também é um dos pilares da perpetuação do racismo estrutural no caso brasileiro, pois legitima a exclusão simbólica e material de negros e negras ao longo do tempo, inclusive nos espaços de liderança (Almeida, 2018). Assim, o esquecimento não ocorre por acaso: é uma

estratégia de manutenção de poder. Isso significa que a escassa presença de pessoas negras em posições de decisão não decorre apenas de desigualdades socioeconômicas, mas de uma memória histórica construída para justificar e naturalizar essa exclusão.

A esse entendimento soma-se a análise de Michael Pollak (1992), que aprofunda a reflexão sobre os processos de exclusão memorial por meio do conceito de “memória subterrânea”. Segundo o autor, as experiências de grupos marginalizados – como os negros, os pobres, as mulheres e outras minorias – permanecem à margem da chamada “memória oficial”, resistindo de forma fragmentada e oral, frequentemente no campo das culturas dominadas. Pollak (1992) destaca que, ao valorizar essas memórias subterrâneas, a história oral torna-se uma ferramenta de resistência simbólica e de visibilidade histórica. Assim, recuperar as memórias de sujeitos negros é mais do que um gesto de reparação: é um ato político que busca desestabilizar as bases do racismo estrutural e da desigualdade persistente. Essas memórias subterrâneas são aquelas que, embora não legitimadas nos circuitos formais de poder e saber, mantêm vivas as experiências e resistências de grupos subalternizados, como a população negra no Brasil. A história oral, neste sentido, torna-se uma ferramenta crucial para dar voz a esses sujeitos historicamente silenciados, permitindo que suas trajetórias sejam resgatadas, valorizadas e reinseridas no debate público.

A memória social, assim, é um campo de estudo fértil para desvelar os mecanismos simbólicos que sustentam desigualdades raciais, conforme aponta Mariosa (2018). Ela permite compreender como o passado é mobilizado para justificar o presente, e como determinadas ausências (como a de lideranças negras nas instituições de poder) não são fatos naturais ou fortuitos, mas resultados de escolhas conscientes que moldam as narrativas e práticas sociais. Ao privilegiar a iluminação dessas memórias silenciadas, o presente estudo busca contribuir para a reconstrução de uma memória coletiva mais inclusiva e crítica, capaz de sustentar iniciativas concretas de transformação social (Santos et al., 2023).

Além disso, conforme aponta Candau (2015), a memória social deve ser compreendida como uma prática cultural situada, que envolve disputas por reconhecimento. Para o autor, a memória está diretamente relacionada aos processos de construção identitária e à luta por visibilidade social e política. Assim, ao analisar a sub-representação de pessoas negras em cargos de liderança, não se

trata apenas de observar dados quantitativos, mas de compreender os dispositivos simbólicos que sustentam essa exclusão, dispositivos esses construídos historicamente por meio da marginalização das memórias negras no imaginário coletivo nacional. Candau (2015) reforça essa perspectiva ao compreender a memória como prática social, cuja função ultrapassa a simples rememoração e se insere nas disputas por reconhecimento e representação. O autor destaca a memória como processo identitário e político, no qual grupos historicamente excluídos buscam afirmar sua existência, seus saberes e suas trajetórias como parte legítima da história coletiva. No caso da população negra, a reconstrução dessas memórias muitas vezes silenciadas ou desvalorizadas é um passo fundamental para romper com a lógica da marginalização e abrir caminhos para a promoção da equidade racial.

Bosi (2013) ressalta que a memória é uma construção histórica e afetiva que interfere diretamente na constituição de sujeitos e coletividades. Ao recuperar memórias sociais silenciadas, contribui-se para a ampliação de narrativas históricas mais plurais, nas quais a presença negra não seja exceção, mas parte integrante e protagonista da história brasileira. Isso implica também repensar os currículos escolares, os espaços institucionais e os lugares de fala, uma vez que a memória atua como dispositivo organizador da cultura e da sociedade.

Jan Assmann (2011) traz uma importante contribuição ao distinguir memória comunicativa e memória cultural. Enquanto a memória comunicativa se refere à troca de lembranças em contextos cotidianos e tem uma duração limitada (em torno de três gerações), a memória cultural diz respeito à transmissão institucionalizada e simbólica de conteúdos considerados essenciais para a identidade coletiva, por meio de rituais, monumentos, textos e práticas culturais. Essa distinção é crucial para compreender como certas memórias, como as das experiências e contribuições negras, podem ser sistematicamente excluídas dos processos formais de transmissão cultural, tornando-se invisíveis para as gerações futuras e reforçando a marginalização estrutural.

Portanto, ao ancorar-se nos aportes teóricos dessas referências, esta pesquisa propõe-se a investigar silêncios, apagamentos e resistências, tomando o letramento racial como chave para a (re)construção da memória coletiva e propondo iniciativas que promovam a equidade racial. Mais do que apenas denunciar essa realidade, busca-se compreender seus fundamentos históricos e culturais, propondo caminhos

para a transformação a partir da valorização das memórias e trajetórias negras como parte integrante da identidade nacional. Reconhecer essas memórias é um passo essencial para que políticas de equidade racial deixem de ser exceções simbólicas e passem a ser práticas estruturantes da sociedade brasileira.

3.2. Memória Coletiva Negra no Brasil: Silenciamentos, Apagamentos e Resistências

Esta pesquisa inscreve-se no campo da Memória Social, entendida como um fenômeno coletivo, seletivo e situado historicamente, que expressa disputas por significação, pertencimento e poder (Halbwachs, 2006; Gondar, 2015). A memória coletiva, longe de ser um repositório neutro do passado, é construída pelos grupos hegemônicos que, ao selecionar o que deve ser lembrado, legitimam suas narrativas e perpetuam estruturas de dominação (Bourdieu, 1989). Nessa perspectiva, Halbwachs (2006) compreende a memória como um processo socialmente construído, atravessado pelas relações coletivas que organizam aquilo que é lembrado, transmitido ou esquecido ao longo do tempo.

Ao colocarmos esse entendimento em diálogo com os quadros sociais da memória, elaborados por Maurice Halbwachs (2006), torna-se possível compreender como a memória coletiva é construída, mantida e também manipulada por grupos sociais dominantes. Para Halbwachs, “é nos grupos que se constituem os quadros da memória, pois é no seio deles que o indivíduo readquire as lembranças e lhes dá sentido” (Halbwachs, 2006, p. 81). Esses quadros sociais podem ser considerados como dispositivos sociais que determinam o que é lembrado e o que é esquecido e, nesse ponto, o letramento racial atua como mecanismo de desestabilização dessas molduras excludentes. Segundo o autor

Não podemos lembrar a menos que encontremos, nos quadros da memória coletiva, o lugar dos eventos passados que nos interessam. Uma lembrança é tanto mais rica quanto reaparece no ponto de encontro de um maior número desses quadros que, de fato, se entrelaçam e se sobrepõem parcialmente. O esquecimento é explicado pelo desaparecimento desses quadros ou de parte deles, de modo que nossa atenção não consegue se fixar neles, ou que ela esteja focada em outro lugar (a distração frequentemente é apenas a consequência de um esforço de atenção, e o esquecimento quase sempre resulta de distração). (Halbwachs, 2006, p. 256).

Além disso, segundo o autor “não podemos lembrar senão nos quadros da memória coletiva” (Halbwachs, 2006, p. 256) e é justamente aí que o letramento racial atua: desestabilizando os quadros normativos que naturalizam o esquecimento das experiências negras e criando novas molduras cognitivas e políticas que possibilitam a emergência de memórias contra-hegemônicas. Ao permitir o reconhecimento dos mecanismos de exclusão racial e epistêmica, o letramento racial pode proporcionar o deslocamento do olhar do que sempre foi lembrado para o que historicamente foi silenciado.

Nascimento (2023), ao mobilizar as contribuições de Arruti (2006), chama atenção para a existência de um “ethos de silêncio” que repercute nas formas e conteúdos de narrar a memória social negra, evidenciando que determinados processos históricos de silenciamento podem influenciar não apenas a memória institucionalizada, mas também as formas pelas quais os próprios sujeitos e grupos elaboram e transmitem suas experiências coletivas.

Ao discutir a construção da identidade afro-brasileira, Munanga (1990) ressalta que a história escrita ou oral não pode ser dissociada da memória, retomando as contribuições de Halbwachs ao compreendê-la como um fenômeno coletivamente construído e permanentemente reelaborado. No caso da população afro-brasileira, o autor argumenta que a memória é constituída tanto pelas experiências vividas quanto pelas referências herdadas por meio dos processos de socialização, envolvendo acontecimentos, personagens, lugares e marcos históricos compartilhados pelo grupo. Essas memórias, ao serem apropriadas pelos indivíduos, passam a integrar o imaginário pessoal e coletivo, fortalecendo o sentimento de pertencimento e contribuindo para a construção da identidade negra. Ao ampliar essa discussão, Godoy (2025) propõe compreender a memória negra como um objeto sociológico relevante para a análise das relações raciais contemporâneas. Para o autor, os processos sociais de memória e esquecimento não constituem fenômenos neutros, mas inserem-se tanto nas estruturas e práticas de dominação racista quanto nas lutas antirracistas. Nessa perspectiva, a memória negra permite evidenciar como determinadas experiências históricas são preservadas, silenciadas ou disputadas socialmente, contribuindo para a compreensão das conexões entre memória, racismo e resistência.

Como já mencionado ao tratar dos processos históricos de apagamento da memória negra no Brasil, um episódio emblemático nesse sentido ocorreu com a

destruição dos arquivos relacionados à escravidão, determinada por Rui Barbosa no período pós-abolição. Retomar esse acontecimento neste ponto torna-se importante porque ele explicita como o apagamento da memória negra também se operou materialmente por meio da supressão de registros históricos. Ao analisarem esse episódio, Santos et al. (2023) destacam que a queima desses documentos representou uma perda significativa para a memória social brasileira, comprometendo registros fundamentais sobre a experiência histórica da população negra no país. Para além do desaparecimento físico de documentos, esse processo impactou diretamente as possibilidades de acesso às origens, à preservação de vínculos familiares, ao reconhecimento de trajetórias negras e à valorização de referências culturais e ancestrais historicamente silenciadas. Nesse sentido, trata-se também de uma expressão concreta do epistemicídio, ao atingir não apenas arquivos, mas as próprias possibilidades de transmissão, reconhecimento e reconstrução da memória negra ao longo das gerações.

Esse episódio também pode ser compreendido à luz da noção de dupla morte proposta por Silva (2020) e retomada por Silva e Lima (2024). Para os autores, a violência contra populações historicamente racializadas não se limita à morte física, à escravização, ao genocídio ou às diversas formas materiais de exclusão. Ela pode prolongar-se por meio do apagamento das memórias, trajetórias, experiências e contribuições desses sujeitos nos processos de construção da memória coletiva. Nessa perspectiva, a dupla morte ocorre quando à eliminação física soma-se a eliminação da recordação social, produzindo formas de esquecimento que retiram desses grupos não apenas a vida, mas também a permanência simbólica de suas existências na história, constituindo “a morte da memória das vítimas” (Silva; Lima, 2024, p. 4). Tal reflexão revela-se particularmente relevante para compreender os processos históricos que atravessam a população negra brasileira. Para além das violências materiais produzidas pela escravidão e das permanências do racismo denunciadas por diferentes intelectuais do movimento negro, observa-se também a existência de mecanismos de apagamento que contribuíram para restringir a presença das experiências, resistências, saberes e contribuições negras nas narrativas legitimadas sobre a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, o sofrimento e a morte física “não podem significar a morte social da memória, o que caracterizaria uma dupla morte” (Silva; Lima, 2024, p. 4).

A dupla morte designa, portanto, dois processos relacionados: o primeiro corresponde à morte física e às diferentes formas de eliminação material impostas à população negra; o segundo ocorre quando suas existências, trajetórias, experiências e contribuições também são apagadas dos arquivos, dos espaços públicos, dos currículos e das narrativas socialmente legitimadas. Essa segunda morte não se limita ao esquecimento individual, mas constitui um processo social e político que impede a permanência simbólica desses sujeitos na memória coletiva. Desse modo, preservar e reinscrever as **memórias negras** constitui parte da própria luta antirracista, pois significa enfrentar não apenas as violências materiais, mas também os mecanismos que produzem o apagamento histórico e a morte social da memória (Silva, 2020; Silva; Lima, 2024).

Um bom exemplo desse processo são as ausências de personagens negras nos currículos escolares e a representação dos negros apenas como escravizados ou marginalizados expressam um quadro social de memória limitado e racista (Pereira; Braulio, 2023), que define o que pode ou não ser lembrado, o que pode ou não ser ensinado. Halbwachs adverte que “a lembrança é tanto mais rica quanto reaparece no ponto de encontro de um maior número desses quadros” (Halbwachs, 2006, p. 123). Nesse sentido, o letramento racial enriquece a memória coletiva ao ajudar a promover a inserção de novos sujeitos, novos marcos e novas narrativas na formação de novos quadros sociais da memória, ampliando sua complexidade e profundidade histórica.

Ademais, Halbwachs (2006) afirma que a memória não é a reprodução literal do passado, mas uma reconstrução situada no presente, que se transforma conforme as convenções sociais também se transformam. Isso é particularmente importante para compreender como a memória coletiva da escravidão, por exemplo, pode ser reinterpretada a partir de perspectivas negras, que não a veem apenas como um passado de dor, mas também de resistência, cultura e humanidade. O letramento racial pode servir, nesse processo, como um catalisador dessa reconstrução, pois fornece os instrumentos críticos e afetivos para reinterpretar o passado à luz das lutas do presente.

Finalmente, o próprio Halbwachs (2006) reconhece que o esquecimento é parte constitutiva da memória, pois os quadros que sustentam as lembranças mudam ao longo do tempo. Isso implica que a omissão da história negra não é simplesmente a ausência de fatos, mas a presença ativa de um regime de memória seletivo e

excludente. Deve-se lembrar que o esquecimento está sempre conectado com a memória, tal como apresenta Nora

Vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (Nora, 1993, p. XX).

A autora salienta a vulnerabilidade da memória aos usos e manipulações. Nesse sentido, pode-se entender que o letramento racial pode operar como uma forma de contra-memória, com a capacidade de tensionar e reconfigurar esse regime, descolonizando o imaginário social e promover justiça cognitiva e histórica.

Portanto, o diálogo entre o letramento racial e a memória social mostra que relembrar é também resistir: resistir às estruturas que silenciam, aos discursos que marginalizam e às narrativas que perpetuam a exclusão. O letramento racial tem potencial para oferecer os meios para que as memórias negras deixem de ser periféricas e passem a ocupar o lugar merecido na memória coletiva não apenas como reivindicação identitária, mas como condição de possibilidade para uma sociedade verdadeiramente democrática. Em consonância, Almeida, Eugênio e Garcia entendem que “o letramento racial possibilita que os sujeitos tenham um compromisso político e social no combate ao racismo, buscando uma reeducação para uma leitura crítica e identificação de diversas formas de preconceito e racismo existentes no Brasil” (Almeida, Eugênio e Garcia, 2023, p. 3).

No Brasil, pode-se entender que ocorreu uma seletividade da memória (Pollak, 1999), a qual operou sistematicamente para apagar ou distorcer o protagonismo negro na história nacional, reforçando uma memória oficial eurocêntrica e excludente (Fernandes; Souza, 2016). Esse processo de silenciamento contribuiu para a naturalização do racismo estrutural e das desigualdades que marcam a sociedade brasileira (Batista, 2018).

Esses aspectos coadunam-se com o entendimento de Pollak (1989) sobre memória subterrânea, a qual se refere às lembranças marginalizadas, orais e fragmentadas das culturas dominadas. Essas memórias resistem à imposição da memória oficial e expressam as trajetórias, saberes e lutas de grupos historicamente subalternizados, como a população negra. A reintegração dessas memórias subterrâneas é, portanto, um ato político e epistemológico de enfrentamento ao esquecimento estruturado e à exclusão simbólica. Pollak (1989) contribui para essa

discussão ao afirmar que “a memória é um campo de luta” e que certos grupos sofrem memórias feridas, pois suas narrativas são sistematicamente silenciadas ou deslegitimadas. Essa constatação dialoga diretamente com a proposta do letramento racial: trata-se de criar condições para que essas memórias feridas, especialmente as negras, sejam reconhecidas, articuladas e reintegradas ao tecido social de maneira crítica e transformadora. Para o autor

todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação [...] O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história [...] Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. (Pollak, 1989, p. 4).

Sendo assim, o trabalho de enquadramento da memória coletiva, como nos lembra Pollak (1989), não é um ato arbitrário, mas sim um processo que exige justificação, coerência e ancoragem histórica. A memória de um grupo social precisa dialogar com discursos anteriores, respeitando os limites impostos pela credibilidade histórica. Isso significa que, embora seja possível reinterpretar o passado, tal tarefa deve estar conectada a vestígios, narrativas e materiais que sustentem essa reconstrução. No entanto, Pollak (1989) também alerta para os riscos da falsificação pura e simples, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de manter a coerência entre as versões sucessivas da história. Esse cuidado torna-se ainda mais crucial quando pensamos nas memórias silenciadas de grupos historicamente marginalizados, como a população negra, cujos registros foram constantemente apagados ou distorcidos. Essa compreensão também pode ser ampliada a partir das contribuições de Nunes (2020), ao discutir o papel das narrativas étnicas na constituição da memória social, argumenta que diferentes sujeitos e grupos produzem narrativas sobre seus territórios, trajetórias, temporalidades e pertencimentos, colocando em diálogo e, por vezes, em confronto distintas memórias acerca da realidade social. Para a autora, essas narrativas competem no plano do imaginário com outras narrativas socialmente consolidadas, confrontando, muitas vezes, memórias socialmente constituídas. Tal perspectiva contribui para compreender a memória social como um espaço no qual diferentes grupos buscam afirmar suas experiências, interpretações e formas de pertencimento.

Essa perspectiva contribui para compreender como as narrativas produzidas pela população negra historicamente confrontam interpretações hegemônicas sobre a formação da sociedade brasileira, reivindicando visibilidade para experiências, saberes e contribuições frequentemente marginalizados nos processos de construção da memória social. É nesse ponto que o letramento racial pode entrar em cena como ferramenta fundamental para a reinterpretação crítica da história. Letrar-se racialmente é desenvolver a capacidade de identificar e questionar as estruturas de poder racial vigentes. Quando as escolas, os livros e os discursos oficiais omitem ou distorcem a contribuição da população negra (Pereira; Braulio, 2023), reforçam mecanismos construídos para manter privilégios. O letramento racial, portanto, busca romper com esses limites, reivindicando a inclusão de vozes negras na narrativa histórica com base em fontes, vivências e resistências. Assim, a articulação entre a exigência de coerência apontada por Pollak (1989) e a crítica à exclusão promovida pelo letramento racial (Twine, 2004) nos convida a reconstruir memórias de forma mais justa, plural e verdadeira, pois a memória refere-se a uma construção cultural e socialmente situada. É a partir desse entendimento que o conceito de letramento racial pode ser articulado com os estudos da memória social, especialmente com a teoria de Candau (2016), para refletir sobre os mecanismos de apagamento e resistência que marcam a experiência da população negra no Brasil. Ao possibilitar a leitura crítica das relações raciais, o letramento racial pode atuar como ferramenta de reconstrução das memórias sociais, evidenciando os processos históricos de exclusão e promovendo a reconstrução de narrativas a partir de perspectivas antes marginalizadas.

Para Candau (2016), a memória social “não transmite simplesmente o passado: ela o reconstrói segundo os interesses e as necessidades do presente” (Candau, 2016, p. 43). Assim, lembrar não é um ato neutro, mas um gesto político que envolve escolhas, omissões e disputas. Em contextos de racismo estrutural, como o brasileiro, essas escolhas históricas foram moldadas por lógicas coloniais e eurocêntricas, que silenciaram a contribuição de povos negros e indígenas na formação da nação (Pollak, 1989). Nesse sentido, o letramento racial pode ajudar a romper com a cristalização de uma memória seletiva e excludente.

Candau (2016) afirma que “a memória é inseparável da identidade” (CANDAU, 2016, p. 21), o que implica dizer que os grupos sociais constroem uma imagem de si mesmos a partir daquilo que escolhem lembrar, ou do que são forçados a esquecer.

No caso da população negra, sua identidade coletiva foi construída historicamente à sombra de uma memória social que os excluiu ou os retratou apenas como objetos de dor, escravidão ou marginalidade (Fernandes; Souza, 2016). Sendo assim, o letramento racial propõe um exercício de descolonização da memória, permitindo a reconstrução de identidades negras a partir da agência, da resistência e da ancestralidade. Segundo Candau

a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um 'estar aqui' que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda a sua integridade parece insustentável. (Candau, 2020, p. 9).

Além disso, Candau (2016), chama atenção para o papel do esquecimento como dimensão ativa da memória: “não existe memória sem esquecimento”. No Brasil, o esquecimento institucionalizado das contribuições negras para a cultura, ciência, economia e espiritualidade nacional não é um acaso, mas um projeto histórico sustentado por políticas educacionais e narrativas historiográficas que privilegiaram a branquitude como centro da nacionalidade (Fernandes; Souza, 2016). O letramento racial, nesse contexto, atua como uma contramemória, ou seja, como um instrumento de insurgência que visa restaurar o direito de grupos oprimidos à sua própria memória.

Promover o letramento racial nas escolas, universidades e instituições sociais significa criar espaços para que vozes negras sejam reconhecidas como produtoras de saber e de memória. Isso implica, como afirma Ribeiro, “sair do campo da tolerância para o campo do reconhecimento” (Ribeiro, 2017, p. 52), onde as narrativas negras deixem de ser toleradas como exceções e passem a ser reconhecidas como constituintes legítimas da memória nacional.

Assim, ao dialogar com a teoria de Candau (2016), o letramento racial revela-se como uma prática política da memória: uma forma de questionar as hegemonias discursivas, reconstituir o passado sob novas perspectivas e possibilitar a emergência de identidades que resistem aos silêncios impostos. Trata-se, enfim, de um convite à escuta, à revisão e à reconstrução de um país cuja memória seja, de fato, plural, crítica e antirracista.

Segundo Candau (2016), a construção da identidade está profundamente enraizada na memória. Não pode haver identidade sem memória, assim como não

pode haver lembrança ou esquecimento, porque somente a memória permite ao sujeito desenvolver uma autoconsciência da duração, ou seja, da continuidade de si mesmo ao longo do tempo (Candau, 2016). Por outro lado, também não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre os diferentes estados do sujeito ao longo do tempo exige, um reconhecimento mínimo de que essa sequência tem sentido para aquele que recorda. Identidade e memória são, portanto, mutuamente constituídas (Candau, 2016).

Nesse sentido, o letramento racial surge como um instrumento para a reconstrução das identidades historicamente negadas ou fragmentadas pela violência do racismo. Trata-se da capacidade de ler, interpretar e agir no mundo a partir de uma consciência crítica sobre as relações raciais, compreendendo como o racismo estrutura as experiências sociais, culturais, políticas e subjetivas. O letramento racial pode não apenas instrumentalizar o indivíduo para o enfrentamento do racismo, mas também promove a (re)construção das memórias apagadas ou marginalizadas da população negra, indígena e de outros grupos racializados.

A memória guarda as marcas da resistência e da dor, mas também da criatividade e da ancestralidade. Para os sujeitos racializados, a memória é, muitas vezes, mediada por lutas constantes contra os mecanismos de silenciamento e apagamento operados pelas narrativas dominantes. Clóvis Moura (1988)¹ contribui para essa reflexão ao compreender a resistência negra como elemento permanente da trajetória histórica da população negra brasileira, especialmente por meio das diferentes formas de organização, luta e enfrentamento às estruturas de dominação racial. O letramento racial pode atuar, então, como prática de reinscrição da memória negra no espaço público e nos discursos educativos, permitindo a reconstrução de uma identidade que se reconhece na história, na cultura e na experiência dos seus pares.

Nesse sentido, só é possível haver uma identidade racial crítica e afirmativa se houver também o direito à memória (Moraes de Almeida, 2022). Por meio do letramento racial, pode ser possível romper com as lógicas do esquecimento forçado e construir sentidos novos para a experiência negra no Brasil e nas Américas. Trata-se de um processo que envolve tanto a denúncia das violências quanto a

¹ Clóvis Moura foi um sociólogo, historiador, jornalista e intelectual negro brasileiro cuja obra analisou criticamente a escravidão, o racismo e a formação social brasileira. Sua produção conferiu centralidade ao protagonismo, à resistência e às diferentes formas de organização da população negra contra as estruturas de dominação racial.

celebração da existência e da resistência: lembrar, nesse caso, é também um ato político de reexistência.

Portanto, para Candau (2015), a memória é uma prática cultural situada, vinculada à construção identitária e às lutas por reconhecimento. A memória social, assim, atua como dispositivo organizador das narrativas e das práticas sociais e culturais, podendo ser instrumentalizada tanto para a manutenção quanto para a contestação das hierarquias raciais.

3.3. Letramento Racial como Dispositivo Crítico e Político

O termo "letramento racial" foi introduzido pela socióloga norte-americana, France Winddance Twine, em suas pesquisas sobre relacionamentos interraciais nos Estados Unidos e no Reino Unido. Twine identificou que pais brancos de filhos negros ou mestiços precisavam desenvolver um conjunto de habilidades e conhecimentos para compreender e lidar com as experiências raciais vividas por seus filhos. Isso incluía: reconhecer o racismo estrutural, preparar os filhos para enfrentar a discriminação e promover uma conexão com a cultura e a identidade negra (Twine; Steinbugler, 2006).

O conceito de letramento racial, desenvolvido por Twine (2004) e aprofundado no Brasil por Schucman (2015), refere-se à capacidade crítica de reconhecer, nomear e interpretar as dinâmicas raciais, suas manifestações e impactos na sociedade. Trata-se de um processo que amplia a consciência crítica sobre o racismo estrutural, institucional e simbólico, permitindo aos sujeitos — negros e não negros — identificar situações discriminatórias, compreender suas raízes históricas e atuar de forma consciente na luta antirracista. O letramento racial não se restringe ao nível individual, mas é um processo coletivo e situado, profundamente enraizado nas disputas por reconhecimento, representação e justiça social. Nesse contexto, Nilma Lino Gomes (2017) contribui para ampliar a compreensão do letramento racial ao aproximá-lo da perspectiva da educação antirracista enquanto processo contínuo de formação crítica, consciência social e transformação das relações raciais. Para a autora, a educação das relações étnico-raciais não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve processos permanentes de reflexão, reconhecimento das desigualdades e reconstrução das formas de interpretar a sociedade. Tal perspectiva aproxima-se diretamente do letramento racial ao compreender que a ampliação da

consciência racial constitui um movimento contínuo, expansivo e permanentemente construído nas experiências sociais e formativas dos sujeitos.

Embora a formulação acadêmica do conceito de letramento racial seja atribuída a Twine, a produção intelectual, política, cultural e literária negra que possibilita uma leitura crítica das relações raciais é muito anterior e mais ampla. Nesta pesquisa, o letramento racial não é compreendido como um campo teórico apartado dessas produções, mas como uma abordagem crítica e formativa que mobiliza e articula conhecimentos construídos por diferentes tradições intelectuais, brasileiras e estrangeiras. Seus fundamentos são desenvolvidos a partir de epistemologias anteriores ao próprio conceito, que oferecem bases para interpretar as dimensões históricas, estruturais, institucionais, culturais e subjetivas do racismo. Desse modo, o letramento racial atua como um processo de ampliação da consciência sobre as relações raciais, organizando diferentes referenciais teóricos e experiências sociais de modo a favorecer o reconhecimento, a interpretação e o enfrentamento das dinâmicas raciais presentes na sociedade.

Nessa perspectiva, o letramento racial mobilizado nesta pesquisa incorpora e articula contribuições construídas historicamente pela intelectualidade negra e pelos movimentos negros. Carolina Maria de Jesus, ao narrar, em *Quarto de despejo*, a pobreza, a fome, a desigualdade e as experiências de uma mulher negra e periférica, produziu uma leitura crítica da sociedade brasileira a partir da realidade vivida (Jesus, 1960). Conceição Evaristo, por meio de sua produção literária e da escrevivência, afirmou as experiências, memórias e subjetividades de mulheres negras como fontes legítimas de conhecimento e interpretação da realidade social (Evaristo, 2020). Lélia Gonzalez evidenciou as articulações entre racismo, sexismo, cultura e linguagem, desvelando formas de dominação frequentemente naturalizadas (Gonzalez, 1984). Guerreiro Ramos questionou a transformação da população negra em mero objeto de estudo e reivindicou o reconhecimento do negro como sujeito de sua própria experiência histórica e social (Ramos, 1995). Os movimentos negros, por sua vez, produziram conhecimentos, práticas educativas e formas coletivas de conscientização e enfrentamento ao racismo muito antes da sistematização acadêmica do conceito (Gomes, 2017). Assim, o letramento racial passa a reunir e mobilizar esse patrimônio intelectual, político, cultural e experiencial como base para ampliar a consciência crítica, reinterpretar as relações raciais e fortalecer práticas antirracistas.

Twine (2004), a partir de estudos realizados no Brasil, encontrou um contexto específico para o conceito: (a) o mito da democracia racial dificultava o reconhecimento das desigualdades raciais; (b) as relações interracialias no Brasil frequentemente reproduzem dinâmicas de privilégio e exclusão, com impactos diretos na construção da identidade racial; e (c) a necessidade de letramento racial no Brasil tornava-se urgente para combater o apagamento histórico e os efeitos do racismo estrutural, muitas vezes invisibilizados.

Segundo Schucman (2015), o letramento racial é um conjunto de práticas, baseado em cinco fundamentos. O primeiro destes é o reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude como espaço de privilégios em uma sociedade forjada pelo racismo. Sobre isso, Frankenberg, segundo Schucman, diz que é “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo. Uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo: a raça”. (Schucman, 2014, p.35). Essa definição parte do conceito do racismo como um sistema histórico de opressão, conferindo a um grupo privilégios e a outro desvantagens, estas estruturais e sistemáticas. Nesse sentido, Bento (2022), em sua obra, *O Pacto Narcísico da Branquitude*, reforça a existência de um “pacto” que envolve as diversas formas pelas quais os brancos, consciente ou inconscientemente, se beneficiam das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade racial, muitas vezes sem perceber ou reconhecer esse privilégio.

O segundo fundamento, conforme Schucman (2015), é o entendimento de que o racismo é um problema atual, e não apenas um legado histórico. Tal reprodução requer um olhar crítico do passado, recuperando memórias, enaltecendo culturas e saberes relegados à marginalização para ressignificar o presente e construir um futuro inclusivo, justo e igualitário, visto que esse legado histórico se legitima promovendo desigualdades historicamente perpetuadas. Gomes (2019), em uma de suas principais obras – *Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares* (Vol. 1) – enfatiza que, se quisermos entender o Brasil em uma dimensão mais profunda, precisamos estudar a escravidão porque “tudo

que fomos no passado, o que somos hoje e que nós gostaríamos de ser no futuro tem a ver com a escravidão”. (Gomes, 2019).

O terceiro fundamento é o entendimento de que as identidades raciais são aprendidas (Schucman, 2015). Elas são o resultado de práticas sociais, nas quais o racismo passa a ser reforçado por códigos e relações aprendidas ao longo da vida. Como afirmou o grande líder contra o *apartheid* na África do Sul, Nelson Mandela, “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.” (Mandela, 1994, p. 622). Como quarto fundamento, Schucman (2015) enfatiza a posse de uma gramática e de um vocabulário racial que facilitem a discussão de raça, racismo e antirracismo. Aqui, podemos falar fortemente sobre as expressões racistas. Extremamente nocivas, perpetuam estereótipos prejudiciais, promovem a discriminação e contribuem para a marginalização de grupos étnicos. Algumas expressões da língua portuguesa foram criadas no tempo da escravidão e incorporadas ao discurso cotidiano até os dias de hoje.

Por fim, Schucman (2015) apresenta o quinto fundamento, a capacidade de traduzir (interpretar) os códigos e práticas racializadas, normas, comportamentos, políticas e padrões que, intencional ou não intencional, promovem e perpetuam a desigualdade racial, por meio de abordagens policiais, situações de discriminação e preconceito, sub-representação em espaços de poder, marginalização, dentre outras formas.

Em novembro de 2020, após o assassinato brutal de João Alberto Silveira Freitas por seguranças de uma unidade do Carrefour, o então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, declarou em entrevista ao jornalista Guilherme Mazui (G1, 2020) que, em sua visão, “no Brasil não existe racismo”. Sua fala relativiza a existência do racismo estrutural no país, utilizando experiências pessoais no exterior para justificar uma visão negacionista da realidade brasileira. O uso insistente da palavra “lamentável”, associado à negação do racismo, evidencia uma postura

institucional que deslegitima o debate racial e minimiza os efeitos da discriminação vivida por pessoas negras no Brasil

Lamentável, né? Lamentável isso aí. Isso é lamentável. Em princípio, é segurança totalmente despreparada para a atividade que ele tem que fazer [...] para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui. Eu digo para você com toda a tranquilidade: não tem racismo aqui [...] eu digo para você com toda a tranquilidade. Eu morei nos EUA. É uma coisa que tem lá. Eu morei dois anos nos EUA, e na escola onde meu filho ia, o 'president council' era só de negros. Então não venha me dizer que existe racismo aqui. Sai do Brasil, vai morar fora, na Europa, vai para os EUA e veja o que é que acontece com isso aí. Isso no final da década de 60. (PORTAL G1, 2020).

A declaração de Mourão revela não apenas desconhecimento ou recusa em reconhecer o racismo estrutural, mas também reforça a narrativa dominante da ideologia da democracia racial, que nega as desigualdades raciais sistemáticas. Tal discurso, vindo de uma autoridade pública, contribui para a perpetuação do silenciamento das violências raciais e dificulta o avanço de políticas públicas eficazes de combate ao racismo no país. Essas declarações não apenas reforçam o mito da democracia racial, mas também evidenciam permanências históricas e epistemológicas que naturalizam as desigualdades raciais e dificultam o reconhecimento do racismo estrutural na sociedade brasileira. Nunes (2020) contribui para essa discussão ao destacar que as políticas de ação afirmativa ultrapassam a dimensão estritamente jurídica ou redistributiva, produzindo impactos também no campo da memória social. Para a autora, as narrativas étnicas fortalecidas por essas políticas passam a disputar espaço com memórias socialmente constituídas, possibilitando maior visibilidade para trajetórias, experiências e contribuições historicamente marginalizadas. Nesse sentido, as ações afirmativas podem ser compreendidas não apenas como mecanismos de promoção da equidade racial, mas também como instrumentos que favorecem o reconhecimento, a circulação e a valorização de memórias negras frequentemente invisibilizadas nos processos de construção da memória coletiva.

Nesse contexto, a discussão sobre colonialidade torna-se fundamental para compreender como determinadas formas de poder, saber e interpretação social continuam organizando hierarquias raciais mesmo após o fim formal do colonialismo.

Quijano (2005) contribui para essa compreensão ao evidenciar que a colonialidade opera também por meio da legitimação de referenciais eurocentrados de conhecimento e da desvalorização de outros saberes e experiências sociais. As reflexões de Fanon (2008) ampliam essa análise ao demonstrar que o colonialismo produz efeitos subjetivos e sociais duradouros, marcados pela desumanização, pelo silenciamento e pela negação das experiências dos sujeitos racializados. De forma complementar, Césaire (1978) evidencia que a lógica colonial ultrapassa a dominação territorial e econômica, estruturando relações de poder e hierarquias civilizatórias que permanecem influenciando as sociedades contemporâneas.

Diante dessas permanências históricas, sociais e epistemológicas, a prática antirracista torna-se elemento fundamental no enfrentamento das desigualdades raciais contemporâneas. Angela Davis (2019) contribui para compreender o antirracismo enquanto prática contínua de transformação social, responsabilização coletiva e posicionamento ativo diante das estruturas de opressão. Para a autora, o combate ao racismo ultrapassa a dimensão individual e exige atuação consciente nos diferentes espaços sociais, políticos e institucionais. Nesse sentido, sua conhecida afirmação de que “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista” reforça a compreensão de que a neutralidade diante das desigualdades contribui para sua manutenção, o que torna necessária uma postura ativa e permanente de enfrentamento às dinâmicas raciais presentes na sociedade.

Para além das políticas públicas e das ações afirmativas, o enfrentamento das desigualdades raciais também tem mobilizado estratégias voltadas ao fortalecimento econômico da população negra. Nesse contexto, destaca-se o movimento *Black Money*, que propõe a ampliação da autonomia econômica da população negra por meio do fomento ao afroempreendedorismo, da geração de renda, do acesso ao crédito e da ampliação da circulação de recursos financeiros no interior da própria comunidade negra. Conforme destaca o movimento *Black Money*, a população negra representa parcela significativa da população e da atividade econômica nacional, embora permaneça submetida a profundas desigualdades econômicas e de acesso aos meios de produção. Nessa mesma direção, Nina Silva (2021),

fundadora do movimento *Black Money*, argumenta que o enfrentamento das desigualdades raciais no campo econômico exige não apenas a ampliação da presença de pessoas negras nos espaços corporativos, mas também o desenvolvimento de empreendedores, fornecedores e negócios negros ao longo de toda a cadeia produtiva. Tal perspectiva reforça a compreensão de que a promoção da equidade racial passa igualmente pela ampliação da participação da população negra nos processos de geração, circulação e acumulação de riqueza.

3.4. A trajetória da autora Twine e a pesquisa no Brasil

France Winddance Twine (1960 - atual) é professora titular de Sociologia na University of California, Santa Barbara (UCSB). Reconhecida internacionalmente, Twine é uma etnógrafa, feminista, teórica da raça e cineasta documental, cuja produção acadêmica se dedica a analisar criticamente as múltiplas dimensões da desigualdade, com foco nas intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade em contextos transnacionais.

Sua contribuição teórica e metodológica tem impacto significativo nos campos dos estudos de raça e etnia, dos estudos de gênero, dos estudos latino-americanos, da sociologia crítica e dos estudos da diáspora africana. Ao longo de sua carreira, realizou extensas pesquisas de campo no Brasil, no Reino Unido e nos Estados Unidos, consolidando-se como uma referência incontornável no debate acadêmico sobre as estruturas e dinâmicas de reprodução das desigualdades.

Sua primeira obra, publicada em 1998, *Racismo em uma Democracia Racial: a manutenção da supremacia branca no Brasil*, é considerada um marco nos estudos sobre raça no Brasil. Esse livro desafiou diretamente o mito da democracia racial brasileira, expondo os mecanismos sutis e estruturais de manutenção da supremacia branca no país. Trata-se de um trabalho pioneiro, que abriu caminhos para novas abordagens interseccionais, influenciando gerações de pesquisadores e pesquisadoras no Brasil e no exterior.

Twine (1997) desenvolveu sua pesquisa no Brasil em um período ainda marcado pelas heranças da ditadura militar e pelas tensões do processo de redemocratização recente. Embora o país já estivesse formalmente em um regime democrático, naquele período ainda carecia de dados robustos sobre raça e etnia.

Durante o regime militar, por exemplo, as perguntas sobre identidade racial foram removidas do censo, o que comprometeu seriamente a produção de estatísticas étnico-raciais. Nesse cenário, sua pesquisa tornou-se ainda mais desafiadora e, ao mesmo tempo, fundamental para compreender as dinâmicas raciais e as contradições da sociedade brasileira.

Além dos desafios enfrentados no Brasil, a pesquisadora também enfrentou barreiras acadêmicas no contexto norte-americano. Sua análise interseccional, que articulava raça, classe e gênero, foi, à época, tensionada por perspectivas hegemônicas marcadas pelo viés eurocêntrico e por abordagens exclusivamente classistas. Por conta disso, seus primeiros artigos foram publicados em revistas acadêmicas brasileiras, antes de ganhar reconhecimento mais amplo nos círculos internacionais. Autora e editora de 10 livros e de mais de 75 publicações acadêmicas, Twine construiu uma obra robusta, interdisciplinar e de alcance internacional. Entre suas principais publicações destacam-se os livros: *Racismo em uma Democracia Racial: A Manutenção da Supremacia Branca no Brasil* (1998); *White Side of Black Britain*; *Intimidade Interracial* e *Letramento Racial*; *Geografias de Privilégio*; *Outsourcing the Womb: Race, Class, and Gestational Surrogacy in a Global Market*; *Girls with Guns*, entre outros.

A trajetória de pesquisa da professora Twine no Brasil foi profundamente moldada por sua condição de mulher negra, estrangeira e de classe média norte-americana. Sua experiência etnográfica, realizada em uma pequena cidade de plantações de café, localizada a cerca de sete horas do Rio de Janeiro, evidenciou como as intersecções entre raça, gênero, nacionalidade e classe estruturaram não apenas sua vivência cotidiana, mas também as dinâmicas de produção do conhecimento no campo da pesquisa social (Twine, 2019).

Suas experiências variavam radicalmente de acordo com o espaço social ocupado. Enquanto nas zonas rurais era identificada como brasileira da classe trabalhadora, nas áreas urbanas, como no Rio de Janeiro, era frequentemente lida como estrangeira — muitas vezes francesa —, o que revelava a quase ausência de brasileiros de sua tonalidade de pele em determinados espaços de prestígio, como universidades, museus e bairros de classe média. Ao visitar colegas acadêmicos, era frequentemente instruída a utilizar a entrada de serviço dos prédios, reforçando o caráter arquitetônico e simbólico da segregação social e racial no Brasil, semelhante às práticas da era Jim Crow nos Estados Unidos (Twine, 2019).

Ao retornar aos Estados Unidos, Twine enfrentou outras formas de silenciamento e invalidação epistêmica. Suas análises sobre racismo no Brasil foram frequentemente deslegitimadas por colegas acadêmicos, inclusive marxistas, que a acusavam de interpretar erroneamente as dinâmicas sociais brasileiras, reduzindo-as a uma leitura supostamente "estadunidense" da questão racial (Twine, 2019). Essa crítica, no entanto, não era direcionada aos pesquisadores brancos que realizaram trabalhos semelhantes no país, revelando um duplo padrão racial também no campo acadêmico internacional (Twine, 2019).

A escolha da autora pelo Brasil como campo de pesquisa decorreu de uma busca por compreender sociedades marcadas pela escravidão, pela imigração europeia e pela diáspora africana. Inicialmente, seu projeto seria desenvolvido no sudoeste dos Estados Unidos, estudando as relações entre afro-americanos e povos indígenas, mas, diante da rejeição desse projeto, optou pelo Brasil, país com a maior população negra fora da África e uma história profundamente atravessada pelos legados da escravidão (Twine, 2019).

Twine reconhece que, à época, não se sentia apenas uma mulher negra nos Estados Unidos, mas essa identidade se resignificou no Brasil, onde, pela primeira vez, sentiu-se percebida primordialmente como norte-americana. Essa experiência a confrontou com as particularidades do racismo brasileiro, que frequentemente se disfarça sob o manto da desigualdade de classe, invisibilizando as hierarquias raciais (Twine, 2019).

As dificuldades encontradas na publicação de sua pesquisa revelam os limites das estruturas acadêmicas em lidar com temas como racismo, violência sexual e desigualdade interseccional, especialmente quando trazidos por mulheres negras. Muitos dos episódios mais traumáticos, incluindo a constante ameaça de violência sexual, não foram incorporados ao seu livro, tanto por questões de proteção pessoal quanto pelos filtros impostos pelas exigências editoriais e pelos receios de reforçar estereótipos sobre o Brasil (Twine, 2019). Sua trajetória reflete não apenas uma produção acadêmica de excelência, mas também uma atuação comprometida com a transformação social e com a construção de uma ciência crítica, antirracista e feminista. Esse evento, portanto, tem como propósito não apenas revisar e valorizar seu legado, mas também refletir sobre os desafios contemporâneos para os estudos sobre raça, gênero e desigualdade no Brasil e no mundo.

Celebrar a trajetória da Dra. France Winddance Twine é, igualmente, reconhecer o papel central de intelectuais negras na construção dos campos dos estudos da diáspora africana, dos estudos de gênero, dos estudos latino-americanos e dos estudos sobre branquitude. Sua contribuição permanece viva, provocadora e indispensável para aqueles e aquelas que buscam compreender e enfrentar as estruturas de opressão e desigualdade.

Ao chegar ao Brasil, Twine rapidamente percebeu que sua aparência física a fazia com que fosse constantemente percebida como uma mulher brasileira, indistinguível de muitas trabalhadoras domésticas que atuavam nas casas das pessoas que ela própria entrevistava. Isso levou os moradores locais a projetarem sobre ela uma biografia fictícia que buscava explicar sua presença naquele contexto. Conforme os rumores locais, ela seria filha de um homem branco brasileiro com uma mulher negra empregada doméstica, enviada aos Estados Unidos para proteger a família da vergonha de uma gravidez fora dos padrões raciais e sociais.

Esse enquadramento social não era apenas uma questão de suposição, mas produzia efeitos concretos em sua relação com a comunidade. Apesar de estar ali como pesquisadora, ela pagava aluguel e contribuía financeiramente para a família que a hospedava, mas era, ao mesmo tempo, submetida às expectativas de trabalho doméstico impostas às mulheres locais. A recusa em aderir integralmente às tarefas domésticas gerou tensões, revelando a rigidez das normas de gênero e classe na hierarquia social brasileira. Além disso, sua condição de mulher negra estrangeira a expunha a situações de vulnerabilidade, especialmente no que se refere à violência de gênero. Para garantir sua segurança, Twine adotou estratégias, como estar sempre acompanhada de crianças da família, a fim de se proteger de assédios e potenciais agressões, uma realidade compartilhada por muitas mulheres negras em contextos rurais e urbanos no Brasil.

A barreira linguística também se apresentou como um desafio. Ao chegar, percebeu que seu aprendizado de português, feito com um professor de origem germano-brasileira em Berkeley, não dialogava plenamente com os dialetos locais, majoritariamente influenciados por comunidades de descendência italiana. Esse descompasso linguístico reforçava seu sentimento de deslocamento e exigiu uma adaptação constante, muitas vezes mediada pelo convívio com as crianças, que lhe ensinavam não apenas a língua, mas também as sutilezas culturais necessárias para navegar naquele contexto social.

A experiência de France Winddance Twine no Brasil não apenas produziu um dos trabalhos mais significativos sobre raça e racismo no país (Twine, 2019), mas também revelou, de forma contundente, os desafios epistemológicos, metodológicos e existenciais enfrentados por pesquisadoras negras em contextos atravessados por colonialismos, patriarcados e racismos transnacionais.

3.5. A Experiência no Campo e o Desvelamento do Mito da Democracia Racial: Uma Reflexão Crítica a partir de France Winddance Twine

A experiência de campo vivida por France Winddance Twine no Brasil fornece uma potente lente analítica para refletir sobre as múltiplas camadas do racismo estrutural brasileiro e os desafios enfrentados por sujeitos racializados no interior da produção acadêmica (Twine, 2019). Sua trajetória, enquanto mulher negra norte-americana pesquisando relações raciais em um país que insiste em se afirmar como racialmente harmonioso, permite o desvelamento de mecanismos simbólicos e institucionais que operam a negação do racismo e a deslegitimação de saberes produzidos por corpos negros.

Ao ser constantemente confundida com uma trabalhadora doméstica durante seu trabalho de campo, Twine experienciou na própria pele os limites da chamada "democracia racial". A percepção de sua presença como a de uma mulher negra brasileira comum, e não como uma pesquisadora estrangeira, revelou um aspecto fundamental das dinâmicas raciais locais: a naturalização da subalternidade dos corpos negros. A partir dessa vivência, é possível compreender o que Silvio Almeida (2019) conceitua como racismo estrutural — aquele que não se manifesta apenas em atos isolados, mas que funda as estruturas sociais e institucionais.

A interlocução com a teoria de Erving Goffman (1959)², especialmente os conceitos de *frontstage* e *backstage*, contribui para compreender como os sujeitos mobilizam comportamentos distintos conforme o contexto e a audiência. Esses conceitos oferecem uma lente analítica profunda para entender como os indivíduos constroem, negociam e gerenciam suas identidades sociais diante de diferentes

² Erving Goffman foi um sociólogo canadense reconhecido pela abordagem dramatúrgica das interações sociais, por meio da qual analisou como os sujeitos representam papéis e administram as impressões produzidas diante de diferentes públicos.

públicos. No *frontstage*, as pessoas desempenham papéis cuidadosamente elaborados para atender às expectativas sociais e preservar uma determinada “imagem” perante a sociedade, enquanto no *backstage* podem manifestar aspectos mais autênticos, menos controlados e até contraditórios de sua identidade. No contexto do racismo brasileiro, essa distinção revela como corpos racializados, como o de Twine, precisam gerir constantemente suas identidades em função das normas sociais que naturalizam a subalternidade negra. Assim, esses conceitos tornam-se ferramentas necessárias para captar as estratégias de resistência, os limites impostos e as tensões que atravessam as interações sociais, especialmente em ambientes marcados por relações de poder racializadas. A presença de Twine, por não ser imediatamente reconhecida como estrangeira, rompeu a “gestão de impressões” cotidiana e permitiu o acesso a discursos racializados que usualmente se ocultam diante de pesquisadores brancos. Sua experiência evidencia como a raça, o gênero e a classe interagem para determinar o lugar que cada corpo pode ocupar socialmente, uma abordagem que dialoga com a noção de interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (1989)³.

Outro elemento fundamental dessa experiência é a confrontação com o que Ramón Grosfoguel (2016)⁴ denomina racismo epistêmico: o descrédito sistemático das produções intelectuais realizadas por sujeitos racializados, sobretudo quando esses não se alinham à normatividade eurocentrada da academia. O fato de Twine ter suas análises questionadas por colegas brancos nos Estados Unidos — mesmo que embasadas em pesquisa de campo — revela a persistência da colonialidade do saber (Quijano, 2005⁵), que estrutura a legitimidade acadêmica a partir de hierarquias raciais e geopolíticas.

Essa negação não se restringe ao campo epistemológico, mas atravessa também as dimensões simbólicas e afetivas. Ao retornar do Brasil, com relatos sobre

³ Kimberlé Crenshaw é uma jurista e intelectual afro-americana reconhecida pela sistematização do conceito de interseccionalidade, abordagem que evidencia como diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo e desigualdade de classe, podem atuar de maneira articulada.

⁴ Ramón Grosfoguel é um sociólogo porto-riquenho vinculado ao pensamento decolonial. Sua produção analisa a permanência das hierarquias coloniais na organização do poder e na produção do conhecimento, destacando os processos de racismo epistêmico e a hegemonia dos referenciais eurocêtricos.

⁵ Aníbal Quijano foi um sociólogo peruano e uma das principais referências do pensamento decolonial latino-americano. O autor formulou o conceito de colonialidade do poder, demonstrando a permanência das hierarquias raciais, políticas, econômicas e epistemológicas produzidas pelo colonialismo.

o racismo vivido no país, Twine teve sua experiência invalidada por outros acadêmicos, o que evidencia como a produção de conhecimento está diretamente ligada ao corpo e à posição social de quem o produz. A partir disso, emerge a necessidade de pensar o letramento racial como uma competência crítica — conforme sugerido por autores como Ribeiro (2019) e Carneiro (2005) — capaz de problematizar tanto os discursos negacionistas quanto os processos de epistemicídio no interior das instituições de ensino e pesquisa.

Nesse sentido, o conceito de letramento racial pode ser compreendido como o conjunto de saberes, práticas e disposições que permitem identificar, interpretar e intervir criticamente nas manifestações do racismo em suas diversas formas, estruturais, simbólicas, institucionais e epistêmicas. A experiência de Twine no Brasil funciona como uma vivência pedagógica de letramento racial, não apenas para a própria pesquisadora, mas também para os leitores de sua obra, ao expor os mecanismos de exclusão que sustentam o mito da democracia racial.

O mito da democracia racial, como analisado por Kabengele Munanga (1999) e Silvio Almeida (2019), não é apenas um dispositivo ideológico, mas também um mecanismo afetivo de defesa utilizado por muitos brasileiros negros e mestiços, que preferem evitar o confronto com a realidade do racismo para preservar uma ideia positiva de identidade nacional. Entretanto, como demonstra Twine (2019), a recusa em reconhecer essas hierarquias impede o avanço de políticas efetivas de equidade racial e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os processos de exclusão.

A noção de desobediência epistêmica, proposta por Walter Mignolo (2010)⁶, ganha destaque como estratégia de enfrentamento às ortodoxias acadêmicas. Ao transitar entre diferentes disciplinas, temas e territórios, o que ela mesma define como “promiscuidade intelectual”, Twine subverte as normas tácitas que regem a produção do conhecimento na academia. Como afirma Foucault (1975)⁷, o saber é

⁶ Walter Mignolo é um semiólogo argentino e uma das principais referências do pensamento decolonial latino-americano. Sua produção problematiza a colonialidade do saber e propõe a desobediência epistêmica como forma de ruptura com a hegemonia dos referenciais eurocêtricos na produção e legitimação do conhecimento.

⁷ Michel Foucault foi um filósofo francês cuja obra examinou as relações entre poder, saber, discursos e instituições. Sua formulação sobre os dispositivos de poder oferece uma das bases teóricas posteriormente mobilizadas por Sueli Carneiro na elaboração do conceito de dispositivo de racialidade.

também um instrumento de disciplina, e os que se desviam do que é considerado legítimo são frequentemente marginalizados.

A proposta de Twine (2019) de uma pesquisa colaborativa e interseccional, aliada à valorização de epistemologias negras e feministas, encontra eco na “ecologia de saberes” proposta por Boaventura de Sousa Santos (2009)⁸, que defende a necessidade de romper com a monocultura do saber científico e valorizar formas plurais de conhecimento. Essa perspectiva amplia os horizontes do letramento racial, ao deslocar a crítica do plano moral para o plano epistemológico.

Por fim, a indagação deixada por Twine (2019), “Quem pode pesquisar o quê?”, não é apenas uma provocação metodológica, mas um chamado ético e político à revisão crítica das práticas acadêmicas. O acesso à produção de conhecimento, a escolha dos objetos de estudo e a ocupação dos espaços de poder continuam sendo regulados por marcadores raciais, de gênero e de classe. Assim, o letramento racial se torna uma ferramenta indispensável para reconhecer e enfrentar essas estruturas, permitindo a construção de uma ciência verdadeiramente comprometida com a justiça social e com a pluralidade epistemológica.

3.6. Epistemicídio

O conceito de epistemicídio, proposto por Sueli Carneiro (2005) e também trabalhado por Grosfoguel (2016), expressa o processo histórico de silenciamento, invalidação e eliminação dos saberes produzidos por grupos racializados. No contexto brasileiro, o epistemicídio operou como instrumento central do racismo estrutural, negando legitimidade às experiências e conhecimentos negros e sustentando a exclusão da população negra dos circuitos oficiais de produção e transmissão do saber.

Munanga (2004) introduz uma reflexão crítica sobre a identidade afro-brasileira como um conceito historicamente tensionado, construído não apenas pela busca das raízes africanas, mas, sobretudo, pela trajetória de resistência frente à exclusão política, econômica e simbólica imposta pela escravidão e pelo racismo estrutural e

⁸ Boaventura de Sousa Santos é um sociólogo português cuja produção problematiza a hegemonia do conhecimento científico moderno e a deslegitimação de saberes produzidos por povos e grupos historicamente subalternizados. Seus conceitos de epistemologias do Sul e ecologia de saberes defendem o reconhecimento da pluralidade das formas de produção do conhecimento.

sistemático. A identidade negra não se limita a um dado cultural ou ancestral, mas se constitui como uma identidade política, forjada na experiência da exclusão nacional, afirma Munanga (2004), ao enfatizar que a condição da negritude no Brasil está inscrita no real por meio de uma história marcada pela marginalização e apagamentos. Essa identidade se sustenta, portanto, não apenas nas raízes, mas no processo histórico de resistência afro-brasileira, ainda pouco interrogado e valorizado. Carneiro é contundente quando trata do “epistemicídio negro” oriundo desse processo histórico. A autora relata que

para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação do acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (Carneiro, 2005, p. 97)

O epistemicídio pode se manifestar, por exemplo, quando memórias negras são apagadas dos currículos, dos monumentos, dos arquivos e das narrativas que constroem o imaginário de uma região ou mesmo nacional. Ele opera por meio da legitimação de apenas um tipo de saber, o saber branco, eurocentrado, enquanto desqualifica outros modos de existência, de linguagem e de organização cultural (Carneiro, 2005). Eis uma severa problemática que envolve o campo da memória social brasileira: hegemônica, concebida por estruturas de poder conservadoras e coloniais brancas; seletiva e excludente, como se evidencia, por exemplo, na análise de Mariosa (2018), ao discutir como a memória pública é constituída por práticas seletivas de rememoração, que silenciam sujeitos e grupos subalternizados, sobretudo negros, indígenas e periféricos, em benefício da manutenção de um imaginário oficial marcado por heróis brancos, masculinos e elitizados.

Ao dialogar com a noção foucaultiana de dispositivos de poder, Sueli Carneiro (2005) estabelece uma importante articulação teórica para a compreensão das dinâmicas raciais no Brasil. Michel Foucault (1979) trouxe à luz o conceito de dispositivo, afirmando que um dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera em determinado campo e se desvela pela articulação que se engendra a partir de uma multiplicidade de elementos e pela relação de poder que entre eles se estabelece. O autor também enfatiza que

entendo por dispositivo um conjunto decididamente heterogêneo, que envolve discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas e assim por diante. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...] O dispositivo tem como função principal responder a uma urgência. O dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera num campo de relações de forças e se apoia num tipo de saber. (Foucault, 1979, p. 244-245)

A partir dessa base teórica, Carneiro (2005) desloca a noção foucaultiana para o campo das relações raciais ao propor o conceito de dispositivo de racialidade, evidenciando como essas estruturas de poder e saber se organizam para produzir, legitimar e naturalizar as hierarquias raciais. É nesse movimento que a autora estabelece uma conexão direta com o epistemicídio, ao demonstrar que a deslegitimação dos saberes negros não ocorre de forma isolada, mas está inserida em um sistema mais amplo de poder que regula quem pode produzir conhecimento, quais saberes são reconhecidos e quais são sistematicamente silenciados.

Nesse sentido, essa estrutura de poder e saber também dialoga com o que Charles Mills (2021) denominou contrato racial: o pacto não escrito que fundamenta a modernidade, por meio do qual os sujeitos brancos se reconhecem mutuamente como plenamente humanos, enquanto os não brancos são posicionados como sub-humanos, legitimando sua dominação e exclusão das esferas de poder, cidadania e reconhecimento social. Para Mills, o contrato racial não se limita a um acordo político formal, mas constitui uma estrutura global que organiza as relações sociais, definindo quem é incluído como sujeito de direitos e quem é sistematicamente excluído ou subordinado.

Trata-se, portanto, de um sistema que opera simultaneamente em dimensões políticas, morais e epistemológicas, estabelecendo padrões de humanidade, racionalidade e legitimidade que favorecem a branquitude. Nesse sentido, o contrato racial também atua na produção e validação do conhecimento, determinando quais saberes são reconhecidos como legítimos e quais são desqualificados ou invisibilizados. Essa dimensão epistemológica aproxima-se diretamente do conceito de epistemicídio, na medida em que contribui para a marginalização dos saberes produzidos por populações negras e racializadas, reforçando estruturas históricas de exclusão.

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2005) propõe o dispositivo de racialidade para designar o conjunto de elementos, saberes, discursos, leis, práticas sociais e institucionais, que naturalizam e legitimam as hierarquias raciais na sociedade. Tal formulação contribui para compreender como o racismo se articula como sistema de poder e conhecimento, operando tanto na materialidade das relações sociais quanto na produção simbólica e na organização da memória, naturalizando a hierarquia racial e os apagamentos memorialísticos. A memória oficial, ao marginalizar as contribuições negras, reforça o epistemicídio e perpetua a exclusão.

Nesse sentido, Souza, em sua obra *Como o racismo criou o Brasil*, ressalta que

a única maneira de verdadeiramente explicar o racismo é compreendermos o que ele destrói nas pessoas, por essa razão é tão gritante a necessidade de reconstruir as precondições, historicamente construídas, afetivas e morais, para que a individualidade de cada um possa ser exercida com confiança e autoestima de forma a merecer respeito dos outros. É isso, afinal, que o racismo destrói. (Souza, 2021, p. 9),

Essa reflexão aponta para o impacto profundo e doloroso do racismo na dimensão subjetiva dos indivíduos, evidenciando que o enfrentamento do racismo demanda não apenas transformações estruturais, mas também a reconstrução da dignidade e do reconhecimento social das pessoas racializadas.

Nesse cenário, o letramento racial aparece como prática contra-hegemônica, ao capacitar os sujeitos a desvelarem os códigos, normas e discursos que operam no dispositivo de racialidade, rompendo com os sentidos naturalizados e enfrentando os efeitos do contrato racial. O letramento racial, ao possibilitar a leitura crítica das dinâmicas raciais, torna-se ferramenta essencial para reconstruir memórias silenciadas e transformar as narrativas coletivas em direção a uma sociedade antirracista.

A colonialidade do saber, conforme Quijano (2005), refere-se à persistência das hierarquias epistemológicas do colonialismo na produção e legitimação do conhecimento. Esse processo se manifesta na desvalorização dos saberes afrodescendentes e na imposição de modelos eurocentrados como únicos válidos. O *Contrato Racial* (Mills, 1997) e o conceito de desobediência epistêmica (Mignolo, 2010) dialogam com essa crítica, apontando para a necessidade de romper com as ortodoxias acadêmicas e abrir espaço para epistemologias negras, feministas e decoloniais.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1. Delineamento da Pesquisa

A operacionalização desta pesquisa foi estruturada em etapas sucessivas que envolveram o planejamento da investigação, a definição do campo empírico, o recrutamento dos participantes, a aplicação do instrumento de coleta de dados, a organização dos dados e a realização das análises quantitativa e qualitativa.

O estudo foi desenvolvido por meio da aplicação de um instrumento de pesquisa composto por questões fechadas e abertas, possibilitando a produção de evidências quantitativas e qualitativas. As questões fechadas permitiram identificar tendências, padrões de percepção e níveis de concordância dos participantes em relação aos conteúdos abordados na formação. Já as questões abertas favoreceram a compreensão dos sentidos atribuídos pelos participantes às suas experiências, interpretações e processos de ressignificação decorrentes da participação no percurso formativo. Após a coleta dos dados, as evidências quantitativas e qualitativas foram organizadas e analisadas de forma complementar, permitindo a integração dos resultados produzidos por ambas as abordagens. Essa estratégia propiciou compreender o fenômeno investigado de forma mais abrangente, contribuindo para a análise dos processos de reconstrução da memória social a partir do letramento racial.

A organização da pesquisa em etapas sucessivas buscou garantir coerência entre os objetivos propostos, os procedimentos de coleta de dados e as estratégias de análise adotadas, conforme recomendam estudos metodológicos que enfatizam a necessidade de alinhamento entre problema de pesquisa, métodos e procedimentos analíticos (Gil, 2008).

O Quadro 1 apresenta uma síntese das etapas da pesquisa adotadas nesta investigação.

Quadro 1 – Síntese das Etapas da Pesquisa

Etapa	Descrição
-------	-----------

Planejamento da Pesquisa	Definição do problema de pesquisa, dos objetivos, da justificativa, elaboração do projeto de pesquisa e realização da qualificação.
Revisão Bibliográfica e Fundamentação Teórica	Revisão Bibliográfica e Fundamentação Teórica
Definição da Estratégia Metodológica	Escolha da abordagem, dos procedimentos metodológicos e das estratégias de análise dos dados.
Definição de Campo Empírico	Delimitação dos egressos das turmas da Formação em Letramento Racial JG como universo da pesquisa.
Construção do Instrumento de pesquisa	Elaboração do questionário composto por questões fechadas e abertas, contemplando percepções relacionadas aos períodos pré e pós-formação (Apêndice A).
Recrutamento dos Participantes	Convite aos egressos da Formação em Letramento Racial JG (1ª Onda: grupos permanentes + 2ª Onda: convites individuais)
Coleta de Dados	Aplicação do instrumento de pesquisa por meio de formulário eletrônico (Google Forms).
Organização e tratamento dos Dados	Tabulação, sistematização e preparação dos dados quantitativos e qualitativos para análise.
Análise Quantitativa	Análise descritiva por meio de frequências percentuais, média, mediana e desvio padrão.
Análise Qualitativa	Análise de Conteúdo das evidências produzidas pelos participantes.
Integração dos Resultados	Articulação entre as evidências quantitativas e qualitativas produzidas na pesquisa.
Conclusões	Interpretação dos resultados obtidos, retomada dos objetivos da pesquisa, apresentação das limitações do estudo e proposições para futuras investigações.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

A Figura 1 apresenta a representação gráfica do fluxo metodológico adotado nesta investigação. Sua finalidade é possibilitar uma visualização integrada das etapas da pesquisa, evidenciando a articulação entre o planejamento do estudo, a definição do campo empírico, a construção do instrumento, a coleta dos dados e os procedimentos de análise quantitativa e qualitativa empregados na investigação.

Figura 1 – Natureza da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

A presente pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de abordagem mista, articulando procedimentos quantitativos e qualitativos, com natureza descritiva e exploratória. A importância da abordagem qualitativa justifica-se pelo objetivo de compreender os significados, percepções e interpretações dos sujeitos acerca das relações raciais e da memória social, enquanto os dados quantitativos atuam de forma complementar, permitindo identificar tendências e recorrências nas respostas analisadas.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se caracteriza por um aprofundamento no universo dos significados, das motivações, das crenças, dos valores e das atitudes, permitindo a compreensão da lógica dos atores sociais. Trata-se de uma abordagem que busca interpretar o sentido das ações humanas em seu contexto específico, valorizando a subjetividade dos sujeitos e a complexidade dos fenômenos sociais. Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa é apropriada para investigar construções sociais e significados que não podem ser reduzidos a variáveis mensuráveis. Além disso, a pesquisa qualitativa se mostra apropriada quando se pretende compreender processos dinâmicos e relações subjetivas

(Minayo, 2001), como é o caso do letramento racial e suas implicações nas memórias sociais de sujeitos afetados pelo racismo estrutural. Tais elementos não se revelam apenas por meio de estatísticas, mas por narrativas, discursos, interpretações e representações socialmente construídas.

A incorporação da dimensão quantitativa à pesquisa teve como objetivo complementar a análise qualitativa, possibilitando a identificação de tendências, recorrências e padrões de percepção entre os participantes da Formação em Letramento Racial JG. Conforme destacam Freitas e Moscarola (2002), a articulação entre métodos quantitativos e qualitativos amplia as possibilidades interpretativas da pesquisa, permitindo compreender simultaneamente a frequência dos fenômenos observados e os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências.

A análise quantitativa foi realizada em duas etapas complementares. Inicialmente, procedeu-se à análise descritiva por meio de frequências absolutas e percentuais das respostas obtidas em cada questão do instrumento. Essa primeira etapa permitiu identificar tendências gerais, níveis de concordância e distribuição das percepções dos participantes em relação aos diferentes aspectos investigados.

Em um segundo momento, buscando aprofundar a interpretação dos dados, foram aplicadas medidas de estatística descritiva, especialmente média, mediana e desvio padrão. Segundo Hair et al. (2005), a estatística descritiva tem como finalidade organizar, resumir e apresentar os dados de forma compreensível, possibilitando a identificação de padrões, tendências e comportamentos observados em determinado conjunto de informações.

A média corresponde ao valor médio obtido pelas respostas dos participantes, permitindo identificar a tendência central dos dados. A mediana representa o valor que ocupa a posição central da distribuição, dividindo o conjunto de respostas em duas partes equivalentes e reduzindo possíveis efeitos de valores extremos. Já o desvio padrão consiste em uma medida de dispersão que indica o grau de variação das respostas em relação à média, permitindo avaliar o nível de convergência ou divergência das percepções observadas entre os participantes.

A utilização combinada dos percentuais, das médias, das medianas e dos desvios padrão possibilitou uma análise mais consistente dos dados quantitativos, permitindo não apenas identificar tendências gerais de resposta, mas também examinar a intensidade dessas percepções e o grau de consenso ou dispersão existente entre os participantes da pesquisa. Tal procedimento contribuiu para uma

compreensão mais robusta dos impactos produzidos pela Formação em Letramento Racial JG e dos processos de reconstrução da memória social analisados neste estudo.

O caráter exploratório da pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre uma temática ainda pouco investigada no campo da Memória Social e Bens Culturais: as contribuições do letramento racial para os processos de reconstrução da memória social. Segundo Gil (2008), pesquisas exploratórias têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, contribuindo para seu aprofundamento e para a construção de novas perspectivas analíticas.

Ao mesmo tempo, a pesquisa apresenta natureza descritiva, uma vez que busca identificar, caracterizar e analisar percepções, compreensões e possíveis transformações produzidas pela participação na Formação em Letramento Racial JG. Nesse sentido, procura descrever tendências, interpretações e processos de ressignificação presentes nas evidências produzidas pelos participantes, contribuindo para a compreensão das relações entre letramento racial e memória social.

Dessa forma, a adoção de uma abordagem mista, associada ao caráter exploratório e descritivo da investigação, mostrou-se adequada aos objetivos propostos, permitindo compreender tanto os padrões gerais observados entre os participantes quanto os processos subjetivos de interpretação, ressignificação e reconstrução da memória social produzidos a partir da experiência com o letramento racial.

4.2. Uso de ferramentas de inteligência artificial como apoio técnico à pesquisa

No desenvolvimento desta pesquisa foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa como apoio técnico complementar em etapas específicas do trabalho.

Foi utilizada a ferramenta Google Gemini como suporte auxiliar para organização e tratamento preliminar dos dados quantitativos oriundos do instrumento de pesquisa aplicado via Google Forms, especialmente no auxílio à sistematização de cálculos estatísticos descritivos, tais como média, mediana e

desvio padrão, bem como no apoio à organização inicial desses dados para fins analíticos.

Também foi utilizada a ferramenta ChatGPT (OpenAI) como recurso auxiliar de apoio à revisão textual, ajustes gramaticais e ortográficos, além de suporte complementar à organização textual e à sistematização preliminar de aspectos relacionados à análise dos dados qualitativos e quantitativos. Destaca-se que o uso dessas ferramentas ocorreu exclusivamente como apoio instrumental e técnico, não substituindo o trabalho analítico, interpretativo, crítico e autoral desenvolvido ao longo da pesquisa.

Ressalta-se que a definição do problema de pesquisa, a construção do referencial teórico, a elaboração do instrumento de pesquisa, a interpretação dos dados produzidos, a análise crítica dos resultados, as articulações teóricas e a redação final desta dissertação foram concebidas, conduzidas e desenvolvidas pelo autor. As ferramentas mencionadas foram utilizadas como recurso complementar de suporte operacional, permanecendo sob responsabilidade exclusiva do autor todas as decisões analíticas, metodológicas e conceituais presentes neste trabalho.

4.3. Campo Empírico

É fundamental destacar que os dados analisados nesta pesquisa emergem de um campo empírico específico: a Formação em Letramento Racial JG, compreendida não apenas como espaço de ensino, mas também como ambiente de construção coletiva de conhecimento, elaboração crítica e ressignificação das experiências sociais e raciais dos participantes. O curso, ao longo de nove turmas, foi desenvolvido entre os anos de 2024 e 2026, reunindo 177 participantes que vivenciaram processos formativos voltados à compreensão das dinâmicas raciais no Brasil. A formação, com carga horária de 36 horas, está estruturada em dez encontros organizados em módulos temáticos, que articulam conteúdos históricos, conceitos analíticos e práticas voltadas à reflexão crítica sobre o racismo, a memória social e as relações raciais. Além disso, práticas participativas promovem debates, atividades em grupo, salas temáticas e espaços de escuta e diálogo, nos quais os participantes são convidados a compartilhar experiências, dúvidas, percepções e reflexões relacionadas às relações raciais na sociedade brasileira. Exponentes da luta antirracista, reconhecidos por sua representatividade, são frequentemente

convidados para as aulas inaugurais, reforçando a qualidade e a relevância da ação formativa.

A iniciativa formativa foi idealizada, estruturada e conduzida pelo próprio pesquisador, constituindo-se como resultado de sua trajetória acadêmica, profissional e de atuação na promoção da igualdade racial. Sua concepção fundamenta-se na compreensão de que o enfrentamento ao racismo exige métodos formativos capazes de promover reflexão crítica, ampliação da consciência racial e revisão de referências historicamente naturalizadas na sociedade brasileira. Ao longo de suas diferentes edições, a formação passou por constantes atualizações em seus conteúdos, referenciais teóricos, dinâmicas pedagógicas e estratégias metodológicas, incorporando novos autores, pesquisas e debates contemporâneos relacionados às relações raciais, à memória social e à educação antirracista. Esse procedimento de atualização permanente decorre tanto da evolução dos estudos sobre a temática quanto do aprofundamento acadêmico e profissional do pesquisador.

Nesse contexto, o letramento racial é mobilizado não apenas como conteúdo, mas como processo educativo que articula conhecimentos teóricos, reflexão crítica e participação coletiva. Por meio de metodologias participativas, debates, dinâmicas e atividades colaborativas, busca-se favorecer a ampliação do entendimento acerca das relações raciais, da memória social e dos processos históricos que estruturam as desigualdades raciais no Brasil.

Além dos encontros formais, a manutenção dos grupos permanentes de comunicação das turmas contribui para a constituição de uma rede contínua de interação entre os participantes, ampliando a circulação de saberes, a troca de experiências e a construção coletiva de sentidos para além do período regular das aulas. Foi nesse contexto que os concluintes das diferentes turmas foram convidados a participar da presente pesquisa. Assim, os dados produzidos refletem percepções construídas a partir de um percurso formativo estruturado, articulando conhecimentos, reflexões e experiências relacionadas às temáticas abordadas ao longo da formação.

Cabe destacar que o instrumento de pesquisa foi estruturado de modo a garantir o sigilo e o anonimato dos participantes, não sendo coletadas informações que permitissem sua identificação individual. Essa estratégia buscou assegurar a liberdade de expressão nas respostas e contribuir para a qualidade das evidências

produzidas, em consonância com os princípios éticos da pesquisa em Ciências Humanas.

Dessa forma, os dados analisados não devem ser compreendidos como opiniões isoladas, mas como manifestações produzidas no contexto de um processo formativo estruturado, que articula teoria, prática e reflexão social. Isso implica reconhecer que as respostas refletem, em alguma medida, os efeitos do letramento racial enquanto ferramenta de interpretação da realidade e de ressignificação dos quadros de memória social.

Considerando sua relevância para a compreensão dos resultados obtidos, informações mais detalhadas sobre a estrutura, os conteúdos e a trajetória da Formação em Letramento Racial JG serão retomadas no capítulo de análise dos dados, quando serão discutidas suas relações com as maneiras de reconstrução da memória social identificados nesta pesquisa.

4.4. Participantes, Critérios de Inclusão e Recrutamento

Participaram desta pesquisa concluintes das nove turmas da Formação em Letramento Racial JG, desenvolvidas entre os anos de . Considerando os objetivos do estudo, optou-se por investigar sujeitos que vivenciaram o percurso formativo completo, uma vez que a pesquisa busca compreender percepções relacionadas às contribuições da formação para os processos de reconstrução da memória social e ampliação da compreensão acerca das relações raciais. Dessa forma, os concluintes das diferentes turmas constituíram o universo elegível para participação na investigação.

Como critérios de inclusão: (a) possuir idade igual ou superior a 18 anos; (b) ter concluído a Formação em Letramento Racial JG; (c) concordar voluntariamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); e (d) responder ao instrumento de pesquisa disponibilizado por meio da plataforma Google Forms (Apêndice A). Cabe salientar que antes do acesso ao questionário, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado na página inicial do formulário eletrônico. O prosseguimento para as questões da pesquisa estava condicionado à manifestação expressa de concordância com os termos apresentados, assegurando aos participantes o caráter voluntário da participação, o anonimato das respostas, a confidencialidade das

informações fornecidas e o respeito aos princípios éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos.

A participação na pesquisa ocorreu de forma voluntária, por adesão, assegurados aos participantes o anonimato, a confidencialidade das informações e o respeito às dimensões éticas da pesquisa, a partir de convite realizado nos grupos permanentes de comunicação das turmas, bem como por contato individual com os participantes, solicitando sua colaboração no instrumento de pesquisa vinculado ao mestrado em Memória Social e Bens Culturais. O instrumento de pesquisa foi aplicado no período de 25 de março a 13 de abril de 2026.

Na primeira onda, o convite para participação na pesquisa foi encaminhado aos grupos permanentes de comunicação das turmas da Formação em Letramento Racial JG, buscando alcançar os concluintes por meio dos canais coletivos estabelecidos ao longo do percurso formativo. Essa onda resultou no retorno de 41 formulários respondidos. Considerando o número de respostas obtidas na primeira etapa e buscando ampliar a participação dos concluintes, foi realizada uma segunda onda de recrutamento. Nessa, desenvolvida em curto intervalo de tempo após a primeira, foi realizada uma busca ativa por meio de contatos individuais com participantes das diferentes turmas, convidando-os diretamente a colaborar com a pesquisa. Essa estratégia possibilitou a obtenção de 23 novos formulários respondidos, totalizando 64 participantes. Considerando o universo de 177 concluintes das turmas da Formação em Letramento Racial JG, a pesquisa alcançou aproximadamente 36,2% dos participantes elegíveis para participação no estudo.

A estratégia de recrutamento adotada permitiu alcançar participantes com diferentes trajetórias, perfis profissionais, áreas de atuação e períodos de participação na formação, contribuindo para a diversidade das evidências produzidas e para a amplitude das percepções analisadas ao longo da investigação.

4.5. Instrumento de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, elaborado especificamente para esta pesquisa e disponibilizado aos participantes por meio da plataforma Google Forms (Apêndice A). O instrumento foi construído a partir dos objetivos da investigação e do referencial teórico adotado, buscando

produzir evidências capazes de subsidiar a análise das relações entre letramento racial e reconstrução da memória social.

O questionário foi composto por questões fechadas e abertas, contemplando tanto dimensões quantitativas quanto qualitativas. As questões fechadas permitiram identificar tendências de percepção, níveis de concordância e padrões relacionados aos conteúdos trabalhados na Formação em Letramento Racial JG. Já as questões abertas possibilitaram que os participantes expressassem livremente suas percepções, interpretações, experiências e reflexões decorrentes de sua participação na formação.

O instrumento foi estruturado de modo a captar percepções relacionadas tanto ao período anterior (pré-formação) quanto ao período posterior (pós-formação) à participação na Formação em Letramento Racial JG. Dessa forma, buscou-se identificar possíveis deslocamentos de percepção, ampliação da consciência racial, revisão de compreensões anteriormente naturalizadas e mudanças relacionadas à interpretação das relações raciais e da memória social decorrentes da experiência formativa.

O instrumento foi organizado em blocos temáticos, com o objetivo de captar diferentes dimensões do processo formativo e seus possíveis impactos. Entre os blocos analisados, destacam-se: visão de mundo, compreensão sobre o racismo, relação entre história e sociedade, assimilação de conceitos, práticas e posicionamentos, impacto da formação, reconstrução da memória e percepção histórica. Essa organização permitiu observar, de forma articulada, como os participantes interpretam suas experiências e ressignificam suas percepções a partir do letramento racial.

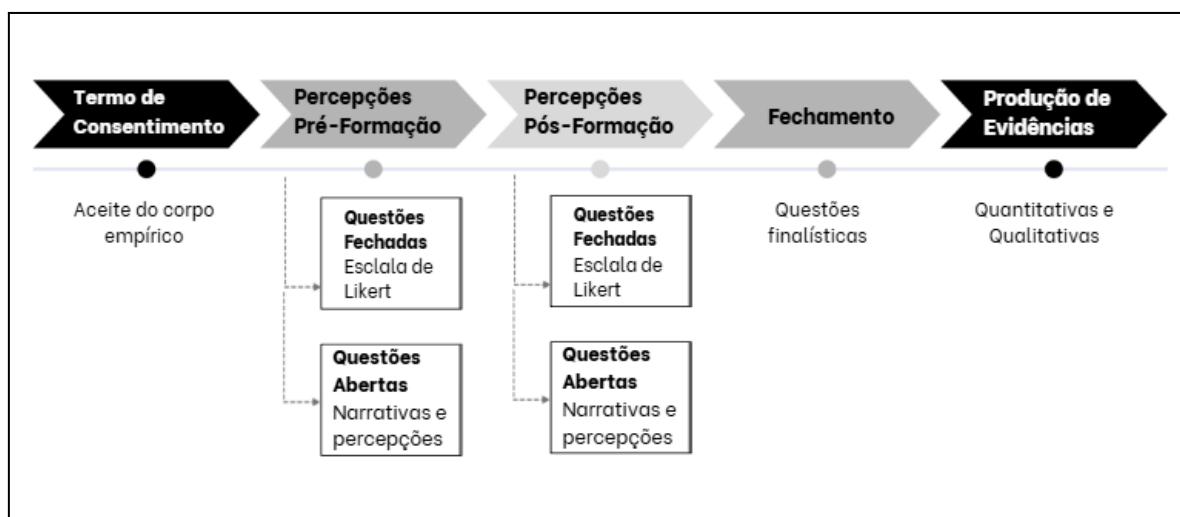
Na dimensão quantitativa, o instrumento possibilitou a produção de dados relacionados às percepções dos participantes por meio de questões estruturadas em escala do tipo Likert. Segundo Hair et al. (2005), a escala Likert é amplamente utilizada para mensurar atitudes, opiniões e percepções, possibilitando avaliar não apenas a direção das respostas, mas também a intensidade com que os participantes concordam ou discordam de determinado enunciado.

Na dimensão qualitativa, por meio de questões abertas, o instrumento permitiu a produção de narrativas e relatos capazes de evidenciar sentidos, interpretações e processos de ressignificação associados às experiências vivenciadas ao longo da formação. As evidências produzidas por essas questões constituíram o corpus

qualitativo da investigação, permitindo identificar sentidos, significados e processos de ressignificação associados às experiências formativas. Para sua interpretação, foi adotada a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), cujos procedimentos metodológicos são detalhados na Seção 4.8 desta dissertação.

A Figura 2 apresenta a estrutura geral do instrumento de pesquisa utilizado neste estudo, evidenciando a articulação entre a caracterização dos participantes, as percepções relacionadas aos períodos pré e pós-formação e a produção de evidências quantitativas e qualitativas utilizadas na análise dos dados.

Figura 2 – Estrutura Geral do Instrumento de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

O instrumento de pesquisa foi estruturado em seções temáticas organizadas de forma a contemplar diferentes dimensões relacionadas ao percurso dos participantes na Formação em Letramento Racial JG. Sua construção buscou articular informações de caracterização dos respondentes, percepções anteriores à formação, mudanças percebidas após a participação no curso, impactos atribuídos ao processo formativo e aos aspectos relacionados à reconstrução da memória social.

O Quadro 2 apresenta a estrutura geral do instrumento, evidenciando as seções, categorias analíticas e respectivas questões que compuseram a coleta de dados.

Quadro 2 – Estrutura do Instrumento de Pesquisa

Seção / Bloco	Foco / Categoria	Perguntas do Questionário
Apresentação e Consentimento	Consentimento Livre e Esclarecido	- Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e concordo voluntariamente em participar.
SEÇÃO 1 — PERFIL DO PARTICIPANTE	Dados Sociodemográficos e de Formação	1. Em qual turma da formação você participou? 2. Há quanto tempo você concluiu a formação? 3. Raça/cor (autodeclaração)
 4. Idade 5. Gênero 6. Você gostaria de informar sua orientação sexual? 7. Escolaridade 8. Área de atuação profissional 9. Você já participou anteriormente de cursos ou formações sobre relações raciais?
SEÇÃO 2 — PERCEPÇÕES ANTES DA FORMAÇÃO	Avaliação Prévia e Sensibilidade	10. Antes desta formação, qual era seu nível de contato com temas relacionados às relações raciais? 11. ANTES da formação, como você avalia: seu conhecimento, capacidade de perceber desigualdades, compreender história, identificar racismo e disposição para refletir? 12. Como você descreveria sua forma de perceber as relações raciais antes da formação?
SEÇÃO 3 — PERCEPÇÕES APÓS A FORMAÇÃO	Visão de Mundo	13. Após a formação, como você avalia sua capacidade de: perceber desigualdades, relacionar problemas atuais a processos históricos, perceber como a raça influencia oportunidades etc.? 14. O que mudou na sua forma de perceber a sociedade? Por quê?

	Racismo	15. Após a formação, como você avalia sua capacidade de: identificar situações de racismo, perceber formas indiretas, reconhecer desigualdades raciais em instituições etc.? 16. Você consegue identificar alguma situação que antes não reconhecia como racismo e que hoje consegue perceber? Descreva.
	História / Sociedade	17. Após a formação, como você avalia sua compreensão sobre: história da população negra no Brasil, percepção de apagamentos, resistência e reconhecimento das contribuições? 18. O que você passou a perceber sobre a sociedade brasileira e a realidade das pessoas negras que antes não percebia?
	Conceitos	19. Após a formação, como você avalia sua compreensão sobre: fundamentos do letramento, racismo estrutural, branquitude, mito da democracia racial, colonialidade, ações afirmativas, etc.? 20. Qual conceito mais mudou sua forma de entender a realidade? Explique como.
	Práticas	21. Como a formação impactou sua capacidade de: refletir sobre questões raciais, conversar/argumentar, ser antirracista na prática e reconhecer seu compromisso? 22. Você passou a agir ou se posicionar de forma diferente em relação às questões raciais? Como essa mudança se manifesta nas suas atitudes no dia a dia?

SEÇÃO 4 — IMPACTO	Impacto Geral da Formação	23. O quanto a formação influenciou: sua forma de ver a sociedade, compreender a história, sua percepção sobre a população negra e seu posicionamento? 24. Por que você considera que a formação teve esse impacto em você? 25. O que a formação mudou concretamente na sua compreensão sobre o racismo? Quais aspectos contribuíram para isso?
SEÇÃO 5 — RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA PERCEPÇÃO HISTÓRICA	Memória Social e Novos Olhares	26. Antes da formação, quando você pensava no Brasil, o que vinha à sua mente sobre as pessoas negras? 27. Você percebe que havia aspectos da história ou da realidade das pessoas negras que você pouco via, não conhecia ou não dava importância? Quais? 28 e 29. Após a formação, o que você passou a perceber ou reconhecer que antes não fazia parte do seu olhar? Descreva o que passou a fazer sentido para você. <i>(Nota: A pergunta se repete no instrumento original)</i>
FECHAMENTO	Síntese Final	30. Se você tivesse que resumir em uma frase, o que mudou em você após a formação?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

A organização do instrumento em blocos temáticos permitiu analisar, de forma articulada, aspectos relacionados ao perfil dos participantes, às percepções prévias sobre as relações raciais, aos conhecimentos e compreensões desenvolvidos ao longo da formação, aos impactos percebidos em suas práticas e posicionamentos e aos processos de reconstrução da memória social. Essa estrutura também subsidiou a definição das categorias analíticas utilizadas na interpretação dos dados, permitindo a integração entre os procedimentos quantitativos e qualitativos adotados nesta investigação.

O instrumento completo utilizado para coleta de dados encontra-se apresentado no Apêndice A desta dissertação.

4.6. Procedimentos Gerais de Análise dos Dados

Após a conclusão da etapa de coleta, os dados produzidos foram organizados, sistematizados e preparados para análise. Considerando a natureza mista da pesquisa, os procedimentos analíticos envolveram a articulação entre abordagens quantitativas e qualitativas, buscando compreender o fenômeno investigado de forma integrada e complementar. Os dados foram organizados a partir das categorias temáticas estruturantes do instrumento de pesquisa, construídas em consonância com os objetivos da investigação e com os eixos centrais da Formação em Letramento Racial JG. As categorias foram definidas com base nos blocos temáticos que compõem o questionário e permitiram agrupar questões que abordavam dimensões semelhantes do fenômeno investigado. Em cada categoria, foram identificadas subcategorias relacionadas aos conteúdos específicos explorados pelo instrumento, possibilitando maior detalhamento da análise.

A análise dos dados ocorreu de forma complementar em cada categoria investigada. Inicialmente, os dados quantitativos produzidos pelas questões fechadas foram submetidos a procedimentos de estatística descritiva, permitindo identificar tendências, padrões de percepção e níveis de concordância entre os participantes. Posteriormente, as evidências qualitativas oriundas das questões abertas foram analisadas com o objetivo de compreender os sentidos, interpretações e processos de ressignificação presentes nos relatos dos participantes. Essa estratégia permitiu examinar cada categoria sob diferentes perspectivas metodológicas, articulando tendências observadas nos dados quantitativos com os significados expressos nas evidências qualitativas. Para tanto, foram empregados procedimentos de análise estatística descritiva e de análise de conteúdo, cujos fundamentos teóricos e operacionais são detalhados nas seções subsequentes. O Quadro 3 apresenta a estrutura analítica adotada nesta pesquisa, evidenciando as categorias, subcategorias e procedimentos metodológicos empregados na análise dos dados.

Quadro 3 – Estrutura Analítica da Pesquisa

Categoria	Subcategorias	Análise Quantitativa	Análise Qualitativa
------------------	----------------------	---------------------------------	--------------------------------

Visão de Mundo	• Percepção das desigualdades sociais • Relação entre raça e oportunidades • Interpretação da realidade social	Frequências percentuais, média, mediana e desvio padrão	Análise de Conteúdo
Compreensão sobre o Racismo	• Identificação de situações de racismo • Reconhecimento de formas indiretas de racismo • Percepção das desigualdades raciais institucionais	Frequências percentuais, média, mediana e desvio padrão	Análise de Conteúdo
História e Sociedade	• História da população negra no Brasil • Apagamentos históricos • Resistências negras • Contribuições da população negra	Frequências percentuais, média, mediana e desvio padrão	Análise de Conteúdo
Assimilação de Conceitos	• Letramento racial • Racismo estrutural • Branquitude • Mito da democracia racial • Colonialidade • Ações afirmativas	Frequências percentuais, média, mediana e desvio padrão	Análise de Conteúdo
Práticas e Posicionamentos	• Reflexão crítica sobre questões raciais • Diálogo sobre relações raciais • Atitudes antirracistas • Compromisso com a equidade racial	Frequências percentuais, média, mediana e desvio padrão	Análise de Conteúdo
Impacto da Formação	• Impactos pessoais • Impactos profissionais • Impactos sociais • Mudanças de percepção	Frequências percentuais, média, mediana e desvio padrão	Análise de Conteúdo
Reconstrução da Memória Social	• Novos olhares sobre a população negra • Reconhecimento de silenciamentos e apagamentos • Ressignificação de narrativas históricas • Ampliação da consciência histórica	Frequências percentuais, média, mediana e desvio padrão	Análise de Conteúdo

Fechamento	• Síntese final da mudança percebida após a formação	Formulação pessoal sobre os efeitos da formação	Análise de Conteúdo
------------	--	---	---------------------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

A partir dessa estrutura, os procedimentos quantitativos e qualitativos foram desenvolvidos de forma integrada em cada categoria analítica, permitindo uma compreensão mais abrangente dos impactos da Formação em Letramento Racial JG e de suas contribuições para os processos de reconstrução da memória social investigados neste estudo. As estratégias específicas da análise quantitativa, fundamentados na estatística descritiva (Hair et al., 2005), e da análise qualitativa, orientada pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), são apresentados nas seções seguintes.

4.7. Procedimentos de Análise Quantitativa

A análise quantitativa da pesquisa foi construída a partir das questões fechadas no instrumento de coleta de dados, estruturadas predominantemente por meio de escala de Likert de cinco pontos. Segundo Hair et al. (2005), esse tipo de escala é amplamente utilizado para mensurar atitudes, opiniões e percepções, permitindo avaliar não apenas a direção das respostas, mas também a intensidade com que os participantes concordam ou discordam de determinadas afirmações.

A incorporação da dimensão quantitativa à pesquisa teve como objetivo complementar a análise qualitativa, possibilitando a identificação de tendências, recorrências e padrões de percepção entre os participantes da Formação em Letramento Racial JG. Conforme destacam Freitas e Moscarola (2002), a articulação entre métodos quantitativos e qualitativos amplia as possibilidades interpretativas da pesquisa, permitindo compreender simultaneamente a frequência dos fenômenos observados e os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências.

Os dados quantitativos foram inicialmente organizados e tabulados em planilhas eletrônicas, sendo submetidos a procedimentos de estatística descritiva. Inicialmente, procedeu-se à análise das frequências percentuais das respostas obtidas em cada questão do instrumento. Essa etapa permitiu identificar tendências

gerais de resposta, níveis de concordância e distribuição das percepções dos participantes em relação aos diferentes aspectos investigados.

Posteriormente, buscando aprofundar a interpretação dos resultados, foram calculadas medidas de tendência central e dispersão, especialmente média, mediana e desvio padrão. Segundo Hair et al. (2005), a estatística descritiva tem como finalidade organizar, resumir e apresentar os dados de forma compreensível, favorecendo a identificação de padrões, tendências e comportamentos observados em determinado conjunto de informações.

A média foi utilizada para identificar a tendência central das respostas dos participantes em cada questão analisada. A mediana permitiu identificar o valor central da distribuição, reduzindo possíveis influências de valores extremos. Já o desvio padrão foi empregado como medida de dispersão, possibilitando avaliar o grau de convergência ou divergência das respostas em relação à média observada (Hair et al., 2005). Quanto menor o desvio padrão, maior o nível de consenso entre os participantes; quanto maior seu valor, maior a variabilidade das percepções identificadas.

A utilização combinada das frequências percentuais, das médias, das medianas e dos desvios padrão possibilitou uma análise mais consistente dos dados quantitativos, permitindo não apenas identificar tendências gerais de resposta, mas também avaliar a intensidade das percepções e o grau de consenso existente entre os participantes. Os resultados produzidos por essa etapa foram posteriormente articulados às evidências qualitativas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos impactos da Formação em Letramento Racial JG, das mudanças percebidas e de suas relações com os processos de reconstrução da memória social.

4.8. Procedimentos de Análise Qualitativa

A análise qualitativa da pesquisa foi desenvolvida a partir das questões abertas presentes no instrumento de coleta de dados (Google Forms), as quais possibilitaram aos participantes expressar percepções, interpretações, experiências e processos de ressignificação relacionados à sua participação na Formação em Letramento Racial JG.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), amplamente utilizada nas Ciências Humanas e Sociais para interpretação de discursos, depoimentos, narrativas e demais produções textuais. Essa técnica consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos de descrição, categorização e interpretação das comunicações, permitindo identificar indicadores, recorrências e padrões de sentido que auxiliam na compreensão dos fenômenos investigados.

A utilização da Análise de Conteúdo nesta pesquisa buscou conferir maior sistematicidade e rigor ao exame das evidências qualitativas produzidas pelos participantes, possibilitando compreender os significados atribuídos à ação formativa, bem como os processos de transformação interpretativa relacionados ao letramento racial e à reconstrução da memória social.

As evidências qualitativas analisadas contemplaram narrativas relacionadas tanto às percepções anteriores (pré-formação) quanto às percepções posteriores (pós-formação), à participação na Formação em Letramento Racial JG. Essa estrutura permitiu identificar mudanças de percepção, ampliação de conhecimentos e processos de ressignificação relatados pelos participantes ao longo de seu percurso formativo. Dessa forma, a análise qualitativa buscou compreender não apenas opiniões sobre a formação, mas também possíveis transformações relacionadas à compreensão das relações raciais, da história da população negra, da assimilação de conceitos trabalhados ao longo do curso e dos processos de reconstrução da memória social.

O processo analítico observou as três etapas clássicas propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A operacionalização da técnica nesta pesquisa inspirou-se também em aplicações empíricas da Análise de Conteúdo desenvolvidas em estudos qualitativos, especialmente na utilização de procedimentos de leitura, categorização e interpretação sistemática dos dados (Borges, 2008).

A etapa de pré-análise correspondeu à organização do corpus da pesquisa, constituído pelas respostas produzidas pelos participantes nas questões abertas do instrumento de coleta de dados (Google Forms). Nessa etapa, realizou-se a leitura flutuante do material, permitindo o contato inicial com os dados e a identificação de impressões preliminares, recorrências e aspectos relevantes para os objetivos da investigação. Conforme Bardin (2011), essa fase tem como finalidade preparar o

material para análise, possibilitando ao pesquisador familiarizar-se com os conteúdos produzidos e construir as primeiras aproximações interpretativas.

Na etapa de exploração do material procedeu-se à leitura sistemática das respostas e ao agrupamento dos conteúdos em categorias e subcategorias relacionadas aos objetivos da pesquisa. Conforme Bardin (2011), a categorização consiste na classificação de elementos que apresentam características comuns, permitindo organizar os dados em conjuntos significativos para análise. Esse procedimento possibilitou identificar recorrências, convergências, divergências e temas centrais presentes nas narrativas dos participantes, contribuindo para a organização e sistematização das evidências qualitativas produzidas.

Na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os conteúdos identificados foram analisados à luz do referencial teórico adotado na pesquisa. Conforme destaca Bardin (2011), a inferência constitui o movimento analítico que permite ultrapassar a descrição dos conteúdos manifestos, possibilitando interpretar significados, relações e implicações presentes nas comunicações analisadas. Nessa etapa, as categorias construídas foram articuladas aos referenciais teóricos do estudo, buscando compreender os sentidos atribuídos pelos participantes às experiências vivenciadas ao longo da formação.

Considerando o volume de evidências qualitativas produzidas pelos 64 participantes da pesquisa, a apresentação dos resultados foi realizada por meio da seleção de excertos representativos das categorias e subcategorias identificadas durante a Análise de Conteúdo. A seleção dos trechos considerou sua aderência às categorias analíticas construídas, sua consonância com padrões de sentido observados em diferentes respostas e sua capacidade de ilustrar percepções recorrentes identificadas no corpus da pesquisa.

Os excertos selecionados não foram utilizados como evidências isoladas, mas como expressões representativas de interpretações, percepções e processos de ressignificação compartilhados por diferentes participantes. Sua utilização buscou exemplificar tendências observadas no conjunto das respostas analisadas, preservando a complexidade e a diversidade das narrativas produzidas.

As respostas completas permaneceram integradas ao corpus da pesquisa e subsidiaram todo o processo interpretativo desenvolvido ao longo da investigação, sendo os excertos apresentados como recursos ilustrativos das categorias analisadas. Todos os trechos foram apresentados de forma anônima, preservando o

sigilo e a confidencialidade dos participantes, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa em Ciências Humanas.

A utilização da Análise de Conteúdo mostrou-se adequada aos objetivos desta investigação por possibilitar a compreensão aprofundada dos sentidos presentes nas narrativas dos participantes, contribuindo para identificar percepções, aprendizagens, mudanças de posicionamento e processos de reconstrução da memória social relacionados à experiência da Formação em Letramento Racial JG.

Os resultados produzidos por essa etapa foram posteriormente articulados às evidências quantitativas, permitindo uma análise integrada do fenômeno investigado e ampliando as possibilidades interpretativas da pesquisa.

4.9. Aspectos Éticos da Pesquisa

A presente pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos, assegurando aos participantes o respeito à autonomia, à liberdade de participação, à confidencialidade das informações prestadas e à proteção de sua identidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de formulário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Forms. Antes de acessar o instrumento de pesquisa, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foram apresentados os objetivos da investigação, os procedimentos de participação, os critérios de confidencialidade, a garantia de anonimato e a utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos vinculados ao desenvolvimento desta dissertação de mestrado.

A participação ocorreu de forma voluntária, sendo condição para o acesso ao questionário a manifestação expressa de concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Dessa forma, somente os participantes que declararam estar cientes das informações apresentadas e concordaram com sua participação tiveram acesso às questões do instrumento de pesquisa.

Os participantes foram convidados a colaborar com o estudo por meio dos grupos permanentes de comunicação das turmas da Formação em Letramento Racial JG, constituindo a primeira etapa de recrutamento. Posteriormente, foi realizada uma segunda etapa de convite por meio de contatos individuais junto aos

concluintes da formação, ampliando as possibilidades de participação e contribuindo para a composição da amostra analisada.

Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes, não foram coletadas informações que permitissem sua identificação individual. Os dados foram analisados de forma agregada e, quando utilizadas evidências qualitativas na apresentação dos resultados, os excertos foram apresentados de maneira anonimizada, assegurando a confidencialidade das informações fornecidas.

Todas as informações produzidas pelos participantes foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos relacionados à presente pesquisa, permanecendo sob responsabilidade do pesquisador o tratamento ético, a guarda e a utilização dos dados coletados.

A observância desses procedimentos buscou garantir a integridade da pesquisa e o respeito aos direitos dos participantes, em conformidade com os princípios éticos que orientam as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

4.10. Limitações da Pesquisa

Reconhece-se que esta pesquisa apresenta limitações relacionadas ao próprio recorte metodológico adotado e às características do campo empírico investigado.

Conforme destaca Minayo (2001), pesquisas qualitativas trabalham com universos de significados, valores, crenças, experiências e percepções, o que implica reconhecer que as evidências produzidas pelos participantes refletem trajetórias individuais, contextos sociais específicos e diferentes níveis prévios de conhecimento acerca das relações raciais. Nesse sentido, os dados analisados expressam percepções construídas pelos sujeitos a partir de suas experiências particulares e de seus contextos de inserção social.

Outra limitação refere-se ao caráter voluntário da participação. Considerando que a adesão ao estudo ocorreu de forma espontânea, é possível que a amostra reflita maior engajamento de participantes que mantiveram vínculos mais ativos com a temática após a conclusão da formação. Dessa forma, os resultados obtidos não possuem pretensão de generalização estatística para outros contextos, mas de promover o aprofundamento interpretativo acerca das percepções, experiências e transformações observadas no grupo investigado, aspecto compatível com os pressupostos das abordagens qualitativas (Minayo, 2001).

Também deve ser considerado que os participantes responderam ao instrumento em momentos distintos após a conclusão da formação. Enquanto alguns responderam pouco tempo após o término do curso, outros o fizeram após períodos mais longos. Essa característica pode influenciar os processos de recordação, interpretação e reelaboração das experiências vivenciadas, uma vez que as memórias não permanecem estáticas, sendo continuamente reconstruídas ao longo do tempo.

Tal aspecto torna-se particularmente relevante em uma investigação que aborda processos de memória social, pois as narrativas produzidas pelos participantes não constituem reproduções literais do passado, mas interpretações continuamente reconstruídas a partir dos quadros sociais de memória. Conforme argumenta Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno socialmente construído, permanentemente influenciado pelos grupos e contextos sociais dos quais os indivíduos participam. Da mesma forma, Pollak (1989) destaca que as memórias são atravessadas por processos de seleção, silenciamento, esquecimento e ressignificação, elementos que influenciam a forma como os sujeitos narram suas experiências e atribuem significado aos acontecimentos vividos.

Embora a interseccionalidade constitua dimensão relevante para a compreensão das desigualdades sociais e raciais, optou-se por não aprofundar esse recorte analítico nesta investigação, considerando os objetivos e limites do estudo, que priorizou a relação entre letramento racial e reconstrução da memória social. Reconhece-se, entretanto, que fatores como gênero, classe social, orientação sexual e trajetória educacional podem influenciar as formas pelas quais os sujeitos vivenciam e interpretam as relações raciais.

Entende-se, contudo, que tais limitações não fragilizam a pesquisa. Pelo contrário, evidenciam a complexidade do fenômeno investigado e reforçam a necessidade de análises sensíveis às dimensões históricas, sociais, culturais e subjetivas que atravessam as relações raciais e os processos de construção e reconstrução da memória social no contexto brasileiro.

5. ANÁLISE DOS DADOS

5.1. Contextualizando a Formação em Letramento Racial JG

A Formação em Letramento Racial JG constitui uma iniciativa educacional desenvolvida pela JG Consultoria, Treinamento e Soluções para Promoção da Igualdade Racial, o qual denomina-se neste estudo como Formação em Letramento Racial JG. Salienta-se que a JG Consultoria, Treinamento e Soluções para Promoção da Igualdade Racial foi fundada pelo autor desta pesquisa, com o propósito de contribuir para a promoção da equidade racial, para o fortalecimento da população negra e para a construção de práticas antirracistas em diferentes espaços da sociedade.

A concepção da formação é resultado da trajetória pessoal, profissional e social construída anteriormente ao ingresso do autor no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Sua origem encontra-se nas experiências racializadas vivenciadas ao longo da vida, nas diferentes manifestações de racismo percebidas em contextos pessoais, sociais e institucionais, bem como na crescente compreensão de que tais experiências não constituíam episódios isolados, mas expressões de uma estrutura racial historicamente construída e reproduzida na sociedade brasileira.

Ao longo de sua trajetória profissional, especialmente em espaços de gestão, educação, desenvolvimento humano e desenvolvimento organizacional, o autor passou a identificar de forma cada vez mais evidente os mecanismos de exclusão, sub-representação e desigualdade racial presentes nas estruturas sociais e institucionais. Esse processo despertou o interesse por compreender de maneira mais aprofundada a problemática racial brasileira, levando à busca sistemática por estudos, autores, movimentos sociais, lideranças negras e experiências formativas voltadas à promoção da igualdade racial.

Nesse percurso, destaca-se a participação no Programa Ubuntu, iniciativa nacional de formação de lideranças negras promovida pelo Instituto Vetor Brasil, da qual o autor foi selecionado como uma das 100 lideranças negras participantes entre aproximadamente 2.000 inscritos que submeteram projetos relacionados à pauta racial. À época, exercia a função de Diretor Adjunto de Desenvolvimento Curricular na Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, condição que possibilitou sua candidatura ao programa como liderança atuante no setor público. Na ocasião, o autor apresentou um projeto voltado à criação de um Programa de Desenvolvimento de Lideranças Negras para o setor público, com o propósito de problematizar a sub-representação de negros e negras em espaços de poder e

decisão. A proposta fundamentava-se em indicadores estatísticos relacionados às desigualdades raciais e sociais brasileiras, evidenciando os desafios enfrentados pela população negra no acesso a posições de liderança e influência institucional.

A experiência representou um marco significativo em sua trajetória, proporcionando uma profunda imersão em temas relacionados ao letramento racial, à liderança negra, à incidência política, à representatividade e à transformação social. Além da formação teórica, o programa possibilitou o contato com lideranças negras de diferentes regiões do país, ampliando repertórios, fortalecendo redes de articulação e contribuindo para a consolidação de um compromisso ainda mais efetivo com a promoção da igualdade racial.

Paralelamente a esse percurso, o autor passou a dedicar-se ao aprofundamento sistemático dos estudos relacionados às relações raciais no Brasil, buscando construir um repertório teórico, histórico, político e social capaz de sustentar uma atuação qualificada no campo da promoção da igualdade racial. Esse processo envolveu não apenas leituras e estudos acadêmicos, mas também a aproximação com intelectuais, ativistas, pesquisadores, educadores, gestores públicos, lideranças comunitárias e referências históricas da luta antirracista.

A construção desse repertório ocorreu por meio da participação em cursos, palestras, seminários, grupos de estudo, atividades comunitárias, eventos acadêmicos e espaços de formação política, bem como pela escuta ativa de experiências vivenciadas por pessoas negras em diferentes contextos sociais. Houve também a aproximação com comunidades periféricas, movimentos sociais, coletivos negros e organizações da sociedade civil, buscando compreender suas demandas, desafios, formas de resistência e perspectivas sobre os processos de exclusão racial presentes na sociedade brasileira.

Dessa forma, a Formação em Letramento Racial JG não surgiu como resultado de uma iniciativa isolada ou de uma concepção abstrata sobre a temática racial. Sua estrutura foi sendo construída gradativamente a partir da articulação entre experiências vividas, estudos sistemáticos, diálogo com especialistas e lideranças da pauta racial, análise de indicadores sociais e observação das necessidades formativas identificadas em diferentes espaços institucionais e comunitários. Esse processo permitiu consolidar uma proposta pedagógica fundamentada em referenciais teóricos consistentes, evidências empíricas e contribuições oriundas de diferentes campos de atuação relacionados à promoção da igualdade racial.

Foi nesse contexto que surgiu a JG Consultoria, Treinamento e Soluções para Promoção da Igualdade Racial. Embora a Formação em Letramento Racial JG constitua uma de suas principais iniciativas, a atuação da organização não se restringe a esse campo específico, abrangendo consultorias, palestras, programas de formação, mentorias e projetos relacionados à educação das relações étnico-raciais, cultura antirracista, ESG racial, ações afirmativas, liderança negra, afroempreendedorismo, heteroidentificação, diversidade e inclusão, equidade racial e políticas públicas de promoção da igualdade racial.

A Formação em Letramento Racial JG é ofertada em formato on-line e ao vivo, sendo amplamente divulgada por meio de redes sociais, especialmente o Instagram, o Facebook e o LinkedIn, além de grupos temáticos, coletivos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições interessadas na temática racial. As inscrições são realizadas por meio da plataforma Sympla, permitindo a participação de pessoas de diferentes regiões do Brasil. Até o período de realização desta pesquisa, aproximadamente 180 participantes haviam concluído a formação, constituindo uma comunidade permanente de aprendizagem, diálogo e mobilização social em torno da pauta antirracista.

A formação possui carga horária total de 36 horas e está estruturada em dez encontros síncronos realizados por videoconferência, combinando exposições dialogadas, debates, estudos de caso, atividades em grupo, salas temáticas, análise de materiais audiovisuais e compartilhamento de experiências. As aulas permanecem gravadas para consulta posterior dos participantes e são complementadas por materiais didáticos específicos, incluindo e-book próprio da formação, indicações bibliográficas, filmes, documentários e conteúdos voltados ao aprofundamento dos temas abordados.

Quadro 4 – Estrutura da Formação em Letramento Racial JG

Módulo	Temáticas Principais	Aulas
Aula Inaugural	Sensibilização e contextualização inicial	Boas-vindas; apresentação da formação; palestra temática com convidado(a); dinâmica de expectativas; escurecimentos iniciais; introdução ao letramento racial.

Módulo 1 – Introdução ao Letramento Racial	Fundamentos do letramento racial, história e dinâmicas raciais	Aula 2: O que é Letramento Racial; Fundamentos do Letramento Racial; Teorias do Racismo e discriminação racial; Raça, Eugenia e Branquitude. Aula 3: História e Cultura brasileira e a diáspora africana; Perspectivas históricas e impactos atuais; Políticas de reparação e leis; Exponentes da resistência; A resistência negra no Brasil.
Módulo 2 – Concepções do Racismo, Dimensões e suas Relações	Compreensão das diferentes manifestações do racismo	Aula 4: Consciência Negra; Luta Antirracista; Racismo Estrutural, Institucional e Individual; Tipos de Racismo; Estereótipos raciais e seus impactos. Aula 5: Dispositivo de Racialidade; Contrato Racial; Colonialidade; Decolonialidade; Contracolonialidade; Colorismo.
Módulo 3 – Resistência Negra, Ancestralidade e Cultura Afro-brasileira	Memória, identidade, movimentos negros e ancestralidade	Aula 6: Mito da Democracia Racial; Contrato Racial; Dispositivo de Racialidade; Movimentos negros, objetivos, lutas e expoentes; Movimentos contemporâneos. Aula 7: Ancestralidade e diversidade cultural; Religiões de matriz africana e afro-brasileiras; Intolerância religiosa.
Módulo 4 – Estratégias para Promoção da Equidade Racial nas Organizações	Políticas públicas e práticas de promoção da igualdade racial	Aula 8: Cultura antirracista; Ações afirmativas; Políticas públicas de equidade; Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Educação Antirracista. Aula 9: ESG Racial; Cultura de Equidade Racial; Programas de equidade; Afroempreendedorismo e Black Money.

Módulo 5 – Desenvolvimento de Lideranças Negras: Formando Multiplicadores da Luta Antirracista	Liderança e compromisso antirracista	Aula 10: Importância do desenvolvimento de lideranças negras; Como ser antirracista na prática; Formação de multiplicadores da luta antirracista.
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da estrutura pedagógica da Formação em Letramento Racial JG, 2024–2026.

Além das atividades formais, os participantes passam a integrar uma comunidade permanente de interação, na qual são compartilhadas oportunidades de formação complementar, grupos de leitura, eventos acadêmicos, atividades culturais, sessões de cinema, debates e iniciativas relacionadas à promoção da igualdade racial. Essa dinâmica contribui para que os efeitos da formação ultrapassem os limites temporais do curso, fortalecendo redes de apoio, aprendizagem contínua e engajamento social.

Uma característica distintiva da formação consiste na participação de convidados e convidadas reconhecidos nacionalmente por suas contribuições à luta antirracista, à educação das relações étnico-raciais e à produção de conhecimento sobre a população negra. Ao longo de suas diferentes edições, a aula inaugural foi conduzida por importantes referências da luta antirracista brasileira. Entre elas destacam-se o Senador Paulo Paim, protagonista da construção do Estatuto da Igualdade Racial e da Lei das Cotas; Terezinha Juraci, pesquisadora das literaturas africanas e referência internacional na educação intercultural e que vivenciou como correspondente da ONU o período de Apartheid junto à família Mandela; Antônio Carlos Côrtes, fundador do Grupo Palmares e junto com o grande poeta Oliveira Silveira, um dos idealizadores do 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra; Jairo Ferreira, pesquisador das relações entre racismo, mídia e fascismo de cor; Tenente Coronel Dagoberto Costa, mestre em segurança pública e relações raciais, e integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, referência máxima da Educação das Relações Étnico-Raciais e relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação alusiva à pauta e uma das criadoras da Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação; Stella Santana, liderança nacional na articulação entre educação, participação política e movimento

negro e Presidente do Partido Democrático Afro-Brasileiro; Diego Bárá Onã, referência em afroturismo, economia criativa e valorização do legado de Palmares; e Tadeu Kaçula, sociólogo, pesquisador e liderança da Nova Frente Negra Brasileira. A presença desses convidados confere à formação significativa densidade acadêmica, política e social, permitindo aos participantes o contato direto com sujeitos que protagonizam a construção histórica da luta antirracista no Brasil e ampliando a diversidade de perspectivas abordadas ao longo do processo formativo.

Mais do que uma capacitação temática, a Formação em Letramento Racial JG busca constituir um espaço de conscientização, reflexão crítica e mobilização social. Seu propósito central consiste em ampliar a capacidade dos participantes de compreender, interpretar e enfrentar as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira, fortalecendo a formação de agentes multiplicadores comprometidos com a promoção da igualdade racial e com a construção de práticas efetivamente antirracistas em suas redes de relacionamento.

Ao final do percurso formativo, os participantes que cumprem os critérios de frequência mínima estabelecidos (75% de presença) recebem certificação como Agentes Multiplicadores da Luta Antirracista. Como parte do encerramento da formação, são convidados a refletir e declarar publicamente seus compromissos antirracistas, buscando transformar os conhecimentos adquiridos em ações concretas em seus espaços de convivência, trabalho e participação social.

É nesse contexto que se inserem os dados analisados nesta pesquisa. As percepções, narrativas e evidências apresentadas nos tópicos seguintes foram produzidas por participantes que concluíram essa ação formativa, permitindo investigar de que forma o letramento racial contribui para a ampliação da consciência racial e para os processos de reconstrução da memória social.

5.2. Perfil dos participantes

O perfil sociodemográfico dos respondentes, permitiu situar os sujeitos da pesquisa em seus respectivos contextos sociais e qualificar a interpretação dos dados produzidos nos blocos subsequentes.

No que se refere ao recorte racial, os dados indicam que os respondentes se autodeclaram majoritariamente como pretos (66,7%) e pardos (20,6%), além de brancos (11,1%) e indígenas (1,6%). Considerando a classificação adotada pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que compreende pretos e pardos como integrantes da população negra, observa-se que aproximadamente 87,3% dos respondentes se identificam como negros. Esse dado evidencia a presença significativa de sujeitos negros no conjunto analisado, o que se mostra coerente com a natureza das formações em letramento racial. Ao mesmo tempo, a participação de sujeitos brancos e indígenas indica a diversidade do público, ainda que em menor proporção, sugerindo que a formação também mobiliza diferentes posições raciais na busca por compreensão das relações raciais. A presença de participantes brancos, ainda que minoritária (11,1%), revela a ampliação do alcance da formação, indicando que o letramento racial também tem sido buscado como ferramenta de compreensão crítica por sujeitos não racializados como negros, o que pode ser interpretado como um movimento importante na construção de uma consciência antirracista mais ampla.

No que se refere ao gênero, observa-se predominância de mulheres (79,4%), em comparação com homens (20,6%), além de outras possíveis identificações autodeclaradas, o que sugere uma maior adesão feminina a processos formativos voltados à reflexão crítica sobre as relações sociais. Esse dado não parece ocorrer de forma aleatória, podendo dialogar com o protagonismo historicamente exercido pelas mulheres negras nos processos de mobilização social, organização política e enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil. Nesse sentido, as contribuições do feminismo negro ajudam a compreender a centralidade das mulheres negras nas lutas contemporâneas por justiça social e equidade racial. Esse dado pode ser interpretado à luz da literatura, especialmente a partir das contribuições de Davis (2016), ao discutir as relações entre raça, gênero e classe, evidencia o papel historicamente desempenhado pelas mulheres negras nos processos de resistência, organização coletiva e transformação social, mesmo vivendo sob severos e contundentes sistemas de opressão. Da mesma forma, Gonzalez (1984) destaca a atuação das mulheres negras nos processos de enfrentamento das múltiplas formas de opressão racial e de gênero.

Em relação à orientação sexual, os dados mostram predominância de respondentes heterossexuais (92,1%), além da presença de sujeitos homossexuais (3,2%), bissexuais (3,2%) e de outra identificação declarada (1,6%). Embora essa variável não constitua o foco central da pesquisa, sua presença contribui para situar a heterogeneidade do grupo e reforça que as experiências trazidas pelos sujeitos

não se esgotam na dimensão racial, podendo ser atravessadas por outros marcadores sociais e atinentes ao importante conceito de interseccionalidade, importante consideração em termos de letramento racial. Esse aspecto diz respeito ao reconhecimento de que as experiências sociais são constituídas pela interação entre diferentes marcadores identitários e sociais, como raça, gênero, classe e sexualidade, produzindo formas específicas de vivenciar desigualdades, privilégios e processos de discriminação (Crenshaw, 1989).

No que diz respeito à idade, observa-se concentração expressiva de respondentes com 45 anos ou mais (73,0%), seguidos por participantes entre 35 e 44 anos (25,4%) e, em menor medida, entre 25 e 34 anos (1,6%), indicando um público composto majoritariamente por sujeitos com trajetórias sociais, profissionais e identitárias mais consolidadas, que já vêm com certa predisposição e vivência.

No que se refere à escolaridade, observa-se um elevado nível educacional entre os participantes, com predominância de ensino superior completo (15,9%) e pós-graduação (34,9%), incluindo presença de sujeitos em nível de mestrado (12,7%) e doutorado (12,7%). Esse dado reforça a compreensão de que os limites identificados nas percepções anteriores à formação não decorrem da ausência de escolarização formal, mas de lacunas específicas no campo das relações raciais. Nesse sentido, o perfil dos participantes permite evidenciar uma contradição central: trata-se de sujeitos com alto nível de escolaridade, mas que, ainda assim, apresentam lacunas significativas na compreensão das dinâmicas raciais. Essa constatação reforça a crítica ao caráter seletivo da produção do conhecimento, que historicamente invisibiliza a história e a experiência da população negra. Tal fenômeno aproxima-se do conceito de epistemicídio desenvolvido por Carneiro (2005), entendido como um processo de deslegitimação e apagamento sistemático dos saberes produzidos por grupos racialmente subalternizados, contribuindo para a reprodução de visões parciais da história e das relações sociais.

No que se refere à área de atuação profissional, há predominância de respondentes vinculados à Educação (39,7%), seguidos pela área social, terceiro setor e movimentos sociais (17,5%), saúde (9,5%), autônomos e empreendedores (9,5%), gestão pública e setor público (7,9%), além de participações menores em comunicação, segurança pública, setor privado, área jurídica e condição de estudante, o que indica que a formação alcança um público diversificado, com potencial de impacto em múltiplos espaços institucionais. Destaque para a área de

educação (39,7%), composta por educadores em geral, professores, estudiosos e muitos que ainda enfrentam o desafio de expandir a inserção da educação das relações étnico-raciais no ambiente escolar, após 23 anos da Lei 10.639/03, ainda um grande desafio. o que sugere, por nossa experiência, que o letramento racial atende a um passo anterior de expansão de consciência e compromisso antirracista de nossa sociedade.

Outro elemento importante diz respeito à trajetória prévia dos respondentes em relação ao tema. 61,9% afirmaram já ter participado anteriormente de cursos ou formações sobre relações raciais, enquanto 38,1% declararam não ter participado. Além disso, antes desta formação, 36,5% afirmaram ter contato frequente com temas relacionados às relações raciais; 34,9%, contato moderado; 20,6%, pouco contato; 4,8%, contato aprofundado; e 3,2%, nenhum contato. Essa constatação dialoga com Gomes (2017), ao destacar que a construção de uma educação antirracista permanece como um desafio permanente, exigindo processos contínuos de formação, reflexão crítica e ampliação da consciência acerca das desigualdades raciais. Nesse sentido, os diferentes níveis de aproximação identificados entre os participantes podem ser compreendidos como reflexo das lacunas ainda existentes na disseminação e consolidação desses debates nos espaços educacionais e sociais.

Esse conjunto de características permite compreender o público da formação como um grupo composto por sujeitos com trajetória consolidada, considerável nível de escolaridade e inserção profissional significativa, que buscam, por meio do letramento racial, aprofundar sua compreensão sobre as relações raciais e reconfigurar suas formas de interpretar a realidade. Além disso, considerando que os participantes são oriundos de diferentes turmas e permanecem conectados por meio dos grupos permanentes da formação, configurando uma comunidade de letramento. Pode-se afirmar que esse público não apenas acessa a formação, mas também se insere em uma rede contínua de produção e circulação de saberes.

Dessa forma, o perfil dos participantes não deve ser compreendido apenas como um dado descritivo, mas como um elemento analítico central, que evidencia que o letramento racial, nesse contexto, opera como um processo de ressignificação de trajetórias sociais e cognitivas, incidindo sobre sujeitos que já possuem lastro educacional, mas que passam a reconfigurar seus quadros interpretativos a partir dessa experiência formativa. Tal movimento aproxima-se da noção de quadros

sociais da memória proposta por Halbwachs (1990), segundo a qual os indivíduos constroem e reorganizam suas interpretações da realidade a partir dos referenciais coletivos disponibilizados pelos grupos sociais dos quais participam.

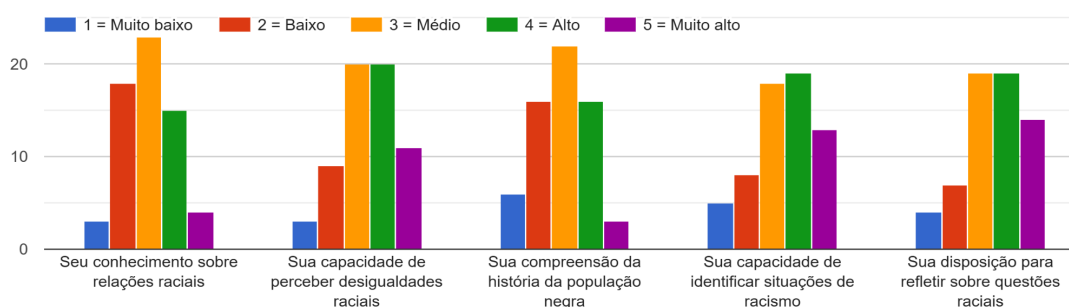
Nesse sentido, a Formação em Letramento Racial JG pode ser compreendida como um espaço de ampliação e reconstrução desses marcos interpretativos, possibilitando novas leituras sobre as relações raciais, a história da população negra e os processos de desigualdade presentes na sociedade brasileira.

5.3. Tema: Percepções anteriores à Formação (fase pré-formação)

Para mapear o ponto de partida dos respondentes em relação às relações raciais, buscou-se apreender não apenas o grau de contato prévio com a temática, mas, sobretudo, a qualidade desse contato em termos de compreensão cognitiva, densidade interpretativa e articulação conceitual. Os resultados são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Avaliação antes da formação

11. ANTES da formação, como você avalia:



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os dados quantitativos revelam uma distribuição relativamente equilibrada entre níveis de aproximação: 36,5% dos respondentes declararam contato frequente com temas raciais, enquanto 34,9% indicaram contato moderado, 20,6% contato reduzido, 4,8% contato aprofundado e 3,2% nenhum contato. Em paralelo, observa-se que 61,9% afirmaram já ter participado de outras formações sobre

relações raciais, ao passo que 38,1% não possuíam experiências formativas anteriores nesse campo.

À primeira vista, esses dados poderiam sugerir a presença de um público já amplamente mobilizado e com repertório consolidado sobre a temática racial. No entanto, a análise qualitativa das respostas permite tensionar essa interpretação, evidenciando que o contato prévio com o tema não se traduzia, necessariamente, em uma compreensão estruturada ou em uma leitura crítica consistente das dinâmicas raciais. Tal constatação dialoga diretamente com a concepção de letramento racial proposta por Twine (2004), especialmente ao compreender que a percepção das dinâmicas raciais não ocorre de forma espontânea ou automática, mas depende de processos sociais e formativos capazes de ampliar a capacidade dos sujeitos de identificar, interpretar e nomear desigualdades racializadas anteriormente naturalizadas.

Observa-se uma média moderada em variáveis relacionadas ao conhecimento prévio acerca das relações raciais (2,97) e, sobretudo, em relação à compreensão da história da população negra (2,89), indicando que, embora houvesse aproximação com a temática, persistem lacunas importantes relacionadas à profundidade analítica e à compreensão histórica das desigualdades raciais.

Esse aspecto dialoga diretamente com as discussões de Pollak (1989) acerca dos processos de silenciamento e invisibilização de determinadas memórias sociais, especialmente aquelas relacionadas a grupos historicamente marginalizados. Da mesma forma, Carneiro (2005), ao discutir o epistemicídio, contribui para compreender como o apagamento de saberes e narrativas negras impacta significativamente as formas de percepção histórica e social dos sujeitos, limitando o acesso a referências positivas de pertencimento, ancestralidade e resistência. Ao mesmo tempo, a variável “disposição para refletir sobre o tema” apresentou média mais elevada (3,53) e mediana de 4,0, aspecto que demonstra significativa abertura subjetiva dos participantes para o debate racial, mesmo diante de limitações conceituais prévias.

Tabela 1 – Indicadores estatísticos das percepções anteriores à formação

Dimensão analisada	Média	Mediana	Desvio padrão
Conhecimento sobre relações raciais	2.97	3,0	0,99

Capacidade de perceber desigualdades	3,42	3,0	1,08
Compreensão da história da população negra	2,89	3,0	1,04
Identificação de situações de racismo	3,42	3,5	1,18
Disposição para refletir sobre o tema 2,97	3,53	4,0	1,15

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os desvios padrão relativamente elevados, superiores a 1,0 em grande parte das variáveis analisadas, indicam heterogeneidade entre os participantes quanto aos níveis prévios de letramento racial, evidenciando que o grupo reunia sujeitos com trajetórias, experiências e repertórios bastante distintos em relação à temática racial. Tal aspecto ajuda a compreender por que parte dos participantes já demonstrava certa sensibilização em relação às desigualdades raciais, enquanto outros ainda apresentavam percepções bastante superficiais ou fragmentadas acerca do tema. Tal constatação está em consonância com a reflexão anteriormente apresentada a partir de Gomes (2017), segundo a qual a construção de uma educação antirracista pressupõe processos contínuos de formação, reflexão e ampliação da consciência acerca das desigualdades raciais. Os resultados sugerem que tais processos se apresentam de maneira distinta entre os participantes, refletindo diferentes níveis de aproximação prévia com a temática racial.

Tais evidências permitem aprofundar a compreensão do ponto de partida dos respondentes, demonstrando que o contato prévio com a questão racial ocorria, muitas vezes, de maneira intuitiva, experiencial ou parcial, sem necessariamente envolver entendimento estrutural das dinâmicas raciais.

Nesse sentido, em relação ao aspecto das percepções anteriores à formação, as percepções identificadas nos excertos (pergunta qualitativa) são apresentadas a seguir e evidenciam diferentes formas de compreensão das relações raciais anteriores à formação.

Quadro 5 – Excertos representativos sobre percepções anteriores à formação

Participante	Data	Excerto
--------------	------	---------

E7	25/03/2026 22:43:03	“Antes da formação, eu já percebia as relações raciais de forma sensível e atenta, reconhecendo sua importância, mas a formação ampliou e fortaleceu ainda mais minha compreensão.”
E34	29/03/2026 15:50:54	“Como professor de história, tanto do ponto de vista acadêmico como no exercício da profissão, sempre procurei compreender e trabalhar a questão racial. Realmente, a Lei 10.639/03 e o consequente conteúdo que alguns livros ou editoras passaram a disponibilizar, possibilitou uma percepção maior para verificar na prática o que já estava assimilado pela teoria. O curso me auxiliou a compreender melhor a manifestação destas práticas racistas e forneceu mais elementos para a partir da identificação promover a transformação.”
E8	25/03/2026 23:04:18	“Eu já me revoltava com a violência que observava, mas não tinha dimensão do tamanho do sofrimento que ela causa. E o quanto é importante estarmos atentos às menores atitudes. Também foi muito interessante aprender sobre a riqueza da cultura e religiões afro, passei a admirar ainda mais. Além do embasamento teórico, as trocas foram transformadoras.”
E28	27/03/2026 23:40:13	“Minha percepção antes da formação era baseada na intuição e na vivência prática de injustiças, porém sem o arcabouço conceitual necessário para articulá-las. Embora sentisse as tensões raciais de forma nítida, eu tendia a silenciar ou esconder esses sentimentos por receio de exposição ou vergonha. Sem ferramentas teóricas que validassem meu olhar, eu acabava internalizando o desconforto e tratando como uma questão individual o que, hoje entendo, é um problema estrutural e sistêmico.
E50	27/03/2026 23:40:13	“Antes da formação, minha percepção sobre as relações raciais era mais superficial e pouco crítica. Eu não considerava de forma aprofundada os aspectos históricos e estruturais do racismo, nem reconhecia com clareza suas manifestações no cotidiano. A

		formação ampliou meu olhar, trazendo mais consciência e senso crítico sobre o tema.” (E1, 10/04/26)
E45	31/03/2026 22:40:25	“Antes da formação, eu percebia que as discussões sobre relações raciais estavam mais restritas a determinados espaços, especialmente no âmbito da graduação e da pós-graduação, como se fossem temas mais acadêmicos ou especializados. No entanto, ao longo do curso, compreendi que esse conhecimento não se limita ao meio acadêmico, mas atravessa diferentes gerações e contextos sociais, alcançando e mobilizando também pessoas que, muitas vezes, não tiveram acesso ao ensino médio ou a espaços formais de educação.” (E10, 15/04/26).
E14	26/03/2026 17:43:45	“Eu já venho num itinerário formativo na questão das relações raciais e percebo que participar da Formação em Letramento Racial JG revistou alguns pontos estudados e trouxe uma ampliação por busca de novos horizontes de leitura de autores negros que não haviam sido estimulados antes.”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Tais percepções, tomadas em conjunto, permitem aprofundar a compreensão desse ponto de partida, evidenciando não apenas as trajetórias dos respondentes, mas, sobretudo, as diferentes formas pelas quais o contato prévio com a temática racial se estruturava. Observa-se, inicialmente, a presença de sujeitos que já possuíam um percurso em relação ao tema, ainda que em processo de aprofundamento, como no relato de que “já percebia as relações raciais de forma sensível e atenta” (E7), mas reconhecia que a formação “ampliou e fortaleceu ainda mais” essa compreensão. Tal percepção corrobora as discussões de Twine (2004), especialmente ao compreender que o letramento racial envolve processos contínuos de ampliação da consciência crítica e refinamento interpretativo acerca das dinâmicas raciais presentes na sociedade. Tal constatação dialoga com as reflexões de Munanga (1990), ao discutir as dificuldades históricas de construção da consciência negra no Brasil, marcadas pela predominância de narrativas que invisibilizam a participação da população negra na formação da sociedade brasileira

e limitam o acesso a referenciais históricos e culturais relacionados à questão racial. Também se aproxima das análises de Pollak (1989), ao evidenciar que os processos de construção da memória coletiva envolvem disputas acerca do que é lembrado e do que é silenciado, influenciando os referenciais históricos e culturais disponibilizados aos sujeitos.

De forma semelhante, há sujeitos com trajetória acadêmica e profissional consolidada na área, como o docente de História (E34), que mesmo atuando com a temática e reconhecendo os avanços trazidos pela Lei 10.639/03, aponta que a formação contribuiu para qualificar a leitura das manifestações do racismo e ampliar sua capacidade de intervenção, evidenciando uma lacuna entre o conhecimento teórico acumulado e sua operacionalização no cotidiano. Tal aspecto dialoga com as contribuições de Gomes (2017), especialmente ao discutir o papel formativo das práticas educativas antirracistas na ampliação da consciência crítica e na construção de novas formas de leitura e intervenção sobre a realidade social. Nesse sentido, as evidências produzidas pela pesquisa demonstram que o contato prévio com conteúdos raciais não eliminava a necessidade de aprofundamento conceitual e político acerca das desigualdades raciais.

Há também depoimentos que explicitam a dimensão emocional e experiencial da percepção anterior, como aquele que relata revolta diante da violência racial, mas sem compreensão da amplitude de seus efeitos, bem como depoimentos que apontam para uma percepção baseada na vivência de injustiças, porém marcada pela ausência de arcabouço conceitual, o que levava, inclusive, ao silenciamento e à internalização do problema como questão individual. As evidências produzidas pela pesquisa corroboram as discussões de Almeida (2019) acerca do racismo estrutural, especialmente ao demonstrar como as desigualdades raciais frequentemente são percebidas inicialmente de forma individualizada e fragmentada, descoladas das estruturas históricas, institucionais e sociais que as produzem e sustentam.

Ao mesmo tempo, a dimensão subjetiva presente nesses relatos também pode ser articulada às contribuições de Hooks (2013), ao discutir como os processos de conscientização crítica possibilitam aos sujeitos nomear experiências de dor, opressão e silenciamento anteriormente vividas de maneira isolada ou individualizada. Nesse sentido, o letramento racial aparece não apenas como ampliação cognitiva, mas também como processo de validação das experiências racializadas e de reorganização das formas de interpretar o mundo e a si mesmos.

Em outra direção, há relatos (E50, E45) que evidenciam uma percepção inicial superficial e pouco crítica, centrada na ausência de compreensão dos aspectos históricos e estruturais do racismo, bem como relatos que as discussões raciais estariam restritas ao espaço acadêmico, sendo posteriormente ressignificadas como conhecimento transversal e socialmente disseminado. Tal percepção dialoga diretamente com Pollak (1989), especialmente ao discutir os processos de silenciamento e invisibilização de determinadas memórias sociais, bem como com Carneiro (2005), ao compreender o epistemicídio como mecanismo de apagamento sistemático dos saberes, narrativas e produções negras. Assim, as evidências produzidas pela pesquisa demonstram que parte significativa dos participantes iniciou a formação marcada por limitações relacionadas não apenas ao acesso à informação, mas também ao próprio reconhecimento histórico e social da centralidade da questão racial na constituição da sociedade brasileira.

Há ainda participantes que afirmam já possuir itinerário formativo anterior relacionado às relações raciais, mas que reconhecem que a formação possibilitou revisitar conhecimentos previamente adquiridos e ampliar horizontes de leitura sobre autores negros e perspectivas críticas antes pouco exploradas. Tal aspecto dialoga com Gonzalez (1984), especialmente ao evidenciar a importância da produção intelectual negra na construção de leituras críticas sobre a sociedade brasileira e no enfrentamento às formas históricas de invisibilização epistemológica dessa população. Dessa forma, a análise do conjunto dos excertos evidencia que o ponto de partida dos respondentes se caracterizava por uma combinação entre experiência social, sensibilização prévia e limitação analítica, demonstrando que, antes da formação, as relações raciais eram frequentemente percebidas de maneira intuitiva, fragmentada ou individualizada, sem plena compreensão de suas dimensões estruturais, históricas e sistêmicas.

As análises dos dados quantitativos e qualitativos convergem ao evidenciar que os participantes iniciaram a formação com níveis distintos de letramento racial, embora predominassem compreensões ainda limitadas acerca das desigualdades raciais no Brasil. As evidências produzidas pela pesquisa corroboram, na prática, os referenciais teóricos discutidos anteriormente, especialmente ao demonstrar que o letramento racial opera como processo formativo capaz de organizar, aprofundar e ressignificar percepções anteriormente dispersas, ampliando a consciência crítica acerca das desigualdades raciais e de seus mecanismos de reprodução social.

Esse cenário reforça a centralidade do letramento racial como processo formativo capaz de expandir consciências, aprofundar leituras críticas e constituir a base para os deslocamentos interpretativos que serão observados nos blocos subsequentes.

5.4. Tema: Percepções posteriores à Formação (fase pós-formação)

As evidências das transformações na forma como os respondentes passaram a interpretar as relações raciais após a experiência formativa em letramento racial. Diferentemente de uma leitura agregada, opta-se aqui por uma análise desagregada dos itens, de modo a evidenciar as diferentes dimensões do processo de transformação.

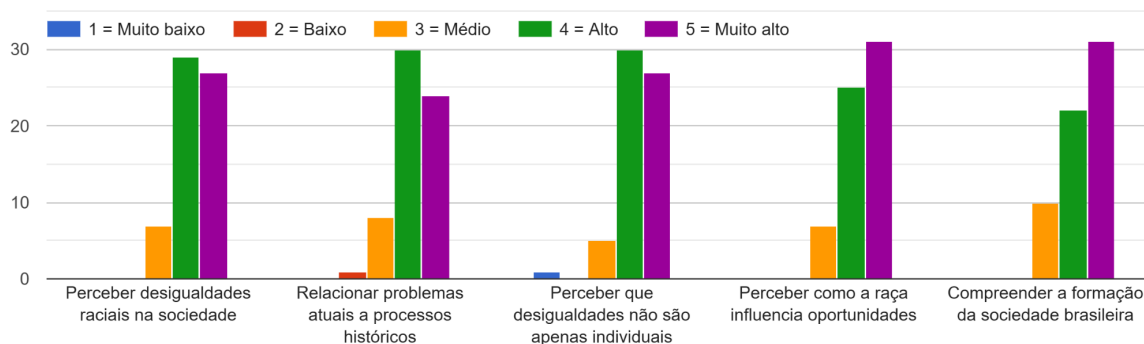
5.4.1. Categoria: Visão de Mundo

A categoria “Visão de Mundo” evidencia transformações importantes na forma como os participantes passaram a interpretar a sociedade após a Formação em Letramento Racial JG. As evidências quantitativas indicam não apenas ampliação da percepção das desigualdades raciais, mas também o fortalecimento de uma leitura histórica, estrutural e crítica das relações sociais, aspecto central para os objetivos desta pesquisa.

O conjunto de gráficos apresentado na categoria “Visão de Mundo” tem como objetivo avaliar, como os respondentes percebem sua capacidade de interpretação das relações sociais após a Formação em Letramento Racial JG. Optou-se, portanto, por realizar uma análise item a item, buscando compreender os impactos evidenciados nesse quesito, bem como nos demais dimensões analisadas a seguir.

Gráfico 2 – Categoria: Visão de Mundo

13. VISÃO DE MUNDO Aqui queremos compreender como você interpreta a sociedade atualmente, considerando sua capacidade de perceber desigualdades,...pós a formação, como você avalia sua capacidade de:



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

5.4.1.1. Subcategoria: Percepções sobre desigualdades raciais na sociedade

Observa-se concentração expressiva das respostas nos níveis 4 (alto) e 5 (muito alto), que juntos representam a ampla maioria dos respondentes. Há presença residual de respostas no nível 3 (médio) e praticamente inexistência nos níveis mais baixos da escala. Constata-se que 30 respondentes (46,9%) assinalaram a categoria 4 = Alto, 27 respondentes (42,2%) marcaram 5 = Muito alto e 7 respondentes (10,9%) indicaram 3 = Médio. Não houve marcações nas categorias 1 = Muito baixo e 2 = Baixo. Do ponto de vista quantitativo, o dado evidencia forte concentração nas categorias superiores da escala. A soma de alto e muito alto alcançam 57 respondentes, o que corresponde a 89,1% do total. Esse padrão indica que os respondentes avaliam de forma majoritariamente positiva sua capacidade de perceber desigualdades raciais após a formação, sugerindo que essa dimensão foi fortemente impactada. Tal percepção dialoga diretamente com Almeida (2019), especialmente ao compreender o racismo como elemento estrutural das relações sociais brasileiras, presente na organização das oportunidades, das instituições e das desigualdades. Nesse sentido, as evidências sugerem ampliação da capacidade dos participantes de identificar dinâmicas racializadas anteriormente naturalizadas no cotidiano social.

5.4.1.2. Subcategoria: Relacionar problemas atuais a processos históricos

Neste item, novamente verifica-se predominância nos níveis 4 (alto) e 5 (muito alto), ainda que com leve aumento na frequência de respostas no nível 3 (médio). Em números absolutos e percentuais, tivemos 30 respondentes (46,9%) que assinalaram 4 = Alto, 24 respondentes (37,5%) marcaram 5 = Muito alto, 9 respondentes (14,1%) indicaram 3 = Médio e 1 respondente (1,6%) assinalou 2 = Baixo. Não houve respostas em 1 = Muito baixo. A soma das categorias alto e muito alto é de 54 respondentes, correspondendo a 84,4% do total. Trata-se de um percentual bastante expressivo, embora ligeiramente inferior ao do item anterior. A presença de respostas em nível médio indica que, embora a maioria dos respondentes reconheça avanços nessa capacidade, a articulação entre presente e passado apresenta maior variação entre os participantes, sugerindo que essa dimensão pode demandar maior elaboração cognitiva. Podemos relacionar essa percepção à necessidade de expansão dos estudos sobre os impactos da escravidão e seus desdobramentos nas desigualdades sociais contemporâneas da população negra. Tal percepção se articula com um dos principais fundamentos do letramento racial discutidos anteriormente nesta pesquisa, especialmente no que tange à compreensão de que o racismo constitui um problema atual, e não apenas um legado histórico estanque no passado (Twine, 2004; Schucman, 2014). Nesse sentido, contribui para que os participantes passem a compreender o racismo como fenômeno histórico ainda operante nas dinâmicas sociais contemporâneas.

5.4.1.3. Subcategoria: Perceber que desigualdades não são apenas individuais

Os dados indicam forte concentração nos níveis 4 (alto) e 5 (muito alto), com destaque para o nível alto, que aparece como um dos mais frequentes nesse item. Quanto a esse item, 30 respondentes (46,9%) marcaram 4 = Alto, 28 respondentes (43,8%) assinalaram 5 = Muito alto, 5 respondentes (7,8%) indicaram 3 = Médio e 1 respondente (1,6%) marcou 1 = Muito baixo. Não houve respostas em 2 = Baixo. Há ocorrência pontual de respostas nos níveis mais baixos, mas em proporção mínima. O padrão geral indica que a maioria dos respondentes passou a compreender as

desigualdades para além de explicações individualizantes. Ou seja, ampliou-se a compreensão do carácter sistemático, estrutural e estruturante do racismo e seus impactos foi compreendida. Tais evidências coadunam com o entendimento de Almeida (2019), especialmente ao compreender o racismo estrutural como elemento constitutivo da organização social brasileira, ultrapassando atitudes isoladas ou comportamentos estritamente individuais. Nesse sentido, os dados sugerem que os participantes passaram a reconhecer que as desigualdades raciais estão relacionadas a processos históricos, institucionais e estruturais de exclusão, e não apenas ao esforço individual dos sujeitos.

5.4.1.4. Subcategoria: Perceber como a raça influencia oportunidades

Neste item, observa-se uma mudança no padrão de distribuição, com maior concentração no nível 5 (muito alto) em relação aos itens anteriores. Percebe-se uma inversão importante na distribuição das respostas, onde 32 respondentes (50,0%) assinalaram 5 = Muito alto, 25 respondentes (39,1%) marcaram 4 = Alto e 7 respondentes (10,9%) indicaram 3 = Médio. Não houve respostas em 1 = Muito baixo ou 2 = Baixo. A soma das categorias alto e muito alto é de 57 respondentes, o que equivale a 89,1% do total. Embora o percentual consolidado seja o mesmo do primeiro item, a distribuição interna é distinta: aqui, a categoria muito alto aparece como a mais frequente, com metade dos respondentes. A predominância do nível máximo da escala indica que os respondentes avaliam de forma muito elevada sua capacidade de compreender a influência da raça nas oportunidades sociais, uma vez que ela reduz oportunidades, impedindo o acesso a estruturas de poder e decisão e mantendo a população negra em condição de subalternidade. Tal percepção também dialoga com Bento (2022), ao evidenciar como privilégios racialmente distribuídos operam na manutenção das desigualdades sociais e das hierarquias raciais contemporâneas.

5.4.1.5. Subcategoria: Compreender a formação da sociedade brasileira

Quanto a esse item, 31 respondentes (48,4%) marcaram 5 = Muito alto, 23 respondentes (35,9%) assinalaram 4 = Alto e 10 respondentes (15,6%) indicaram 3 = Médio. Não houve respostas em 1 = Muito baixo ou 2 = Baixo. A soma das

categorias alto e muito alto equivale a 54 respondentes, correspondendo a 84,4% do total. Assim como no item sobre processos históricos, esse percentual é ligeiramente inferior aos demais, embora permaneça muito elevado. O dado sugere impacto expressivo da formação também na compreensão da formação social brasileira, ainda que com maior dispersão na categoria média. A presença de 15,6% no nível médio indica que essa dimensão, embora amplamente impactada, ainda apresenta alguma variação no grau de consolidação entre os respondentes. Quantitativamente, isso reforça a ideia de que os itens que mobilizam interpretação histórica e social mais ampla tendem a concentrar maior pluralidade de autoavaliação. Tal percepção dialoga com Munanga (2004), especialmente ao discutir a constituição histórica das relações raciais no Brasil e os impactos da escravização na formação da sociedade brasileira. Articula-se também com Schwarcz (2019), ao evidenciar como as hierarquias raciais construídas historicamente permanecem influenciando as estruturas sociais contemporâneas. Nesse sentido, as evidências sugerem que os participantes passaram a compreender de maneira mais crítica os processos históricos, sociais e raciais que estruturaram a sociedade brasileira e contribuíram para a permanência das desigualdades raciais na atualidade.

5.4.1.6. Análise Quantitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria Visão de Mundo

A análise separada dos itens da categoria Visão de Mundo permite uma análise pontual mais detalhada e, em um segundo momento, a realização de uma leitura consolidada dos resultados, considerando a distribuição das respostas nos níveis mais elevados da escala.

De forma geral, observa-se que, em todos os indicadores analisados, há predominância nas categorias 4 (alto) e 5 (muito alto), que, somadas, representam aproximadamente entre 80% e 95% das respostas, a depender do item considerado. Esse intervalo evidencia que a ampla maioria dos respondentes avalia positivamente sua capacidade de interpretação das relações raciais após a formação. Nos itens relacionados à percepção direta, como “perceber desigualdades raciais na sociedade”, a soma das categorias alto e muito alto ultrapassa 85% das respostas, indicando ampliação significativa da capacidade de identificação das desigualdades no cotidiano. Já no item “relacionar problemas atuais a processos históricos”,

observa-se uma leve redução nesse patamar, com a soma das categorias superiores situando-se em torno de 80% a 85%, acompanhada de maior presença da categoria médio (3), o que sugere que essa dimensão envolve maior complexidade analítica.

Por outro lado, nos itens que exigem compreensão mais estruturada, como “perceber como a raça influencia oportunidades” e “compreender a formação da sociedade brasileira”, a concentração no nível muito alto (5) se intensifica, fazendo com que a soma das categorias superiores atinja patamares próximos ou superiores a 90% das respostas, indicando um elevado nível de autoavaliação nessas dimensões.

A consolidação desses dados permite afirmar que os índices elevados nas categorias alto e muito alto não apenas predominam, mas se mantêm de forma consistente em todos os itens analisados, configurando um padrão robusto de resposta. De maneira geral, aproximadamente 87% dos respondentes concentraram suas respostas nas categorias superiores da escala, evidenciando forte percepção dos impactos da formação nas diferentes dimensões analisadas. Essa consistência sugere que a formação produziu impacto percebido de maneira abrangente, atingindo simultaneamente dimensões relacionadas à percepção das desigualdades raciais, à compreensão histórica da sociedade brasileira, à interpretação estrutural do racismo e à capacidade crítica de leitura das relações sociais contemporâneas. Tal percepção reforça os fundamentos do letramento racial discutidos ao longo desta pesquisa, especialmente no que se refere à ampliação da consciência crítica e da capacidade de interpretação das dinâmicas raciais contemporâneas (Twine, 2004; Schucman, 2014). Sob a perspectiva da memória social, tais evidências podem remeter à possibilidade de processos de sua reconstrução, considerando que a memória é socialmente construída e continuamente reorganizada a partir dos quadros sociais de referência (Halbwachs, 1990).

Com o objetivo de complementar as análises percentuais anteriormente apresentadas, incorporam-se indicadores estatísticos de média, mediana e desvio padrão, possibilitando uma leitura mais aprofundada acerca da distribuição, convergência e intensidade das percepções dos participantes em relação aos impactos da formação. Esses indicadores permitem não apenas reforçar as tendências observadas nos percentuais, mas também ampliar a compreensão sobre o grau de consistência e alinhamento das respostas obtidas.

Tabela 2 – Indicadores estatísticos da Categoria “Visão de Mundo”

Indicador	Média	Mediana	Desvio padrão
Perceber desigualdades raciais na sociedade	4,31	4,0	0,65
Relacionar problemas atuais a processos históricos	4,20	4,0	0,78
Perceber que desigualdades não são apenas individuais	4,33	4,0	0,71
Perceber como a raça influencia oportunidades	4,39	5,0	0,68
Compreender a formação da sociedade brasileira	4,33	4,0	0,74

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Os dados estatísticos reforçam as análises percentuais anteriormente apresentadas, evidenciando médias elevadas em todos os indicadores da categoria “Visão de Mundo”, sempre superiores a 4,0. As medianas concentradas entre 4 e 5 demonstram predominância de respostas positivas, enquanto os desvios padrão inferiores a 1,0 indicam importante convergência entre as percepções dos participantes acerca dos impactos da formação.

O item “perceber como a raça influencia oportunidades” apresentou a maior média da categoria (4,39) e mediana igual a 5,0, indicando forte consolidação da percepção acerca da influência das relações raciais na distribuição desigual de oportunidades sociais. De maneira semelhante, os elevados índices relacionados à percepção das desigualdades raciais e à compreensão de que tais desigualdades não são apenas individuais reforçam a ampliação da capacidade crítica de interpretação das relações sociais, aspecto que dialoga diretamente com o conceito de letramento racial proposto por Twine (2004), especialmente no que se refere à capacidade de reconhecer e interpretar os mecanismos por meio dos quais as relações raciais produzem desigualdades e privilégios na sociedade.

Ao mesmo tempo, os itens relacionados à articulação entre presente e passado e à compreensão da formação da sociedade brasileira apresentaram desvios padrão ligeiramente superiores aos demais, ainda que reduzidos, sugerindo maior pluralidade interpretativa nessas dimensões, possivelmente em razão da maior complexidade histórica e analítica exigida nesses indicadores.

5.4.1.7. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas qualitativas da Categoria Visão de Mundo

Se os dados quantitativos indicam a direção e a intensidade das mudanças percebidas, as respostas qualitativas permitem compreender com maior profundidade os sentidos atribuídos. De forma geral, os relatos evidenciam que a formação contribuiu para uma mudança significativa na forma de perceber e interpretar a sociedade, especialmente no que se refere à compreensão do racismo como fenômeno estrutural, histórico e presente nas dinâmicas cotidianas.

Nesse sentido, algumas falas se destacam porque as percepções identificadas nos excertos apresentados a seguir sintetizam esse movimento de forma bastante expressiva:

Quadro 6 – Excertos representativos a categoria Visão de Mundo

Participante	Data	Excerto
E42	30/03/2026 19:56:33	“Após a formação, minha forma de perceber a sociedade se tornou mais crítica, ampliada e consciente das estruturas que sustentam as desigualdades sociais. Passei a compreender que muitos fenômenos que antes eu interpretava como situações isoladas ou individuais estão, na verdade, inseridos em um contexto histórico, social e político mais amplo”
E56	30/03/2026 19:56:33	Outra fala, relata uma maior compreensão, em linhas gerais, das dinâmicas raciais: “Tudo mudou! O que era aquela sensação implícita de desconforto, agora consigo entender e nomear, aprendi que as desigualdades não são individuais, mas estruturais e históricas! E principalmente que igualdade na prática não significa equidade.”
E28	27/03/2026 23:40:13	Outro conjunto de falas se mostra particularmente relevante por dialogar diretamente com os objetivos deste trabalho no que tange aos processos de silenciamento e apagamento: “Após a formação de letramento racial, minha percepção da sociedade deixou de ser baseada apenas na intuição e passou a ser fundamentada em uma análise crítica e estrutural. O que mudou foi a capacidade de identificar que o racismo não se

		restringe a ofensas individuais, mas é um sistema que organiza as oportunidades, os espaços e os silêncios. Por quê? Porque a formação me ofereceu o arcabouço teórico necessário para validar aquilo que eu já sentia, mas não sabia articular. Antes, eu tendia a internalizar o desconforto ou sentir vergonha diante de tensões raciais; hoje, compreendo que esses mecanismos de opressão visam justamente o silenciamento. Entender conceitos como branquitude, racismo estrutural e colorismo me permitiu ler as entrelinhas das relações sociais, profissionais e institucionais, transformando o antigo sentimento de injustiça em uma postura ativa de vigilância e intervenção.”
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Essas falas evidenciam não apenas uma mudança cognitiva, mas um deslocamento mais profundo na forma como os sujeitos compreendem os mecanismos de opressão. Tal aspecto evidencia processos de desnaturalização das relações raciais anteriormente percebidas de maneira intuitiva ou fragmentada, permitindo aos participantes reinterpretar suas experiências a partir de uma compreensão mais crítica e estruturada das desigualdades. Essa percepção dialoga com as discussões de Carneiro (2005) acerca do dispositivo de racialidade, especialmente ao compreender que as dinâmicas raciais operam por meio de mecanismos estruturais, simbólicos e institucionais que organizam hierarquias, silenciamentos e formas de exclusão social.

A noção de que o racismo “organiza os silêncios” e produz internalizações subjetivas revela como os processos de apagamento operam não apenas no plano histórico, mas também nas experiências individuais, produzindo efeitos de contenção, vergonha e invisibilização. Tal percepção aproxima-se das discussões de Pollak (1989), especialmente ao abordar os processos de silenciamento e a existência das chamadas “memórias subterrâneas”, marcadas pela exclusão de determinadas experiências e narrativas dos espaços oficiais de reconhecimento e legitimidade social. Nesse sentido, os relatos evidenciam como determinadas vivências raciais permanecem, muitas vezes, internalizadas e não verbalizadas,

justamente em razão das estruturas sociais que historicamente produzem invisibilização e negação dessas experiências.

Dessa forma, os depoimentos não apenas confirmam os dados quantitativos, mas os aprofundam, evidenciando que os deslocamentos das percepções pré-formação observados se traduzem na fase de pós-formação em mudanças concretas na forma de perceber, interpretar e agir na sociedade. Tal aspecto dialoga com Schucman (2014), especialmente ao compreender o letramento racial como processo capaz de ampliar a consciência crítica dos sujeitos acerca das dinâmicas raciais naturalizadas no cotidiano, permitindo novas formas de interpretação das relações sociais e das desigualdades racialmente estruturadas.

De maneira geral, observa-se um movimento consistente de transição de uma percepção mais intuitiva, fragmentada ou naturalizada para uma compreensão mais crítica, estruturada e historicamente situada das relações raciais. Esse movimento evidencia a ampliação da capacidade dos participantes de interpretar criticamente as dinâmicas étnico-raciais presentes nas relações sociais contemporâneas, especialmente no que se refere à identificação de desigualdades anteriormente percebidas de maneira difusa ou individualizada. Esse processo se expressa tanto na ampliação da capacidade analítica quanto no fortalecimento do posicionamento dos sujeitos diante das desigualdades, revelando maior compreensão acerca das dimensões históricas, sociais e estruturais que sustentam o racismo na sociedade brasileira. Tal constatação dialoga com Nunes (2020), ao evidenciar que diferentes narrativas étnicas colocam em diálogo e, por vezes, em confronto distintas memórias acerca da realidade social. Nesse sentido, a ampliação da compreensão dos participantes acerca das dimensões históricas, sociais e estruturais do racismo sugere maior contato com interpretações históricas que tensionam memórias socialmente constituídas sobre a formação da sociedade brasileira e sobre as relações raciais nela estabelecidas. Esse movimento também pode ser relacionado à noção de dupla morte proposta por Silva (2020) e retomada por Silva e Lima (2024). Para os autores, a violência imposta à população negra não se encerra na morte física produzida pelos processos históricos de escravização, violência e exclusão, mas se prolonga por meio do apagamento de memórias, trajetórias, experiências e contribuições negras nos processos de construção da memória coletiva. Nessa perspectiva, a dupla morte manifesta-se quando à eliminação material dos sujeitos soma-se a sua exclusão dos repertórios históricos e memoriais

socialmente compartilhados. Portanto, a experiência em letramento racial pode ser compreendida como uma forma de enfrentamento da segunda morte, pois favorece a recuperação, valorização e reinscrição de memórias historicamente silenciadas, ampliando a presença das experiências e contribuições negras na memória social brasileira.

Dessa forma, considerando o conjunto dos dados analisados, é possível afirmar que houve uma mudança significativa na forma como os respondentes interpretam a sociedade após a Formação em Letramento Racial JG. Os relatos demonstram que experiências anteriormente naturalizadas ou pouco compreendidas passam a ser reinterpretadas de maneira crítica, permitindo aos participantes identificar mecanismos de desigualdade, silenciamento e exclusão presentes nas relações sociais cotidianas. Tal aspecto reforça as discussões apresentadas por Schucman (2015), especialmente ao compreender o letramento racial como ferramenta capaz de ampliar a capacidade de leitura das práticas, códigos e dinâmicas racializadas que estruturam a vida social.

Assim, o tópico alcança seu objetivo ao constatar que a formação contribuiu de maneira efetiva para a reconfiguração da visão de mundo dos participantes, ampliando sua capacidade de leitura crítica da sociedade e de compreensão das relações raciais em sua complexidade. Mais do que aquisição conceitual, os resultados evidenciam processos de ressignificação das experiências sociais e raciais vivenciadas pelos sujeitos, fortalecendo interpretações mais conscientes acerca das permanências históricas e contemporâneas do racismo na sociedade brasileira. Sob essa perspectiva, os achados corroboram as contribuições de Twine (2004) ao compreender o letramento racial como prática capaz de alterar a forma como os sujeitos percebem, interpretam e respondem às dinâmicas raciais presentes no cotidiano social.

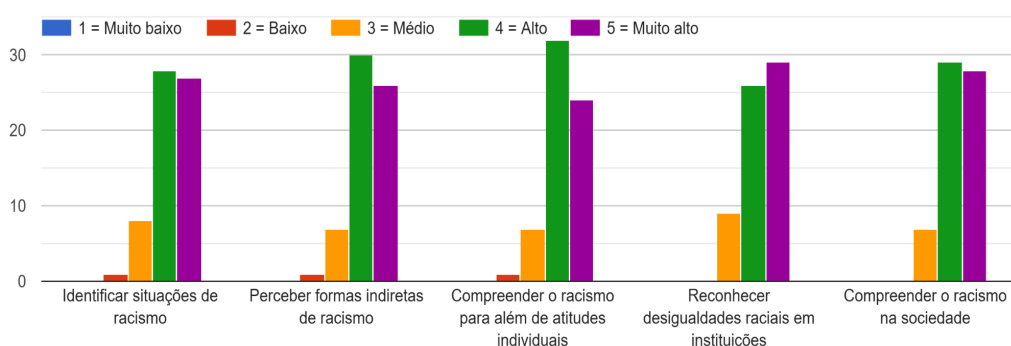
5.4.2. Categoria: Racismo

Em busca de compreensão do nível de percepção e identificação do racismo em diferentes situações e níveis, incluindo formas mais evidentes e mais sutis. Nesse sentido, a categoria “Racismo” evidencia transformações importantes na forma como os participantes passaram a identificar, compreender e nomear o racismo em suas diferentes manifestações após a Formação em Letramento Racial

JG. A coleta de evidências quantitativas buscou não apenas identificar a ampliação da capacidade de reconhecimento de situações explícitas de racismo, mas também uma maior percepção de suas formas indiretas, institucionais, estruturais e simbólicas, aspecto central para os objetivos desta pesquisa.

Gráfico 3 – Categoria: Racismo

15. RACISMO Aqui buscamos compreender seu nível de percepção e identificação do racismo em diferentes situações e níveis, incluindo formas mais evidentes e ma... Após a formação, como você avalia sua capacidade de:



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

O conjunto de gráficos apresentado no item “Racismo” tem como objetivo avaliar, a partir de uma escala de 1 (muito baixo) a 5 (muito alto), como os respondentes percebem sua capacidade de identificar e compreender o racismo em suas diferentes manifestações após a Formação em Letramento Racial JG. A análise será realizada item a item, buscando evidenciar os avanços percebidos, bem como as variações existentes entre as diferentes dimensões abordadas.

5.4.2.1. Subcategoria: Identificar situações de racismo

Observa-se concentração expressiva das respostas nos níveis 4 (Alto) e 5 (Muito Alto), que juntos representam a ampla maioria dos respondentes. Constata-se que 28 respondentes (43,8%) assinalaram a categoria 4 = Alto, 27 respondentes (42,2%) marcaram 5 = Muito alto e 8 respondentes (12,5%) indicaram 3 = Médio. Houve apenas 1 respondente (1,6%) na categoria 2 = Baixo e nenhuma resposta em 1 = Muito baixo. Do ponto de vista quantitativo, a soma das categorias alto e muito

alto alcança 55 respondentes, o que corresponde a 85,9% do total. Esse padrão indica que os respondentes avaliam de forma majoritariamente positiva sua capacidade de identificar situações de racismo após a formação, sugerindo que essa dimensão — fundamental para o letramento racial — foi significativamente fortalecida. Tal aspecto se relaciona aos fundamentos do letramento racial discutidos anteriormente, especialmente no que se refere à capacidade de identificar, nomear e compreender manifestações do racismo que, muitas vezes, permanecem naturalizadas nas relações sociais cotidianas (Twine, 2004).

5.4.2.2. Subcategoria: Perceber formas indiretas de racismo

Neste item, novamente se verifica concentração predominante nos níveis 4 (Alto) e 5 (Muito Alto), ainda que com leve variação na distribuição. Em números absolutos e percentuais, tivemos 30 respondentes (46,9%) que assinalaram 4 = Alto, 26 respondentes (40,6%) que marcaram 5 = Muito alto, 7 respondentes (10,9%) indicaram 3 = Médio e 1 respondente (1,6%) assinalou 2 = Baixo. Não houve respostas em 1 = Muito baixo. A soma das categorias alto e muito alto é de 56 respondentes, correspondendo a 87,5% do total. Trata-se de um percentual bastante expressivo, indicando avanço consistente na capacidade de perceber formas indiretas de racismo. Ainda assim, a presença de respostas em nível médio sugere que essa dimensão, por envolver manifestações mais sutis e simbólicas, pode demandar maior elaboração interpretativa, não se apresentando de forma totalmente homogênea entre os participantes. Esse aspecto relaciona-se a um dos fundamentos do letramento racial apresentados por Schucman (2015), no que tange à ampliação da percepção acerca das formas sutis pelas quais o racismo opera e se reproduz socialmente, especialmente no que se refere à capacidade de traduzir e interpretar códigos, práticas racializadas, normas, comportamentos e padrões que, de forma explícita ou não, promovem e perpetuam desigualdades raciais, que Mills (2021) também nomeou de Contrato Racial.

5.4.2.3. Subcategoria: Compreender o racismo para além de atitudes individuais

Observa-se, neste item, forte concentração nas categorias superiores da escala. Em números absolutos, 32 respondentes (50,0%) marcaram 4 = Alto, 24 respondentes (37,5%) assinalaram 5 = Muito alto, 7 respondentes (10,9%) indicaram 3 = Médio e 1 respondente (1,6%) marcou 1 = Muito baixo. A soma das categorias alto e muito alto alcança 56 respondentes, correspondendo a 87,5% do total. Esse dado evidencia que a maioria dos respondentes passou a compreender o racismo de forma mais ampla, superando a ideia de que se trata apenas de atitudes individuais. Ou seja, observa-se a incorporação de uma leitura estrutural e sistemática do racismo, o que se constitui como um dos principais fundamentos do letramento racial e articula-se diretamente com Almeida (2019), ao tratar o racismo estrutural como elemento constitutivo da organização social brasileira, ultrapassando a noção de que o racismo se restringe a comportamentos isolados ou desvios individuais. Tal compreensão aproxima-se das reflexões de Godoy (2025), ao reconhecer que os processos sociais de memória e esquecimento se inserem nas próprias estruturas e práticas de dominação racista, contribuindo para a manutenção das desigualdades raciais.

5.4.2.4. Subcategoria: Reconhecer desigualdades raciais em instituições

Neste item, observa-se um padrão com maior presença da categoria Muito Alto em relação aos anteriores. Em números absolutos, 26 respondentes (40,6%) assinalaram 4 = Alto, 29 respondentes (45,3%) marcaram 5 = Muito alto e 9 respondentes (14,1%) indicaram 3 = Médio. Não houve respostas nas categorias 1 e 2. A soma das categorias Alto e Muito Alto alcança 55 respondentes, correspondendo a 85,9% do total. Esse resultado indica que os respondentes passaram a reconhecer com maior clareza as desigualdades raciais no âmbito institucional, ainda que a presença mais expressiva da categoria Médio sugira que essa dimensão, por envolver estruturas menos visíveis, apresenta maior variação na forma como é compreendida. Tal percepção dialoga com Carneiro (2005), especialmente ao discutir o dispositivo de racialidade como mecanismo que articula saberes, discursos, práticas sociais e institucionais na produção e naturalização das hierarquias raciais.

5.4.2.5. Subcategoria: Compreender o racismo na sociedade

Por fim, observa-se novamente uma forte concentração das respostas nos níveis superiores. Em números absolutos, 29 respondentes (45,3%) marcaram 4 = Alto, 28 respondentes (43,8%) assinalaram 5 = Muito alto e 7 respondentes (10,9%) indicaram 3 = Médio, não havendo respostas nas categorias inferiores. A soma das categorias Alto e Muito Alto alcança 57 respondentes, o que equivale a 89,1% do total. Esse dado indica que os respondentes avaliam de forma elevada sua capacidade de compreender o racismo enquanto fenômeno social, reconhecendo sua presença estruturante nas diferentes dimensões da sociedade. Essa compreensão aproxima-se das discussões de Mills (2021), especialmente ao tratar o contrato racial como estrutura que organiza relações de poder, pertencimento e exclusão, definindo quem é reconhecido como sujeito pleno de direitos e quem é sistematicamente subordinado nas hierarquias sociais.

5.4.2.6. Consolidação dos dados quantitativos

A análise separada dos itens permite uma melhor compreensão das especificidades de cada dimensão e, em um segundo momento, possibilita uma leitura mais ampla e integrada dos resultados, considerando a distribuição das respostas nos níveis mais elevados da escala.

De forma geral, observa-se que, em todos os indicadores analisados, há uma concentração predominante nas categorias 4 (Alto) e 5 (Muito Alto), que, somadas, representam entre 85,9% e 89,1% das respostas, a depender do item considerado. Esse intervalo evidencia que a ampla maioria dos respondentes avalia positivamente sua capacidade de identificar e compreender o racismo após a formação.

Nos itens relacionados à identificação mais direta do fenômeno, como “identificar situações de racismo”, a soma das categorias alto e muito alto atinge cerca de 85,9%, indicando ampliação significativa da capacidade de reconhecimento do racismo no cotidiano. Já no item “perceber formas indiretas de racismo”, observa-se um leve aumento nesse patamar, alcançando aproximadamente 87,5%, ainda que acompanhado de maior presença da categoria médio (3), o que sugere maior complexidade interpretativa.

Por outro lado, nos itens que envolvem compreensão mais estruturada como “compreender o racismo para além de atitudes individuais” e “compreender o

racismo na sociedade”, os percentuais das categorias superiores mantêm-se elevados, situando-se entre 87,5% e 89,1%, indicando um nível consistente de assimilação dessa perspectiva mais ampla e estrutural.

No item “reconhecer desigualdades raciais em instituições”, a soma das categorias alto e muito alto atinge cerca de 85,9%, com maior presença da categoria médio (14,1%), o que reforça a ideia de que dimensões relacionadas ao racismo institucional, por envolverem estruturas menos evidentes, tendem a apresentar maior variação na autoavaliação dos respondentes.

Tabela 3 – Indicadores estatísticos da Categoria “Racismo”

Indicador	Média	Mediana	Desvio padrão
Identificar situações de racismo	4,27	4,0	0,73
Perceber formas indiretas de racismo	4,27	4,0	0,71
Compreender o racismo para além de atitudes individuais	4,23	4,0	0,82
Reconhecer desigualdades raciais em instituições	4,31	4,0	0,69
Compreender o racismo na sociedade	4,33	4,0	0,67

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os indicadores estatísticos evidenciam médias elevadas em todos os itens analisados, sempre superiores a 4,23, demonstrando tendência consistente de autoavaliação positiva quanto à capacidade de reconhecer e compreender o racismo após a formação. As medianas concentradas no nível 4 indicam predominância de respostas elevadas mesmo diante de pequenas variações individuais, reforçando a estabilidade do padrão observado nos percentuais.

Os desvios padrão inferiores a 1,0 em todos os indicadores sugerem baixa dispersão das respostas e importante convergência entre os participantes. Ainda assim, observa-se que o item “compreender o racismo para além de atitudes individuais” apresentou o maior desvio padrão da categoria (0,82), indicando maior heterogeneidade interpretativa quando esse item é comparado aos demais itens.

Esse aspecto sugere que a assimilação de uma compreensão estrutural do racismo envolve deslocamentos interpretativos mais complexos, especialmente em uma sociedade marcada pela naturalização das desigualdades raciais e pela predominância de leituras individualizantes acerca do fenômeno racial. Nesse

sentido, os resultados aproximam-se das discussões de Almeida (2019), especialmente ao compreender o racismo estrutural como lógica constitutiva da organização social brasileira, ultrapassando interpretações exclusivamente individuais.

De forma semelhante, embora o item “perceber formas indiretas de racismo” tenha apresentado média elevada (4,27), a presença de respostas intermediárias sugere que manifestações sutis, simbólicas e naturalizadas do racismo tendem a demandar maior elaboração interpretativa por parte dos participantes. Tal aspecto relaciona-se às contribuições de Schucman (2015), especialmente ao discutir a necessidade de desenvolvimento de repertórios capazes de reconhecer códigos, práticas e dinâmicas racializadas presentes nas interações sociais cotidianas.

Já os itens relacionados ao reconhecimento das desigualdades institucionais e à compreensão do racismo na sociedade apresentaram não apenas médias elevadas (4,31 e 4,33), mas também menores níveis de dispersão, indicando maior estabilidade e consenso entre os participantes quanto à percepção do racismo enquanto fenômeno social amplo e institucionalmente reproduzido, corroborando a perspectiva de Almeida (2019), para quem o racismo estrutural se reproduz nas instituições.

A consolidação desses dados permite afirmar que os índices elevados nas categorias alto e muito alto não apenas predominam, mas se mantêm de forma consistente em todos os itens analisados, configurando um padrão robusto de resposta. Dessa forma, os resultados quantitativos evidenciam que a formação contribuiu significativamente para ampliar a capacidade dos participantes de reconhecer o racismo em diferentes níveis de manifestação, incluindo práticas explícitas, mecanismos institucionais e formas sutis presentes nas relações cotidianas, reforçando as discussões de Carneiro (2005) e Almeida (2019), especialmente ao evidenciarem que o racismo opera de maneira estrutural, institucional e simbólica, articulando práticas, discursos e mecanismos de exclusão frequentemente naturalizados na sociedade brasileira.

5.4.2.7. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Racismo

Se os dados quantitativos indicam a direção e a intensidade das mudanças percebidas, as respostas qualitativas permitem compreender com maior profundidade os sentidos atribuídos a esses deslocamentos, especialmente no que se refere à identificação do racismo em suas múltiplas dimensões.

De forma geral, os relatos evidenciam que a formação contribuiu para ampliar a capacidade dos participantes de reconhecer o racismo para além de suas manifestações mais explícitas, compreendendo o nível de percepção e identificação do racismo em diferentes situações, incluindo formas mais evidentes e mais sutis.

Nesse sentido, algumas falas se destacam por evidenciar o reconhecimento do racismo enquanto fenômeno estrutural, especialmente na organização desigual de oportunidades:

Quadro 7 – Excertos representativos a categoria Racismo

Participante	Data	Excerto
E56	07/04/2026 11:47:17	“Na instituição onde trabalho há 27 anos os cargos predominantemente ocupados por pessoas negras ainda são nas áreas administrativas [...] o funil vai afunilando quando se trata de pessoas negras em cargos de nível superior e cargos de chefia raramente são ocupados por pessoas negras.”
E42	30/03/2026 19:56:33	“Sim, hoje consigo identificar situações que antes eu não reconhecia como racismo, especialmente aquelas mais sutis e naturalizadas no cotidiano. Um exemplo, passei a perceber a ausência ou sub-representação de pessoas negras em espaços de poder e prestígio não como algo casual, mas como resultado de processos históricos e estruturais de exclusão.”
E17	30/03/2026 19:56:33	Outro conjunto de falas evidencia a ampliação da percepção do racismo em sua dimensão institucional: “Sim. Passei a identificar como o racismo se manifesta na dificuldade de acesso a serviços e direitos básicos. Percebo que o racismo estrutural molda as oportunidades de forma desigual, e que situações de desigualdade que eu via como puramente socioeconômicas possuem uma raiz racial profunda que precisa ser combatida com políticas específicas”.

E55	04/04/2026 21:12:38	“Sim. O racismo estrutural dentro das escolas. Onde estudantes negros são colocados em papéis secundários na atenção da escola (como se partisse do pressuposto que nem precisa lutar por ele..O estudante negro não chegará muito longe mesmo...) . Também noto que colaboradores negros, independente do cargo, devem se esforçar mais para (de repente) serem reconhecidos. É como se todos os dias eles devessem mostrar o quanto merecem aquela vaga e aquela (suposta) condição de igualdade dos brancos. Estar nas empresas/escolas hoje é ter que pagar rotineiramente esse "privilégio" através de muito mais suor que os não negros”. Esse tipo de compreensão reforça os resultados quantitativos do item “reconhecer desigualdades raciais em instituições”, evidenciando que os participantes passaram a identificar o racismo nas estruturas sociais, e não apenas nas relações interpessoais.
E33	28/03/2026 22:36:10	Também se destaca a identificação de formas sutis e naturalizadas de racismo, especialmente no campo da linguagem e das interações cotidianas: “Palavras e expressões que usamos no cotidiano, mas que têm um cunho racista. Hoje revejo minhas falas e falas de outros.”
E50	01/04/2026 14:24:54	Hoje consigo identificar, por exemplo, situações em que comentários ou “brincadeiras” sobre aparência, cabelo ou traços físicos antes eram vistos como algo normal, mas que na verdade reforçam estereótipos raciais. Também percebo melhor atitudes sutis no cotidiano, como julgamentos e desigualdades de tratamento, que antes passavam despercebidos, mas que refletem formas de racismo estrutural.
E5	25/03/2026 21:36:32	Outro aspecto relevante diz respeito ao reconhecimento do racismo como experiência vivida: “No meu parto sofri racismo obstétrico, porém só depois que vim conhecer esse termo e entender que o que passei foi isso.”

E64	13/04/2026 21:12:06	Além disso, aparecem reflexões que ampliam ainda mais a compreensão do fenômeno: “O racismo institucional nos currículos eurocentrados [...] o epistemicídio.”
-----	------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os excertos apresentados evidenciam ampliação significativa da capacidade dos participantes de reconhecer o racismo enquanto fenômeno estrutural, especialmente no que se refere à distribuição desigual de oportunidades, reconhecimento e acesso a espaços de poder. As falas relacionadas à sub-representação de pessoas negras em cargos de prestígio e chefia demonstram deslocamento importante na forma de interpretar desigualdades anteriormente percebidas como situações isoladas ou casuais. Tal aspecto dialoga com as discussões de Almeida (2019), especialmente ao compreender o racismo estrutural como elemento constitutivo da organização social brasileira e das formas desiguais de distribuição de direitos, oportunidades e legitimidade social.

Os relatos também evidenciam ampliação da percepção acerca do racismo institucional, especialmente no reconhecimento de mecanismos que operam de forma contínua nas instituições sociais, educacionais e profissionais. A identificação de desigualdades no acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento demonstra maior capacidade dos participantes de perceber como determinadas estruturas reproduzem exclusões racializadas mesmo sem manifestações explícitas de discriminação. Essa compreensão aproxima-se das discussões de Carneiro (2005), especialmente ao tratar do dispositivo de racialidade como mecanismo que articula práticas, discursos e estruturas institucionais responsáveis pela manutenção das hierarquias raciais.

Outro aspecto particularmente relevante refere-se à identificação de formas sutis e naturalizadas de racismo presentes na linguagem cotidiana, nas interações sociais e nos comportamentos socialmente legitimados. Os relatos relacionados a expressões racistas, comentários sobre aparência e “brincadeiras” evidenciam que os participantes passaram a reconhecer práticas racializadas anteriormente naturalizadas ou percebidas de maneira difusa. Tal percepção converge com as contribuições de Schucman (2015), especialmente ao discutir a necessidade de

desenvolvimento de repertórios capazes de identificar códigos, práticas e dinâmicas racializadas presentes no cotidiano social.

Os excertos também revelam processos importantes de nomeação de experiências anteriormente não reconhecidas como racismo. O relato relacionado ao racismo obstétrico evidencia como determinadas violências racializadas permanecem frequentemente invisibilizadas ou deslegitimadas socialmente, dificultando seu reconhecimento pelos próprios sujeitos que as vivenciam. Nesse sentido, a possibilidade de nomear tais experiências representa ruptura com processos de silenciamento e invisibilização. Tal aspecto aproxima-se das discussões de Pollak (1989), especialmente ao tratar dos mecanismos de silenciamento e exclusão de determinadas experiências das memórias socialmente legitimadas.

Além disso, a referência ao epistemicídio amplia ainda mais a compreensão do fenômeno racial ao evidenciar que o racismo atua também na produção, validação e circulação do conhecimento. O reconhecimento dos currículos eurocentrados como expressão do racismo institucional demonstra ampliação da percepção acerca das formas pelas quais determinados saberes e narrativas são historicamente marginalizados ou excluídos. Essa compreensão dialoga diretamente com as discussões de Carneiro (2005) acerca dos processos de apagamento e deslegitimação dos conhecimentos produzidos pela população negra. Tal interpretação aproxima-se da reflexão de Silva (2020), ao destacar que os processos de apagamento da memória social negra foram tão intensos que, em determinados contextos, poderá ser necessário demonstrar que pessoas negras efetivamente estiveram presentes em espaços e momentos da história social brasileira.

Dessa forma, a articulação entre os dados quantitativos e qualitativos permite afirmar que houve ampliação significativa da capacidade dos participantes de reconhecer e compreender o racismo em suas múltiplas dimensões. Observa-se um movimento consistente de transição de uma percepção mais limitada, centrada em manifestações explícitas, para uma compreensão mais ampla, que incorpora aspectos estruturais, institucionais, simbólicos e cotidianos das desigualdades raciais.

Esse processo evidencia, sobretudo, a ruptura com formas naturalizadas de invisibilização do racismo, permitindo que situações antes percebidas de maneira difusa passem a ser identificadas como expressões concretas de desigualdades

sócio-raciais. Nesse sentido, os resultados evidenciam que o letramento racial contribuiu não apenas para ampliar o reconhecimento do racismo, mas também para reconfigurar a forma como ele é percebido, interpretado e nomeado pelos sujeitos nas diferentes experiências sociais.

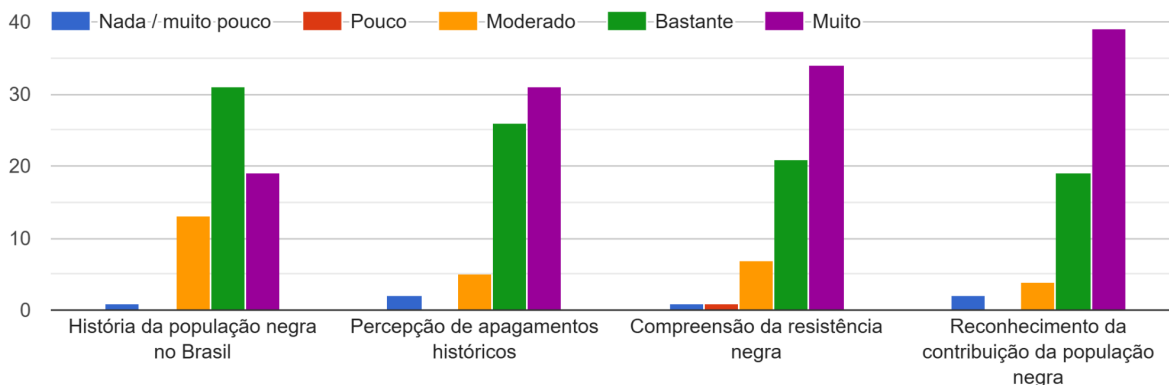
5.4.3. Categoria: *História e Sociedade*

Aqui buscamos compreender como os participantes passaram a perceber os processos históricos e sociais relacionados à população negra após a Formação em Letramento Racial JG. Nesse sentido, a categoria “História e Sociedade” evidencia transformações importantes na forma como os respondentes passaram a interpretar os apagamentos históricos, os processos de resistência negra e a contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira. As evidências quantitativas indicam ampliação significativa da compreensão acerca dos mecanismos de silenciamento e invisibilização presentes nas narrativas históricas e sociais sobre a população negra, aspecto central para os objetivos desta pesquisa.

O conjunto de gráficos apresentado no item “História e Sociedade” tem como objetivo avaliar, a partir de uma escala de 1 (muito baixo) a 5 (muito alto), como os respondentes percebem sua capacidade de compreender os dinâmicas históricas e sociais relacionados às relações raciais após a Formação em Letramento Racial JG. A análise será realizada item a item, buscando evidenciar os avanços percebidos, bem como as variações entre as diferentes dimensões abordadas.

Gráfico 4 – Categoria: História e Sociedade

17. HISTÓRIA / SOCIEDADE Aqui buscamos compreender como você percebe e identifica o racismo em diferentes situações e níveis, incluindo a percepção, como você avalia sua compreensão sobre:



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

5.4.3.1. Subcategoria: História da população negra no Brasil

Observa-se concentração expressiva das respostas nas categorias superiores da escala, especialmente em “bastante” e “muito”. Em números absolutos e percentuais, 31 respondentes (48,4%) assinalaram “bastante”, 19 respondentes (29,7%) marcaram “muito” e 13 respondentes (20,3%) indicaram “moderado”, com ocorrência residual nas categorias inferiores. Considerando conjuntamente as respostas “bastante” e “muito”, observa-se que 50 respondentes (z’), percebem avanços significativos na compreensão da história da população negra no Brasil. A presença mais expressiva da categoria “moderado” sugere, no entanto, que essa dimensão — por envolver maior densidade histórica — ainda apresenta variações no grau de consolidação entre os respondentes. Tal aspecto evidencia que a história da população negra permanece, em muitos espaços, marcada por lacunas, invisibilizações e limitações na circulação social desses conhecimentos. Essa percepção aproxima-se das discussões de Sueli Carneiro (2005), especialmente ao tratar do epistemicídio enquanto mecanismo de deslegitimação e apagamento dos saberes e trajetórias históricas da população negra. Além disso, dialoga com Clóvis Moura (1988), ao evidenciar que os impactos do processo de escravização

ultrapassam o período histórico da escravidão, produzindo permanências sociais e estruturais que continuam influenciando as desigualdades raciais na sociedade brasileira.

5.4.3.2. Subcategoria: Percepção de apagamentos históricos

Neste item, observa-se uma distribuição mais concentrada nas categorias superiores, com destaque para a categoria “muito”. Em números absolutos, 31 respondentes (48,4%) assinalaram “muito”, 26 respondentes (40,6%) marcaram “bastante” e 5 respondentes (7,8%) indicaram “moderado”, havendo presença residual nas categorias inferiores. Considerando conjuntamente as categorias “bastante” e “muito” alcança-se 57 respondentes (89,1%), evidenciando um nível elevado de compreensão acerca dos processos de apagamento histórico. Esse dado indica que os participantes passaram a reconhecer com maior clareza os silêncios e ausências na construção da memória social, aspecto central para os objetivos desta pesquisa. Essa percepção aproxima-se das discussões de Pollak (1989), especialmente ao tratar dos processos de silenciamento e das chamadas “memórias subterrâneas”, frequentemente excluídas dos espaços socialmente legitimados de construção da memória coletiva e das narrativas históricas oficiais.

5.4.3.3. Subcategoria: Compreensão da resistência negra

Observa-se, neste item, forte concentração nas categorias superiores, com predominância da categoria “muito”. Em números absolutos, 34 respondentes (53,1%) assinalaram “muito”, 21 respondentes (32,8%) marcaram “bastante” e 7 respondentes (10,9%) indicaram “moderado”, com presença mínima nas categorias inferiores. A soma das categorias “bastante” e “muito” alcança 55 respondentes (85,9%), indicando que os respondentes ampliaram significativamente sua compreensão sobre os processos de resistência negra. Esse resultado indica a incorporação de uma leitura mais ativa da história, reconhecendo a população negra não apenas como alvo de opressões históricas, mas também como sujeito de resistência, organização e produção cultural. Tal aspecto aproxima-se das discussões de Clóvis Moura (1988), especialmente ao compreender a resistência negra como elemento permanente da trajetória histórica da população negra

brasileira, rompendo com narrativas que a posicionam apenas como sujeito passivo no processo histórico. Silva (2020), ao evidenciar que a ampliação da compreensão sobre os processos de resistência negra representa, simultaneamente, o reconhecimento de memórias historicamente silenciadas. Mesmo diante dos mecanismos de apagamento que marcaram a construção da memória social brasileira, a população negra desenvolveu múltiplas formas de resistência, organização coletiva, produção cultural e luta por direitos.

5.4.3.4. Subcategoria: Reconhecimento da contribuição da população negra

Por fim, observa-se uma das maiores concentrações nas categorias superiores da escala, com destaque para a categoria “muito”. Em números absolutos, 39 respondentes (60,9%) assinalaram “muito”, 19 respondentes (29,7%) marcaram “bastante” e 4 respondentes (6,3%) indicaram “moderado”, com ocorrência residual nas categorias inferiores. A soma das categorias “bastante” e “muito” alcança 58 respondentes (90,6%), indicando um elevado nível de reconhecimento da contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira. Esse resultado evidencia o impacto expressivo da formação, especialmente no que se refere à valorização histórica, cultural, intelectual e social da população negra. Esse reconhecimento aproxima-se das discussões de Kabengele Munanga (2005), especialmente ao problematizar os processos históricos que invisibilizaram as contribuições negras na constituição da sociedade brasileira, restringindo o reconhecimento de seu protagonismo histórico, cultural e civilizatório.

5.4.3.5. Análise Quantitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria História e Sociedade

A análise separada dos itens permite uma melhor compreensão das especificidades de cada dimensão e, em um segundo momento, possibilita uma leitura mais ampla e integrada dos resultados, considerando a distribuição das respostas nos níveis mais elevados da escala.

De forma geral, observa-se que, em todos os indicadores analisados, há uma concentração predominante nas categorias “bastante” e “muito”, que, somadas, representam entre 78,1% e 90,6% das respostas, a depender do item considerado.

Esse intervalo evidencia que a ampla maioria dos respondentes avalia positivamente sua compreensão acerca dos aspectos históricos e sociais relacionados à população negra após a formação.

No item “história da população negra no Brasil”, a soma das categorias superiores alcança cerca de 78,1%, indicando avanço significativo, ainda que com maior presença da categoria “moderado”, o que sugere que essa dimensão, por envolver maior densidade histórica, apresenta maior variação no grau de consolidação entre os participantes.

Já no item “percepção de apagamentos históricos”, observa-se elevação expressiva desse patamar, com a soma das categorias “bastante” e “muito” atingindo 89,1%, evidenciando maior assimilação dessa dimensão. Esse dado sugere que os participantes passaram a reconhecer com mais clareza os silêncios e ausências na construção da memória social.

No item “compreensão da resistência negra”, a soma das categorias superiores situa-se em torno de 85,9%, indicando avanço consistente na compreensão do protagonismo da população negra ao longo da história, ainda que com alguma variação entre os respondentes.

Por fim, no item “reconhecimento da contribuição da população negra”, observa-se o maior índice entre os itens analisados, com 90,6% das respostas concentradas nas categorias superiores. Esse resultado evidencia um elevado nível de reconhecimento da centralidade da população negra na formação da sociedade brasileira. Novamente reforça a perspectiva apresentada por Munanga (1990), ao evidenciar maior apropriação de referências históricas relacionadas à trajetória da população negra.

Com o objetivo de complementar as análises percentuais apresentadas, incorporam-se indicadores estatísticos de média, mediana e desvio padrão, possibilitando uma leitura mais aprofundada acerca da distribuição, convergência e intensidade das percepções dos participantes em relação aos impactos da formação.

Tabela 4 – Indicadores estatísticos da Categoria “História e Sociedade”

Indicador	Média	Mediana	Desvio padrão
História da população negra no Brasil	4,03	4,0	0,83

Percepção de apagamentos históricos	4,37	5,0	0,67
Compreensão da resistência negra	4,32	5,0	0,74
Reconhecimento da contribuição da população negra	4,50	5,0	0,63

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os indicadores estatísticos evidenciam médias elevadas em todos os itens analisados, demonstrando tendência consistente de avaliação positiva quanto à ampliação da compreensão histórica e social relacionada à população negra. As medianas concentradas entre os níveis 4 e 5 reforçam predominância de respostas elevadas, indicando importante alinhamento entre os participantes.

Os desvios padrão inferiores a 1,0 sugerem baixa dispersão das respostas e relevante convergência nas percepções apresentadas. Ainda assim, observa-se que o item “história da população negra no Brasil” apresentou o maior desvio padrão da categoria (0,83), indicando maior diversidade interpretativa quando esse item é comparado aos demais indicadores.

Esse aspecto sugere que dimensões relacionadas à historicidade e aos processos sociais de longa duração exigem maior aprofundamento e elaboração crítica, especialmente em uma sociedade marcada por lacunas históricas e invisibilizações acerca da trajetória da população negra. Tal constatação reforça empiricamente a análise de Carneiro (2005) acerca do dispositivo de racialidade, ao evidenciar maior reconhecimento dos processos pelos quais a produção do conhecimento e a organização da memória social contribuíram para naturalizar hierarquias raciais e apagamentos memorialísticos, restringindo a visibilidade das experiências e contribuições da população negra. Por outro lado, os elevados índices relacionados à percepção de apagamentos históricos e ao reconhecimento da contribuição da população negra indicam forte assimilação dessas dimensões pelos participantes, evidenciando ampliação da capacidade de reconhecer silenciamentos históricos, ausências narrativas e mecanismos de invisibilização presentes nas construções históricas sobre a população negra. Essa interpretação dialoga com Silva (2020), para quem a memória social constitui um campo de disputa atravessado por relações de poder, no qual grupos hegemônicos historicamente exerceram maior capacidade de definir quais trajetórias, acontecimentos e sujeitos seriam preservados na memória coletiva. Nesse processo, experiências, contribuições e formas de resistência da população negra foram

frequentemente marginalizadas ou silenciadas, produzindo aquilo que o autor denomina de “dupla morte”: não apenas a eliminação física dos sujeitos negros, mas também o apagamento de suas memórias e legados.

A consolidação desses dados permite afirmar que os índices elevados nas categorias “bastante” e “muito” não apenas predominam, mas se mantêm de forma consistente em todos os itens analisados, configurando um padrão robusto de resposta. Essa consistência sugere que a formação produziu impacto significativo na ampliação da compreensão histórica e social dos participantes especialmente no reconhecimento dos apagamentos, resistências e contribuições da população negra na formação da sociedade brasileira (Twine, 2004). Sob a perspectiva da memória social, neste estudo, os achados também remetem às reflexões de Pollak (1989) sobre os processos de silenciamento e marginalização de determinadas memórias coletivas. Ao mesmo tempo, dialoga com Nunes (2020), ao sugerir maior contato com narrativas étnicas que tensionam memórias socialmente constituídas sobre a formação da sociedade brasileira.

5.4.3.6. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria História e Sociedade

Se os dados quantitativos indicam a direção e a intensidade das mudanças percebidas, as respostas qualitativas permitem compreender com maior profundidade os sentidos atribuídos a esses deslocamentos, especialmente no que se refere à relação entre história, memória e relações raciais.

De forma geral, os relatos evidenciam que a formação contribuiu para ampliar a compreensão dos participantes acerca da história da população negra, especialmente no que se refere ao reconhecimento de apagamentos, silenciamentos e à valorização das trajetórias de resistência.

Nesse sentido, algumas falas apontam para o reconhecimento de lacunas na narrativa histórica e a necessidade de revisitar os processos de construção da memória social:

Quadro 8 – Excertos representativos a categoria História e Sociedade

Participante	Data	Excerto
--------------	------	---------

E56	07/04/2026 11:47:17	“A partir da formação em letramento racial pude perceber um apagamento cruel e doloroso da nossa história que antes não tinha consciência, não permitia fazer questionamentos.”
E33	28/03/2026 22:36:10	“Muitas contribuições do povo negro na construção do mundo e que sofreram um apagamento, não chegando ao universo escola.”
E2	25/03/2026 18:16:10	“O quanto da história universal foi apagada e o quanto a civilização Africana teve na construção dos saberes que até hoje moldam essa sociedade.”
E47	01/04/2026 01:00:15	“Foi forte viu, eu por exemplo fiquei extremamente abalada quando descobri que meu sobrenome não pertencia ao meu povo, e sim aos senhores que os escravizou [...] depois do letramento racial sei que não me pertence.”
E17	26/03/2026 21:38:56	“Passei a perceber que a desigualdade na sociedade brasileira não é apenas fruto do acaso, mas sim de um processo histórico de apagamentos propositais.”
E54	04/04/2026 17:43:49	“Passei a perceber melhor a diversidade da população brasileira e a forma como as pessoas negras resistem até hoje ao racismo, especialmente na cultura.”
E51	02/04/2026 11:17:16	“Percebo que muitos de nós foram apagados da história e por sua vez ainda foram marginalizados. Até nossas culturas e práticas ancestrais foram por muitas vezes roubadas de nós. Como as parteiras e as benzedeiras, hoje chamadas de doulasaprenderam a técnica com nosso povo e nossas matriarcas não podem exercer mesmo sendo as protagonistas e professoras.”
E28	27/03/2026 23:40:13	“Após a formação, passei a perceber que a sociedade brasileira opera sob um mito de igualdade que, na prática, serve para camuflar privilégios e manter hierarquias. Antes, eu via as dificuldades das pessoas negras como obstáculos

		isolados ou falta de oportunidade pontual. Hoje, compreendo que a realidade da população negra é atravessada por um projeto de invisibilização e marginalização que é estrutural. Percebo agora que o racismo no Brasil é sofisticado: ele não se manifesta apenas no confronto direto, mas na ausência deliberada de corpos negros em espaços de poder, na estética valorizada pela mídia e na naturalização da pobreza negra. O que antes eu tentava ignorar ou sentia vergonha de expor, hoje entendo como uma estratégia do sistema para que não questionemos nossa posição. Compreendo, enfim, que a experiência negra no Brasil não é um trauma individual, mas uma vivência coletiva de resistência contra uma estrutura que tenta, o tempo todo, nos desumanizar ou nos silenciar.”
E14	26/03/2026 17:43:45	“Valorizar e reconhecer as contribuições da população negra em diferentes aspectos sociais.”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os relatos apresentados evidenciam ampliação significativa da percepção dos participantes acerca dos processos históricos de apagamento e invisibilização da população negra. As falas demonstram que a formação contribuiu para romper com leituras históricas naturalizadas, permitindo maior reconhecimento das ausências, silêncios e exclusões presentes nas narrativas históricas socialmente legitimadas. Tal aspecto aproxima-se das discussões de Pollak (1989), especialmente ao discutir os mecanismos de silenciamento e exclusão de memórias das narrativas oficiais historicamente construídas pelos grupos hegemônicos.

Os excertos também evidenciam maior percepção acerca da exclusão histórica das contribuições negras dos espaços formais de ensino e circulação do conhecimento. As referências ao apagamento da história africana e das contribuições negras para a formação social revelam reconhecimento crescente dos mecanismos de invisibilização que historicamente marginalizaram saberes, trajetórias e produções culturais negras. Essa constatação encontra respaldo nas reflexões de Assmann (2011), especialmente ao discutir a memória cultural, como conjunto de conteúdos socialmente selecionados e institucionalmente transmitidos às gerações futuras. Nessa perspectiva, a exclusão sistemática das experiências e contribuições negras dos processos formais de transmissão cultural contribui para

sua invisibilização na memória coletiva e para a reprodução de narrativas históricas parciais e excludentes. Além disso, tal compreensão aproxima-se das discussões de Sueli Carneiro (2005), especialmente ao abordar o epistemicídio como mecanismo de subordinação intelectual e negação da população negra enquanto sujeito produtor de conhecimento.

Outro aspecto particularmente relevante refere-se aos impactos subjetivos produzidos pelos processos históricos de apagamento identitário. O relato relacionado ao sobrenome herdado dos senhores escravocratas evidencia como os efeitos históricos da escravização ultrapassam o passado, produzindo marcas profundas na construção identitária da população negra brasileira. Tal percepção aproxima-se das reflexões de Clóvis Moura (1988), especialmente ao evidenciar que os impactos da escravidão permanecem estruturando desigualdades, exclusões e processos de marginalização social no período pós-abolição.

As falas também demonstram ampliação da compreensão acerca da resistência negra enquanto elemento permanente da trajetória histórica da população negra. Os relatos evidenciam deslocamento importante na forma de interpretar a história, reconhecendo a população negra não apenas como vítima de processos de opressão, mas também como sujeito histórico de resistência, organização e produção cultural. Essa percepção aproxima-se das discussões de Moura (1988), especialmente ao compreender a resistência negra como dimensão constitutiva da experiência histórica da população negra brasileira.

Além disso, os relatos relacionados à marginalização histórica e à ausência de corpos negros em espaços de poder revelam ampliação da percepção acerca das permanências históricas do racismo na sociedade brasileira. A compreensão de que o racismo opera por meio de mecanismos sofisticados de invisibilização, exclusão e naturalização das desigualdades demonstra que os participantes passaram a interpretar de forma mais crítica as relações entre história, sociedade e desigualdade racial. O que reforça as contribuições de Twine (2004) sobre os efeitos do letramento racial e as reflexões de Carneiro (2005) acerca do dispositivo de racialidade.

Também se destaca o fortalecimento do reconhecimento da contribuição da população negra na constituição da sociedade brasileira. As falas relacionadas à valorização das contribuições negras evidenciam ruptura com narrativas históricas que tradicionalmente marginalizaram ou minimizaram o protagonismo negro na

formação cultural, intelectual, econômica e social do país. Tal aspecto aproxima-se das discussões de Kabengele Munanga (2005), especialmente ao problematizar os processos históricos de invisibilização das contribuições negras na construção da sociedade brasileira.

Dessa forma, a articulação entre os dados quantitativos e qualitativos permite afirmar que houve ampliação significativa da compreensão histórica e social dos participantes acerca da população negra. Observa-se um movimento consistente de transição de uma percepção mais limitada e fragmentada para uma leitura mais crítica dos processos históricos de apagamento, resistência e exclusão racial presentes na sociedade brasileira, e corrobora a constatação de Halbwachs (2006) acerca da memória como um fenômeno socialmente construído e continuamente reorganizado.

Esse processo evidencia que o letramento racial contribuiu não apenas para ampliar conhecimentos históricos, mas também para reconfigurar a forma como os participantes interpretam as relações entre história, sociedade e desigualdades raciais. Nesse sentido, os resultados indicam fortalecimento da capacidade de reconhecer silenciamentos históricos, valorizar trajetórias de resistência negra e compreender criticamente os mecanismos sociais que produziram invisibilizações históricas da população negra no Brasil. A constatação coaduna-se com as reflexões apresentadas por Nascimento (2023), com base em Arruti (2006), acerca da existência de um "ethos de silêncio" que incide sobre as formas de narrar a memória social negra, sugerindo que o letramento racial contribui para o reconhecimento e problematização de narrativas historicamente silenciadas.

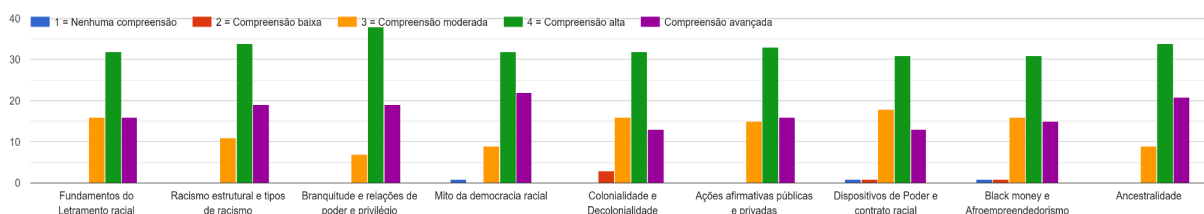
5.4.4. Categoria: Conceitos

Aqui buscamos compreender o nível de assimilação e compreensão dos principais conceitos trabalhados ao longo da Formação em Letramento Racial JG. Nesse sentido, a categoria "Conceitos" evidencia transformações importantes na forma como os participantes passaram a interpretar e nomear as relações raciais a partir de referenciais teóricos, históricos, políticos e culturais mais estruturados. As evidências quantitativas indicam não apenas ampliação da apropriação conceitual, mas também o fortalecimento de repertórios analíticos capazes de sustentar leituras mais críticas e fundamentadas da realidade social.

O conjunto de gráficos, para fins ilustrativos, apresentado no item “Conceitos” tem como objetivo avaliar, a partir de uma escala que varia de “nenhuma compreensão” a “compreensão avançada”, como os respondentes percebem seu entendimento acerca dos principais conceitos trabalhados na Formação em Letramento Racial JG. A análise será realizada item a item, buscando evidenciar os avanços percebidos e as variações entre os diferentes conceitos abordados.

Gráfico 5 – Categoria: Conceitos

19 – CONCEITOS Aqui buscamos identificar seu nível de compreensão sobre conceitos importantes trabalhados na formação em letramento racial. Após a formação, como você avalia sua compreensão sobre:



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

5.4.4.1. Subcategoria: Fundamentos do letramento racial

Observa-se, neste item, uma distribuição concentrada nas categorias superiores da escala. Em números absolutos e percentuais, 32 respondentes (50,0%) assinalaram “compreensão alta”, 16 respondentes (25,0%) marcaram “compreensão avançada” e 16 respondentes (25,0%) indicaram “compreensão moderada”, sem registros nas categorias inferiores. A soma das categorias “alta” e “avançada” alcança 48 respondentes (75,0%), indicando que a maioria dos participantes demonstra domínio consistente dos fundamentos do letramento racial. A presença da categoria “moderada” em proporção relevante sugere que, embora amplamente compreendido, esse eixo opera como base de um processo formativo contínuo, no qual os conceitos vão sendo progressivamente aprofundados. Nesse sentido, a compreensão do letramento racial não se encerra em uma experiência formativa específica, mas constitui um processo permanente de ampliação crítica da leitura de mundo e das relações raciais. Esse entendimento aproxima-se das discussões de Gomes (2017), especialmente ao compreender a educação antirracista como prática contínua de formação, consciência e transformação social.

5.4.4.2. Subcategoria: Racismo estrutural e tipos de racismo

Observa-se predominância das categorias superiores, com 34 respondentes (53,1%) em “compreensão alta”, 19 respondentes (29,7%) em “compreensão avançada” e 11 respondentes (17,2%) em “moderada”. A soma das categorias superiores alcança 53 respondentes (82,8%), indicando avanço significativo na compreensão desse conjunto conceitual. Esse resultado evidencia a internalização de uma leitura mais ampla do racismo, para além de suas manifestações individuais, articulando suas diferentes dimensões. Essa compreensão crítica dialoga diretamente com as discussões de Almeida (2019), especialmente ao compreender o racismo estrutural como elemento constitutivo das relações sociais, políticas e institucionais da sociedade brasileira.

5.4.4.3. Subcategoria: Branquitude e relações de poder e privilégio

Neste item, observa-se forte concentração nas categorias superiores. Em números absolutos, 38 respondentes (59,4%) assinalaram “compreensão alta”, 19 respondentes (29,7%) marcaram “compreensão avançada” e 7 respondentes (10,9%) indicaram “moderada”. A soma das categorias “alta” e “avançada” alcança 57 respondentes (89,1%), indicando elevado nível de compreensão desse conceito. Trata-se de um dado expressivo, considerando o caráter crítico e reflexivo da temática da branquitude, que envolve a análise de privilégios e estruturas de poder, conforme Schucman (2014), ao problematizar a branquitude enquanto posição social historicamente associada à produção e manutenção de privilégios racializados. Tal qual Bento (2022), que reforça a existência de um “pacto” que envolve as diversas formas pelas quais os brancos, consciente ou inconscientemente, se beneficiam das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade racial, muitas vezes sem perceber ou reconhecer esse privilégio.

5.4.4.4. Subcategoria: Mito da democracia racial

Observa-se predominância das categorias superiores, com 32 respondentes (50,0%) em “compreensão alta”, 22 respondentes (34,4%) em “compreensão

avançada” e 9 respondentes (14,1%) em “moderada”, além de 1 respondente (1,6%) em nível inferior. A soma das categorias superiores alcança 54 respondentes (84,4%), indicando que os participantes passaram a compreender de forma crítica esse conceito, superando narrativas que historicamente contribuíram para a negação do racismo na sociedade brasileira. Florestan Fernandes (2008) contribui para interpretar esse resultado ao demonstrar que a ideia de democracia racial operou historicamente como mecanismo de ocultação das desigualdades raciais, dificultando o reconhecimento social do racismo estrutural no Brasil.

5.4.4.5. Subcategoria: Colonialidade e decolonialidade

Neste item, observa-se maior dispersão das respostas. Em números absolutos, 32 respondentes (50,0%) assinalaram “compreensão alta”, 13 respondentes (20,3%) marcaram “avançada”, 16 respondentes (25,0%) indicaram “moderada” e 3 respondentes (4,7%) registraram níveis inferiores. A soma das categorias superiores alcança 45 respondentes (70,3%), indicando avanço relevante, ainda que inferior aos demais conceitos analisados. Esse comportamento sugere que essa temática, por seu caráter mais teórico e abstrato, apresenta maior variação na assimilação. Os dados indicam que conceitos relacionados à colonialidade e decolonialidade exigem maior elaboração teórica e capacidade de articulação histórica e social. A maior presença da categoria “compreensão moderada” pode ser compreendida à luz do próprio processo histórico de hierarquização dos saberes e de naturalização de referenciais eurocentrados na produção do conhecimento. Conforme Quijano (2005), a colonialidade do saber opera por meio da legitimação de determinados modelos epistemológicos em detrimento de outros, produzindo permanências coloniais que atravessam as formas de pensar, interpretar e validar conhecimentos na contemporaneidade.

5.4.4.6. Subcategoria: Ações afirmativas públicas e privadas

Observa-se predominância das categorias superiores, com 33 respondentes (51,6%) em “compreensão alta”, 16 respondentes (25,0%) em “avançada” e 15 respondentes (23,4%) em “moderada”. A soma das categorias superiores alcança 49 respondentes (76,6%), indicando boa compreensão do tema, ainda que com

presença significativa da categoria moderada, sugerindo diferentes níveis de aprofundamento entre os participantes. Os resultados revelam maior compreensão acerca da importância das ações afirmativas enquanto mecanismos voltados ao enfrentamento das desigualdades raciais historicamente produzidas na sociedade brasileira. As discussões de Munanga (2001) auxiliam nessa interpretação ao defender políticas de reparação e inclusão diante das desigualdades estruturais que atravessam a população negra. Sob a perspectiva da memória social, os resultados também encontram respaldo nas reflexões de Nunes (2020), ao evidenciar que as políticas de ação afirmativa fortalecem narrativas étnicas que colocam em diálogo e confronto diferentes memórias acerca da realidade social. Nesse sentido, a ampliação da compreensão sobre as ações afirmativas sugere maior reconhecimento de seu papel não apenas na promoção da equidade racial, mas também na valorização de experiências, trajetórias e contribuições historicamente marginalizadas.

5.4.4.7. Subcategoria: Dispositivos de poder e contrato racial

Neste item, observa-se maior variação, com 31 respondentes (48,4%) em alta, 13 respondentes (20,3%) em avançada e 18 respondentes (28,1%) em moderada. A soma das categorias superiores alcança 44 respondentes (68,7%), indicando avanço importante, porém com maior heterogeneidade. Cabe destacar que esses conteúdos já eram trabalhados na formação, ainda que sob outras abordagens, tendo sido posteriormente aprofundados a partir de referenciais como Sueli Carneiro (2005) e Charles Mills (2021). Esse movimento não representa uma introdução tardia, mas um avanço na forma de trabalhar os conceitos, tornando-os mais densos e analíticos. Assim, a maior presença da categoria “compreensão moderada” indica que esses conteúdos estão em processo de consolidação, o que é esperado dentro de um percurso formativo que vai se aprimorando ao longo do tempo. As contribuições de Sueli Carneiro (2005) e Charles Mills (2021) permitem compreender como as relações raciais operam também por meio de dispositivos sociais, políticos e epistemológicos que estruturam privilégios, exclusões e hierarquias raciais na sociedade contemporânea.

5.4.4.8. Subcategoria: *Black money* e afroempreendedorismo

Observa-se distribuição semelhante ao item anterior, com 31 respondentes (48,4%) em “compreensão alta”, 15 respondentes (23,4%) em “avançada” e 16 respondentes (25,0%) em “moderada”, além de registros mínimos nas categorias inferiores. A soma das categorias superiores alcança 46 respondentes (71,9%), indicando compreensão relevante, ainda que com maior dispersão, possivelmente por envolver dimensões práticas e econômicas menos exploradas em formações tradicionais. Os resultados sugerem ampliação da compreensão acerca da dimensão econômica das desigualdades raciais, especialmente no reconhecimento de que os processos históricos de exclusão da população negra também produziram assimetrias no acesso à renda, ao consumo, ao empreendedorismo e à circulação de capital. Nesse sentido, o debate sobre *black money* e afroempreendedorismo evidencia estratégias contemporâneas de fortalecimento econômico da população negra diante das permanências estruturais das desigualdades raciais construídas historicamente na sociedade brasileira (Silva, 2021).

5.4.4.9. Subcategoria: Ancestralidade

Por fim, observa-se forte concentração nas categorias superiores. Em números absolutos, 34 respondentes (53,1%) assinalaram “compreensão alta”, 21 respondentes (32,8%) marcaram “compreensão avançada” e 9 respondentes (14,1%) indicaram “moderada”. A soma das categorias superiores alcança 55 respondentes (85,9%), indicando elevada compreensão desse conceito, o que sugere impacto significativo da formação também nas dimensões culturais e simbólicas. Os dados evidenciam fortalecimento da valorização das raízes históricas, culturais e identitárias da população negra. As discussões de Gonzalez (1988) contribuem para compreender a ancestralidade como dimensão fundamental dos processos de construção identitária e valorização das matrizes culturais afro-diaspóricas presentes na formação social brasileira.

5.4.4.10. Análise Quantitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria Conceitos

A análise dos itens apresentados neste bloco permite compreender, de forma mais ampla, como os participantes avaliam sua assimilação dos principais conceitos trabalhados ao longo da Formação em Letramento Racial JG.

De modo geral, observa-se que há uma predominância consistente das categorias “compreensão alta” e “compreensão avançada” em todos os itens analisados, variando entre 68,7% e 89,1%, a depender do conceito considerado. Esse intervalo evidencia que a maioria dos respondentes percebe um nível elevado de apropriação conceitual, indicando impacto significativo da formação nesse aspecto.

Os maiores índices de compreensão concentram-se em conceitos como branquitude (89,1%), ancestralidade (85,9%) e mito da democracia racial (84,4%), o que sugere que esses conteúdos foram amplamente assimilados pelos participantes. Esses resultados indicam não apenas o reconhecimento desses conceitos, mas também sua incorporação nas formas de interpretar a realidade social.

Por outro lado, observa-se maior variação nos itens relacionados a colonialidade e decolonialidade (70,3%) e dispositivos de poder e contrato racial (68,7%), que apresentam maior presença da categoria “compreensão moderada”. Esse comportamento pode ser compreendido à luz da complexidade desses conceitos, que exigem maior aprofundamento teórico e tempo de assimilação.

Cabe destacar que, no caso dos dispositivos de poder e contrato racial, trata-se de conteúdos que já eram abordados na formação, ainda que sob outras perspectivas, tendo sido posteriormente aprofundados, a partir de referenciais com as obras de Sueli Carneiro (2005) e Charles Mills (2021). Esse movimento representa um avanço na abordagem dos conteúdos, ampliando sua densidade analítica. Nesse sentido, a maior presença da categoria “compreensão moderada” indica que esses conceitos estão em processo de consolidação, o que é coerente com o caráter contínuo da formação. Essas considerações tornam-se coerentes com os escritos de Halbwachs (2006), ao afirmar que a memória não é a reprodução literal do passado, mas uma reconstrução situada no presente.

De forma geral, a leitura consolidada dos dados quantitativos permite afirmar que os resultados são altamente expressivos, evidenciando um padrão consistente de assimilação conceitual entre os participantes. Mesmo considerando as variações observadas, os índices elevados nas categorias superiores indicam que a formação

contribui de maneira significativa para o desenvolvimento de um repertório analítico mais qualificado sobre as relações raciais.

Com o objetivo de complementar as análises percentuais anteriormente apresentadas, incorporam-se indicadores estatísticos de média, mediana e desvio padrão, possibilitando uma leitura mais aprofundada acerca da distribuição, convergência e intensidade das percepções dos participantes em relação à assimilação conceitual proporcionada pela formação.

Tabela 5 – Indicadores estatísticos da Categoria “Conceitos”

Indicador	Média	Mediana	Desvio padrão
Fundamentos do letramento racial	4,00	4,0	0,71
Racismo estrutural e tipos de racismo	4,11	4,0	0,68
Branquitude e relações de poder e privilégio	4,27	4,0	0,64
Mito da democracia racial	4,17	4,0	0,72
Colonialidade e decolonialidade	3,86	4,0	0,89
Ações afirmativas públicas e privadas	4,03	4,0	0,77
Dispositivos de poder e contrato racial	3,81	4,0	0,93
Black money e afroempreendedorismo	3,92	4,0	0,84
Ancestralidade	4,19	4,0	0,69

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os indicadores estatísticos evidenciam médias elevadas em praticamente todos os conceitos analisados, variando entre 3,81 e 4,27, o que indica tendência consistente de percepção positiva quanto à assimilação conceitual proporcionada pela formação. Os maiores índices médios concentram-se nos itens “Branquitude e relações de poder e privilégio” (4,27), “Ancestralidade” (4,19) e “Mito da democracia racial” (4,17), indicando forte assimilação de conceitos diretamente relacionados às experiências sociais, identitárias e às dinâmicas raciais cotidianas da sociedade brasileira.

As medianas concentradas no valor 4 em todos os indicadores reforçam predominância das categorias superiores da escala, evidenciando estabilidade das respostas e importante alinhamento entre os participantes quanto à compreensão dos conteúdos abordados.

Em relação aos desvios padrão, observa-se menor dispersão nos itens “Branquitude e relações de poder e privilégio” (0,64), “Racismo estrutural e tipos de racismo” (0,68) e “Ancestralidade” (0,69), indicando maior convergência interpretativa entre os respondentes. Esse comportamento sugere que conceitos mais diretamente vinculados às experiências sociais, identitárias e às vivências cotidianas apresentaram assimilação mais homogênea.

Por outro lado, os itens “Dispositivos de poder e contrato racial” (0,93), “Colonialidade e decolonialidade” (0,89) e “*Black money* e afroempreendedorismo” (0,84) apresentaram maiores níveis de dispersão, indicando maior heterogeneidade na assimilação desses conceitos. Tal aspecto sugere que conteúdos de maior densidade teórica, epistemológica ou econômica demandam processos mais longos de elaboração crítica e aprofundamento formativo. Essa interpretação encontra respaldo nas discussões de Hooks (2013) acerca da conscientização crítica como um processo gradual de construção de novas formas de compreender e interpretar a realidade social, bem como nas contribuições de Twine (2004), ao conceber o letramento racial como um percurso contínuo de ampliação da capacidade analítica sobre as dinâmicas raciais.

Ainda assim, mesmo nos conceitos com maior dispersão, as médias permaneceram próximas ou superiores a 4,0, evidenciando que a formação contribuiu significativamente para ampliar o repertório conceitual e a capacidade analítica dos participantes acerca das relações raciais, históricas, políticas e sociais abordadas ao longo da formação.

A consolidação desses dados permite afirmar que os conceitos trabalhados na formação foram amplamente assimilados pelos participantes, ainda que em diferentes níveis de aprofundamento. Observa-se, portanto, o fortalecimento consistente da capacidade de interpretação crítica das relações raciais e ampliação dos repertórios conceituais necessários para compreender as múltiplas dimensões do racismo e das desigualdades raciais na sociedade brasileira. Tal resultado reforça os pressupostos do letramento racial discutidos por Twine (2004) e Schucman (2014), ao evidenciar a ampliação da consciência crítica e da capacidade de reconhecer, interpretar e problematizar os mecanismos que estruturam as relações raciais, e também evidencia a relevância da ampliação de iniciativas formativas voltadas ao letramento racial, especialmente em contextos educacionais, institucionais e organizacionais.

5.4.4.11. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Conceitos

Se os dados quantitativos indicam a intensidade da assimilação dos conceitos, as respostas qualitativas permitem compreender de que maneira esses conteúdos foram apropriados pelos participantes e como passaram a operar em suas leituras da realidade.

Observa-se, de maneira recorrente, que os participantes passaram a compreender e nomear as dinâmicas sociais a partir de conceitos mais estruturados, especialmente no que se refere ao racismo estrutural. Os relatos indicam um deslocamento de uma percepção mais intuitiva para uma leitura mais crítica e fundamentada.

Nesse sentido, destacam-se falas que evidenciam esse processo:

Quadro 9 – Excertos representativos a categoria Conceitos

Participante	Data	Excerto
E42	30/03/2026 19:56:33	“O conceito que mais transformou minha forma de entender a realidade foi o de racismo estrutural. Antes da formação, eu tendia a associar o racismo principalmente a atitudes individuais e explícitas. No entanto, ao me apropriar desse conceito, passei a compreender que o racismo está enraizado nas estruturas da sociedade, influenciando instituições, práticas sociais e a distribuição de oportunidades.”
E63	12/04/2026 21:49:13	“Um dos conceitos que mais mudou a minha forma de entender a realidade é o de racismo estrutural. Percebi que o racismo não está só em atitudes individuais, mas nas próprias estruturas da sociedade, influenciando oportunidades, relações e desigualdades.”
E33	28/03/2026 22:36:10	“Foram os privilégios da branquitude, que não a relação do negro X branco e sim as ‘vantagens’ que a pessoa tem em detrimento da cor da pele.”

E23	27/03/2026 11:42:07	“Branquitude, relações de poder e privilégios. Eu não entendia o porque ainda existia o racismo e depois de estudar este conceito comecei a enxergar as relações de poder.”
E55	04/04/2026 21:12:38	‘A Branquitude é seus privilégios. Todos os módulos foram significativos, mas foi nesse que entendi algumas coisas que passei (especialmente na infância, adolescência) que não entendia antes. A relação com minhas amigas brancas, minha dificuldade em circular com igualdade em alguns espaços e até a constante impressão de que eu não tinha "sorte" nas relações, na conquista de espaços e no amor, enquanto as minhas amigas "pareciam" sempre transitar pelos espaços sem tantas dificuldades e desfrutando de mais confiabilidade dos outros”
E29	28/03/2026 10:35:17	“Um conceito que me chamou bastante a atenção nos conteúdos das aulas, foi o que retrata o processo que foi feito sobre a Gentrificação. Ele acaba explanando bem a falta de acesso a direitos humanos sendo negado para pessoas pretas, e totalmente diferenciado em relação ao tratamento para as pessoas Brancas. Hoje vivemos reflexos dessa situação de formas sutil até as mais criminosas. Por esse motivo, me chamou atenção sobre esse conceito, entre outros de extrema importância.”
E54	04/04/2026 17:43:49	“Colonialidade e decolonialidade. O treinamento mudou a forma de perceber como nosso pensamento ainda age, mesmo que inconscientemente de maneira colonizada e mostrou como devemos fazer para agir e pensar de forma diversa”
E15	26/03/2026 18:47:58	Decolonialidade e contracolonialidade, são dois conceitos novos para mim. Nos levam a ter a certeza de quão a escravização impactou o nosso povo e a sociedade. Com conhecimento e a compreensão da história avançamos para romper os padrões até então dominantes”

E43	30/03/2026 22:03:33	“Colonialidade e Decolonialidade é um conceito que preciso estudar melhor, mas me ajudou a entender um pouco mais a história.”
E44	31/03/2026 22:30:28	“Black money e afroempreendedorismo. A partir do momento que conheci melhor o conceito de Black money estou colocando em prática. Mas antes de investir ou de comprar, tento conhecer a maneira de pensar do empreendedor negro e ver se o mesmo conhece alguns conceitos do letramento racial.”
E24	27/03/2026 11:57:38	“Ancestralidade. Poder entender, respeitar, valorizar e viver com consciência sobre minha história foi um diferencial para minha existência/resistência.”
E25	27/03/2026 20:00:44	“Ancestralidade. Ao invés de ficarmos buscando as respostas lá fora nos outros, precisamos olhar para o que nos abraça o que nos conforta o que nos faz não desistir. É buscar a força e determinação de quem veio antes. Pois hoje mesmo com toda a dificuldade só esta mais fácil, pois alguém veio antes e abriu o caminho para passarmos”
E30	28/03/2026 14:20:37	“Ancestralidade, na minha trajetória, é o conceito mais transformador e ampliado, ressignificando a tradição africana no Brasil junto à sociedade, proporcionando sentido, recompondo a identidade, o senso de propósito e justificando reconhecimento histórico-social. Daí a importância de valorizar e divulgar os feitos daquelas e daqueles que vieram antes de nós, num ambiente muitíssimo mais inóspito que o atual”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os relatos relacionados (E10) ao racismo estrutural evidenciam importante deslocamento interpretativo na forma como os participantes passaram a compreender as desigualdades raciais. As falas demonstram superação de uma leitura centrada exclusivamente em atitudes individuais, ampliando a compreensão do racismo enquanto fenômeno estrutural que atravessa instituições, oportunidades e relações sociais, compreensão essa consolidada na obra de Almeida (2019).

Os excertos relacionados à branquitude e aos privilégios raciais revelam ampliação da capacidade de perceber relações de poder anteriormente naturalizadas no cotidiano social. Os relatos evidenciam que os participantes passaram a reinterpretar experiências pessoais, relações afetivas e trajetórias sociais a partir da compreensão crítica dos privilégios racializados e das assimetrias presentes na sociedade brasileira. As contribuições de Schucman (2014) auxiliam nessa interpretação ao problematizar a branquitude enquanto posição social marcada por privilégios historicamente naturalizados e frequentemente invisibilizados. De forma complementar, Bento (2022) contribui para compreender como esses privilégios são mantidos e reproduzidos por meio de pactos sociais silenciosos que operam na preservação das posições de poder e prestígio historicamente ocupadas pela população branca.

Também se destaca a assimilação de conceitos relacionados à colonialidade e decolonialidade. As falas revelam que os participantes passaram a reconhecer permanências coloniais presentes nas formas de pensar, interpretar e organizar a sociedade, ainda que os próprios relatos indiquem que esses conteúdos permanecem em processo de aprofundamento. Essa percepção ajuda a compreender os maiores índices de dispersão identificados nos dados quantitativos relacionados a esses conceitos. As discussões de Quijano (2005) contribuem para essa leitura ao evidenciar que a colonialidade ultrapassa o período histórico colonial e permanece estruturando hierarquias sociais, raciais e epistemológicas na contemporaneidade, conforme já mencionado.

Os relatos relacionados ao *black money* e afroempreendedorismo evidenciam que os conceitos trabalhados ultrapassaram a dimensão exclusivamente teórica, alcançando também práticas concretas no cotidiano dos participantes. Ainda que apareça de forma mais pontual nos relatos, esse aspecto demonstra ampliação da compreensão acerca das dimensões econômicas das desigualdades raciais e das estratégias de fortalecimento econômico da população negra, como já mencionado por Silva (2021) e nas considerações de Munanga (1996).

Os excertos relacionados à ancestralidade apresentam forte dimensão identitária e subjetiva, evidenciando que esse conceito foi apropriado não apenas como conteúdo teórico, mas também como elemento de fortalecimento pessoal, pertencimento e resistência (Halbwachs, 2006; Gondar, 2015). Os relatos revelam movimentos de valorização das trajetórias históricas negras, reconstrução identitária

e reconhecimento da importância das gerações anteriores na constituição das experiências contemporâneas da população negra. As discussões de Gonzalez (1988) contribuem para compreender esse processo ao valorizar as matrizes culturais afro-diaspóricas e os processos de reconstrução da identidade nacional.

De forma geral, os relatos indicam que os participantes passaram a mobilizar os conceitos trabalhados de maneira integrada, ampliando sua capacidade de interpretar criticamente a realidade social e as relações raciais. Observa-se um movimento consistente de transição de compreensões mais intuitivas ou fragmentadas para leituras mais estruturadas, fundamentadas e conceitualmente articuladas. Nesse contexto, essa interpretação coaduna-se com o pensamento de Gomes (2017) ao afirmar que o processo contínuo de formação crítica, consciência social e transformação das relações raciais.

Por fim, cabe destacar que a seleção das falas apresentadas não teve como objetivo esgotar a totalidade das respostas obtidas, mas evidenciar, de forma representativa, os sentidos mais recorrentes identificados no conjunto do corpus analisado. Dessa forma, os excertos apresentados expressam, em síntese, os principais padrões interpretativos identificados na análise qualitativa.

5.4.5. Categoria: Práticas

Aqui buscamos compreender de que forma a Formação em Letramento Racial JG impactou as atitudes, reflexões e práticas cotidianas dos participantes em relação às questões sócio-raciais. Nesse sentido, a categoria “Práticas” evidencia não apenas ampliação da reflexão crítica sobre as relações raciais, mas também transformações concretas nas formas de agir, dialogar, posicionar-se e intervir diante das desigualdades raciais nos diferentes espaços sociais.

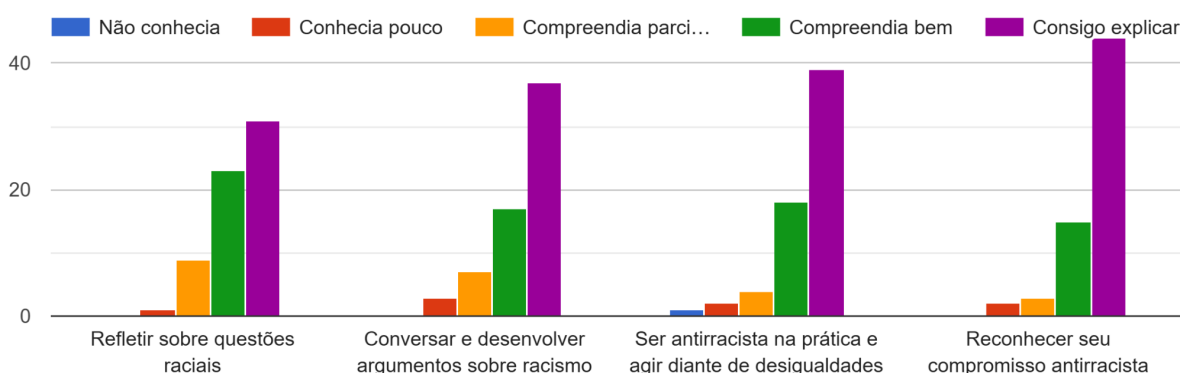
Importa destacar que a Formação em Letramento Racial JC está estruturada em três eixos articulados: histórico, conceitual e de execução prática. O que permite que os participantes avancem progressivamente da compreensão das raízes das desigualdades sócio-raciais para a apropriação dos conceitos e, posteriormente, para sua aplicação no cotidiano.

O conjunto de gráficos apresentado no item “Práticas” tem como objetivo compreender como os respondentes avaliam sua capacidade de refletir, dialogar, agir e posicionar-se de forma antirracista após a formação. A análise será realizada

item a item, buscando evidenciar os avanços percebidos e os diferentes níveis de assimilação prática relacionados ao letramento racial.

Gráfico 6 – Categoria: Práticas

21. PRÁTICAS Aqui queremos compreender como a formação pode ter impactado suas atitudes, reflexões e práticas no cotidiano em relação às questões raciais.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

5.4.5.1. Subcategoria: Refletir sobre questões raciais

Observa-se concentração significativa das respostas nas categorias superiores. Em números absolutos e percentuais, 31 respondentes (48,4%) indicaram “consigo explicar”, 23 respondentes (35,9%) “compreendia bem”, 9 respondentes (14,1%) “compreendia parcialmente” e 1 respondente (1,6%) “conhecia pouco”, não havendo registros em “não conhecia”. A soma das categorias “compreendia bem” e “consigo explicar” alcança 54 respondentes (84,4%), indicando que a maioria dos participantes percebe avanços consistentes na capacidade de refletir sobre questões raciais. Trata-se de um resultado expressivo, pois sugere que a formação contribuiu para qualificar a reflexão crítica sobre as dinâmicas raciais no cotidiano. Esse resultado evidencia ampliação da capacidade dos participantes de problematizar criticamente situações racializadas anteriormente naturalizadas no cotidiano. As discussões de Nilma Lino Gomes (2017) contribuem para compreender esse movimento ao defender a educação antirracista como prática capaz de produzir

deslocamentos na forma como os sujeitos interpretam suas relações sociais e posicionamentos diante das desigualdades.

5.4.5.2. Subcategoria: Conversar e desenvolver argumentos sobre racismo

Neste item, observa-se ainda maior concentração nas categorias superiores. Em números absolutos e percentuais, 37 respondentes (57,8%) indicaram “consigo explicar”, 17 respondentes (26,6%) “compreendia bem”, 7 respondentes (10,9%) “compreendia parcialmente” e 3 respondentes (4,7%) “conhecia pouco”, sem registros em “não conhecia”. A soma das categorias superiores alcança 54 respondentes (84,4%), indicando avanço significativo na capacidade de dialogar e desenvolver argumentos sobre racismo. O destaque da categoria “consigo explicar” sugere que, para uma parcela importante dos respondentes, o processo formativo fortaleceu não apenas a reflexão, mas também a segurança para argumentar e sustentar posicionamentos. As contribuições de Twine (2004) auxiliam nessa compreensão ao evidenciar que o letramento racial envolve também o desenvolvimento de habilidades para reconhecer, interpretar e responder criticamente às dinâmicas raciais presentes na vida cotidiana.

5.4.5.3. Subcategoria: Ser antirracista na prática e agir diante de desigualdades

Observa-se predominância da categoria mais elevada. Em números absolutos e percentuais, 39 respondentes (60,9%) indicaram “consigo explicar”, 18 respondentes (28,1%) “compreendia bem”, 4 respondentes (6,3%) “compreendia parcialmente”, 2 respondentes (3,1%) “conhecia pouco” e 1 respondente (1,6%) “não conhecia”. A soma das categorias “compreendia bem” e “consigo explicar” alcança 57 respondentes (89,1%), indicando forte percepção de capacidade de agir de forma antirracista no cotidiano. Esse resultado dialoga diretamente com a dimensão prática da formação, que não se limita à transmissão de conteúdos, mas mobiliza os participantes a aplicarem os conhecimentos em seus contextos de atuação. Ao articular os eixos histórico e conceitual com atividades voltadas à execução prática, a formação favorece a transposição do conhecimento para o cotidiano, fortalecendo a capacidade de intervenção diante das desigualdades sócio-raciais. Nesse sentido,

Angela Davis (2019) contribui para compreender o antirracismo como prática contínua de enfrentamento às estruturas de opressão, exigindo posicionamento ativo e atuação consciente diante das desigualdades raciais presentes nos diferentes espaços sociais. Como argumenta Silva (2020), a luta antirracista também envolve o combate ao apagamento das experiências e memórias negras, uma vez que a população negra foi historicamente submetida não apenas à exclusão social, mas também àquilo que o autor denomina de dupla morte: a morte física e o apagamento de sua memória coletiva. Assim, a capacidade declarada pelos participantes de explicar e agir diante das desigualdades raciais sugere o fortalecimento de posicionamentos e práticas cotidianas comprometidos com o enfrentamento das desigualdades sociorraciais.

5.4.5.4. Subcategoria: Reconhecer seu compromisso antirracista

Observa-se, neste item, o maior nível de concentração nas categorias superiores. Em números absolutos e percentuais, 44 respondentes (68,8%) indicaram “consigo explicar”, 15 respondentes (23,4%) “compreendia bem”, 3 respondentes (4,7%) “compreendia parcialmente” e 2 respondentes (3,1%) “conhecia pouco”, sem registros em “não conhecia”. A soma das categorias superiores alcança 59 respondentes (92,2%), evidenciando um elevado nível de reconhecimento do compromisso antirracista entre os participantes. Cabe destacar que esse resultado dialoga diretamente com a própria estrutura da formação, na qual o estabelecimento do compromisso antirracista é uma provocação presente desde o início e retomada de forma intencional ao final do percurso. Ao concluir a formação, os participantes são convidados a formalizar esse compromisso, sendo certificados como agentes multiplicadores da luta antirracista. Nesse sentido, não se trata apenas de reconhecer o compromisso em nível discursivo, mas de assumir, de forma consciente, uma postura ativa diante das questões sócio-raciais, com desdobramentos em seus espaços de convivência, como família, trabalho, escola, comunidades e demais relações sociais. Essa perspectiva aproxima-se das discussões de Davis (2019), especialmente ao dialogar com sua conhecida afirmação de que “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, reforçando a necessidade de uma atuação contínua e comprometida diante das desigualdades raciais, pautada por uma postura ativa, responsabilidade e engajamento real.

5.4.5.5. Análise Quantitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria Práticas

A leitura integrada dos dados evidencia um padrão bastante expressivo. Em todos os itens analisados, observa-se predominância das categorias mais elevadas da escala, variando entre 84,4% e 92,2% na soma de “compreendia bem” e “consigo explicar”.

Os itens “ser antirracista na prática e agir diante de desigualdades” e “reconhecer seu compromisso antirracista” apresentam os percentuais mais elevados, respectivamente 89,1% e 92,2%, o que indica que os efeitos da formação extrapolam a dimensão cognitiva e alcançam o campo das práticas e dos posicionamentos.

Esse movimento também pode ser compreendido a partir da própria estrutura da formação, organizada em módulos que articulam dimensões históricas, conceituais e práticas. Ao longo do percurso, os participantes não apenas acessam conteúdos, mas são constantemente provocados a refletir sobre sua atuação e a desenvolver formas de intervenção em seus contextos, o que contribui para os elevados índices observados nos itens relacionados à prática e ao posicionamento.

No caso específico do reconhecimento do compromisso antirracista, é importante considerar que esse resultado está diretamente relacionado à metodologia da formação, que mobiliza os participantes, desde o início, a refletirem sobre seu papel na luta antirracista e, ao final, a formalizarem esse compromisso. A certificação como agente multiplicador da luta antirracista está vinculada a esse processo, o que contribui para que os participantes não apenas compreendam, mas assumam de forma explícita esse posicionamento em seus diferentes espaços de atuação.

De forma geral, os dados quantitativos indicam que a formação impactou de maneira significativa a capacidade dos participantes de refletir, argumentar, agir e se posicionar, evidenciando um movimento consistente de transformação que articula conhecimento e prática. Tal resultado aproxima-se da concepção de letramento racial proposta por Twine (2004).

Com o objetivo de complementar as análises percentuais anteriormente apresentadas, incorporam-se indicadores estatísticos de média, mediana e desvio

padrão, possibilitando uma leitura mais aprofundada acerca da intensidade, convergência e distribuição das percepções relacionadas às práticas antirracistas desenvolvidas pelos participantes.

Tabela 6 – Indicadores estatísticos da Categoria “Práticas”

Indicador	Média	Mediana	Desvio padrão
Refletir sobre questões raciais	4,31	4,0	0,73
Conversar e desenvolver argumentos sobre racismo	4,33	5,0	0,88
Ser antirracista na prática e agir diante de desigualdades	4,44	5,0	0,84
Reconhecer seu compromisso antirracista	4,58	5,0	0,77

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os indicadores estatísticos evidenciam médias elevadas em todos os itens analisados, variando entre 4,31 e 4,58, demonstrando forte tendência de percepção positiva quanto ao impacto da formação nas práticas e posicionamentos relacionados às questões raciais. O item “reconhecer seu compromisso antirracista” apresentou a maior média da categoria (4,58), indicando elevado nível de internalização dessa dimensão entre os participantes.

As medianas concentradas nos valores 4 e 5 reforçam predominância das categorias superiores da escala e evidenciam importante alinhamento entre os respondentes quanto à percepção de mudanças relacionadas às práticas antirracistas. Os itens relacionados à argumentação, à atuação prática e ao compromisso antirracista apresentaram mediana 5, indicando forte concentração das respostas na categoria mais elevada da escala.

Em relação aos desvios padrão, observa-se menor dispersão no item “refletir sobre questões raciais” (0,73), indicando maior convergência das respostas relacionadas à ampliação da reflexão crítica sobre as relações raciais. Já os itens “conversar e desenvolver argumentos sobre racismo” (0,88) e “ser antirracista na prática e agir diante de desigualdades” (0,84) apresentaram maior dispersão relativa, sugerindo que a transposição da reflexão para a prática cotidiana ocorre em diferentes níveis entre os participantes.

Ainda assim, mesmo nos itens com maior dispersão, as médias permaneceram bastante elevadas, evidenciando que a formação contribuiu significativamente para fortalecer não apenas a capacidade de reflexão crítica, mas também o posicionamento, a argumentação e as práticas antirracistas nos diferentes espaços sociais. Tal resultado reforça os pressupostos do letramento racial discutidos por Twine (2004) e Schucman (2014), ao evidenciar a ampliação da consciência crítica e da capacidade de reconhecer, interpretar e intervir nas desigualdades raciais presentes nas relações sociais.

A consolidação dos dados quantitativos permite afirmar que a formação produziu impactos relevantes na dimensão prática do letramento racial, favorecendo deslocamentos que ultrapassam a assimilação teórica dos conteúdos e alcançam formas concretas de atuação diante das desigualdades raciais. Observa-se, portanto, o fortalecimento consistente da capacidade dos participantes de reconhecer, problematizar e intervir criticamente nas dinâmicas raciais presentes no cotidiano.

5.4.5.6. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Práticas

As respostas qualitativas aprofundam essa leitura, evidenciando que a formação impactou diretamente o cotidiano dos participantes, especialmente no que se refere ao posicionamento, à argumentação e à ação prática.

De forma recorrente, observa-se que os participantes relatam uma mudança significativa na forma de se posicionar diante do racismo:

Quadro 10 – Excertos representativos a categoria Práticas

Participante	Data	Excerto
E42	30/03/2026 19:56:33	“Sim, passei a me posicionar de forma mais consciente e ativa em relação às questões raciais. Antes, muitas situações não eram problematizadas por mim, seja por falta de repertório ou por não reconhecer plenamente suas implicações. Hoje, procuro não apenas identificar essas situações, mas também me posicionar de maneira ética e responsável diante delas.

		Essa mudança se manifesta, por exemplo, na forma como intervenho em falas ou comportamentos que reproduzem estereótipos ou discriminações, buscando promover reflexão de maneira respeitosa. Também passei a ter mais cuidado com a minha própria prática profissional, considerando de forma intencional os impactos das desigualdades raciais no atendimento e no acesso a direitos. Além disso, busco constantemente ampliar meu conhecimento, escutar diferentes vivências e valorizar perspectivas que antes eram pouco consideradas por mim. No dia a dia, isso se traduz em uma postura mais crítica, atenta e comprometida com a promoção da equidade racial, tanto nas relações interpessoais quanto nos espaços institucionais em que atuo.”
E17	26/03/2026 21:38:56	“Sim, houve uma mudança significativa no meu posicionamento e nas minhas ações diárias. Essa mudança se manifesta através de uma postura muito mais proativa e consciente. No dia a dia, isso se traduz em: Vigilância Crítica: Passei a identificar e questionar comentários ou comportamentos preconceituosos que antes poderiam passar despercebidos, não aceitando mais a "neutralidade" diante de situações de desigualdade. Argumentação Fundamentada: Como agora compreendo melhor as raízes das questões raciais, consigo dialogar e apresentar argumentos sólidos para promover a conscientização em meus círculos sociais e profissionais. Prática Antirracista: Busco ativamente promover a equidade, seja no apoio a iniciativas inclusivas ou na garantia de que espaços de fala e oportunidades sejam respeitados e distribuídos de forma justa. Compromisso Contínuo: Entendo que o combate ao racismo é um dever constante. Por isso, mantenho uma postura de escuta ativa e aprendizado permanente para que minhas atitudes reflitam, de fato, um compromisso com a transformação social”.

E23	27/03/2026 11:42:07	“Eu consigo intervir em uma situação de racismo utilizando argumentos e sem me alterar com a pessoa.”
E44	31/03/2026 22:30:28	“Com o conhecimento adquirido no curso, consigo me posicionar com mais argumentos quando me deparo com uma atitude ou falas racistas ou discriminatória.”
E8	25/03/2026 23:04:18	“Eu passei a não admitir falas, piadas ou atitudes racistas na minha frente. Eu trago este assunto nas rodas de conversa, sempre que possível. Compartilho os materiais, vídeos e etc, para fins de provocar reflexão entre as pessoas que convivo. E estou desenvolvendo um projeto de valorização de profissionais negros na minha organização”.
E55	04/04/2026 21:12:38	“Sim, muito. Ao mesmo tempo que, confesso, se tornou mais dolorido ter tanta consciência das desigualdades, hoje consigo enxergar adiante, perceber o que acontece, antecipar dores e me posicionar sempre que preciso. Essa formação abriu um novo horizonte na minha vida, como mulher preta e professora. Hoje, levo os ensinamentos para dentro da minha sala de aula e da minha vida, passando o bastão para frente sempre que possível”
E11	26/03/2026 16:08:21	“Sim, tenho inserido a reflexão e o diálogo sobre as questões raciais em todos os espaços por onde circulo e atividades que desenvolvo, sem que tenha que ministrar palestras ou momentos formais de debate. Mesmo enquanto dou aulas sobre conteúdos técnicos sobre saúde, consigo associar as questões raciais, falando das diferenças de acesso, tratamento nos serviços de saúde e mesmo sobre as diferenças sócio-econômicas que afetam mais a saúde da população negra. Quando atuo em aulas ou outros espaços na residência em Saúde Mental, por exemplo, sempre aponto o fato de a população em maior sofrimento neuropsiquiátrico ser a população negra, e discuto os motivos. Aponto as questões raciais não percebidas pelas pessoas brancas nos colegiados dos quais faço parte, mesmo muitas vezes causando desconforto e, principalmente, atuo ativamente nas comissões de validação da autodeclaração de raça/ etnia, onde discuto

		com os pares e troco bibliografia para que as questões raciais sejam levadas em conta de forma mais ampla”
E28	27/03/2026 23:40:13	“Sim, minha postura mudou drasticamente. A principal mudança foi a transição do silêncio e da vergonha para o posicionamento consciente. Se antes eu tentava esconder o que sentia para não me expor, hoje entendo que o silêncio apenas colabora com a manutenção das injustiças que eu já percebia por intuição”
E58	08/04/2026 07:45:22	“Hoje me sinto mais empoderada a vontade e consigo andar com a cabeça erguida, e armada para não sofrer e sim colocar cada pessoa em seu lugar. O curso de letramento racial é um choque de realidade é aquele empurrão de realidade que faltava, após o curso andar entre os nossos ocupar os espaços e debater se torna mais confortável para nós e desconfortável para alguém”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os excertos apresentados revelam, de forma bastante expressiva, que os efeitos da formação ultrapassam a assimilação teórica dos conteúdos e alcançam mudanças concretas nas práticas cotidianas dos participantes. Conforme argumenta Pollak (1989), existem memórias subterrâneas que resistem às versões hegemônicas da história e permanecem silenciadas por longos períodos. Quando acessadas, reconhecidas e ressignificadas, essas memórias podem tensionar narrativas dominantes e favorecer novas formas de interpretação do passado e do presente. As falas evidenciam o fortalecimento do posicionamento crítico diante de falas, comportamentos e estruturas racializadas anteriormente silenciadas, naturalizadas ou não problematizadas.

Outro aspecto recorrente nos relatos refere-se à ampliação da segurança argumentativa e da capacidade de intervenção diante de situações de discriminação racial. As respostas demonstram que os participantes passaram a desenvolver maior repertório para dialogar sobre racismo, sustentar posicionamentos e enfrentar situações racializadas de forma mais consciente, ética e fundamentada. Nesse sentido, as contribuições de Twine (2004) auxiliam nessa compreensão ao

evidenciar que o letramento racial envolve também a capacidade de reconhecer, interpretar e responder criticamente às dinâmicas raciais presentes no cotidiano.

Também se destacam, de maneira bastante significativa, relatos relacionados ao rompimento do silêncio diante das desigualdades raciais. Expressões como “não aceitar mais a neutralidade”, “me posicionar sempre que preciso” e “a transição do silêncio e da vergonha para o posicionamento consciente” evidenciam deslocamentos importantes nas formas de enfrentamento das questões raciais. Esse movimento aproxima-se das discussões de Angela Davis (2019), especialmente ao compreender o antirracismo como prática contínua de responsabilização e atuação diante das estruturas de opressão, ultrapassando posicionamentos meramente discursivos. Aliado a isso, os relatos também evidenciam que os impactos da formação alcançam diferentes espaços sociais e profissionais, como escolas, serviços de saúde, organizações, colegiados e relações interpessoais. As respostas demonstram que os participantes passaram a incorporar as discussões raciais em suas práticas profissionais, pedagógicas e institucionais, ampliando a capacidade de reconhecer desigualdades racializadas presentes nos processos sociais e nas relações de poder.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão subjetiva presente em diversos relatos, especialmente aqueles relacionados ao fortalecimento identitário, ao empoderamento e à ocupação de espaços. As falas revelam movimentos de reconstrução da autoestima, ampliação da consciência racial e fortalecimento da capacidade de circulação e posicionamento social. As reflexões de Fanon (2008) contribuem para compreender esse processo ao evidenciar os impactos subjetivos produzidos pelas estruturas raciais e coloniais sobre os sujeitos racializados.

De forma geral, os relatos evidenciam que a formação contribuiu significativamente para fortalecer práticas antirracistas relacionadas ao posicionamento crítico, à intervenção cotidiana e à responsabilização social diante das desigualdades raciais. Observa-se, portanto, que os efeitos da formação não se restringem ao plano reflexivo, mas alcançam mudanças concretas nas formas de agir, relacionar-se e atuar socialmente diante das questões raciais.

5.4.6. Categoria: Impacto da Formação em Letramento Racial JG

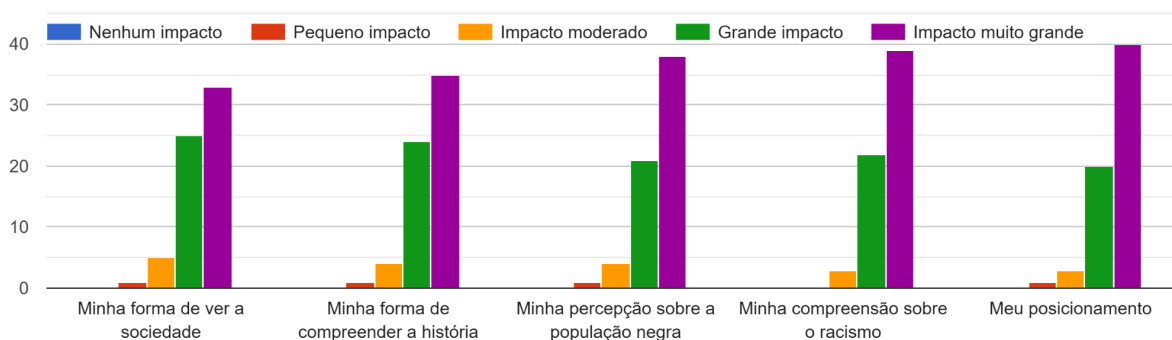
A categoria “Impacto” busca compreender, de maneira mais integrada, os efeitos gerais da Formação em Letramento Racial JG sobre as formas de pensar, perceber e posicionar-se dos participantes diante das questões sócio-raciais. Diferentemente das categorias anteriores, que analisam dimensões específicas da experiência formativa, este eixo permite observar de maneira mais ampla os deslocamentos produzidos pela formação, articulando aspectos relacionados à visão de mundo, compreensão histórica, percepção sobre a população negra, entendimento acerca do racismo e posicionamento social.

Nesse sentido, os dados apresentados evidenciam que os impactos da formação ultrapassam a assimilação de conteúdos conceituais, alcançando transformações relacionadas à consciência crítica, à interpretação das desigualdades raciais e às formas de atuação dos participantes em seus diferentes espaços de convivência. Os resultados sugerem que a formação contribuiu para ampliar não apenas o repertório analítico dos sujeitos, mas também sua capacidade de reconhecer, problematizar e intervir diante das dinâmicas raciais presentes na sociedade brasileira (Schucman, 2015).

O conjunto de gráficos apresentado neste item busca compreender, de forma direta, o quanto a formação influenciou a maneira como os participantes percebem a sociedade, compreendem a história, interpretam o racismo e se posicionam diante das questões sócio-raciais. A análise será realizada item por item, buscando evidenciar os diferentes níveis de impacto percebidos pelos respondentes.

Gráfico 7 – Categoria: Impacto da Formação em Letramento Racial JG

23. IMPACTO DA FORMAÇÃO EM LETRAMENTO RACIAL. Aqui queremos compreender, de forma direta, o quanto a formação influenciou sua forma de pensar, perceber e se posicionar.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

5.4.6.1. Subcategoria: “Minha forma de ver a sociedade”

Observa-se forte concentração nas categorias superiores. Em números aproximados, 33 respondentes (cerca de 51,6%) indicaram “impacto muito grande”, 25 respondentes (39,1%) “grande impacto” e cerca de 5 respondentes (7,8%) “impacto moderado”, com registros residuais nas categorias inferiores. A soma das categorias superiores ultrapassa 90%, indicando que a formação teve impacto significativo na forma como os participantes passaram a interpretar a sociedade. Esse dado reforça os achados do bloco de visão de mundo, evidenciando uma ampliação da leitura crítica das dinâmicas sócio-raciais. As contribuições de Twine (2004) auxiliam nessa interpretação ao evidenciar que o letramento racial possibilita aos sujeitos reinterpretarem experiências anteriormente percebidas de forma naturalizada, ampliando a consciência sobre as dinâmicas raciais que estruturam a sociedade.

5.4.6.2. Subcategoria: “Minha forma de compreender a história”

Neste item, observa-se padrão semelhante, com predominância das categorias mais elevadas. Aproximadamente 35 respondentes (54,7%) indicaram “impacto muito grande”, 24 respondentes (37,5%) “grande impacto” e cerca de 4

respondentes (6,3%) “impacto moderado”. A soma das categorias superiores também supera 90%, indicando que a formação contribuiu significativamente para a compreensão histórica das relações raciais, especialmente no que diz respeito à construção social das desigualdades. Os resultados indicam ampliação da percepção histórica acerca da formação social brasileira e dos processos de exclusão racial historicamente construídos. As discussões de Clóvis Moura (2019) contribuem para compreender esse movimento ao evidenciar como os efeitos da escravidão e das estruturas raciais permanecem atravessando as desigualdades sociais contemporâneas.

5.4.6.3. Subcategoria: “Minha percepção sobre a população negra”

Observa-se predominância das categorias superiores, com aproximadamente 38 respondentes (59,4%) indicando “impacto muito grande”, 21 respondentes (32,8%) “grande impacto” e cerca de 4 respondentes (6,3%) “impacto moderado”. A soma das categorias superiores aproxima-se de 92%, evidenciando impacto expressivo na forma como os participantes percebem a população negra, o que indica deslocamentos importantes em relação a estereótipos e leituras naturalizadas. As reflexões de Lélia Gonzalez (1984) auxiliam nessa compreensão ao problematizar os processos de invisibilização cultural e social da população negra nas relações sociais brasileiras.

5.4.6.4. Subcategoria: “Minha compreensão sobre o racismo”

Neste item, observa-se um dos maiores níveis de impacto. Aproximadamente 39 respondentes (60,9%) indicaram “impacto muito grande”, 22 respondentes (34,4%) “grande impacto” e cerca de 3 respondentes (4,7%) “impacto moderado”. A soma das categorias superiores ultrapassa 95%, evidenciando que a formação foi altamente eficaz na ampliação da compreensão sobre o racismo, especialmente em suas dimensões estruturais. Esse resultado demonstra ampliação significativa da compreensão do racismo para além de manifestações individuais ou isoladas, fortalecendo uma leitura estrutural das desigualdades raciais. As contribuições de Almeida (2019) ajudam a compreender essa mudança ao evidenciar o racismo estrutural como elemento constitutivo da organização social brasileira.

5.4.6.5. Subcategoria: “Meu posicionamento”

Por fim, observa-se o maior nível de impacto entre todos os itens. Aproximadamente 40 respondentes (62,5%) indicaram “impacto muito grande”, 20 respondentes (31,3%) “grande impacto” e cerca de 3 respondentes (4,7%) “impacto moderado”. A soma das categorias superiores aproxima-se de 94%, indicando que a formação impactou diretamente o posicionamento dos participantes, reforçando a dimensão prática e política do letramento racial. Os resultados sugerem que os participantes passaram a reconhecer de maneira mais consciente seu papel diante das desigualdades raciais, ampliando sua disposição para posicionar-se, intervir e atuar em seus diferentes espaços sociais. Nesse sentido, Angela Davis (2019) contribui para compreender o antirracismo enquanto prática contínua de responsabilização e atuação diante das estruturas de opressão, reforçando a necessidade de posicionamento ativo frente às desigualdades raciais.

5.4.6.6. Análise Qualitativa: Consolidação dos dados quantitativos da Categoria Impacto da Formação em Letramento Racial JG

A análise consolidada dos dados evidencia um padrão extremamente significativo. Em todos os itens analisados, a soma das categorias “grande impacto” e “impacto muito grande” supera 90%, chegando a ultrapassar 95% em alguns casos.

Esse resultado indica que a Formação em Letramento Racial JG exerce impacto direto e consistente sobre diferentes dimensões da experiência dos participantes, abrangendo desde a forma de compreender a história até o posicionamento diante das questões sócio-raciais.

Observa-se que os maiores índices concentram-se nos itens relacionados à compreensão do racismo e ao posicionamento, o que sugere que a formação não apenas ampliou o conhecimento, mas também promoveu deslocamentos concretos na forma de agir e se posicionar no mundo. Conforme Twine (2004), o letramento racial busca desenvolver a capacidade de entender, refletir e agir sobre questões raciais de maneira consciente, identificar o racismo em suas diversas formas,

compreender suas raízes históricas e reconhecer como as estruturas de poder afetam a sociedade até os dias atuais.

De forma geral, os dados quantitativos indicam que a formação produz um impacto amplo, consistente e transformador, evidenciando sua efetividade enquanto proposta formativa voltada à promoção da equidade racial.

Com o objetivo de complementar as análises percentuais anteriormente apresentadas, incorporam-se indicadores estatísticos de média, mediana e desvio padrão, possibilitando uma leitura mais aprofundada acerca da intensidade, convergência e distribuição das percepções relacionadas ao impacto geral da formação.

Tabela 7 – Indicadores estatísticos da Categoria “Impacto da Formação em Letramento Racial JG”

Indicador	Média	Mediana	Desvio padrão
Minha forma de ver a sociedade	4,41	4,0	0,68
Minha forma de compreender a história	4,47	5,0	0,63
Minha percepção sobre a população negra	4,53	5,0	0,62
Minha compreensão sobre o racismo	4,56	5,0	0,58
Meu posicionamento	4,58	5,0	0,61

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os indicadores estatísticos evidenciam médias bastante elevadas em todos os itens analisados, variando entre 4,41 e 4,58, demonstrando forte percepção positiva quanto ao impacto da formação em diferentes dimensões da experiência dos participantes. Os maiores valores médios concentram-se nos itens “meu posicionamento” (4,58) e “minha compreensão sobre o racismo” (4,56), indicando que os efeitos da formação foram percebidos de maneira especialmente intensa nas dimensões relacionadas à atuação prática e à interpretação crítica das relações raciais.

As medianas concentradas entre os valores 4 e 5 reforçam a predominância das categorias superiores da escala e evidenciam importante convergência das respostas. Os itens “minha forma de compreender a história”, “minha percepção sobre a população negra”, “minha compreensão sobre o racismo” e “meu

posicionamento” apresentaram mediana 5, indicando forte concentração das respostas na categoria mais elevada da escala.

Em relação aos desvios padrão, observa-se baixa dispersão em todos os indicadores, variando entre 0,58 e 0,68, o que demonstra elevada consistência das respostas e o importante alinhamento entre os participantes quanto à percepção dos impactos produzidos pela formação. O menor desvio padrão foi identificado no item “minha compreensão sobre o racismo” (0,58), sugerindo maior homogeneidade no entendimento dos participantes acerca dos efeitos da formação sobre a compreensão crítica das dinâmicas raciais.

De forma geral, os dados estatísticos evidenciam que os impactos da formação foram percebidos de maneira ampla, consistente e relativamente homogênea entre os participantes. Os resultados sugerem que a formação contribuiu significativamente para ampliar a leitura crítica da sociedade, fortalecer a compreensão histórica das desigualdades raciais e promover mudanças relacionadas ao posicionamento e à atuação diante das questões sócio-raciais. Essa constatação corrobora os pressupostos do letramento racial discutidos por Twine (2004) e Schucman (2014).

5.4.6.7. Análise Qualitativa: Articulação com as respostas quantitativas da Categoria Impacto da Formação em Letramento Racial JG

As respostas qualitativas aprofundam, de forma significativa, a compreensão dos dados quantitativos, evidenciando que o impacto da formação não se restringe ao plano da compreensão, mas se desdobra em transformações concretas na forma de pensar, sentir e agir dos participantes.

De maneira geral, observa-se que os relatos convergem para a ideia de deslocamento, ruptura e transformação, indicando que a formação atuou como um marco na trajetória dos sujeitos. Nesse sentido, destacam-se falas que evidenciam esse processo:

Quadro 11 – Excertos representativos a categoria “Impacto da Formação em Letramento Racial JG”

Participante	Data	Excerto

E56	07/04/2026 11:47:17	“A formação possibilita até hoje desacomodar sentimentos de conformismo, me tirou duma zona de conforto desconfortável que me encontrava. Foi e está sendo libertador!!!”
E42	30/03/2026 19:56:33	“Esse processo foi fundamental para que eu passasse a compreender meu papel de forma mais responsável e intencional, tanto nas relações cotidianas quanto na minha atuação profissional, reconhecendo a importância de uma postura ativa diante das injustiças sociais.”
E17	26/03/2026 21:38:56	“A formação proporcionou um mergulho profundo em dados históricos e conceitos teóricos que eu ainda não dominava completamente. O impacto veio da desconstrução de ideias pré-concebidas, permitindo uma análise mais crítica da estrutura social brasileira. Além disso, a abordagem prática e reflexiva facilitou a conexão entre o conhecimento acadêmico e a realidade vivenciada no cotidiano profissional e pessoal.”
E28	27/03/2026 23:40:13	“Considero que a formação teve esse impacto profundo porque ela legitimou a minha intuição. Antes, eu vivia em um estado de dúvida constante, tentando esconder meu desconforto por vergonha ou por achar que a 'sensação de injustiça' era algo puramente individual. A formação foi o divisor de águas porque substituiu o silêncio por repertório.”
E55	04/04/2026 21:12:38	“Teve muito mais impacto, pois hoje sei me posicionar com mais segurança. Não tenho mais medo. Me senti fortalecida participando de uma formação onde as pessoas tinham os mesmos ideais e tratavam desse tema sensível de forma tão respeitosa e empoderadora. Foi realmente um espaço seguro para expor minhas vulnerabilidades e a partir disso, me fortalecer como cidadã que merece usufruir de respeito.”
E5	25/03/2026 21:36:32	“Esse impacto foi resultado de todo conhecimento compartilhado pelo professor Juliano. As reflexões em aula, o relato de colegas. Entender os conceitos, fazer a leitura dos ambientes, ser desafiada no curso com o compromisso antirracista, foi o que fez eu virar a

		chave e entender a importância do meu papel na sociedade como uma mulher negra, que mora em região periférica e 40+.”
E11	26/03/2026 16:08:21	“A formação veio ao encontro do meu ‘Tornar-me negra’, fornecendo ferramentas para verbalizar o que até então sentia, fundamentando a construção da minha identidade negra e permitindo apresentar tal identidade onde quer que eu vá.”
E10	26/03/2026 15:25:33	“Saio dessa formação imensamente transformada, com uma visão ampla sobre vários autores, com uma conexão muito rica com o professor e os colegas. A minha visão de mundo e o impacto a mim e a todos ao redor, com toda certeza farão diferença na sociedade.”
E41	30/03/2026 15:13:26	“Considero que a formação teve esse impacto em mim porque proporcionou acesso a conhecimentos e reflexões que antes eu não tinha ou não aprofundava. A partir dela, pude compreender melhor a origem histórica do racismo e como ele se manifesta de forma estrutural na sociedade, o que ampliou significativamente minha visão de mundo. Além disso, a Formação me levou a questionar ideias e comportamentos que eu antes considerava naturais, despertando um olhar mais crítico sobre o cotidiano e sobre minhas próprias atitudes. Esse processo de conscientização foi importante porque não ficou apenas no campo teórico, mas também provocou mudanças na forma como penso, me posiciono e ajo diante das questões raciais. Por isso, acredito que o impacto foi tão significativo: não se tratou apenas de aprender novos conceitos, mas de transformar a maneira como eu interpreto a realidade e me relaciono com as pessoas.”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os relatos evidenciam que a repercussão da formação se manifesta como processo de conscientização e transformação que ultrapassa a aquisição de conteúdos teóricos. As falas (E8) demonstram deslocamentos importantes nas formas de perceber a sociedade, compreender o racismo e interpretar experiências anteriormente naturalizadas ou silenciadas. Expressões como “divisor de águas”, “virar a chave” e “substituiu o silêncio por repertório” revelam que os participantes

passaram a desenvolver maior capacidade de leitura crítica das dinâmicas raciais e das desigualdades presentes no cotidiano.

Outro aspecto recorrente nos relatos refere-se à ampliação da consciência crítica e da segurança para posicionar-se diante das questões raciais. As respostas demonstram fortalecimento da capacidade de argumentação, intervenção e atuação em diferentes espaços sociais e profissionais, indicando que os impactos da formação alcançam não apenas o plano cognitivo, mas também dimensões práticas, subjetivas e políticas da experiência social (Twine, 2004; Schucman, 2014).

Também se destacam, de maneira significativa, relatos relacionados ao fortalecimento identitário e ao reconhecimento de pertencimento racial. As falas salientam os processos de reconstrução da autoestima, valorização da identidade negra e ampliação da capacidade de ocupar espaços de maneira mais consciente e segura. As reflexões de Fanon (2008) contribuem para compreender esse movimento ao evidenciar os impactos subjetivos produzidos pelas estruturas raciais e coloniais sobre os sujeitos racializados.

Além disso, os relatos indicam que os conhecimentos construídos ao longo da formação passaram a ser mobilizados em diferentes contextos sociais, profissionais e institucionais. As respostas sugerem que os participantes passaram a incorporar as discussões raciais em suas práticas cotidianas, ampliando sua disposição para dialogar, problematizar e intervir diante das desigualdades raciais, conforme as reflexões já expostas que corroboram a compreensão de Twine (2004) e de outros autores que se debruçam sobre o estudo do tema.

Observa-se ainda que os impactos relatados estão diretamente relacionados à proposta metodológica da formação, que articula dimensões históricas, conceituais e práticas. Os relatos demonstram que a articulação entre teoria, reflexão e prática favoreceu não apenas a ampliação do repertório analítico, mas também mudanças concretas nas formas de pensar, posicionar-se e atuar diante das questões sócio-raciais (Twine, 2004).

De forma geral, a leitura integrada das respostas qualitativas permite afirmar que o impacto da formação não se limita à ampliação do conhecimento, mas se expressa como reconfiguração das formas de perceber, interpretar e atuar socialmente diante das desigualdades raciais. Nesse sentido, os relatos evidenciam que a formação contribuiu significativamente para fortalecer sujeitos mais conscientes, críticos e comprometidos com práticas antirracistas em seus diferentes

espaços de convivência e atuação social (Twine, 2004). Nessa perspectiva, Silva (2020) salienta sobre os desafio social das organizações de promover iniciativas para preservar a memória social negra, reforçando a importância de iniciativas voltadas ao registro e à preservação da vida e da experiência negra.

5.5. Reconstrução da memória e percepção histórica

A categoria “Reconstrução da memória e percepção histórica” busca compreender como a Formação em Letramento Racial JG pode ter contribuído para mudanças na forma como os participantes lembram, reconhecem e atribuem significado à presença da população negra na sociedade brasileira. Diferentemente das categorias anteriores, centradas predominantemente na compreensão conceitual, percepção do racismo ou impactos da formação, este eixo volta-se especialmente para os processos de memória mobilizados pelos participantes, observando de que maneira determinadas referências históricas, imagens sociais e narrativas racializadas foram tensionadas, ampliadas ou ressignificadas ao longo da experiência formativa.

Nesse sentido, este bloco dialoga diretamente com os objetivos centrais desta pesquisa, especialmente com a hipótese de que o letramento racial pode atuar como elemento de reconstrução da memória social brasileira, contribuindo para tensionar silenciamentos, apagamentos e formas historicamente limitadas de representação da população negra. Tal perspectiva aproxima-se das discussões de Pollak (1989), particularmente ao evidenciar que as memórias coletivas são atravessadas por disputas, silenciamentos e hierarquizações que influenciam diretamente quais narrativas são legitimadas, valorizadas ou marginalizadas socialmente.

Da mesma forma, Halbwachs (2006) contribui para compreender que a memória não se constitui de maneira exclusivamente individual, mas é construída socialmente a partir dos quadros coletivos que organizam as formas de lembrar, interpretar e atribuir significado ao passado. Nesse contexto, as referências mobilizadas pelos participantes acerca da população negra refletem não apenas experiências pessoais, mas também representações historicamente difundidas ao longo da formação social brasileira.

Além disso, as discussões de Sueli Carneiro (2005) acerca do epistemicídio tornam-se particularmente relevantes para esta categoria, na medida em que

possibilitam compreender como os processos históricos de invisibilização e deslegitimação dos saberes, trajetórias e contribuições negras influenciam diretamente as formas de construção da memória social. Também dialogam com essa perspectiva as reflexões de Charles Mills (1997) acerca do Contrato Racial, especialmente ao problematizar os mecanismos de produção de ignorâncias estruturadas que limitam o reconhecimento das experiências históricas da população negra.

Considerando que as questões 28 e 29 apresentam conteúdos semelhantes e, em alguns casos, os participantes indicam explicitamente que já haviam respondido anteriormente, optou-se por realizar a análise de forma integrada, tratando o conjunto das respostas como um único corpus qualitativo.

Quadro 12 – Excertos representativos da categoria “Reconstrução da memória e percepção histórica”

Participant e	Data	Excerto
E2	25/03/2026 18:16:10	“A escravatura”
E63	12/04/2026 21:49:13	“Escravos, navios negreiros...”
E20	27/03/2026 09:28:42	“Lembrava de correntes, tristeza, fome.”
E4	27/03/2026 09:28:42	“Escravizados, vida dura, submissos”
E17	26/03/2026 21:38:56	“Antes da formação, minha percepção era muitas vezes limitada ao contexto histórico da escravidão, sem focar na resistência. Eu não tinha tanta consciência de como o racismo estrutural afetava o cotidiano e as oportunidades de forma tão profunda.”

E42	30/03/2026 19:56:33	“O que mais apareciam para mim eram recortes marcados por desigualdade e estigmatização, intrinsecamente ligados à escravização, sem uma compreensão crítica mais ampla sobre os processos históricos, sociais e culturais que sustentam essas imagens.”
E26	27/03/2026 20:25:04	“População Pobre Economicamente.”
E3	28/03/2026 20:48:50	“Eu via a falta de oportunidade das pessoas negras, tanto no trabalho como nas escolas faculdades, a agressão às pessoas negras.”
E28	27/03/2026 23:40:13	“Antes da Formação, o que vinha à mente de forma mais imediata eram as estatísticas de vulnerabilidade e a associação das pessoas negras a contextos de carência, subalternidade ou sofrimento. Eu percebia as desigualdades, mas as via como algo 'naturalizado' pelo cenário social brasileiro. O que mais aparecia para mim era uma visão limitada ao racismo individual e aos obstáculos que eu mesma enfrentava na prática, mas sem uma conexão clara com um projeto histórico de exclusão.”
E23	27/03/2026 11:42:07	“As oportunidades de emprego pareciam ser iguais e que só faltava a qualificação para conseguir a vaga.”
E5	25/03/2026 21:36:32	“Percebi que antes eu acreditava na democracia racial.” “Que éramos todos iguais, sem distinção de cor, clero, credo e religião.”
E48	01/04/2026 08:30:04	“Antes da Formação, eu tinha uma visão limitada e estereotipada, associando pessoas negras principalmente à pobreza e à cultura popular. Não percebia como essas ideias eram construídas pelo racismo estrutural nem a falta de representatividade em outros espaços”

E41	30/03/2026 15:13:26	“Antes da Formação, quando eu pensava no Brasil em relação às pessoas negras, vinham à minha mente ideias mais superficiais e, muitas vezes, baseadas em estereótipos que são comuns na sociedade. Eu associava com mais facilidade a presença de pessoas negras a contextos como esporte, música ou situações de vulnerabilidade social, sem refletir de forma crítica sobre o porquê dessas associações. Também não percebia com clareza a dimensão das desigualdades raciais nem como elas são resultado de um processo histórico. Muitas dessas imagens e pensamentos eram influenciados pelo que é mais visível na mídia e no cotidiano, o que acabava reforçando uma visão limitada da realidade das pessoas negras. Hoje entendo que essa percepção era incompleta e marcada por uma falta de aprofundamento, já que não considerava a diversidade de experiências, trajetórias e conquistas das pessoas negras, nem as barreiras estruturais que impactam suas vidas.”
E18	27/03/2026 08:07:30	“Falta de informação e muita influência branca”
E38	30/03/2026 11:31:16	“Minha mente está completamente vazia.”
E14	26/03/2026 17:43:45	“Que eu preciso conhecer melhor a história das populações negras no país que vivo.”
E45	31/03/2026 22:40:25	“Antes da formação, quando eu pensava no Brasil e nas pessoas negras, vinham a minha mente imagens muito associadas à desigualdade social, como pobreza, trabalhos mais precarizados e menor acesso a oportunidades. Também apareciam referências culturais fortes, como música, esporte e manifestações culturais, mas muitas vezes de forma limitada ou estereotipada. Eu não tinha clareza de como essas imagens eram construídas historicamente e socialmente, nem percebia com profundidade o papel do racismo na produção dessas desigualdades. Com a formação, passei a compreender melhor a complexidade dessas representações e a reconhecer tanto as desigualdades

		estruturais quanto a diversidade, a potência e o protagonismo das pessoas negras na sociedade brasileira. ”
E50	01/04/2026 14:24:54	“Percebo que essa visão era limitada e influenciada por construções sociais e históricas, sem considerar de forma ampla a diversidade, potência e protagonismo das pessoas negras.”
E11	26/03/2026 16:08:21	“Como eu já vinha fazendo leituras e já havia feito cursos de letramento racial e questões sobre a população negra, já entendia a importância do trabalho e da cultura negra para a construção da identidade e desenvolvimento do país. Contudo, tive a oportunidade de aprofundar e fortalecer tal entendimento.”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

A leitura das respostas evidencia, de maneira recorrente, que, antes da formação, as memórias mobilizadas pelos participantes estavam fortemente associadas à escravidão. Essa associação aparece tanto em respostas diretas quanto em relatos mais elaborados, indicando que as referências históricas relacionadas à população negra encontravam-se frequentemente restritas ao período da escravidão, constituindo um dos principais marcos de memória associados à presença negra na sociedade brasileira. Essa constatação dialoga com as reflexões de Candau (2016), ao evidenciar que os processos de lembrança e esquecimento participam diretamente da construção das identidades e dos referenciais coletivos. Nesse sentido, a predominância da escravidão nas memórias evocadas sugere que outras experiências, trajetórias e contribuições da população negra ocuparam posições menos centrais na constituição da memória social compartilhada.

Além dessas respostas mais sintéticas, há relatos que indicam que essa referência à escravidão não era acompanhada de uma compreensão mais ampla dos processos históricos responsáveis pela produção das desigualdades raciais contemporâneas. Observa-se, nesse sentido, uma memória social marcada pela limitação das referências históricas da população negra a determinados recortes historicamente difundidos, frequentemente desvinculados das dimensões de resistência, protagonismo e participação histórica negra na constituição da

sociedade brasileira. Esse aspecto aproxima-se das discussões de Pollak (1989), especialmente ao tratar dos mecanismos de silenciamento e hierarquização das memórias coletivas.

Outro conjunto de respostas evidencia a associação recorrente entre população negra e contextos de desigualdade social, vulnerabilidade e sofrimento. As respostas sugerem que determinadas imagens socialmente difundidas foram naturalizadas ao longo da trajetória dos participantes, reproduzindo leituras racializadas acerca dos lugares ocupados pela população negra na sociedade brasileira. As contribuições de Charles Mills (1997) auxiliam nessa interpretação ao problematizar os mecanismos de produção de ignorâncias estruturadas que influenciam as formas de compreensão da realidade social e das desigualdades raciais.

Também aparecem respostas que indicam interpretações pouco problematizadas acerca das relações raciais, especialmente relacionadas à ideia de democracia racial e igualdade de oportunidades. Os relatos demonstram que, antes da formação, parte dos participantes compreendia as desigualdades raciais predominantemente a partir de perspectivas individualizantes, dissociadas das estruturas históricas e sociais que organizam as relações raciais no Brasil. Essa percepção aproxima-se das discussões de Almeida (2019), ao evidenciar formas de compreensão que desconsideram o caráter estrutural do racismo e tendem a atribuir às desigualdades raciais a fatores exclusivamente individuais.

Além disso, observam-se respostas marcadas por estereótipos e visões limitadas acerca da população negra, frequentemente associadas à pobreza, vulnerabilidade ou determinados espaços específicos, como esporte e música. Essas associações evidenciam como determinadas representações socialmente difundidas passam a compor as referências mobilizadas pelos sujeitos ao pensar sobre a população negra e sua presença na sociedade brasileira. Esse aspecto encontra respaldo no terceiro fundamento do letramento racial discutido por Schucman (2015), segundo o qual as identidades raciais são socialmente aprendidas e construídas ao longo das experiências e relações sociais, por meio das quais estereótipos, classificações e hierarquias raciais passam a ser naturalizados e reproduzidos. Outro aspecto relevante refere-se às respostas que evidenciam lacunas de conhecimento ou ausência de repertório histórico acerca da população negra. Expressões como “minha mente está completamente vazia” ou “falta de

informação e muita influência branca” evidenciam não apenas a ausência de informação, mas também efeitos de processos históricos de invisibilização das experiências, trajetórias e produções negras. Nesse ponto, as reflexões de Sueli Carneiro (2005) tornam-se particularmente importantes ao problematizar o epistemicídio enquanto processo histórico de deslegitimação e apagamento dos saberes negros.

Ao analisar as respostas referentes ao momento posterior à formação, observa-se, de maneira recorrente, a ampliação das referências mobilizadas pelos participantes, com a incorporação de novos elementos à forma como passam a perceber a população negra e sua presença histórica na sociedade brasileira, passando de uma compreensão historicamente restrita da população negra, frequentemente associada apenas à escravidão, para uma percepção mais ampla de sua presença e protagonismo na formação da sociedade brasileira, o que converge com os fundamentos do letramento racial apresentados por Twine (2004) e Schucman (2015). Essa mudança aparece em relatos que indicam ampliação de repertório, reconhecimento de limitações nas percepções anteriores e aprofundamento da compreensão acerca das desigualdades raciais e dos processos históricos relacionados à população negra. Observa-se que os participantes passam a reconhecer que determinadas imagens anteriormente naturalizadas eram resultado de construções históricas e sociais relacionadas aos processos de racialização presentes na sociedade brasileira.

As contribuições de Halbwachs (2006) auxiliam nessa interpretação ao compreender a memória como construção social permanentemente atravessada pelos contextos coletivos de significação. Nesse sentido, os dados sugerem que a Formação em Letramento Racial JG favoreceu processos de ampliação e reorganização das referências utilizadas pelos participantes para interpretar a história e a presença da população negra, ampliando os quadros sociais a partir dos quais essas memórias passam a ser compreendidas e significadas.

Nesse sentido, com base nos dados do instrumento, observa-se um processo de revisão, ampliação e reorganização das referências mobilizadas pelos participantes, o que permite relacionar este bloco diretamente aos objetivos da pesquisa, na medida em que os resultados indicam que o letramento racial, enquanto prática formativa, atua como elemento que tensiona e amplia formas de

percepção historicamente construídas, contribuindo para a reconfiguração das referências que compõem a memória social racial brasileira no contexto analisado.

5.6. Fechamento

A respeito das perguntas abertas de fechamento do instrumento de pesquisa, utiliza-se uma análise de conteúdo nesta seção.

A pergunta final do instrumento: “Se você tivesse que resumir em uma frase, o que mudou em você após a formação?”, permite captar, de forma mais direta e sintética, aquilo que os participantes reconhecem como principal transformação decorrente da Formação em Letramento Racial JG. Trata-se de um bloco qualitativo relevante, na medida em que reúne percepções condensadas, formuladas pelos próprios sujeitos a partir de sua experiência.

De maneira geral, observa-se que as respostas convergem para alguns eixos recorrentes, como ampliação da consciência crítica, fortalecimento do posicionamento, reconhecimento do compromisso antirracista, valorização da ancestralidade e mudanças na forma de compreender a si mesmo, a sociedade e as relações raciais. Esses elementos aparecem reiteradamente no conjunto dos relatos e indicam que a formação é percebida não apenas como aquisição de conhecimento, mas como processo de transformação relacionado às formas de perceber, interpretar e atuar diante das questões raciais (Twine, 2004; Schucman, 2014).

Quadro 13 – Excertos representativos a categoria “Fechamento”

Participante	Data	Excerto
E42	30/03/2026 19:56:33	“A formação transformou meu olhar, tornando-o mais crítico, atento e comprometido com a equidade racial e a justiça social.”
E63	12/04/2026 21:49:13	“Passei a enxergar a sociedade com mais consciência e muitas críticas, reconheci o racismo como parte das estruturas sociais, como um todo! e não apenas como atitudes individuais.”

E50	01/04/2026 14:24:54	“Saí da superficialidade para a consciência, hoje não apenas enxergo o racismo, eu o reconheço e me posiciono ainda mais diante dele.”
E41	30/03/2026 15:13:26	“Após a formação, passei a compreender o racismo de forma mais crítica e estrutural, reconhecendo desigualdades e adotando uma postura mais consciente e reflexiva diante das questões raciais.”
E23	27/03/2026 11:42:07	“Eu tenho um compromisso diário contra o racismo.”
E21	27/03/2026 09:58:32	“Deixei de atuar apenas em sala de aula, passei a atuar e enfrentar o racismo em todos os espaços da minha vida.”
E44	31/03/2026 22:30:28	“Consigo refletir e me posicionar melhor e com mais argumentos nas falas racistas ou atos de racismo.”
E28	27/03/2026 23:40:13	“A formação substituiu o desconforto que eu tentava esconder pela segurança de nomear o racismo e reivindicar meu espaço com propriedade.”
E32	28/03/2026 20:48:50	“Consciência e olhar a nossa ancestralidade.”
E35	29/03/2026 18:02:59	“O Letramento me tornou uma mulher negra mais segura e com mais sede de conhecimento que dentro do seu limite procura buscar o que a história apagou .”
E55	04/04/2026 21:12:38	“Toda a forma de me compreender e compreender a minha história. Sou muito grata”
E14	26/03/2026 17:43:45	“A minha ancestralidade é rica, e eu devo honra a ela nas formas como atuo e vivencio nesses tempos de agora.”
E58	08/04/2026 07:45:22	“Empoderamento”

E47	01/04/2026 01:00:15	"Balançou minhas estruturas"
E29	28/03/2026 10:35:17	"Me sinto fortalecida e contemplada."
E20	27/03/2026 09:28:42	"Passei a respirar melhor e ver o quanto somos incríveis"
E11	26/03/2026 16:08:21	"Identificação e empoderamento."
E38	30/03/2026 11:31:16	"Temos que ter mais pessoas formadas para surtirmos mais impacto contra essa sociedade que meus massacram"
E8	25/03/2026 23:04:18	"Aguçou muito a minha sensibilidade e o meu interesse pelo tema e mudou radicalmente a minha postura, me tornando uma multiplicadora de conhecimentos e comportamentos antirracista. 'Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista'"
E15	26/03/2026 18:47:58	"Meu envolvimento maior na luta antirracista."
E22	27/03/2026 10:53:56	"Que não basta não ser racista, todos precisam fazer parte da luta antirracista!"

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, 2026.

Os relatos evidenciam, de maneira recorrente, que a formação foi percebida pelos participantes como uma experiência de transformação que ultrapassa a assimilação de conteúdos conceituais. Observa-se que as mudanças descritas relacionam-se à forma como os sujeitos passam a interpretar a si mesmos, compreender suas trajetórias, reconhecer a ancestralidade e posicionar-se diante das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Essa percepção aproxima-se das reflexões de Nascimento (2016), ao evidenciar processos de fortalecimento da consciência negra e de reconhecimento das heranças históricas e culturais que constituem as experiências da população negra.

A recorrência de expressões relacionadas à consciência, fortalecimento, ancestralidade, posicionamento e compromisso sugere que a formação produziu deslocamentos que vão além da ampliação de informações sobre as relações raciais, alcançando também dimensões subjetivas, identitárias e políticas da experiência social. Essa percepção encontra respaldo nas reflexões de Moura (1988), ao demonstrar que os processos históricos de escravização e dominação racial produziram efeitos que ultrapassam o passado e continuam a influenciar as estruturas sociais e as experiências vividas pela população negra no presente. Nesse sentido, os relatos demonstram que os participantes passaram a reconhecer de maneira mais ampla os processos históricos que atravessam a população negra no Brasil, bem como as formas pelas quais esses processos continuam impactando o presente.

Os relatos relacionados à ancestralidade, ao reconhecimento histórico e à valorização da identidade negra aproximam-se das reflexões de Abdias do Nascimento (2016), especialmente ao defender a necessidade de fortalecimento da consciência negra e da valorização das matrizes africanas como parte fundamental de um movimento de reconstrução histórica, cultural e política da população negra. Observa-se, nesse sentido, que os participantes passam a reconhecer não apenas os processos de exclusão historicamente produzidos, mas também elementos de potência, pertencimento e valorização das experiências negras anteriormente pouco mobilizados em suas formas de compreensão da realidade social.

Também se destacam relatos que evidenciam maior disposição para posicionar-se diante do racismo e atuar de forma mais ativa em diferentes espaços sociais. As respostas sugerem que a formação favoreceu não apenas o reconhecimento das desigualdades raciais, mas também maior implicação ética e política diante delas. Nesse ponto, as reflexões de Angela Davis (2019) tornam-se particularmente relevantes ao compreender o antirracismo não apenas como posicionamento discursivo, mas como prática contínua de enfrentamento às estruturas de opressão racial e compromisso coletivo com transformação social.

Outro aspecto recorrente refere-se ao fortalecimento da percepção crítica acerca das estruturas sociais que produzem desigualdades raciais e invisibilizações históricas. Os relatos demonstram que os participantes passam a compreender, de maneira mais ampla, como determinadas narrativas, referências e formas de representação da população negra foram historicamente construídas e legitimadas.

Nesse sentido, as discussões de Sueli Carneiro (2005) acerca do epistemicídio e do dispositivo de racialidade auxiliam na compreensão dos processos históricos de invisibilização, deslegitimação e limitação dos saberes e experiências negras na sociedade brasileira.

As respostas também evidenciam movimentos de ruptura com percepções anteriormente naturalizadas acerca das relações raciais e da própria posição da população negra na sociedade brasileira. Nesse aspecto, as contribuições de Clóvis Moura (2019) tornam-se relevantes ao evidenciar como as estruturas sociais herdadas do processo escravista continuam influenciando as desigualdades contemporâneas, ao mesmo tempo em que invisibilizam as formas históricas de resistência e insurgência negra presentes na constituição da sociedade brasileira.

Além disso, os relatos sugerem processos de reinterpretação das referências históricas mobilizadas pelos participantes acerca da população negra, indicando movimentos de ressignificação da memória social racial brasileira. As discussões de Pollak (1989) auxiliam nessa interpretação ao evidenciar que as memórias coletivas são atravessadas por disputas, silenciamentos e relações de poder que influenciam diretamente quais narrativas tornam-se legitimadas ou marginalizadas socialmente. Nesse sentido, os dados sugerem que a formação contribuiu para tensionar referências historicamente cristalizadas, ampliando o reconhecimento das experiências, trajetórias e contribuições negras para a sociedade brasileira.

Essa perspectiva também dialoga com as reflexões de Laurentino Gomes (2019), especialmente ao afirmar que o racismo constitui uma “ferida aberta” que o Brasil historicamente evita enfrentar de maneira profunda. A partir dos relatos analisados, observa-se que o letramento racial e outras práticas formativas antirracistas podem atuar como movimentos de enfrentamento crítico dessas estruturas históricas, favorecendo processos de conscientização, emancipação e reconstrução mais ampla das referências que compõem a memória social brasileira.

De forma geral, a análise deste bloco evidencia que, ao sintetizarem em uma frase aquilo que mudou após a formação, os participantes recorrem predominantemente a expressões relacionadas à consciência, fortalecimento, ancestralidade, posicionamento e compromisso antirracista. Os relatos sugerem que a formação produziu efeitos que ultrapassam a aquisição de conteúdos teóricos, sendo compreendida como experiência de transformação relacionada às formas de perceber, interpretar e atuar diante das questões raciais, contribuindo para

processos de ampliação, valorização e reconstrução das referências históricas e simbólicas relacionadas à população negra no contexto brasileiro.

Por fim, cabe destacar que as falas apresentadas não esgotam o conjunto das respostas, mas foram selecionadas por sua capacidade de representar sentidos recorrentes no corpus analisado. Mesmo nas respostas mais breves, observa-se a presença desses mesmos elementos, o que reforça a consistência das percepções expressas pelos participantes.

5.7. Consolidação final dos resultados do instrumento de pesquisa

A análise dos dados produzidos por meio do instrumento de pesquisa aplicado aos participantes da Formação em Letramento Racial JG permite compreender, de forma articulada, um conjunto de mudanças na maneira como esses sujeitos passam a perceber, interpretar e se posicionar diante das relações sócio-raciais. Ao considerar os diferentes blocos analisados — visão de mundo, racismo, história e sociedade, conceitos, práticas, impacto e reconstrução da memória — observa-se um movimento consistente de ampliação de repertório, de revisão de percepções e de fortalecimento de posicionamentos.

No que se refere à visão de mundo, os dados indicam que os participantes passam a interpretar a sociedade a partir de uma leitura mais crítica, reconhecendo a presença de desigualdades sócio-raciais e compreendendo que essas não se manifestam de forma isolada, mas articuladas a processos históricos e estruturais. Esse deslocamento também se evidencia no bloco do racismo, no qual se observa a ampliação da compreensão, que deixa de se restringir a manifestações individuais e passa a abarcar dimensões estruturais, institucionais e históricas.

No campo de história e da sociedade, os dados evidenciam o aprofundamento da compreensão sobre os processos históricos que constituem a realidade brasileira, enquanto no bloco dos conceitos observa-se a incorporação de um repertório analítico que permite nomear e interpretar fenômenos que anteriormente eram percebidos de forma difusa. Ainda que em diferentes níveis de assimilação, esse conjunto contribui para qualificar a leitura das relações raciais.

No que se refere às práticas, os resultados indicam que o letramento racial não se limita ao plano da compreensão, mas se desdobra em formas de atuação mais conscientes e intencionais. Os participantes passam a relatar maior capacidade de

refletir, argumentar e se posicionar diante de situações de racismo, bem como o reconhecimento de um compromisso antirracista que se manifesta em seus diferentes espaços de convivência. Esse movimento dialoga com a proposta formativa de mobilizar sujeitos que atuem em suas redes de relacionamento, indicando que os efeitos da formação tendem a se projetar para além do espaço formativo.

O bloco de impacto da formação reforça essa leitura ao evidenciar que os participantes reconhecem mudanças significativas na forma de pensar, perceber e se posicionar, indicando que os efeitos da formação atravessam diferentes dimensões da experiência. Já no fechamento qualitativo, ao sintetizarem em uma frase o que mudou após a formação, os participantes recorrem, de maneira frequente, a expressões relacionadas à consciência, ao posicionamento, ao compromisso e à ação, evidenciando a percepção de transformação na forma de compreender e atuar diante das questões raciais.

De maneira particularmente relevante para os objetivos deste instrumento, o bloco referente à reconstrução da memória e percepção histórica evidencia que, antes da formação, as referências mobilizadas pelos participantes estavam concentradas em determinados recortes, com destaque para a escravidão, a desigualdade e representações limitadas sobre a população negra. Observam-se, ainda, lacunas de conhecimento, presença de estereótipos, influência de narrativas amplamente difundidas e ausência recorrente de referências relacionadas ao protagonismo, à resistência e às contribuições da população negra para a formação da sociedade brasileira.

A partir das respostas posteriores à formação, observa-se a ampliação dessas referências, com a incorporação de novos elementos à forma como os participantes passam a compreender a história e a presença da população negra no Brasil. Esse movimento não se apresenta como substituição das referências anteriores, mas como ampliação do repertório, permitindo que outras dimensões passem a compor a memória mobilizada pelos sujeitos.

Nesse sentido, os dados do instrumento permitem observar a presença de referências que indicam a influência de narrativas historicamente construídas, bem como a existência de lacunas, silenciamentos e apagamentos na forma como a história da população negra é mobilizada pelos participantes. Tais elementos se

manifestam na recorrência de determinados recortes históricos, na ausência de outros e na predominância de determinadas formas de interpretação.

Observa-se, ainda, que essas dinâmicas estão associadas a processos mais amplos de produção e circulação de narrativas, que ao longo do tempo contribuíram para a consolidação de determinadas leituras da realidade, a invisibilização de contribuições históricas da população negra e a manutenção de interpretações parciais sobre a formação da sociedade brasileira. Nesse contexto, elementos como a persistência de desigualdades, a naturalização de determinadas explicações e o questionamento de políticas públicas e ações afirmativas aparecem, nos dados, como parte desse conjunto mais amplo de percepções.

Ao mesmo tempo, os dados indicam que o processo de letramento racial contribui para tensionar essas formas de percepção, ao mobilizar conteúdos históricos, conceitos e experiências que permitem aos participantes acessar outras leituras sobre a realidade. Esse movimento possibilita que lacunas anteriormente não percebidas passem a ser identificadas, ampliando as formas de compreensão sobre a história, a cultura e a memória social.

De forma geral, observa-se que o processo de letramento racial contribui para a construção de um novo olhar sobre a realidade social, menos ancorado em percepções naturalizadas e mais atento às dinâmicas históricas e estruturais que organizam as desigualdades. Esse olhar se constitui a partir da articulação entre conhecimento, reflexão e prática, permitindo que os participantes revisitem referências anteriores e ampliem suas formas de compreensão.

Assim, no âmbito deste instrumento de pesquisa, os dados indicam que o letramento racial contribui para a ampliação das formas de perceber, interpretar e atuar diante das relações sócio-raciais, evidenciando seu potencial como uma das chaves possíveis para a reconstrução da memória social brasileira, na medida em que tensiona narrativas consolidadas, evidencia lacunas históricas e amplia o repertório de referências mobilizadas pelos sujeitos.

Os elementos identificados ao longo deste instrumento evidenciam que o letramento racial pode produzir efeitos que ultrapassam a dimensão informativa, alcançando formas de percepção, interpretação e posicionamento diante das relações raciais e da própria constituição histórica da sociedade brasileira. Nesse contexto, os resultados analisados ao longo desta pesquisa oferecem elementos relevantes para refletir sobre as possibilidades do letramento racial enquanto prática

formativa vinculada não apenas à ampliação da consciência crítica, mas também aos processos de tensionamento, revisão e reconstrução das referências que compõem a memória social brasileira. Tais aspectos serão retomados e aprofundados nas considerações finais desta dissertação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi investigar como o letramento racial pode contribuir para a reconstrução da memória social no contexto brasileiro, a partir da experiência na Formação em Letramento Racial JG Consultoria, Treinamento e Soluções para Promoção da Igualdade Racial, que denominamos Formação em Letramento Racial JG neste estudo.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa por meio da aplicação de um instrumento de pesquisa disponibilizado em formulário eletrônico (Google Forms), encaminhado aos grupos das nove turmas da Formação em Letramento Racial JG realizadas entre os anos de 2024 e 2026. O instrumento foi respondido por 64 participantes, correspondendo a aproximadamente 36,2% do universo de 177 concluintes da formação. A investigação contemplou questões fechadas e abertas, possibilitando a articulação entre análises quantitativas e qualitativas acerca das percepções dos participantes sobre relações raciais, memória social e os impactos da experiência formativa.

Durante a análise, os dados foram organizados em diferentes categorias temáticas: Visão de Mundo, Racismo, História e Sociedade, Conceitos, Práticas, Impacto da Formação e Reconstrução da Memória e Percepção Histórica e fechamento. A análise integrada dessas categorias permitiu compreender, de forma articulada, um conjunto consistente de mudanças na maneira como os participantes passaram a perceber, interpretar e posicionar-se diante das relações sócio-raciais.

De forma geral, as análises demonstram que o letramento racial contribuiu significativamente para a ampliação dos repertórios interpretativos dos participantes, promovendo revisão de percepções anteriormente naturalizadas, fortalecimento da consciência crítica e ampliação da capacidade de compreender as desigualdades raciais em suas dimensões históricas, estruturais e institucionais. Observou-se um movimento consistente de transformação que atravessa não apenas a aquisição de conhecimentos sobre as relações raciais, mas também a forma como os sujeitos

interpretam a sociedade, compreendem a história brasileira e mobilizam referências para construir suas percepções sobre a população negra e sua participação na formação da identidade brasileira.

As análises evidenciaram, ainda, que o contato prévio com conteúdos relacionados às questões raciais não eliminava a necessidade de aprofundamento conceitual, histórico e político acerca das desigualdades raciais. Observou-se que muitos participantes já possuíam sensibilização prévia para a temática ou algum contato anterior com discussões sobre raça e racismo. Contudo, suas interpretações permaneciam frequentemente marcadas por leituras intuitivas, fragmentadas ou individualizadas das relações raciais. Nesse sentido, a formação contribuiu para aprofundar, organizar e problematizar conhecimentos anteriormente percebidos de forma dispersa, favorecendo leituras mais críticas, históricas e estruturais da realidade social brasileira.

No que se refere à categoria Visão de Mundo, os resultados evidenciaram que os participantes passaram a interpretar a sociedade a partir de uma leitura mais crítica, reconhecendo que as desigualdades sócio-raciais não se manifestam de forma isolada ou individual, mas encontram-se articuladas a processos históricos e estruturais que organizam a sociedade brasileira. De maneira complementar, a categoria Racismo demonstrou ampliação da compreensão do fenômeno, que deixa de ser percebido apenas como manifestação individual para ser reconhecido também em suas dimensões estruturais, institucionais e históricas.

Na categoria História e Sociedade observou-se aprofundamento da compreensão acerca dos processos históricos que constituem a realidade brasileira, enquanto na categoria Conceitos os participantes demonstraram incorporação de um repertório analítico que possibilita nomear, compreender e interpretar fenômenos anteriormente percebidos de forma difusa ou pouco problematizada. Ainda que em diferentes níveis de assimilação, esse conjunto de aprendizagens contribuiu para qualificar a leitura das relações raciais e ampliar a capacidade de análise crítica dos participantes.

No campo das Práticas, os resultados demonstraram que o letramento racial não se limita ao plano da compreensão conceitual, mas se desdobra em formas mais conscientes de atuação social. Os participantes passaram a relatar maior capacidade de refletir, argumentar e posicionar-se diante de situações de racismo, bem como o reconhecimento de um compromisso antirracista que se manifesta em

seus diferentes espaços de convivência. Esse movimento dialoga com a proposta formativa de mobilizar sujeitos que atuem em suas redes de relacionamento, indicando que os efeitos da formação tendem a se projetar para além do espaço formativo.

Essa dimensão foi reforçada pelos resultados da categoria Impacto da Formação, na qual os participantes reconheceram mudanças significativas em suas formas de pensar, perceber e atuar diante das questões raciais. As respostas qualitativas evidenciaram recorrência de expressões relacionadas à consciência, posicionamento, compromisso e ação, indicando que os efeitos da formação ultrapassaram a dimensão informativa e alcançaram dimensões subjetivas, políticas e relacionais da experiência social.

De maneira particularmente relevante para os objetivos deste instrumento, as categorias referentes à reconstrução da memória e percepção histórica evidenciam que, antes da formação, as referências mobilizadas pelos participantes estavam concentradas em determinados recortes, com destaque para a escravidão, a desigualdade e representações limitadas sobre a população negra. Observam-se, ainda, lacunas de conhecimento, presença de estereótipos, influência de narrativas amplamente difundidas e ausência recorrente de referências relacionadas ao protagonismo, à resistência e às contribuições da população negra para a formação da sociedade brasileira.

As respostas produzidas após a formação evidenciaram a ampliação dessas referências, com a incorporação de novos elementos à forma como os participantes passaram a compreender a história e a presença da população negra no Brasil. Esse movimento não se apresentou como substituição das referências anteriormente existentes, mas como ampliação dos repertórios mobilizados pelos sujeitos, permitindo que outras dimensões passassem a compor suas formas de interpretação da realidade social. Nesse processo, elementos relacionados à ancestralidade, resistência, identidade, pertencimento, protagonismo negro e contribuições históricas anteriormente pouco mobilizadas passaram a integrar de forma mais consistente as narrativas construídas pelos participantes.

As análises também permitiram identificar a influência de narrativas historicamente construídas na constituição das percepções sobre a população negra. Os dados evidenciaram a existência de lacunas, silenciamentos e apagamentos que se manifestavam tanto na recorrência de determinados recortes

históricos quanto na ausência de outros. Observou-se que determinadas formas de interpretação da história brasileira permaneciam fortemente associadas a narrativas consolidadas ao longo do tempo, contribuindo para a invisibilização de experiências, trajetórias e contribuições fundamentais da população negra para a formação nacional.

Ao mesmo tempo, os resultados demonstraram que o processo de letramento racial contribuiu para tensionar essas formas de percepção, possibilitando que lacunas anteriormente naturalizadas passassem a ser identificadas e problematizadas. A mobilização de conteúdos históricos, conceitos, experiências e reflexões favoreceu o acesso a outras leituras sobre a realidade social, ampliando as formas pelas quais os participantes passaram a compreender a história, a cultura e a memória social brasileira.

Nesse sentido, a análise permitiu compreender que o letramento racial contribui para a construção de um novo olhar sobre a realidade social, menos ancorado em percepções naturalizadas e mais atento às dinâmicas históricas e estruturais que organizam as desigualdades raciais. Esse olhar se constitui a partir da articulação entre conhecimento, reflexão e prática, permitindo que os participantes revisitem referências anteriormente mobilizadas e ampliem suas formas de compreensão sobre a população negra e sua participação na sociedade brasileira.

Dessa forma, o objetivo geral desta dissertação foi alcançado, na medida em que as análises evidenciaram que o letramento racial contribui para a ampliação das formas de perceber, interpretar e atuar diante das relações sócio-raciais, evidenciando seu potencial como uma das chaves para a reconstrução da memória social brasileira. Os resultados demonstraram que essa reconstrução ocorre por meio do reconhecimento de silenciamentos históricos, da problematização de narrativas naturalizadas, da valorização das trajetórias de resistência negra e da incorporação de referências historicamente marginalizadas aos processos de construção da memória coletiva.

O primeiro objetivo específico desta pesquisa consistiu em analisar, à luz do letramento racial, as dinâmicas raciais e racializadas que atravessam a construção da memória social vinculada à população negra brasileira, considerando as percepções dos participantes da formação.

As análises permitiram identificar que as referências mobilizadas pelos

participantes para compreender a população negra eram atravessadas por processos de seleção, silenciamento e invisibilização historicamente produzidos. A predominância de referências associadas à escravidão, à pobreza e à desigualdade, aliada à reduzida presença de elementos relacionados ao protagonismo negro, à resistência e às contribuições históricas da população negra, evidenciou que a memória social não se constitui de forma neutra, mas é resultado de disputas, enquadramentos e processos históricos que definem quais narrativas são amplamente difundidas e quais permanecem à margem.

Os resultados demonstraram, ainda, que tais dinâmicas não se restringem ao passado, mas continuam influenciando as formas pelas quais os sujeitos interpretam a realidade contemporânea. A naturalização de determinadas explicações para as desigualdades raciais, a recorrência de estereótipos e a presença de lacunas relacionadas à história da população negra evidenciam a permanência de processos que limitam a pluralidade das referências mobilizadas na construção da memória social brasileira.

Nesse sentido, as análises realizadas permitiram compreender que as dinâmicas raciais e racializadas atravessam profundamente os processos de construção da memória social vinculada à população negra, influenciando aquilo que é lembrado, valorizado, silenciado ou esquecido. Assim, considera-se que o primeiro objetivo específico foi plenamente alcançado, uma vez que a pesquisa evidenciou a existência desses processos e demonstrou sua influência na constituição das percepções dos participantes acerca da história, da memória e da presença da população negra na sociedade brasileira.

O segundo objetivo específico desta pesquisa consistiu em compreender de que maneira a experiência formativa em letramento racial impacta e transforma a visão de mundo dos participantes, especialmente no que se refere à identificação das desigualdades sócio-raciais e à forma como interpretam a história e a memória social da população negra no Brasil.

As análises demonstraram que a experiência formativa produziu transformações significativas nas formas pelas quais os participantes passaram a interpretar a sociedade e as relações raciais. Observou-se a ampliação da capacidade de reconhecer desigualdades raciais anteriormente percebidas de maneira fragmentada ou individualizada, possibilitando uma compreensão mais ampla acerca dos processos históricos, sociais e institucionais que estruturam a

realidade brasileira.

Os resultados evidenciaram que os participantes passaram a compreender o racismo para além de suas manifestações interpessoais e explícitas, reconhecendo suas dimensões estruturais, institucionais e históricas. Essa ampliação da compreensão contribuiu para que as desigualdades raciais deixassem de ser interpretadas como fenômenos isolados ou decorrentes exclusivamente de trajetórias individuais, passando a ser compreendidas como resultado de processos históricos que atravessam a formação da sociedade brasileira e continuam produzindo efeitos no presente.

A transformação da visão de mundo também se manifestou na ampliação da capacidade de interpretação crítica da realidade social. Os participantes passaram a demonstrar maior compreensão sobre os processos históricos relacionados à escravidão, ao pós-abolição, às teorias raciais, às desigualdades estruturais e aos mecanismos contemporâneos de reprodução do racismo. Esse movimento favoreceu uma leitura mais complexa das relações sociais e possibilitou que elementos anteriormente naturalizados passassem a ser percebidos, questionados e problematizados.

Além da ampliação do conhecimento, as análises indicaram mudanças relacionadas ao posicionamento dos participantes diante das questões raciais. Os resultados demonstraram fortalecimento da capacidade de reflexão, argumentação e intervenção em diferentes contextos sociais, profissionais e institucionais. Os relatos evidenciaram maior disposição para dialogar sobre relações raciais, reconhecer práticas discriminatórias e assumir posicionamentos mais conscientes diante das desigualdades observadas na sociedade.

Os dados também indicaram que os impactos da formação ultrapassaram a dimensão cognitiva, alcançando aspectos subjetivos, identitários e políticos da experiência social. Os participantes passaram a relatar mudanças na forma como percebem a si próprios, suas trajetórias e seus lugares de atuação, bem como maior consciência acerca de suas responsabilidades diante da construção de práticas antirracistas em seus diferentes espaços de convivência.

Nesse sentido, considera-se que o segundo objetivo específico foi alcançado, uma vez que a pesquisa evidenciou transformações significativas na visão de mundo dos participantes, ampliando sua capacidade de identificar desigualdades sócio-raciais, interpretar criticamente a realidade social e

compreender de forma mais abrangente a história e a memória social da população negra no Brasil.

O terceiro objetivo específico desta pesquisa consistiu em investigar a existência de processos de revisão, ampliação e reconstrução das referências mobilizadas pelos participantes, especialmente no que se refere à memória social e à percepção histórica da população negra brasileira.

As análises realizadas ao longo da pesquisa demonstraram, de forma consistente, a ocorrência desses processos. Os resultados evidenciaram que a experiência formativa favoreceu não apenas a aquisição de novos conhecimentos, mas também a revisão de referências anteriormente mobilizadas para interpretar a população negra, sua história e sua participação na formação da sociedade brasileira.

As análises demonstraram que as referências anteriormente mobilizadas pelos participantes passaram por significativo processo de ampliação e reorganização após a experiência formativa. Observou-se a incorporação de novos elementos relacionados à ancestralidade, resistência, identidade, pertencimento, protagonismo negro e contribuições históricas da população negra para a constituição da sociedade brasileira, ampliando os quadros interpretativos utilizados para compreender a história nacional e as relações raciais contemporâneas.

Esse movimento não se caracterizou pela substituição das referências anteriormente existentes, mas pela ampliação e reorganização dos repertórios mobilizados pelos sujeitos. As novas referências passaram a coexistir com as anteriores, possibilitando formas mais amplas, complexas e plurais de compreender a história nacional e a presença da população negra na sociedade brasileira.

As análises evidenciaram, ainda, que os participantes passaram a reconhecer de forma mais clara os silenciamentos, apagamentos e invisibilizações que atravessam a construção da memória social brasileira. A identificação dessas ausências permitiu ampliar a percepção sobre a história da população negra, incorporando experiências, trajetórias e contribuições anteriormente pouco mobilizadas em suas formas de interpretação da realidade.

De maneira particularmente relevante, observou-se que os participantes passaram a reconhecer a existência de outras narrativas históricas para além daquelas tradicionalmente difundidas pelos espaços formais de socialização. Esse movimento favoreceu a ampliação dos quadros de referência utilizados para

compreender a formação da sociedade brasileira e possibilitou a construção de leituras mais críticas sobre os processos históricos que constituem as relações raciais no país.

Nesse sentido, considera-se que o terceiro objetivo específico foi plenamente alcançado. As análises demonstraram que o letramento racial favoreceu processos de revisão, ampliação e reconstrução das referências mobilizadas pelos participantes, contribuindo para a reorganização das formas pelas quais interpretam a memória social e a percepção histórica da população negra brasileira.

Um dos aspectos mais significativos evidenciados ao longo desta investigação refere-se à aproximação entre os estudos do letramento racial e o campo da Memória Social. Embora se constituam como campos de conhecimento distintos, as análises realizadas demonstraram que ambos compartilham preocupações centrais relacionadas aos processos de silenciamento, apagamento, invisibilização, resistência e reconstrução de narrativas coletivas.

Ao longo da pesquisa, tornou-se possível identificar que muitos dos fenômenos discutidos no campo das relações raciais também se manifestam nos processos de construção da memória social. Os resultados evidenciaram que os silenciamentos e apagamentos historicamente impostos à população negra não se expressam apenas na produção e manutenção das desigualdades sociais, econômicas e políticas, mas também nas formas pelas quais a sociedade brasileira constrói, transmite e legitima suas narrativas sobre o passado.

As análises demonstraram que a invisibilização das contribuições da população negra, a restrição das referências históricas socialmente mobilizadas e a predominância de determinadas interpretações sobre a formação da identidade nacional contribuíram para consolidar formas parciais de compreensão da história brasileira. Os dados evidenciaram que muitos participantes chegavam à formação mobilizando referências concentradas em narrativas relacionadas à escravidão, à pobreza e à desigualdade, enquanto aspectos relacionados à resistência, à ancestralidade, ao protagonismo político, intelectual, cultural e social da população negra apareciam de forma reduzida ou ausente.

Nesse contexto, a pesquisa permitiu compreender que o letramento racial atua para além da ampliação do conhecimento sobre o racismo e as desigualdades raciais. Os resultados indicam que sua contribuição alcança processos mais amplos de revisão crítica das narrativas históricas e dos referenciais utilizados pelos sujeitos

para compreender a sociedade brasileira. Ao favorecer o reconhecimento de lacunas, silenciamentos e apagamentos anteriormente naturalizados, o letramento racial possibilita que novas referências sejam incorporadas às formas de compreensão da realidade social.

Sob essa perspectiva, sua contribuição também pode ser compreendida como uma forma de enfrentamento daquilo que a literatura denomina de dupla morte, na medida em que atua não apenas contra a exclusão social, política e simbólica da população negra, mas também contra o apagamento de suas trajetórias, experiências, saberes e contribuições nos processos de construção da memória coletiva. Ao favorecer o reconhecimento de histórias historicamente silenciadas e a reincorporação de referências marginalizadas aos repertórios socialmente compartilhados, o letramento racial contribui para restituir visibilidade e reconhecimento a sujeitos e experiências frequentemente excluídos das narrativas legitimadas sobre a formação da sociedade brasileira.

Os resultados também permitem compreender que os processos de exclusão da população negra operam em múltiplas dimensões. Além das desigualdades materiais, da sub-representação nos espaços de poder e decisão e das diversas formas de discriminação racial identificadas na sociedade brasileira, observam-se mecanismos de invisibilização que atingem a própria memória coletiva. A ausência de determinadas narrativas, a restrição de referências históricas e o apagamento de contribuições fundamentais da população negra constituem formas de exclusão que limitam as possibilidades de compreensão da própria história.

Nesse sentido, o letramento racial apresenta-se como uma importante estratégia de enfrentamento desses processos. Ao favorecer o reconhecimento e a valorização de experiências historicamente invisibilizadas, contribui para a reincorporação dessas trajetórias às formas pelas quais a sociedade interpreta sua própria formação histórica. Não se trata apenas de ampliar conhecimentos sobre a população negra, mas de possibilitar a construção de narrativas mais plurais, inclusivas e representativas da complexidade da experiência brasileira.

Sob uma perspectiva próxima ao princípio africano Sankofa, os resultados desta pesquisa sugerem que revisitar criticamente o passado não constitui um exercício de mera rememoração, mas uma condição necessária para compreender o presente e construir possibilidades mais democráticas de futuro. O retorno às histórias, memórias e experiências historicamente silenciadas permite não apenas

reparar ausências, mas ampliar as formas pelas quais os sujeitos compreendem a si mesmos, suas comunidades e a sociedade em que vivem.

Assim, a principal contribuição desta pesquisa para o campo da Memória Social consiste em evidenciar que o letramento racial pode ser compreendido como uma prática formativa capaz de tensionar narrativas consolidadas, evidenciar lacunas históricas, ampliar repertórios interpretativos e favorecer processos de reconstrução da memória social brasileira. Trata-se de uma contribuição que ultrapassa o campo educacional e alcança reflexões mais amplas sobre pertencimento, identidade, reconhecimento, justiça social e democratização da memória.

As limitações desta pesquisa estão relacionadas ao próprio recorte metodológico adotado. O estudo foi realizado a partir da experiência específica da Formação em Letramento Racial JG e das percepções dos participantes que responderam voluntariamente ao instrumento de pesquisa. Embora os resultados tenham permitido identificar tendências consistentes de transformação nas formas de compreender as relações raciais e a memória social da população negra, os achados encontram-se circunscritos ao contexto investigado e não possuem pretensão de generalização para outros públicos ou experiências formativas.

Outra limitação refere-se ao caráter transversal da investigação. Os dados foram produzidos em um momento posterior à participação dos sujeitos na formação, não sendo possível acompanhar longitudinalmente a permanência, o aprofundamento ou a transformação desses impactos ao longo do tempo. Da mesma forma, não foi possível analisar de maneira sistemática como os conhecimentos, percepções e posicionamentos desenvolvidos durante a formação repercutiram posteriormente em contextos familiares, profissionais, institucionais ou comunitários.

Apesar dessas limitações, os resultados obtidos oferecem importantes elementos para o aprofundamento das discussões sobre letramento racial, memória social e relações étnico-raciais, abrindo possibilidades para futuras investigações.

Nesse sentido, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que permitam acompanhar os participantes ao longo do tempo, buscando compreender de que maneira os conhecimentos, posicionamentos e formas de atuação desenvolvidos durante a formação permanecem, se ampliam ou se transformam em suas trajetórias pessoais e profissionais. Também se mostram relevantes pesquisas

comparativas envolvendo diferentes experiências formativas, distintos públicos e contextos socioculturais, possibilitando identificar aproximações, especificidades e potencialidades do letramento racial em diferentes realidades.

Os resultados desta investigação também apontam para a pertinência da ampliação de pesquisas voltadas à inserção do letramento racial em contextos formais de educação. Estudos futuros poderão aprofundar a compreensão sobre suas contribuições em programas de extensão universitária, cursos de graduação, especialização, formação continuada de professores e programas de pós-graduação, especialmente em áreas relacionadas à educação étnico-racial, cultura, direitos humanos, gestão pública e desenvolvimento social.

Outra possibilidade promissora consiste no aprofundamento das relações entre letramento racial, memória social, identidade, ancestralidade e pertencimento, especialmente em comunidades negras, quilombolas, movimentos sociais e espaços de educação não formal. Os resultados desta pesquisa sugerem que tais dimensões encontram-se profundamente articuladas, indicando um campo fértil para novas investigações.

Nesse mesmo horizonte, mostra-se pertinente estabelecer um diálogo entre o letramento racial e as reflexões desenvolvidas por Hannah Arendt⁹ em sua obra *Origens do totalitarismo* (1989), especialmente acerca da condição de apátrida e do “direito a ter direitos”. Embora a população negra brasileira não possa ser compreendida como juridicamente apátrida, essa aproximação pode contribuir para analisar a experiência histórica de sujeitos que, mesmo formalmente integrados à comunidade política e reconhecidos como titulares de direitos, tiveram — e ainda têm — seu acesso à cidadania plena sistematicamente limitado. Nessa perspectiva, o apagamento das memórias, experiências, conhecimentos e formas de resistência da população negra pode ser investigado como uma tecnologia de poder que compromete seu reconhecimento como sujeito histórico, político e de direitos. Estudos futuros poderão, assim, aprofundar as relações entre memória, pertencimento, cidadania e reconhecimento, considerando que a negação do direito

⁹ Hannah Arendt foi uma pensadora política de origem alemã e judaica, cuja obra analisou, entre outros temas, o totalitarismo, a cidadania, a condição dos apátridas e a perda da proteção conferida pelo pertencimento a uma comunidade política. Sua formulação do “direito a ter direitos” evidencia que a existência de direitos formais não assegura sua efetividade quando determinados sujeitos não são plenamente reconhecidos como integrantes dessa comunidade. Nesta pesquisa, esses conceitos permitem propor, sem equiparação literal entre a população negra e a condição jurídica de apátrida, uma reflexão sobre a trajetória histórica de sujeitos formalmente titulares de direitos, mas submetidos a processos de exclusão, apagamento e negação material de seu exercício.

à memória também interfere nas condições concretas de exercício do “direito a ter direitos”.

A pertinência dessa aproximação torna-se ainda mais evidente quando se observa que os direitos da população negra, embora juridicamente reconhecidos, permanecem frequentemente submetidos a questionamentos, contestações e obstáculos institucionais. A dificuldade social de compreender e reconhecer o racismo alcança também instituições responsáveis por garantir direitos, como o sistema de justiça e os órgãos de segurança pública, cujas práticas podem reproduzir preconceitos, suspeições e desigualdades raciais. Isso se manifesta tanto na dificuldade de reconhecimento e responsabilização por práticas racistas quanto nos questionamentos dirigidos à criminalização do racismo, à legitimidade das políticas de cotas e a outras ações afirmativas já asseguradas pelo ordenamento jurídico. Essa dinâmica dialoga com a formulação de Kabengele Munanga sobre o racismo como um “crime perfeito”, no qual a própria vítima é frequentemente constrangida a demonstrar a existência da violência sofrida, enquanto interpretações que a negam ou minimizam encontram maior legitimidade social. Em diálogo com Foucault e com a reelaboração realizada por Sueli Carneiro por meio do dispositivo de racialidade, tais processos podem ser compreendidos como relações de poder que produzem critérios desiguais de reconhecimento, credibilidade, proteção e acesso a direitos. Desse modo, a aproximação com Arendt permite indagar em que medida possuir direitos formalmente estabelecidos não assegura, por si só, o reconhecimento pleno da população negra como sujeito autorizado a reivindicá-los e a exercê-los.

Da mesma forma, considera-se relevante o fortalecimento dos Estudos das Relações Étnico-Raciais como campo acadêmico específico. Ao longo da construção desta dissertação, tornou-se evidente a riqueza da produção intelectual desenvolvida por pesquisadoras e pesquisadores dedicados às questões raciais, bem como as inúmeras possibilidades de diálogo entre esse campo e os estudos da memória social. Nesse sentido, futuras pesquisas poderão contribuir para a consolidação de linhas de investigação, grupos de pesquisa e programas acadêmicos voltados especificamente às relações étnico-raciais, ampliando a produção de conhecimento e a formação de novos pesquisadores.

Os resultados obtidos também permitem refletir sobre importantes implicações para a formulação de políticas públicas. Considerando os impactos

observados na ampliação da consciência crítica, na revisão de percepções naturalizadas e na reconstrução das referências mobilizadas pelos participantes para compreender a história da população negra, esta pesquisa reforça a importância da democratização do acesso a processos formativos em letramento racial.

Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção do letramento racial em diferentes esferas da sociedade, especialmente nas áreas da educação, cultura, gestão pública e formação de servidores. A ampliação de iniciativas formativas dessa natureza pode contribuir para o enfrentamento dos silenciamentos e apagamentos históricos identificados ao longo desta investigação, favorecendo formas mais plurais e inclusivas de compreensão da história e da sociedade brasileira. Sob essa perspectiva, sua contribuição também pode ser compreendida como uma forma de enfrentamento daquilo que a literatura denomina de dupla morte, na medida em que atua não apenas contra a exclusão social e política da população negra, mas também contra o apagamento de suas trajetórias, experiências e contribuições nos processos de construção da memória coletiva.

Da mesma forma, os resultados sugerem a relevância da incorporação do letramento racial em programas de formação inicial e continuada de educadores, gestores públicos e profissionais de diferentes áreas, bem como sua articulação com políticas de promoção da igualdade racial, implementação da Lei nº 10.639/2003 e fortalecimento de ações afirmativas. Trata-se de uma estratégia que pode contribuir não apenas para a ampliação do conhecimento sobre as relações raciais, mas também para o fortalecimento de práticas institucionais comprometidas com a equidade racial e a justiça social.

Ao iniciar esta pesquisa, a inquietação central encontrava-se relacionada à persistente sub-representação da população negra nos espaços de poder e decisão e aos inúmeros processos de silenciamento e apagamento que atravessam a história brasileira. Ao concluir esta investigação, torna-se ainda mais evidente que a luta pela equidade racial também é uma luta pela memória.

Uma luta pelo direito de lembrar, narrar, reconhecer e valorizar sujeitos, trajetórias, saberes, experiências e formas de resistência que durante séculos foram invisibilizados ou relegados às margens da história oficial. Uma luta que não se restringe à disputa por representatividade ou acesso a direitos, mas que envolve

também o reconhecimento de quais histórias são contadas, quais experiências são legitimadas e quais memórias são preservadas como parte constitutiva da identidade nacional.

Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades raciais, o letramento racial revela-se não apenas como uma estratégia educativa ou formativa, mas como uma prática de reconstrução da memória social e de fortalecimento da consciência crítica. Ao possibilitar o encontro com outras narrativas, outras referências e outras formas de compreender a formação da sociedade brasileira, contribui para ampliar os repertórios mobilizados pelos sujeitos e para tensionar leituras historicamente naturalizadas.

Os resultados desta pesquisa permitem afirmar que o letramento racial possui potencial para atuar como uma das chaves para a reconstrução da memória social brasileira. Ao favorecer o reconhecimento de silenciamentos, apagamentos e invisibilizações historicamente produzidos, contribui para a reincorporação de experiências, trajetórias, saberes e contribuições negras às formas pelas quais a sociedade compreende a si mesma. Nesse sentido, atua como um dispositivo de reconstrução da memória social, ampliando as possibilidades de interpretação do passado, de compreensão do presente e de construção de futuros mais democráticos.

Reconstruir a memória social brasileira significa reconhecer que as histórias de resistência, ancestralidade, produção intelectual, cultural, política e comunitária da população negra não constituem capítulos periféricos da experiência nacional, mas elementos centrais para compreender o Brasil, suas desigualdades, suas permanências históricas e suas possibilidades de transformação. É nessa direção que o letramento racial se apresenta não apenas como uma prática educativa, mas como um caminho possível para o fortalecimento da democracia, da justiça racial e da construção de uma sociedade mais consciente de sua própria história.

Ao evidenciar que a disputa por memória também é uma disputa por reconhecimento, pertencimento e humanidade, esta pesquisa reafirma a importância do letramento racial como instrumento de transformação social e como uma das possíveis chaves para a reconstrução da memória social brasileira.

REFERÊNCIAS

- AFROCEBRAP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM AFROEMPREENDEDORISMO. **Lideranças negras no Estado Brasileiro (1995–2024)**. Disponível em: <https://www.afrocebrap.org.br/wp-content/uploads/2025/03/pptliderancasnegras-1.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2026.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- BARBOSA, Andréia Arruda. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 4., 2010, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: **ABRAPCORP**, 2010. p. 1-15.
- BARBOSA, J. G. S.; RODRIGUES, J. C. “Vocês não sabem o que é ser negro”: análise das formas de resistência e enfrentamento do racismo na experiência de estudantes cotistas negros. **Mosaico**, v. 9, n. 1, p. 56–72, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/89973>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 277–284, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. In: SILVA, Petronilha B. (org.). Educação e relações raciais: contribuições para a implementação da Lei 10.639/03. Brasília: MEC, 2005. p. 49–58.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, art. 8, p. 139–167, 1989.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Teoria crítica da raça: uma introdução**. Tradução de Diógenes Moura Breda. Prefácio de Adilson José Moreira e Angela Harris. São Paulo: Contracorrente, 2021.

DO NASCIMENTO, Abdias. **Brazil, mixture or massacre? : essays in the genocide of a Black people**. Trenton: The Majority Press, 1989.

DO NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 1. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1964. 2 v.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. de. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 63, p. 103–120, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/Qxn7Fj4Q5d73gGYsQKHJ4s/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **Lideranças negras e oportunidades de acesso.** Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/atuacao/programas-de-influencia/liderancas/-negras-e-oportunidades-de-acesso/>. Acesso em: 29 mai. 2025.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; Gaskell, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64–89.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Guilherme Lassabia de. **Os caminhos da construção da memória negra: um estudo à luz do Arquivo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa.** 2025. 226 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life.** New York: Anchor Books, 1959.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. **Ciências sociais hoje.** Brasília: ANPOCS, 1984.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25–49, 2016.

GROSS, André. **Memórias institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo em duas cooperativas da economia solidária.** 2016. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2016.

GUEDES, Juliano de Castro. **Pesquisa acadêmica PPG MSBC Unilasalle: Letramento Racial como chave da reconstrução da memória social brasileira.** Google Forms. 2026. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfdBscU5HGDH3c4yDKelDZsv4XiSXWNf04n4kKX0b22mJtQvw/viewform>. Acesso em: 01 jun. 2026

HAIR JR., Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 1. ed. São Paulo: Edições Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. Tradução de João Batista Martins. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JOHN HOPE FRANKLIN HUMANITIES INSTITUTE AT DUKE UNIVERSITY. **Entrevista com France Winddance Twine**. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HVjLQpPHbmw&t=348s>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MARIOSIA, Débora. Memória, poder e exclusão: reflexões sobre a constituição da memória pública. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 162–177, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n1/v22n1a10.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008, Niterói. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 31 mai. 2026

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MIRANDA, L. G. M. de. Discriminação racial no ambiente organizacional: entre políticas de diversidade e sofrimento psíquico. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 1, p. 153–171, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000100010. Acesso em: 25 jul. 2025.

MOVIMENTO BLACK MONEY. **Black Money**: transformando a realidade da comunidade negra. [S.l.]: Movimento Black Money, [s.d.].

MUNANGA, Kabengele. **Negritude afro-brasileira**: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 33, p. 109-117, 1990.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude afro-brasileira**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/kabengele-munanga-dificil-tarefa-de-definir-quem-e-negro-brasil/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

NASCIMENTO, Jorge Luiz da Silva. **Memória, etnodesenvolvimento e sustentabilidade na Comunidade Quilombola Vó Elvira de Pelotas (RS)**. 2023. Tese (Doutorado em Memória Social e Bens Culturais). Universidade La Salle, Canoas, 2023.

NUNES, Margarete Fagundes. A cidade, a diversidade étnico-racial e os jogos da memória. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (org.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. p. 91-103.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200–212, 1989.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–215, 1992.

PORTAL G1. Mourão lamenta assassinato de homem negro em mercado, mas diz que no Brasil não existe racismo. **G1**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Djamila. “La estrategia del Estado brasileño fue fingir que no había racismo”. **El País**, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://elpais.com/cultura/2022-03-29/djamila-ribeiro-filosofa-la-estrategia-del-estado-brasileno-fue-fingir-que-no-habia-racismo.html>. Acesso em: 29 maio 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Panorama das desigualdades de raça e cor no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **Governo do Estado do RS**, 2020. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/panorama-desigualdades-de-raa-a-19-11-v-2-2.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

SANTOS, A. C. et al. **Racismo estrutural e cotas nas carreiras jurídicas: a perspectiva decolonial**. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 3, p. e2022–0056, 2023.

SANTOS, Eliaquim Ferreira dos; LIMA, Paulo Ricardo Silva; TERRA, Guilhermina de Melo; SOUZA, Edivanio Duarte de. **Entre o apagamento da memória e a reescrita da história: a desinformação acerca da escravidão no Brasil**. Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 153–170, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59349>. Acesso em: 25 mai. 2026

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2015.

SILVA, J. L. da; CARNEIRO, A. A. A. Da dor à luta: juventude negra e as desigualdades raciais no Brasil. Desidades: **Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, n. 21, p. 96–111, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/53507/31434>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Preservar a memória negra e lutar contra a dupla morte. **Nexo Políticas Públicas**, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaao/2020/08/21/preservar-a-memoria-negra-e-lutar-contra-a-dupla-morte/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da; LIMA, Elisângela Oliveira. **Borba Gato em chamuscas: disputas pela memória social, lutas negra e periférica em São Paulo**. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 1–34, 2024.

SILVA, Nina. **Nina Silva, do Movimento Black Money**: “Não basta incluir trainees negros na empresa, é preciso enegrecer a lista de fornecedores”. Projeto Draft, 2021. Disponível em: <https://www.projeto draft.com/nina-silva-do-movimento-black-money-nao-basta-incluir-trainees-negros-na-empresa-e-preciso-enegrecer-a-lista-de-fornecedores/>. Acesso em: 05 ago. 2026.

SINTRAJUFES/RS. Registros de casos de racismo dobram no Brasil, e RS tem piores índices do país. Porto Alegre, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://sintrajufe.org.br/registros-de-casos-de-racismo-dobram-no-brasil-e-rs-tem-piores-indices-do-pais/>. Acesso em: 29 maio 2025.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

TWINE, France Winddance. A white side of Black Britain: interracial intimacy and racial literacy. **Ethnic and Racial Studies**, v. 27, n. 6, p. 878–907, 2004.

TWINE, France Winddance; STEINBUGLER, Amy C. The gap between whites and whiteness: Interracial intimacy and racial literacy. **Ethnic and Racial Studies**, v. 29, n. 2, p. 234–261, 2006.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Pesquisa acadêmica PPG MSBC Unilasalle: Letramento Racial como chave da reconstrução da memória social brasileira

Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado intitulada "**Letramento Racial como chave da reconstrução da memória social brasileira**", desenvolvida por **Juliano de Castro Guedes**, no **Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle (Unilasalle)**, sob orientação da Prof^a. **Dra. Maria de Lourdes Borges**.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O objetivo deste estudo é compreender como a participação em processos formativos em letramento racial contribui para a ampliação da consciência sobre as relações raciais no Brasil e para a reconstrução da memória social acerca da história e das experiências da população negra.

Sua participação consiste em responder a um questionário online com perguntas sobre suas percepções, conhecimentos e experiências relacionadas às relações raciais, à história do Brasil e aos impactos da formação em letramento racial. O questionário convida você a refletir sobre sua percepção antes da formação e após a formação, buscando identificar possíveis mudanças na forma de compreender a sociedade e a história.

As informações fornecidas serão tratadas com **confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos**. Não será solicitada nenhuma informação que permita sua identificação direta, sendo garantido o anonimato dos participantes. Os dados poderão ser apresentados em trabalhos acadêmicos e publicações científicas, sempre de forma anônima.

Sua participação é **voluntária**, podendo deixar de responder ao questionário a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Não há custos ou compensação financeira pela participação. A pesquisa busca contribuir para a produção de conhecimento sobre educação antirracista e memória social.

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, **Juliano de Castro Guedes**, mestrando em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle, pelo e-mail guedes.juliano.jg@gmail.com.

ANEXO A - Instrumento de Pesquisa Disponibilizado Por Meio da Plataforma Google Forms

Pesquisa acadêmica PPG MSBC
Unilasalle: Letramento Racial como chave da reconstrução da memória social brasileira

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e concordo voluntariamente em participar. *

☐ Concordo em participar da pesquisa

☐ Não concordo em participar

SEÇÃO 1 – PERFIL DO PARTICIPANTE

Essa seção busca caracterizar o perfil geral dos participantes da pesquisa.

1. Em qual turma da formação você participou? *

Sua resposta

2. Há quanto tempo você concluiu a formação? *

☐ menos de 3 meses

☐ 3 a 6 meses

☐ 6 meses a 1 ano

☐ mais de 1 ano

3. Raça/cor (autodeclaração) *

☐ Preta

☐ Parda

☐ Branca

☐ Indígena

☐ Amarela

☐ Prefiro não responder

4. Idade *

- ☐ até 18 anos
 - ☐ 18 a 24 anos
 - ☐ 25 a 34 anos
 - ☐ 35 a 44 anos
 - ☐ 45 anos ou mais
-

5. Gênero *

- ☐ Mulher
 - ☐ Homem
 - ☐ Mulher trans
 - ☐ Homem trans
 - ☐ Pessoa não binária
 - ☐ Prefiro não responder
 - ☐ Outro
-

6. Você gostaria de informar sua orientação sexual? *

- ☐ Heterossexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Outra
- ☐ Prefiro não responder

7. Escolaridade *

- ☐ Ensino fundamental
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Superior Incompleto
- ☐ Superior Completo
- ☐ Pós-graduação incompleta
- ☐ Pós-graduação completa
- ☐ Mestrado (em andamento ou completo)
- ☐ Doutorado (em andamento ou completo)

8. Área de atuação profissional *

- ☐ Educação (professor(a), educador(a), gestor(a) educacional)
- ☐ Gestão pública / setor público
- ☐ Área jurídica (direito, advocacia, sistema de justiça)
- ☐ Área da saúde
- ☐ Área social / terceiro setor / movimentos sociais
- ☐ Empresarial / setor privado
- ☐ Comunicação / mídia / produção cultural
- ☐ Segurança pública
- ☐ Pesquisa acadêmica
- ☐ Estudante
- ☐ Autônomo(a) / empreendedor(a)
- ☐ Outro

9. Você já participou anteriormente de cursos ou formações sobre relações raciais? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

SEÇÃO 2 – PERCEPÇÕES ANTES DA FORMAÇÃO

Aqui buscamos compreender sua percepção geral **antes** da formação, considerando seu nível de conhecimento, sensibilidade e reflexão sobre as relações raciais.

10. Antes desta formação, qual era seu nível de contato com temas relacionados às relações raciais? *

- ☐ nenhum
- ☐ pouco
- ☐ moderado
- ☐ frequente
- ☐ aprofundado

11. ANTES da formação, como você avalia: *

	1 = Muito baixo	2 = Baixo	3 = Médio	4 = Alto	5 = Muito alto
Seu conhecimento sobre relações raciais	☐	☐	☐	☐	☐
Sua capacidade de perceber desigualdades raciais	☐	☐	☐	☐	☐
Sua compreensão da história da população negra	☐	☐	☐	☐	☐
Sua capacidade de identificar situações de racismo	☐	☐	☐	☐	☐
Sua disposição para refletir sobre questões raciais	☐	☐	☐	☐	☐

12. Como você descreveria sua forma de perceber as relações raciais antes da formação? *

Sua resposta

SEÇÃO 3 – PERCEPÇÕES APÓS A FORMAÇÃO

Esta seção busca compreender sua percepção atual **após** a formação.

13. VISÃO DE MUNDO ★

Aqui queremos compreender como você interpreta a sociedade atualmente, considerando sua capacidade de perceber desigualdades, relações históricas e estruturas sociais.

Após a formação, como você avalia sua capacidade de:

	1 = Muito baixo	2 = Baixo	3 = Médio	4 = Alto	5 = Muito alto
Perceber desigualdades raciais na sociedade	☐	☐	☐	☐	☐
Relacionar problemas atuais a processos históricos	☐	☐	☐	☐	☐
Perceber que desigualdades não são apenas individuais	☐	☐	☐	☐	☐
Perceber como a raça influencia oportunidades	☐	☐	☐	☐	☐
Compreender a formação da sociedade brasileira	☐	☐	☐	☐	☐

14. O que mudou na sua forma de perceber a sociedade? Por quê? ★

Sua resposta

15. RACISMO

Aqui buscamos compreender seu nível de percepção e identificação do racismo em diferentes situações e níveis, incluindo formas mais evidentes e mais sutis.

Após a formação, como você avalia sua capacidade de:

	1 = Muito baixo	2 = Baixo	3 = Médio	4 = Alto	5 = Muito alto
Identificar situações de racismo	☐	☐	☐	☐	☐
Perceber formas indiretas de racismo	☐	☐	☐	☐	☐
Compreender o racismo para além de atitudes individuais	☐	☐	☐	☐	☐
Reconhecer desigualdades raciais em instituições	☐	☐	☐	☐	☐
Compreender o racismo na sociedade	☐	☐	☐	☐	☐

16. Você consegue identificar alguma situação que antes não reconhecia como racismo e que hoje consegue perceber? Descreva.

Sua resposta

17. HISTÓRIA / SOCIEDADE

Aqui buscamos compreender como você percebe e identifica o racismo em diferentes situações e níveis, incluindo formas mais evidentes e mais sutis.

Após a formação, como você avalia sua compreensão sobre:

	Nada / muito pouco	Pouco	Moderado	Bastante	Muito
História da população negra no Brasil	☐	☐	☐	☐	☐
Percepção de apagamentos históricos	☐	☐	☐	☐	☐
Compreensão da resistência negra	☐	☐	☐	☐	☐
Reconhecimento da contribuição da população negra	☐	☐	☐	☐	☐

18. O que você passou a perceber sobre a sociedade brasileira e a realidade das pessoas negras que antes não percebia?

Sua resposta

19 – CONCEITOS

Aqui buscamos identificar seu nível de compreensão sobre conceitos importantes trabalhados na formação em letramento racial.

Após a formação, como você avalia sua compreensão sobre:

	1 = Nenhuma compreensão	2 = Compreensão baixa	3 = Compreensão moderada	4 = Compreensão alta	Colo a
Fundamentos do Letramento racial	☐	☐	☐	☐	
Racismo estrutural e tipos de racismo	☐	☐	☐	☐	
Branquitude e relações de poder e privilégio	☐	☐	☐	☐	
Mito da democracia racial	☐	☐	☐	☐	
Colonialidade e Decolonialidade	☐	☐	☐	☐	
Ações afirmativas públicas e privadas	☐	☐	☐	☐	
Dispositivos de Poder e contrato racial	☐	☐	☐	☐	
Black money e Afroempreendedorismo	☐	☐	☐	☐	
Ancestralidade	☐	☐	☐	☐	

20. Qual conceito mais mudou sua forma de entender a realidade? Explique como.

Sua resposta

21. PRÁTICAS

*

Aqui queremos compreender como a formação pode ter impactado suas atitudes, reflexões e práticas no cotidiano em relação às questões raciais.

	Não conhecia	Conhecia pouco	Compreendia parcialmente	Compreendia bem	Consigo explicar
Refletir sobre questões raciais	☐	☐	☐	☐	☐
Conversar e desenvolver argumentos sobre racismo	☐	☐	☐	☐	☐
Ser antirracista na prática e agir diante de desigualdades	☐	☐	☐	☐	☐
Reconhecer seu compromisso antirracista	☐	☐	☐	☐	☐

22. Você passou a agir ou se posicionar de forma diferente em relação às questões raciais? Como essa mudança se manifesta nas suas atitudes ou comportamentos no seu dia a dia?

*

Sua resposta

SEÇÃO 4 – IMPACTO

Esta seção busca identificar o impacto geral da formação.

23. IMPACTO DA FORMAÇÃO EM LETRAMENTO RACIAL *

Aqui queremos compreender, de forma direta, o quanto a formação influenciou sua forma de pensar, perceber e se posicionar.

	Nenhum impacto	Pequeno impacto	Impacto moderado	Grande impacto	Impacto muito grande
Minha forma de ver a sociedade	☐	☐	☐	☐	☐
Minha forma de compreender a história	☐	☐	☐	☐	☐
Minha percepção sobre a população negra	☐	☐	☐	☐	☐
Minha compreensão sobre o racismo	☐	☐	☐	☐	☐
Meu posicionamento	☐	☐	☐	☐	☐

24. Por que você considera que a formação teve esse impacto em você? *

Sua resposta

25. O que a formação mudou concretamente na sua compreensão sobre o racismo? Quais aspectos contribuíram para isso? *

Sua resposta

SEÇÃO 5 – RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E PERCEPÇÃO HISTÓRICA

Esta seção busca compreender como a formação em letramento racial pode ter contribuído para mudanças na forma como os participantes lembram, reconhecem e atribuem significado à presença da população negra na sociedade brasileira.

26. Antes da formação, quando você pensava no Brasil, o que vinha à sua mente sobre as pessoas negras? Descreva o que você lembrava com mais facilidade ou o que mais aparecia para você. *

Sua resposta

27. Você percebe que havia aspectos da história ou da realidade das pessoas negras que você pouco via, não conhecia ou não dava importância? Quais? Pense no que ficava de fora ou não tinha destaque para você. *

Sua resposta

28. Após a formação, o que você passou a perceber ou reconhecer que antes não fazia parte do seu olhar? Descreva o que passou a fazer sentido para você. *

Sua resposta

29. Após a formação, o que você passou a perceber ou reconhecer que antes não fazia parte do seu olhar? Descreva o que passou a fazer sentido para você. *

Sua resposta

FECHAMENTO

30. Se você tivesse que resumir em uma frase, o que mudou em você após a formação? *

Sua resposta